

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Doutorado em Serviço Social

TACIANE COUTO GONÇALVES

SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E O FORTALECIMENTO DO
PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO

Juiz de Fora - MG
Outubro de 2025

TACIANE COUTO GONÇALVES

**SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E O FORTALECIMENTO DO
PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Área de concentração: Questão Social, Território, Política
Social e Serviço Social. Linha de pesquisa: Serviço
Social e Sujeitos Sociais.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Luciana Gonçalves Pereira de
Paula

Juiz de Fora - MG
Outubro de 2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca
Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Couto Gonçalves, Taciane.

Serviço Social, movimentos sociais e o fortalecimento do projeto
profissional crítico / Taciane Couto Gonçalves. -- 2025.

228 p. : il.

Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,
Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, 2025.

1. Serviço Social. 2. Lutas sociais. 3. Movimentos Sociais. 4.
Projeto Ético-Político. 5. Assistente Social. I. Gonçalves Pereira de
Paula, Luciana, orient. II. Título.

Taciane Couto Gonçalves

Serviço Social, movimentos sociais e o fortalecimento do projeto profissional crítico

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 06 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Luciana Gonçalves Pereira de Paula - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Mônica Aparecida Grossi Rodrigues

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra Nicole Cristina Oliveira Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof Dr Leonardo Nogueira Alves

Universidade Federal Ouro Preto

Profa Dra Michelly Ferreira Monteiro Elias

Universidade de Brasília

Juiz de Fora, 29/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Chefe de Departamento**, em 08/10/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 14/10/2025, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nicole Cristina Oliveira Silva, Usuário Externo**, em 15/10/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nogueira Alves, Usuário Externo**, em 15/10/2025, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLY FERREIRA MONTEIRO ELIAS, Usuário Externo**, em 23/10/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2646369** e o código CRC **FA377C4D**.

Dedico este trabalho aos movimentos sociais populares,
imprescindíveis para minha formação política,
e às/aos assistentes sociais que apoiam e fortalecem as lutas sociais emancipatórias,
em especial às colegas que aceitaram participar desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Às amigas, aos amigos e aos familiares que se fizeram presentes neste período, cada um à sua maneira, prestando apoio no descanso, na partilha de ideias e de angústias, na escuta acolhedora e no incentivo para seguir em frente. Um agradecimento especial a Lorhana, Verônica, Juliana e Marcos, que auxiliaram mais diretamente apresentando ferramentas que otimizaram o trabalho de campo, compartilhando materiais que ampliaram o repertório de análise e doando parte do seu tempo em conversas que ajudaram a elaborar melhor o conteúdo da pesquisa.

À professora Luciana, pela disponibilidade de orientar-me nesse processo de aprimoramento acadêmico-profissional e por tê-lo feito de forma tão respeitosa. Seu rigor teórico e cordialidade são admiráveis.

Às professoras Rosângela, Michelly, Carina, Mônica, Nicole, e ao professor Leonardo – extensivo às professoras Alexandra e Solange e ao professor Bruno, que aceitaram o convite para a suplência – pela disponibilidade em participar do processo de qualificação e de defesa da tese e pelas importantes contribuições que trouxeram e que tanto favorecem o aprimoramento desta pesquisa.

À Universidade Federal de Mato Grosso, pela concessão de um ano de afastamento, que possibilitou o cumprimento de parte dos créditos acadêmicos (2022-2023).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela bolsa de estudos concedida nos primeiros meses do doutorado (2020).

Às/Aos docentes e técnicas/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos/Às trabalhadores/as e estudantes que constroem e defendem a Educação pública, gratuita e de qualidade.

RESUMO

A presente tese busca analisar a ação profissional de assistentes sociais junto às lutas e movimentos sociais populares como uma estratégia para o fortalecimento do Projeto ético político hegemônico no Serviço Social. Para tal, apresenta-se uma contextualização das lutas sociais no Brasil, com ênfase nos marcadores terra, raça e trabalho dadas a proeminência dos mesmos na questão social brasileira; uma contextualização da constituição do projeto profissional crítico do Serviço Social a partir de sua aproximação com as lutas e movimentos sociais, especialmente após a década de 1970 e; analisa os dados obtidos em entrevistas com assistentes sociais que atuam junto aos movimentos sociais. A pesquisa adota um caráter teórico-empírico e é orientada pelo materialismo histórico-dialético. A pesquisa empírica coletou dados junto a sete assistentes sociais por meio de entrevistas semiestruturadas com questões abertas. Utilizou-se uma amostragem não probabilística, com a técnica de "bola de neve". Os principais achados da pesquisa indicam que o diálogo entre assistentes sociais e movimentos sociais é permeado por possibilidades e desafios. As entrevistas mostram que as demandas mais comuns dos movimentos sociais incluem formação política, apoio à organização e mobilização, e interlocução com políticas públicas para acesso a direitos. Já os desafios apontados envolvem dificuldades de articulação e divergências políticas, insegurança no desempenho profissional e limitações burocráticas das políticas públicas. Os trabalhos realizados demonstraram compatibilidade entre os objetivos profissionais, os objetivos dos movimentos sociais e o objetivo estratégico do projeto ético-político atual do Serviço Social. Conclui-se que o acirramento da luta de classes e a ascensão das lutas sociais foram cruciais para a emergência do projeto ético-político crítico do Serviço Social na segunda metade do século XX, e que a classe trabalhadora organizada inspirou a profissão a refletir criticamente sobre a sociedade capitalista e sobre seu significado social na divisão social do trabalho. A tese defende a possibilidade e a importância da contribuição profissional para a mobilização e organização da classe trabalhadora, fortalecendo o projeto ético-político hegemônico ao mesmo tempo que busca fortalecer projetos societários emancipatórios.

Palavras-chave: Serviço Social. Lutas sociais. Movimentos Sociais. Projeto Ético-Político. Assistente Social.

RESUMEN

La presente tesis busca analizar la acción profesional de los trabajadores sociales junto a las luchas y movimientos sociales populares como una estrategia para el fortalecimiento del Proyecto Ético Político hegemónico en el Servicio Social. Para esto, se presenta una contextualización de las luchas sociales en Brasil, con énfasis en los marcadores tierra, raza y trabajo, dada la prominencia de los mismos en la cuestión social brasileña; una contextualización de la constitución del proyecto profesional crítico del Servicio Social a partir de su aproximación con las luchas y movimientos sociales, especialmente después de la década de 1970; y se analizan los datos obtenidos en entrevistas con trabajadoras sociales que actúan junto a los movimientos sociales. La investigación adopta un carácter teórico-empírico y está orientada por el materialismo histórico-dialéctico. La investigación empírica recopiló datos de siete trabajadoras sociales por medio de entrevistas semiestructuradas con preguntas abiertas. Se utilizó un muestreo no probabilístico, con la técnica de "bola de nieve". Los principales hallazgos de la investigación indican que el diálogo entre trabajadores sociales y movimientos sociales está permeado por posibilidades y desafíos. Las entrevistas muestran que las demandas más comunes de los movimientos sociales incluyen formación política, apoyo a la organización y movilización, e interlocución con políticas públicas para el acceso a derechos. Por su parte, los desafíos señalados involucran dificultades de articulación y divergencias políticas, inseguridad en el desempeño profesional y limitaciones burocráticas de las políticas públicas. Los trabajos realizados demostraron compatibilidad entre los objetivos profesionales, los objetivos de los movimientos sociales y el objetivo estratégico del proyecto ético-político actual del Servicio Social. Se concluye que la intensificación de la lucha de clases y el ascenso de las luchas sociales fueron cruciales para la emergencia del proyecto ético-político crítico del Servicio Social en la segunda mitad del siglo XX, y que la clase trabajadora organizada inspiró a la profesión a reflexionar críticamente sobre la sociedad capitalista y sobre su significado social en la división social del trabajo. La tesis defiende la posibilidad y la importancia de la contribución profesional para la movilización y organización de la clase trabajadora, fortaleciendo el proyecto ético-político hegemónico al mismo tiempo que busca fortalecer proyectos societarios emancipatorios.

Palabras-clave: Servicio Social. Luchas sociales. Movimientos Sociales. Proyecto Ético-Político. Trabajador Social.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the professional practice of social workers in conjunction with popular social struggles and movements as a strategy to strengthen the hegemonic ethical-political project in Social Work. To this end, it presents a contextualization of social struggles in Brazil, with emphasis on the markers of land, race, and work, given their prominence in the Brazilian social issue; a contextualization of the development of the critical professional project of Social Work based on its alignment with social struggles and movements, especially after the 1970s; and it analyzes data obtained from interviews with social workers who work alongside social movements. The research adopts a theoretical-empirical character and is guided by historical-dialectical materialism. The empirical research collected data from seven social workers through semi-structured interviews with open-ended questions. Non-probabilistic sampling was used, employing the "snowball" technique. The main research findings indicate that the dialogue between social workers and social movements is permeated by possibilities and challenges. The interviews show that the most common demands from social movements include political education, support for organization and mobilization, and mediation with public policies for access to rights. The challenges identified involve difficulties in articulation and political disagreements, professional insecurity, and bureaucratic limitations of public policies. The work carried out demonstrated compatibility between professional objectives, the objectives of social movements, and the strategic goal of the current ethical-political project of Social Work. It is concluded that the intensification of class struggle and the rise of social struggles were crucial for the emergence of the critical ethical-political project of Social Work in the second half of the twentieth century, and that the organized working class inspired the profession to critically reflect on capitalist society and its social meaning in the social division of labor. The thesis argues for the possibility and importance of professional contribution to the mobilization and organization of the working class, strengthening the hegemonic ethical-political project while simultaneously seeking to strengthen emancipatory societal projects.

Keywords: Social Work. Social Struggles. Social Movements. Ethical-Political Project. Social Worker.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ALAETS	Associação Latino-Americana de Ensino em Trabalho Social
ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANAS	Associação Nacional dos Assistentes Sociais
AP	Ação Popular
APAS	Associação Profissional de Assistentes Sociais
APASSP	Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CELATS	Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPC	Centro Popular de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais (antiga denominação)
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FALERJ	Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IES	Instituição de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras diversidades
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos/as Pequenos/as Agricultores/as
MST	Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra

OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDR	Planos de recuperação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PT	Partido dos Trabalhadores
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SSR	Serviço Social Rural
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MÉTODO E METODOLOGIA.....	20
3 LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: O PASSADO PRESENTE	30
3.1 A intrínseca relação das lutas pela terra e por liberdade no Brasil colonial.....	34
3.2 A luta antirracista	38
3.3 A luta pela terra	46
3.4 A luta sindical.....	59
3.5 A organização política da classe trabalhadora: classe, lutas e movimentos sociais	75
4 A IMPORTÂNCIA DAS LUTAS SOCIAIS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A EMERGÊNCIA E HEGEMONIA DO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	97
4.1 A interlocução com as lutas sociais e os movimentos sociais na trajetória do Serviço Social.....	99
4.2 As lutas sociais e a crítica ao capitalismo pelo Serviço Social.....	118
4.3 Os registros de trabalho junto aos movimentos sociais.....	125
5 A AÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	134
5.1 Perfil das entrevistadas.....	143
5.2 Sobre os movimentos sociais citados nas experiências de trabalho das entrevistadas	146
5.3 Sobre os vínculos estabelecidos com os movimentos sociais	156
5.4 Sobre a principal demanda, para cada entrevistada, no trabalho junto ao movimento social.....	161
5.5 Demandas semelhantes entre os casos relatados.....	168
5.6 Sobre os desafios no trabalho junto aos movimentos sociais	176
5.7 Sobre a relação entre a atuação profissional e a militância política	179
5.8 A dimensão política e o caráter educativo	188
5.9 A relação entre o trabalho desenvolvido junto aos movimentos sociais e o projeto ético-político.....	199
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	220
APÊNDICE B – REGISTRO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO	221
ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	223

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre o trabalho profissional de assistentes sociais articula os estudos sobre o Serviço Social e os movimentos sociais. São assuntos que, de maneiras distintas, me acompanham desde o período da graduação envolvendo o contato com o tema por meio do conteúdo oferecido no decorrer da formação acadêmico-profissional, passando pelo engajamento político-militante e chegando até o momento do exercício profissional.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora incorpora o debate sobre a luta de classe, lutas sociais e movimentos sociais de forma direta e transversal nas disciplinas, na extensão e na pesquisa. Em minha jornada pessoal, os estudos se deram em todas estas instâncias, indo além, por meio do engajamento político nas instâncias do movimento estudantil geral e de área (lembro, com carinho, do Diretório Acadêmico Pe. Jaime Snoeck, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, Diretório Central de Estudantes, Coletivo Piracema, Coletivo Terra Roxa, Levante Popular da Juventude e os coletivos que compunham a comissão organizadora dos Estágios Interdisciplinares de Vivência em áreas de Reforma Agrária e Atingidas por Barragens de Minas Gerais).

Envolvem também as diferentes inquietações que surgiram nessa trajetória pessoal e que, em dados momentos, até configuraram objetos de pesquisa e escrita, tais como o interesse em aspectos da militância do movimento estudantil em articulação com movimentos sociais populares que pude elaborar no trabalho de conclusão de curso; as produções acadêmico-científicas sobre movimentos sociais no âmbito do Serviço Social; aspectos sobre a atuação profissional e a atuação militante no âmbito profissional; as experiências de trabalho junto aos movimentos sociais; o destaque do caráter educativo do trabalho de assistentes sociais que, inclusive, foi tema de pesquisa na ocasião do mestrado.

É público que a articulação com os movimentos sociais aparece como um dos princípios do código de ética profissional do Serviço Social brasileiro, logo, reafirmar tal princípio nesta tese não é algo inédito e nem é uma defesa solitária, visto que me somo a um conjunto de profissionais que, há algumas gerações, reafirmam e buscam materializar tal princípio cotidianamente.

Todavia, considerando a relevância desse assunto, a literatura profissional que registra e problematiza a relação do Serviço Social com as lutas sociais e os movimentos sociais ainda demonstra baixa capilaridade na base profissional. Sendo também um desafio adensar as análises sobre essa articulação no cotidiano do trabalho, correlacionando as possibilidades de

interlocução com o eventual quadro de empregabilidade, com a própria realidade social que tende a ser desfavorável, em vários aspectos, às interlocuções e engajamentos junto aos movimentos sociais (afinal, falamos de uma realidade social em que vigora a criminalização das lutas sociais, em que predomina o desconhecimento e o reforço de preconceitos, de estereótipos e de mentiras sobre as lutas sociais e as organizações da classe trabalhadora).

Na contramão desse cenário, em minha trajetória acadêmica o debate sobre os movimentos sociais era apresentado sempre pautando a imprescindibilidade da interlocução política e profissional com os mesmos, ao mesmo tempo que se dava acentuado destaque à necessidade de discernir o que configurava atribuição profissional e ação militante (inclusive, conseguia compreender o lastro histórico dessa relação e desse dilema, ainda que me parecesse uma questão mais presente nos espaços de formação acadêmica e de atuação política do Serviço Social e muito menos uma questão que realmente ocupasse um lugar de destaque no cotidiano de trabalho e nas reflexões da maioria da base profissional).

Já em minha trajetória profissional, tal assunto se apresentou de maneira mais incisiva tanto por ter a experiência de trabalhar, por quase um ano, como assistente social em assentamentos e acampamentos do Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra na região sul do estado de Minas Gerais, como por conviver com colegas de profissão que experienciavam naquela mesma época o trabalho junto às organizações sindicais, às associações populares e as entidades da sociedade civil que dialogavam organicamente com movimentos sociais populares como o Movimento dos/as Atingidos/as por Barragens, o Movimento dos/as Atingidos/as pela Mineração e outros. Em nossas interações, recorrentemente buscamos por material que registrasse um tipo de inserção e experiência semelhante a nossa, ansiamos por estabelecer contato para possíveis trocas e interação profissional e buscamos por análises atuais sobre as especificidades desses espaços de trabalho.

A partir da relação com os movimentos sociais populares e da apreensão da teoria social crítica, a profissão compreendeu as contradições do capitalismo e os desdobramentos da exploração do trabalho, compreendeu o próprio significado no interior das relações sociais e pode elaborar uma crítica à sua própria intervenção. Tendo isso em vista, a presente pesquisa dá destaque a aproximação crítica com as lutas sociais e com os movimentos sociais que, no processo de organizar a classe trabalhadora e demais setores populares, pela defesa da democracia e pela transformação revolucionária, se conformou como um dos esteios do projeto profissional crítico do Serviço Social e se configura como uma das estratégias para que tal projeto mantenha sua hegemonia no interior da profissão.

No bojo dessa relação entre o Serviço Social brasileiro e as lutas e movimentos sociais, inicialmente, interessa-nos contribuir com esta discussão enfatizando uma das maneiras possíveis dessa relação se concretizar: no caso, pelo exercício profissional. Assim sendo, o objeto dessa pesquisa se apresenta como uma análise sobre a ação profissional de assistentes sociais junto aos movimentos sociais populares como estratégia de fortalecimento do Projeto Ético Político hegemônico no Serviço Social.

Nossa hipótese principal é a de que a ação profissional junto aos movimentos e lutas sociais fortalece o atual projeto ético político, pois, a existência e hegemonia desse projeto depende, dentre outras coisas, de correlação de forças favorável – tanto externa como internamente à profissão. Ainda assim, nos perguntamos em que medida e sob quais condições a atuação de assistentes sociais que apoiam os processos de mobilização e organização popular reverbera nessa correlação de força e materializa tal hegemonia. E, nesses termos, nos parece pertinente e muito válida a sistematização e análise do exercício profissional que se desenvolve no âmbito das organizações da classe trabalhadora ou dialoga com tais organizações a partir de outros espaços ocupacionais.

Considerando que o atual projeto profissional expressa uma direção social coletivamente construída que também se concretiza no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais, ao apoiar as formas legítimas de organização política da classe trabalhadora em prol das lutas sociais que criticam e enfrentam a ordem social vigente diretamente nos alinharmos aos setores empenhados para o Serviço Social crítico não sucumbir e não retroceder em termos ideológicos, políticos e interventivos. Indiretamente, contribuir de forma auxiliar com os processos de enfrentamento da ordem vigente é também contribuir para que o atual projeto profissional encontre um contexto social de maior legitimidade e que lhe seja mais favorável em termos ideológicos e políticos.

A lógica é que, o projeto profissional crítico tem melhores condições de ser fortalecido no bojo de uma sociedade majoritariamente convencida de que uma realidade sem exploração do trabalho e sem opressões é possível. Sem esta força social que o legitime, a defesa do projeto ético político enfrentará muito mais desafios e a garantia de sua hegemonia será um eterno nadar contra a correnteza. Daí a defesa de que, tanto como foi em seu surgimento, a hegemonia do atual projeto profissional correlaciona-se com a auto-organização política dos/as profissionais e com o fortalecimento de uma base social mais ampla comprometida com o aprofundamento da democracia, com o combate às opressões e com a luta anticapitalista.

A ação profissional pode se desenvolver orientada para fortalecer o sentido de solidariedade de classe, para fortalecer a democracia radical (que busca reformas profundas, estruturais) e, nesses termos, contribuindo para construir condições que tornem o cenário mais favorável à manutenção da hegemonia do atual projeto ético político. Isso não depende exclusivamente da escolha individual do/a profissional, mas também a envolve. E aqui estamos pensando numa intervenção crítica que busca contribuir, ainda que na esfera da defesa de direitos (que não necessariamente é revolucionária, mas implica o estímulo à organização, mobilização social e participação política), com a luta contra hegemônica.

Trata-se de uma relação – entre Serviço Social, lutas sociais, movimentos sociais e projeto ético político – que abarca determinantes de ordem estrutural, conjuntural, objetiva e subjetiva. E, ciente dessa relação contraditória e complexa, enfatizaremos aqui os aspectos que se relacionam mais diretamente com as condições de trabalho impostas aos/as profissionais e com o próprio reconhecimento que o/a profissional demonstra ao escolher ou não escolher desenvolver sua ação profissional junto às organizações populares. Pois, se por um lado temos espaços ocupacionais que tendem a não reconhecer o trabalho político com os movimentos sociais como uma competência de assistentes sociais e ainda os/as sobrecarregam com várias requisições institucionais conservadoras; por outro temos profissionais que tratam como um tipo de desvio de função as ações de fortalecimento dos sujeitos coletivos¹.

Não endossamos o discurso de que o trabalho com os movimentos sociais implica abandonar ou descaracterizar o exercício profissional, ao contrário disso, entendemos que essa interlocução seria capaz de ampliar o horizonte interventivo do Serviço Social. Avançamos teoricamente, enquanto profissão e área do conhecimento, nos debates sobre como o objeto de nosso trabalho (as expressões da questão social) tem sua compreensão comprometida quando não se tem em conta a sua dimensão política que envolve as lutas sociais. Avançamos também nas análises e debates sobre como nossos espaços de inserção, majoritariamente, nas políticas sociais não existiriam sem a luta constante por direitos e sobre como a disputa pelo Estado também se expressa nas disputas entre as classes sociais para controlá-lo. Insistimos que o mérito desse avanço interventivo e teórico também tem lastros nesse diálogo que a profissão forjou com a classe trabalhadora em luta de maneira mais orgânica no final do século XX.

Parece-nos pertinente avançar sobre como as lutas e movimentos sociais podem ser colocados no horizonte da população que atendemos, como espaços que podem proporcionar vivências alternativas às relações burguesas marcadas pela exploração, alienação, opressão

¹ O sujeito coletivo é entendido aqui como grupo social, mais especificamente, como classes sociais que agem de maneira consciente de sua condição material e de seus interesses comuns.

etc. As organizações e mobilizações também podem inspirar sobre novos instrumentos, procedimentos, metodologias e ações passíveis de serem incorporados ao exercício profissional.

Tendo apresentado ao/à leitor/a, nestas considerações iniciais, as motivações para a realização desta pesquisa, apresenta-se a seguir como esta tese foi estruturada com o objetivo de analisar a ação profissional de assistentes sociais junto às lutas e movimentos sociais populares enquanto estratégia de fortalecimento do Projeto ético político hegemônico no Serviço Social.

Após esta introdução, segue-se para o capítulo “2 Método e metodologia” em que apresentamos como a pesquisa foi planejada, conduzida e sistematizada. É um capítulo importante para garantir a transparência desse processo ao/à leitor/a, informando a natureza da pesquisa, o tipo de abordagem, instrumentos e amostra utilizados, a fundamentação teórica para a análise dos dados, dentre outros aspectos.

Neste ponto, reafirmamos que só a crítica elaborada pelo materialismo histórico-dialético permite uma leitura da realidade social capaz de apreender criticamente suas contradições e orientar tal apreensão para uma perspectiva de mudança. Também é mérito do materialismo histórico-dialético a incorporação, no âmbito da formação e do trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil, de uma compreensão crítica da questão social e de suas expressões, bem como do vínculo desta com a profissão.

No capítulo “3 Lutas sociais no Brasil” apresentamos um panorama sobre as principais lutas sociais que marcam a formação sócio-histórica do Brasil e alguns dos movimentos sociais populares que as encampam. Considerando o tamanho e pluralidade que esse universo temático comporta, se dará prioridade às lutas dos/as trabalhadores/as do campo, as lutas antirracistas, as lutas dos/as trabalhadores/as no âmbito sindical.

Primeiramente, entendemos que terra, trabalho e raça são marcadores (não exclusivos, porém, proeminentes) que fundam as lutas sociais na formação social brasileira, dando uma materialidade particular à questão social em nosso país. Simultaneamente, as entrevistas revelaram a interlocução com organizações de classe majoritariamente inscritas nestas lutas pelo acesso à terra, de combate ao racismo e de enfrentamento à exploração do trabalho, ajudando a delimitar o conteúdo dessa exposição. A exposição em separado de cada luta não desconsidera que as mesmas estão intimamente imbricadas na realidade concreta.

A classe trabalhadora organizada precisa se estabelecer como uma interlocutora permanente no cotidiano da invenção da profissão, portanto, abordar o histórico das lutas sociais no Brasil, suas contradições, sujeitos e formas de organização e enfatizar o papel da

classe trabalhadora e de seus movimentos na conquista de direitos sociais e na disputa pelo Estado, é uma tarefa de grande importância. Os/as autores/as de referência que auxiliaram o processo de resgate das lutas sociais, foram: Moura (1977; 1986), Domingues (2007, 2008, 2011), Gomes (2011), Stedile (2012), Mitchell (2011), Silva, J. (2011) e Kössling (2011), Gasparotto; Teló, 2021, Fernandes, B. (2023), Stedile e Fernandes (2012), Carneiro e Cioccarri (2011), Druck (2011; 2021) e outros/as.

No capítulo “4 A importância das lutas sociais e dos movimentos sociais para a emergência e hegemonia do projeto profissional crítico do Serviço Social” busca-se entender como o projeto profissional crítico se constituiu a partir da aproximação com os movimentos sociais. Para isso, retoma-se a trajetória profissional tendo como fio condutor da exposição a relação estabelecida entre a profissão e as lutas sociais.

Por tal relação ser entendida aqui como um dos pilares de sustentação do atual projeto ético político, a retrospectiva que considera tal relação é importante para se analisar a qualidade e os desdobramentos que as aproximações e distanciamentos das lutas sociais tiveram no interior da profissão, em especial a partir da década de 1970, quando a construção de uma direção ético-política comprometida com a emancipação humana se consolidava no interior do Serviço Social.

Ao mesmo tempo, a retrospectiva das aproximações e alianças mais recentes que as entidades representativas da profissão têm estabelecido, pelo menos, nos últimos trinta anos, contribui para analisar em que medida a relação estratégica com os movimentos sociais progressistas têm fortalecido a hegemonia do projeto profissional crítico. Aproximações estas que trazem, sistematicamente, para o interior da profissão temas e discussões² que precisam ser pautados com mais seriedade pelo conjunto da sociedade e que, ao serem reafirmados pela categoria profissional, buscam maior capilaridade na base profissional.

As referências teóricas mobilizadas neste capítulo, dentre outras, foram: Silva (2007), Ammann (2009), Netto (2011a; 2011b; 2022), Abramides (2006; 2016) e desta com Marcosin (2020), Duriguetto e Zancanelo (2019), Paula (2021), Mattos (2009), Guerra e Ortiz (2009), Barroco (2010) e informações obtidas nos sites oficiais do Conselho Federal de Serviço Social (2025) e da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2025).

O capítulo também apresenta como algumas pesquisadoras e pesquisadores da área têm analisado as lutas sociais e a crítica à ordem vigente. Dentre os nomes pesquisados,

² Por exemplo, as campanhas do conjunto CFESS/CRESS em prol do anti-capacitismo, do combate ao racismo e tantas outras, as articulações com o MST na luta pela Reforma Agrária e pela democratização da educação etc.

encontram-se o de Duriguetto (2017b); desta em coautoria com Demier (2017c) e em coautoria com Souza e Silva (2009); Marro (2020; 2022); Farage, Helfreich, Moraes, Souza (2021).

Também se apresenta uma síntese de alguns registros de trabalho junto aos movimentos sociais, fundamentada por: Duriguetto (2017b); Marro (2011; 2020); Farage, Helfreich, Moraes, Souza (2021) e Barbosa, Alves, Monteiro, Marro, Dulcich (2021).

No capítulo “5 A ação profissional de assistentes sociais junto aos movimentos sociais populares: análise das entrevistas” são apresentados os dados obtidos com a pesquisa de campo, analisando as entrevistas concedidas por assistentes sociais que desenvolveram seu trabalho junto a movimentos sociais da classe trabalhadora e setores populares.

Considerando a inserção em espaços ocupacionais diferenciados e a interlocução com movimentos sociais e lutas sociais diversas, o trabalho profissional se torna o fio condutor da análise, buscando-se identificar o tipo de vínculo contratual estabelecido; as percepções que as profissionais têm sobre o trabalho que desenvolvem; o tipo de demanda que surge e as respostas que são construídas; a reaproximação da educação popular; as percepções profissionais sobre a dimensão política e o papel de educador/a social; os possíveis elementos institucionais, políticos e subjetivos que atravessam essas experiências aqui registradas; dentre outros aspectos possíveis de serem apreendidos nas entrevistas.

Além dos conteúdos apresentados no terceiro e quarto capítulo, demarca-se a perspectiva teórica que orienta nossa compreensão sobre o significado social da profissão e alguns aspectos das relações de trabalho na atualidade, sendo referência para tal elaboração Iamamoto e Carvalho (2009), Druck (2011; 2021) e Raichelis (2011).

A busca de dados para análise por meio da pesquisa empírica visa captar os elementos que integram o cotidiano profissional enfatizando a interlocução com a classe trabalhadora organizada e como a aproximação com os movimentos sociais progressistas potencializa o atual projeto ético político do Serviço Social. A subdivisão do capítulo foi orientada pela estruturação do roteiro de entrevista.

Reforçamos o entendimento de que a relação construída entre o Serviço Social brasileiro e os movimentos sociais que defendem o aprofundamento democrático e almejam a transformação social vai além da vinculação estritamente empregatícia, ainda que a presente pesquisa enfatize as experiências de trabalho em decorrência do interesse em analisar suas particularidades e os desafios encontrados pelas assistentes sociais que ocupam tais espaços (alguns, bastante recentes) diante dos poucos registros a respeito desse tipo de vínculo.

A escolha metodológica de enfatizar a relação pelo trabalho entende a importância de registrar essa memória da profissão e analisar as nuances dessas interlocuções, sem que isso signifique criar uma hierarquização desta com as demais formas que a relação entre Serviço Social, lutas e movimentos sociais assume.

Parece-nos importante abordar como as lutas sociais e os movimentos sociais tangenciam o exercício profissional de assistentes sociais em diferentes espaços ocupacionais. Como esta relação, nem sempre óbvia, explicita a dimensão política (uma dimensão latente do trabalho profissional) e guarda o potencial de fortalecer o projeto ético político do Serviço Social sob uma orientação crítica.

2 MÉTODO E METODOLOGIA

“Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la” (Bertolt Brecht, 1898-1956).

Quando se fala em método de pesquisa considera-se o conjunto de etapas e normas, em alguma medida até de técnicas, empregadas pelo/a pesquisador/a, seguidas no processo de desenvolvimento do conhecimento científico. Segundo Minayo (2016), o campo científico é cheio de contradições e disputas, dentre as quais se situam os embates sobre a cientificidade das Ciências Sociais. É recorrente, por exemplo, o paralelo traçado com as Ciências Naturais que aparecem como o ponto de referência (a ser seguido, negado ou superado) algo que, nas palavras da autora, pode levar a uma descaracterização por tentar igualar os conteúdos e formas de construir o conhecimento científico de diferentes áreas do saber. São também desdobramentos dessa disputa os debates sobre objetividade, sobre o papel da subjetividade na relação sujeito e objeto, sobre a possibilidade ou não da neutralidade (livre de julgamentos, valores, ideologias etc.) na pesquisa social, dentre outros.

Considerando as diferentes propostas existentes de métodos de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais, o desenvolvimento da presente pesquisa se desafiará no uso do método materialista histórico dialético, o método que se propõe compreender o objeto em sua própria lógica de desenvolvimento, superando o aparente, captando sua essência nos marcos da sua processualidade histórica, apreendendo suas contradições internas e relacionando a parte com o todo.

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se "aplicam" a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para "enquadrar" o seu objeto de investigação. [...] Marx não nos entregou uma lógica, deu-nos a lógica d'O capital (Netto, 2011a, p. 52).

Para alguns teóricos marxistas, o materialismo histórico-dialético seria o principal legado deixado por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), o método usado para desvendar a sociedade capitalista. Os estudos que os autores desenvolveram sobre o modo de produção capitalista não buscavam gerar ou conceituar um método de pesquisa universal. Contudo, ao analisar a lógica de funcionamento de tal sociedade (que era o objeto de pesquisa) elaboraram uma crítica à tradição filosófica hegemônica em sua época - o idealismo - defendendo a

primazia da matéria sobre a ideia; incorporaram a lógica dialética ao apreenderem as contradições internas do objeto, entendendo-as como o motor do seu desenvolvimento; situaram o objeto no espaço tempo, entendendo sua historicidade. Aspectos que, dentre outros, viabilizaram o surgimento do que hoje se entende como materialismo histórico-dialético.

Nesses termos, segundo o materialismo histórico-dialético, deve-se sempre ter em conta que o objeto das Ciências Sociais (sendo um fenômeno social qualquer) detém, necessariamente, uma materialidade. E, assim sendo, reconhecer que o fenômeno social não é primeiramente fruto da imaginação humana e posteriormente realidade, mas é o inverso disso, não significa desconsiderar a mútua influência existente entre a realidade material e a consciência social. Soma-se a isso a compreensão de que tal objeto é dotado de contradições e não surge nem se desenvolve num vazio social. Temos assim os aspectos elementares que identificam a presença do materialismo, da lógica dialética e da história no método de análise aqui utilizado.

Ainda pensando sobre a pesquisa social, é importante destacar a objetividade no desenvolvimento da pesquisa. Não parece apropriado falar em neutralidade, principalmente na pesquisa social, considerando que seu objeto é histórico (é próprio do seu tempo e é mutável) e guarda certa identidade com o sujeito (ambos, sujeito e objeto das Ciências Sociais, têm natureza social). E no que diz respeito à objetividade – como o esperado no meio acadêmico é que o método científico seja provado, bem como os resultados auferidos –, no caso da pesquisa social, é desejável que o/a pesquisador/a explicita com minúcia todas as etapas, instrumentalidade, variáveis, orientação teórico-metodológica etc. viabilizando que a pesquisa seja reproduzida e questionada por outras pessoas.

Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade exclui qualquer pretensão de "neutralidade", geralmente identificada com "objetividade" (acerca do debate que, sobre a "objetividade", se acumulou nas ciências sociais e na tradição marxista, cf. Lówy, 1975, p. 11-36).

Entretanto, essa característica não exclui a objetividade do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica [...] (Netto, 2011a, p. 23).

Percebe-se que não é como se a objetividade fosse medida pela honestidade e sinceridade moral de quem pesquisa, pois, ciente da relação de identidade entre objeto e

pesquisador no âmbito das Ciências Sociais, o/a pesquisador/a precisa explicitar seus pressupostos teórico-metodológicos, parâmetros, instrumentalidade e outros aspectos que a pesquisa social envolve, viabilizando a realização da investigação por outras pessoas interessadas (que podem ou não chegar às mesmas conclusões por caminhos semelhantes ou diferentes).

Em Hegel (1770-1831), a dialética aparece como a lógica de desenvolvimento da história humana, em que as contradições configuram o motor desse desenvolvimento. As contradições requerem resoluções e as respostas dadas tornam-se as novas contradições a serem superadas, respondidas. Todavia, neste autor a natureza dessa dialética é idealista, ou seja, o autor defende a supremacia das ideias sobre a matéria. Enquanto, uma vez incorporada ao pensamento de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), a lógica dialética pressupõe a hegemonia da matéria sobre as ideias.

A dialética incorporada ao pensamento marxiano, em linhas gerais, compreende três momentos: tese, antítese e síntese. Na vida social, a tese é o que está posto na realidade e a antítese é o seu contraditório. Quando pensamos no processo de abstração e teorização dessa tese e desse movimento de negação da mesma, da maneira como acontece na realidade concreta, seria algo como: no primeiro momento temos a proposição de uma ideia, uma tese que é negada, sendo a antítese a demonstração dessa oposição, dessa negação.

Considerando a dinamicidade da realidade, em linhas bem gerais, tese e antítese estão sempre se chocando e, por esta razão, a dialética indica sempre uma dualidade: B que nega A, A que contrapõe B. Desse processo de antagonismo se obtém uma síntese que supera a tese e a antítese e, num movimento de constante mutação, torna-se posteriormente a nova tese a ser negada. Também se considera que a negação implica um traço de continuidade, no sentido de que há elementos de B em A e vice-versa, contudo, não é o que permanece que importa mais na análise e sim o que é original, aquilo que difere conferindo singularidade ao fato ou objeto pesquisado.

“A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos” (Minayo, 2016, p.24). Por isso, uma abordagem investigativa de perspectiva dialética é mais ampla porque não estuda o fenômeno isoladamente ou em si mesmo, mas analisa o fenômeno em suas múltiplas relações e inserido numa totalidade.

O permanente conflito move as relações e faz evoluir a história. Fato é que, quando se pensa na dialética, se tem em conta que tudo é mutável (tanto na natureza como na vida

social), tudo está em constante movimento e em correlação. Tudo no presente tem um passado e pode ter um futuro (o que permite dizer que nada é definitivo, eterno ou inquestionável, pois, nada escapa ao movimento da história). Não sendo eternas, as coisas têm começo, meio e fim, mas um fim que é, na realidade, uma transformação (o que morre transforma-se em algo novo).

O motor da mudança é a contradição. Ou seja, o fenômeno A entra em conflito com B que, no processo de negar A, viabiliza o surgimento de C que supera A e B. Num contínuo, C conflitará com D e assim por diante, demonstrando porque a contradição, o conflito é o motor da história. Contudo, é interessante considerar que, apesar do processo permanente de mudanças, pode-se considerar uma tendência de saltos qualitativos na história. Ou seja, há menos um cumulativo de pequenas mudanças que evoluem progressivamente e mais um processo de saltos qualitativos com mudanças mais substanciais, estruturais.

Em outras palavras, as Ciências Sociais não são exatas, afinal, a natureza dos fenômenos sociais (que são seu objeto de pesquisa) não é exata. Em termos de lutas sociais (trazida como exemplo por ser um dos aspectos que abordaremos nesta pesquisa), não se pode afirmar que um número determinado de pessoas é capaz de conquistar algo ao se mobilizar de uma determinada maneira, em um determinado horário e sob determinadas circunstâncias. Nem que, numa lógica matemática, este mesmo número de pessoas mais uma já conquistaria algo diferente em seu processo de luta e reivindicação. Comparativamente, é isso o que Marx (1852) quis dizer ao escrever n'º 18 de *brumário* de Luís Bonaparte: que a história humana não é fruto de vontades individuais ou coletivas pura e simplesmente, como se estas vontades se dessem num vazio social ou não tivesse um lastro histórico. À vontade humana (que é expressão do seu tempo) se relacionam as causalidades que são os fatores sobre os quais não se tem efetivo controle.

Feitas estas breves considerações sobre o método, passemos ao objeto de interesse desta pesquisa.

[...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos (Minayo, 2016, p. 16).

Tendo em vista que a presente pesquisa pretende analisar como a articulação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais populares é estrategicamente necessária

para o fortalecimento do Projeto ético político hegemônico no Serviço Social e que tal análise se orienta pelo materialismo histórico-dialético, o primeiro movimento a ser feito é o de explicitar a materialidade desse objeto.

A emergência e consolidação da profissão de Serviço Social respalda-se na função que lhe é dotada nos marcos do capitalismo monopolista: surge como uma especialização do trabalho coletivo, tornando-se um instrumento auxiliar mobilizado para realizar um controle social e ideológico sobre o cotidiano de setores específicos da população (Iamamoto; Carvalho, 2009), comumente, junto aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora. Segundo Netto (2011b, p. 74), “o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”. Isso porque a institucionalização do Serviço Social expressa uma necessidade imanente do capitalismo monopolista de alargar as bases da dominação burguesa e controlar a força de trabalho ocupada e excedente. Nesse contexto, a implementação de políticas sociais públicas é uma das formas de obter tal legitimação e controle, conformando boa parte dos espaços ocupacionais para a profissão.

A interlocução entre assistentes sociais e os movimentos sociais vai para além da vinculação estritamente empregatícia, contudo, optou-se por enfatizar a ação profissional junto a estes sujeitos em decorrência do interesse em analisar suas particularidades e os desafios encontrados por assistentes sociais que buscam estabelecer esse diálogo ou até mesmo ocupam tais espaços a partir de contrato de trabalho. Diante dos poucos registros a respeito desse tipo de interlocução profissional e da parca (mas, não irrelevante) produção bibliográfica a respeito das lutas sociais e dos movimentos sociais no âmbito do Serviço Social, espera-se, dentre outras coisas, contribuir com o debate dessa relação que é ampla, ainda que focando a análise nas experiências de trabalho (algumas, inclusive, bastante recentes).

Fato é que a interlocução com as lutas sociais e as organizações da classe trabalhadora que lutaram pelo aprofundamento democrático e mesmo por mudanças revolucionárias carrega muito mérito pelo giro ideológico, político, ético e interventivo dado pelo Serviço Social brasileiro na segunda metade do século XX. E se tal interlocução foi ingrediente crucial para a emergência do atual projeto ético político, na atualidade, se mantém como indispensável para que este mesmo projeto mantenha sua hegemonia no seio da profissão.

A princípio, atribuímos a materialidade desse objeto à própria luta de classes, afinal, um movimento social é justo a expressão da classe social organizada e mobilizada em prol de seus interesses coletivos. Ou seja, a existência de um movimento social não se justifica na lógica de conformação de um espaço de trabalho, de um espaço ocupacional e sim como uma

das táticas de organização coletiva para reivindicar algo (acesso a bens materiais, acesso a serviços sociais, maior participação política, liberdade de expressão etc.) ou para operar uma reforma e/ou mudança estrutural na sociedade.

Em determinadas circunstâncias, os sujeitos coletivos em luta podem assumir um formato organizativo e uma dinâmica de mobilização e desenvolvimento de atividades que os levam a incorporar em suas instâncias organizativas e em suas ações políticas pessoas com destacada bagagem técnica (expertise) para desenvolver alguns trabalhos, para contribuir no processo de atendimento de suas demandas sociais e políticas. E como a vinculação a uma luta social ou a um movimento social se dá, normalmente, por motivações voluntaristas, ideológicas, programática ou mesmo pragmáticas, seria interessante entender que outros aspectos são incorporados a tal relação quando a vinculação é motivada (também ou exclusivamente) pela possibilidade de empregabilidade.

Considerando que, nos marcos da sociedade capitalista, a regra é trabalhar por necessidade e não por vontade - afinal, trabalhadores/as precisam vender sua força de trabalho para obter um salário que, por sua vez, é o mediador no acesso a bens de consumo, serviços e demais recursos garantidores da reprodução social - uma série de fatores que são considerados nos estudos sobre o mundo do trabalho talvez seja pertinente de se considerar na análise feita aqui. Ou seja, a materialidade desse objeto também precisa considerar a relação de trabalho, ainda que exista um alinhamento político e ideológico entre as partes (movimento social e assistente social). Seria pertinente considerar em que medida a lógica do trabalho assalariado atravessa esta interlocução e também como se expressa quando o movimento social se configura como um espaço ocupacional.

Todavia, ressalta-se que a escolha de focar na análise da ação profissional não significa reduzir as possibilidades de interlocução da profissão com as lutas e com os movimentos sociais. É uma escolha metodológica que entende ser importante registrar essa memória da profissão e analisar as nuances desse tipo de vinculação, sem criar uma hierarquização ou reduzir o horizonte interventivo. Toda vinculação com movimentos sociais populares é legítima e necessária quando se pensa na defesa do projeto ético político crítico, da democracia radical e de um projeto societário contra-hegemônico. E, para alcançar isso, definitivamente, a relação não precisa ser mediada pelo emprego. Ela só precisa acontecer.

Retomando o raciocínio, se por um lado o debate sobre trabalho no capitalismo considera o fenômeno da alienação, da exploração etc., quais contradições se apresentam nas relações de trabalho em um espaço que, a priori, existe para lutar por direitos sociais, humanos, políticos, ou mesmo, lutar pela revolução? Quais tipos de conflitos, desafios e

potencialidades tal experiência reporta? Qual é o conflito presente no objeto, a contradição que funciona como motor de seu desenvolvimento?

O atual projeto ético político defende a articulação com as lutas sociais pela emancipação humana e com as organizações da classe trabalhadora que se inscrevem nessas lutas. Tendo isso em conta, parece-nos relevante resgatar as aproximações que marcam a trajetória da profissão e analisar como na atualidade tem se conformado os espaços e oportunidade de fortalecer tal relação nos mais variados espaços ocupacionais, identificando o que tais experiências de interlocução trazem de novo (e de continuidade?).

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade crítica e sua sensibilidade) (Minayo, 2016, p. 14).

Essa pesquisa assume um caráter teórico-empírico, combinando a busca de elementos para análise tanto na revisão da literatura como na pesquisa de campo.

Na pesquisa teórica, considerar o que já foi estudado³ sobre o tema configura uma etapa incontornável e, no âmbito da revisão de literatura, a pesquisa bibliográfica⁴ é uma das revisões mais comuns, buscando na produção acadêmico-científica mais recente e em produções mais clássicas os assuntos e conceitos relacionados ao tema e objeto de pesquisa. Por isso, buscando estar em acordo com o método que nos orienta, levantamos os artigos e obras que: primeiro, resgatam a história das lutas sociais no Brasil. A delimitação desse resgate considerou, por um lado, os marcadores sociais que fundam a questão social no Brasil e, por outro lado, os principais temas de lutas e movimentos que se apresentam nas falas das entrevistadas.

Segundo, resgatam na trajetória profissional a interlocução com as lutas e movimentos sociais. Aqui, espera-se colocar em perspectiva que apesar da materialidade do trabalho profissional, que situa a profissão no bojo das relações sociais de forma mais específica em processos de controle social e construção de hegemonia, a relação entre Serviço Social e lutas

³ Do princípio ao fim, o sujeito que investiga precisa realizar uma pesquisa exploratória, um levantamento do estado do conhecimento, analisar de maneira mais sistemática o material levantado etc.

⁴ A pesquisa bibliográfica oferece uma flexibilidade de escolha maior. É uma forma mais livre, se comparada às demais formas de revisão de literatura, do/a pesquisador/a eleger o material que incorporará no estudo. Quer dizer que fica a critério do/a pesquisador/a eleger onde e como buscará o material de embasamento teórico (indo a um banco de dados específico, consultando livros e documentos indicados etc.).

sociais nem sempre foi óbvia ou estabelecida sob uma orientação crítica. Também se espera resgatar como as interlocuções feitas a partir da segunda metade do século XX contribuíram para que a profissão elegesse para si uma direção ético-política alinhada com a emancipação humana.

Em ambos os casos, o resgate histórico é importante para subsidiar a análise do trabalho profissional neste tempo presente, sendo combinado com a pesquisa empírica. Ao ir à campo, coletamos dados junto a sete assistentes sociais por meio da entrevista para captar elementos da realidade de trabalho com movimentos sociais. Tais profissionais foram mapeadas por meio de busca ativa (em publicações acadêmicas sobre o tema; em eventos acadêmicos e profissionais do Serviço Social; junto às entidades representativas da profissão; junto à minha rede pessoal de conhecidas) e por meio de indicações das próprias participantes da pesquisa⁵.

Nesses termos, a pesquisa trabalhou com uma amostragem não probabilística, se valendo da técnica de amostragem chamada aqui de “bola de neve”, usada para acessar um grupo específico de profissionais⁶.

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (Vinuto, 2014, p. 203).

Na literatura profissional da área de Serviço Social indica-se como ainda é desafiador o trabalho junto aos movimentos sociais apesar de sua importância⁷ e de ser uma orientação do atual projeto profissional. Nesse caso, a técnica de amostragem em questão foi uma estratégia para alcançar pessoas que integrassem o público-alvo da pesquisa de forma mais assertiva. Dessa forma, iniciei a pesquisa de campo contatando profissionais conhecidas, sabidamente dentro do perfil investigado (amostragem por conveniência), e pude chegar em outras até

⁵ As convidadas, que aceitaram participar da pesquisa, puderam informar ao final da entrevista se conheciam profissionais com o perfil buscado por mim e, em casos afirmativos, repassaram os contatos e conformaram novos participantes para o estudo.

⁶ A técnica de amostragem em bola de neve revela-se pertinente em situações em que se quer pesquisar grupos pouco acessíveis e pouco estudados.

⁷ Conferir as obras de: a) IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992. b) CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. “O trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora”. In.: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009, p. 461- 479. (versão online). c) DURIGUETTO, Maria Lúcia. “Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós anos 1990: desafios e perspectivas”. In.: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo, Cortez, 2014, p. 177-194.

então desconhecidas, que não integravam esse círculo social inicial, mas que tinham o perfil para participar dessa pesquisa qualitativa.

O projeto de pesquisa foi submetido à avaliação do Comitê de Ética de Pesquisa, da própria Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo aprovado na data de um de novembro de 2023 (conferir Anexo II).

A entrevista foi guiada por um roteiro com questões abertas (elaboradas a partir do referencial teórico que fundamenta a entrevista) e de caráter semi-estruturado, permitindo, com isso, maior flexibilidade e dinamicidade na conversa. Quando foi necessário esclarecer algum ponto ou aprofundar algum aspecto trazido à tona na conversa com as entrevistadas, novas questões puderam ser feitas. Isso, inclusive, auxiliou para obtermos uma coleta de informações e de relatos de experiência mais detalhada.

Como o número que conformaria a amostragem não foi previamente delimitado, ao fim, realizamos 8 (oito) entrevistas, das quais 7 (sete) foram analisadas, pois uma das profissionais solicitou sua retirada da pesquisa por sentir-se insegura sobre seu relato. A determinação do encerramento não se deu por saturação, como se chegou a considerar no início da pesquisa. O que determinou o encerramento foi o esforço dispensado para realizar e transcrever as entrevistas dentro do tempo disponível para executar e concluir a pesquisa, delimitando em 7 (sete) o número de entrevistas analisadas.

É interessante dividir com o/a leitor/a que tanto a repetição de nomes indicados para a entrevista, em alguns momentos, como a inexistência de indicação de novos nomes indicados para as entrevistas, em outros momentos, foram situações presentes no processo. Contudo, acho importante registrar que mais nomes (além dos sete) foram levantados, tornando viável seguir com essa pesquisa no futuro.

O contato com as participantes da pesquisa se deu via aplicativo de conversa (*whatsapp*), *e-mail* e pessoalmente. Ainda assim, em todos os casos, foi enviado um convite formal por *e-mail* para cada participante. No *e-mail* foi anexado o documento de “consentimento livre e esclarecido” e o conteúdo desse documento expressava: o caráter e objetivo da pesquisa; solicitava a autorização de gravação de áudio; informava sobre o direito do/a participante de pesquisa em interromper a entrevista em qualquer fase de sua realização; garantia a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevistada; solicita a assinatura por parte da participante e informa seu direito a uma versão do documento devidamente assinado pelas partes.

Também foi informado em *e-mail*, as datas possíveis para o encontro e realização da entrevista e o *link* para ingresso na sala virtual da plataforma digital (por meio da qual se

realizaram as entrevistas). Inclusive, a escolha do uso de plataformas digitais quando necessário buscava viabilizar a entrevista, principalmente, com profissionais geograficamente mais distantes ou que demandavam uma maior flexibilidade na disponibilidade de tempo.

Concluída esta exposição sobre o método e as técnicas que esta pesquisa envolve, passamos ao capítulo sobre as lutas sociais no Brasil.

3 LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: O PASSADO PRESENTE

“Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória” (Jorge Aragão, 1983).

Neste capítulo interessa-nos apresentar como as lutas sociais estão inscritas na formação histórica do nosso país. Fazemos referência à luta pela terra (pela permanência, pelo acesso, pela preservação), por melhores condições de trabalho e pelo fim do racismo. Não sendo as únicas, são lutas cujo passado longínquo é compartilhado em nosso território, cujo entendimento a seu respeito ajuda a entender os desafios colocados na atualidade e, considerando o objeto dessa tese, são lutas que se apresentam nas experiências de trabalho de assistentes sociais (analisadas mais adiante).

Parafraseando Schwarcz (2019), apreender as contradições do passado, refletindo criticamente sobre elas, é uma maneira de entender como nos deparamos e enfrentamos tais contradições no presente. História é mudança, pois está em constante movimento e não está dado à humanidade, à priori, um destino. É também repetição, pois alguns temas vêm à tona reiteradamente, por mais que o discurso dominante tente negá-los.

No processo de expansão do modo de produção capitalista – que nos idos do século XV se instituía na Europa Ocidental e precisava (pela sua lógica interna de desenvolvimento) ser capilarizado e internacionalizado – a pilhagem de regiões como o Brasil se somou ao processo ampliado de acumulação primitiva do capital (Marx, 2013). Assim sendo, a exploração dos recursos humanos e ambientais foi a maneira inicial como alguns territórios em África, Ásia e América se incorporaram à engrenagem do novo modo de produção, sem que ainda se pudesse chamar seus modos de produção, em específico, de tipicamente capitalista.

Em se tratando do Brasil, pode-se dizer que a forma de colonização instituída por Portugal em 1500 trouxe implicações que marcam a formação sócio-histórica do país. A alta taxa de concentração de terras e a conformação do racismo como um sistema de dominação, dentre outros aspectos, não foram superados durante o período de transição, de maneira que adquiriram novos determinantes e graus de complexidade após a estruturação do modo de produção capitalista à brasileira. Em tempo, reforçamos que ao apontar esses elementos que conotariam certo nível de continuidade, não queremos defender que o capitalismo no Brasil decorre de uma evolução do modo de produção escravista. Ao contrário, nos fundamentamos

em Fernandes, F. (2006) que identifica no processo de Revolução Burguesa brasileira a combinação do arcaico com o moderno.

O capitalismo à brasileira não seguiu os parâmetros clássicos e, dentre as características que reúne, teria nascido de uma sociedade patrimonialista e se desenvolveu mantendo um caráter dependente e subalterno ao capital internacional. O capitalismo à brasileira conciliou setores novos (burguesia) e tradicionais (aristocracia agrária, latifundiários). A via colonial (assim como foi com a via prussiana na Rússia) efetuou uma conciliação entre o historicamente velho com o historicamente novo, sem permitir ou viabilizar as condições de impulso econômico e político necessárias para uma possível ruptura com os países imperialistas, capaz de levar a cabo um capitalismo autônomo no Brasil (Fernandes, F., 2006).

Despreocupados com a criação de um mercado nacional, afinal, o foco estava em atender o mercado externo, os grupos dominantes no país não estruturam a economia em bases próprias e nacionais e sim em função de objetivos político-econômicos e interesses de consumo dos países imperialistas. A cadência do desenvolvimento nacional foi balizada por vetores exógenos, pautada pelo desenvolvimento do capitalismo externo. Significa dizer que em cada estágio do modo de produção capitalista foi demandado um respectivo padrão de desenvolvimento nas economias dos países periféricos, em consonância com as economias centrais, explicitando, por isso, a face subalterna e dependente da burguesia brasileira.

Olhando para o passado, a concentração de terras (e, por consequência, a de renda e poder) no Brasil é histórica, visto que seu lastro remete desde o regime de sesmaria⁸. Até mesmo a lógica instituída a partir daquela época de produzir mercadorias e/ou extrair recursos naturais para atender um mercado estrangeiro ilustra como alguns elementos históricos se adaptaram para caber na realidade atual, afinal, cinco séculos passaram e ainda se registram na base econômica do país a concentração de terras e o uso predatório da natureza, ambos aplicados aos principais motores econômicos como o agronegócio, a mineração e outros grandes empreendimentos que oferecem *commodities* para o mercado internacional.

Ainda no que tange a questão da terra, após o fim do regime de sesmaria em 1822, foi promulgada a Lei de terras em 1850 com a intenção de inviabilizar o acesso às terras públicas por parte de trabalhadores/as em geral (indígenas, escravizados/as recém-libertos/as, camponeses/as nativos/as e imigrados/as etc.). Pela lei, o acesso à terra se daria,

⁸ O regime de sesmaria foi um sistema de distribuição de terras que Portugal adotou no Brasil colonial. Este recurso de povoamento que concedia lotes de terra aos “sesmeiros” favorecia homens cristãos que já possuíam recursos e condições para explorar as terras e deveriam retornar, por tal benefício concedido, alguns tributos à Coroa Portuguesa.

exclusivamente, pela compra a partir de então. O Governo Imperial também promoveu o aldeamento de indígenas em territórios específicos para facilitar a apropriação de suas terras e sancionou algumas leis abolicionistas (Lei Eusébio de Queirós de 1850, Lei do ventre livre de 1871, Lei dos sexagenários de 1885 e Lei áurea 1888) sob um contexto de transição do escravismo (modo de produção hegemônico até o final do século XIX) para o regime de trabalho assalariado. Formalmente, no Brasil do século XIX, o trabalho se tornou “livre” e a terra cativa.

Ao analisar o passado colonial, Fernandes, F. (2006) discorda que a produção escravista tenha atrapalhado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para o autor, o escravismo se relacionou com o desenvolvimento urbano na medida que impulsionou a consolidação de um parque industrial no país que, mesmo não dispondo de um mercado de consumo interno, foi viabilizado por um mercado capitalista moderno voltado à classe dominante nacional e internacional.

Segundo a lógica de desenvolvimento do capitalismo clássico, à primeira vista, pareceria disfuncional o enlace entre o emergente setor urbano-comercial com um sistema de produção escravista. Contudo, deve-se ter em conta que no Brasil a aristocracia agrária e os setores ligados à exportação-importação empenharam-se na consolidação e expansão do mercado capitalista moderno construindo uma transição menos complexa e resistindo às iniciativas mais arrojadas (como foi o caso do conhecido Barão de Mauá). Por isso, a existência de uma massa de excluídos não impediu tal organização (urbana, econômica etc.), mas a tornou fruto de um processo ultra seletivo.

Então, apesar de apresentarmos a questão da concentração de terra como uma implicação do desenvolvimento econômico brasileiro no presente que pode remeter a um lastro histórico desse passado colonial, Fernandes, F. (2006) não acredita que a estrutura colonial definiu o capitalismo no Brasil, já que são os novos determinantes da realidade, os que indicam a ruptura, que definiram o novo modo de produção instituído. Todavia, é notável como a formação sócio-histórica brasileira passa pelo latifúndio e pelas relações dele resultantes. A histórica combinação entre a posse da terra, a concentração do poder econômico e político, bem como a captura do Estado pelos setores agrários da classe dominante, contribuíram para a não realização da reforma agrária no país, por exemplo.

Desde as origens da “questão social” no Brasil em meados do século 19, o Estado brasileiro desenhou e implementou um conjunto complexo e intrincado de políticas de gestão e disciplinamento das forças de trabalho escravizadas, semi-livres e livres e de intervenções nas questões

fundiária e agrária e na reprodução capitalista com seus mecanismos fiscais, aduaneiros, monetários, tributários e cambiais. Com isto, o Estado foi fundamental para a hegemonia oligárquica no bloco social dominante e a consolidação do padrão de reprodução do capital agromineiro exportador (Osório, 2012) ao longo do Segundo Reinado e da Primeira República (Castelo, 2021, p.99).

Tendo isso em vista, também poderíamos falar que outro aspecto histórico que liga passado e presente é a da violência contra as classes dominadas. A violência foi amplamente usada pela classe dominante colonizadora para manter-se no poder às custas do tráfico humano para exploração do trabalho sob regime de escravidão e da expropriação de terras dos povos originários - que assim como os povos sequestrados da África, também foram assassinados, violados e escravizados.

Diante de tamanha concentração de poder econômico e político, a violência era justificada para fazer valer os interesses colonizadores e, mesmo com a instauração da República a partir de 1889, se manteve como principal instrumento da classe dominante nacional. O caráter antipopular e o autoritarismo presente nas relações sociais e políticas no Brasil fez com que a violência ganhasse novos contornos e não desaparecesse por completo da constituição do país e do Estado democrático burguês.

Findado o regime de produção escravista, nas décadas que se seguiram, buscou-se hegemonizar o discurso de uma democracia racial⁹ no Brasil, de tal forma que ainda hoje se evoca tal discurso para mistificar o passado de barbárie do país, ainda que a realidade demonstre a imensa desigualdade racial e social.

O uso da força não é um recurso exclusivo do modo de produção capitalista, mas se fazemos menção a ele é mais por entender que há um interesse em apagar o histórico de violência sistemática, promovida pelas classes dominantes e pelo Estado brasileiro, e, nesse bojo, apagar a reação a ela, que envolve o conjunto dos atos subversivos e rebeldes - individuais e coletivos - das classes subalternas.

No sentido oposto dessa invisibilidade, interessa-nos resgatar o contexto geral das lutas sociais no Brasil entendendo-as como fator decisivo no processo de avanço civilizatório e aspecto inerente à uma sociedade cindida em classes. Defendemos que o que se tem instituído na atualidade como direito humano, civil, social e político decorre das lutas

⁹ Este discurso defendia que, devido à miscigenação e à convivência entre senhores e escravos, o Brasil teria desenvolvido uma convivência harmoniosa entre as “raças”. Essa narrativa passou a funcionar como mito fundacional da identidade nacional brasileira, segundo o qual não haveria racismo estrutural, apenas desigualdades de classe ou culturais. Na prática, funciona como um dispositivo ideológico que naturaliza hierarquias sociais decorrentes do passado de escravidão do Brasil.

coletivas – às vezes de horizonte reformista, às vezes emancipatório –, sempre travadas pelas classes exploradas e dominadas, atuantes no emaranhado de relações contraditórias e de disputas de projetos sociais antagônicos.

Dentre as formas possíveis de se elaborar um resgate das lutas sociais (pelas pautas encampadas; pelas conquistas obtidas; pelo ativismo individual e coletivo de pessoas e grupos etc.), optamos por um voo panorâmico sobre as mesmas trazendo alguns exemplos de organizações, associações e movimentos que se destacaram a cada época em determinado tema. Apresentaremos uma retrospectiva nos âmbitos da luta antirracista, da luta pela terra e na luta trabalhista.

Para iniciar tal conversa, discorreremos sobre como a luta pelo direito à terra e contra a escravidão estão no germe da constituição do próprio Brasil. A busca da liberdade pela população não branca escravizada no país revelava o combate ao sistema de exploração e opressão que foi se assimilando à exploração tipicamente capitalista.

Passamos para a apresentação das lutas que tratam dos marcadores raça, terra e classe em três itens separados (uma escolha expositiva que apesar da separação reconhece a unidade e complexidade que tais processos assumem na realidade concreta), para tentar dar conta dos aspectos organizativos e de mobilização que a classe trabalhadora foi assumindo desde o final do século XIX em cada uma dessas áreas. Encerramos o capítulo discorrendo sobre o movimento social como um tipo de organização da classe trabalhadora.

Esperamos, por um lado, que este conteúdo contribua com o entendimento de processualidade histórica, principalmente, sobre como a classe trabalhadora em luta foi se forjando em nosso país. O atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro se compromete com a emancipação humana e legitima o apoio às organizações políticas que promovem as mudanças necessárias para alcançar esse fim, contudo, a profissão ainda exercita pouco a análise sobre as lutas sociais e as formas de concretizar a relação com os enfrentamentos, resistências e formas organizativas da classe trabalhadora. Assim, por outro lado, também esperamos que este conteúdo contribua para elaborarmos as análises sobre a relação do projeto profissional do Serviço Social com as lutas sociais (capítulo 4) e o trabalho de assistentes sociais com os movimentos sociais (capítulo 5).

3.1 A intrínseca relação das lutas pela terra e por liberdade no Brasil colonial

Parece pertinente começar esse item mencionando que a luta pela terra é muito anterior à constituição do Estado brasileiro, podendo-se citar a resistência quilombola e os conflitos mais antigos envolvendo os povos originários em defesa do seu território. Valendo-nos das palavras de Transpadini,

Terra e trabalho na América Latina são bases estruturais que apresentam, para além dos processos inerentes ao desenvolvimento geral e particular do capitalismo, outras histórias que os detentores do poder insistem em negar: a história das resistências, das lutas por libertação que, travadas ao longo de todo o período colonial, ainda quando silenciadas ou deturpadas, ganham vida no cotidiano das lutas dos movimentos sociais latino-americanos (Transpadini, 2016, p. 115).

Acrescentaria à citação da autora os aspectos étnicos e raciais uma vez que a terra invadida pelas explorações coloniais estava ocupada há milhares de anos por povos indígenas nativos e que a qualidade das relações de trabalho aqui impostas pelos colonizadores implicaram em escravizar parte dessa população nativa e um contingente populacional traficado do continente africano. Nesse sentido, atribuímos uma conexão genética entre as lutas por terra e a luta por liberdade (metamorfoseada em antirracista) e optamos por discorrer conjuntamente sobre elas nesse contexto histórico do colonialismo.

Pensando no Brasil e fazendo coro com a autora, integra este processo de invasão europeia a história desses povos originários que lutaram para se manter ou para resgatar seus territórios, com o qual estabeleciam não só uma relação de sustento como também de conexão com o sagrado e de conexão com seus antepassados. Simultaneamente, a história de formação de quilombos pela população negra fugida da escravidão, que confrontava o sistema vigente e criava estratégias de sobrevivência.

Durante os séculos XVI e XVII aconteceram diversas lutas indígenas contra o cativo. De norte a sul, Potiguaras, Tamoios e Guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão. Nesse tempo, a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão dos povos trazidos da África. No final do século XVI, havia mais de 15 mil africanos escravizados trabalhando nos engenhos. Também data dessa época a existência do primeiro quilombo. O quilombo era um território de resistência. Era terra de negro, onde reinava a liberdade. Nesses espaços viviam alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados (Fernandes, B. 2023, p. 2).

Sobre os **quilombos**, sabe-se que se conformaram como espaços de resistência e enfrentamento à escravidão para negros/as escravizados/as fugidos/as de seus locais de exploração desde o período colonial. Além do aquilombamento, Clóvis Moura (1925-2003)

descreve outras formas de enfrentamento ao escravismo, às vezes, mais violentas – como as insurreições –, às vezes, menos violentas – como ocupações e negociação com os senhores sobre melhores condições de trabalho¹⁰. Para o autor, na importância de reconhecer esses conflitos mora a percepção da pessoa escravizada como um sujeito consciente do escravismo e que reage a ele propositivamente. Em outras palavras, o autor se opõe às teorias da época que alegavam a suposta imagem da pessoa negra inferiorizada, intelectual e politicamente, por suas origens africanas e/ou pela sujeição à escravidão.

Eis, no extrato a seguir, elementos que o levam a tal conclusão:

O que os escravos rebeldes propõem, em suma, é a instauração de um novo regime social no qual eles cederiam a maior parte do seu tempo de trabalho em troca dos meios de produção de que necessitam... e cuidariam da sua própria existência. Curiosamente, como observou Stuart Schwartz, os castigos corporais não são mencionados no documento. Ficava, talvez, subentendido que eles não teriam razão de ser, na ordem social proposta pelos escravos (Moura, 1986, p. 75-76. Grifos meus).

As lutas travadas durante todo o período escravista não foram esporádicas ou eventuais, como por vezes fez parecer a historiografia hegemônica ao invisibilizar essa história. Além disso, a resistência por parte da classe dominante e mesmo de setores intelectualizados em reconhecer a capacidade cognitiva do/a negro/a escravizado/a e liberto/a é um aspecto recorrentemente trazido nos textos investigados por Moura (1977; 1986), Domingues e Gomes (orgs., 2011).

Por isso, resgatar e analisar as ações de rebeldia exemplifica também o nível de consciência política alcançado nos processos de luta antirracista e antiescravista, pois, deixam explícito o interesse da população negra em ser reconhecida como cidadã, com direito de ser tratada em condições iguais às de um/a trabalhador/a livre. Moura (1986) faz questão de frisar como a resistência assumia formas várias, indo de assassinato dos senhores, fuga de escravos/as, aborto, aquilombamento, insurreições e outros. Ainda que em geral não expressassem um projeto social alternativo, tais enfrentamentos tencionavam e desgastavam a ordem escravista.

Por precisarem se defender constantemente de ataques do governo e dos senhores, os quilombos demandavam um preparo militar e, a depender do tamanho e tempo de existência

¹⁰ São exemplos apresentados no livro a insurreição ocorrida em São Paulo, chamada de movimento dos caifases, e as ocupações de engenho na fazenda de Santana, na Bahia, em 1789, 1821 e 1828. Há também o levante em Salvador, no ano de 1813.

do quilombo, sua força armada poderia se voltar aos ataques a fazendas e povoados ou a autodefesa econômica, territorial etc. (Moura, 1986).

Um paralelo interessante traçado por Moura (1986) trata da falta de entrosamento entre o movimento abolicionista (que surge apenas no contexto de crise do escravismo, no século XIX) e os aquilombamentos e insurreições praticadas pelas pessoas escravizadas (registrados desde o século XVII). A partir dos escritos do autor sobre as lutas antiescravistas do povo negro (as quais o autor atribui importância significativa para a transformação das colônias em Nações, contudo, reconhecendo que não existiu uma contrapartida à população negra nos novos arranjos sociais que a tornou camada marginalizada), além de encontrarmos registros de enfrentamentos que variavam das insurgências, fugas, aquilombamentos e outros, há observações sobre a luta abolicionista em que se reconhecem (Moura, 1977; 1986)

[...] dois níveis bem distintos de participação no movimento abolicionista. Um é o dos negros que mesmo sem uma visão projetiva clara, mas premidos pela sua própria situação material e social, desde muito cedo lutaram contra a escravidão. O outro é o de políticos, pessoas e grupos que, por diversos motivos, não aceitavam mais a estrutura escravista e, por isto, apresentavam a Abolição como uma reforma capaz de satisfazer aos seus intentos, embora esses interesses materiais não chegassem ao nível de consciência. Desta forma, vemos, de um lado, a luta dos negros pelos seus objetivos específicos como escravos, e, de outro, os membros de camadas e segmentos da sociedade brasileira que sentiam a estrutura escravista como um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e consequentemente dos seus interesses específicos. Essas duas alas tinham, portanto, origem sociais diferentes e quase nunca se conjugavam em movimentos concretos e sincrônicos (Moura, 1977, p. 130).

Mais do que destacar a diferença, o importante para o autor era reforçar a ideia da rebeldia dos/as escravizados/as em contraposição ao senso comum de um suposto apassivamento desse grupo, que serviu para ignorar ou apagar a participação do mesmo tanto em lutas pela libertação do cativeiro como em lutas como as inconfidências, pela independência e pela república. Também lhe importa demonstrar que existiram experiências de luta em que os/as negros/as escravizados/as demonstraram clareza em seus objetivos imediatos e um tipo de paciência organizativa, no sentido de aprender com a derrota e retomar a luta com mais fôlego a cada nova revolta.

Vamos considerar que num regime de produção escravista não cabe falar em trabalho sobrando, afinal, isto é um aspecto próprio do modo de produção que hegemonizou o trabalho "livre" e onde o seu excesso tanto é consequência como é funcional para se pressionar aqueles/as trabalhadores/as em situação de emprego. Bem, temos então que, uma vez mais

impossibilitada de adquirir a propriedade da terra pela compra ou de usufruir da mesma pela sua posse para fins de sustento, a força de trabalho que se tornou sobrando no Brasil com o fim da escravidão e com o avanço do capitalismo buscou garantir seu sustento em trabalhos nas lavouras de cana e café (majoritárias no país até a República Velha) ou migrando para os poucos centros urbanos de sua época. A história revelou que

A Proclamação da República em 1889, além de não alterar a concentração das terras, fortaleceu-a. Consequentemente, o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcados por conflitos por terra. A não realização da reforma agrária durante as décadas de 1930 e 1940 aumentou ainda mais a tensão no campo, fazendo emergir as Ligas Camponesas e outros movimentos sociais (Gasparotto; Teló, 2021, p. 7).

Os conflitos por terra são antigos na história do Brasil e se combinaram com a luta pela liberdade. Para discorrer um pouco mais sobre os novos arranjos da luta pela terra e da luta antirracista passemos aos itens a seguir.

3.2 A luta antirracista

Nos artigos pesquisados¹¹ sobre os processos de organização e mobilização de negros e negras no Brasil aparecem que suas experiências de associativismo foram heterogêneas, poucas vezes de alcance nacional e, aparentemente, com uma tendência à solidariedade racial que ultrapassava as fronteiras nacionais. Algumas dessas experiências, inclusive, aparecerão no item sobre a luta sindical¹², por sua vez, com o intuito de reafirmar um movimento legítimo de análise da luta trabalhista no Brasil que incorpora as formas como trabalhadores/as escravizados/as e ex escravizados/as lutavam por melhorias trabalhistas e pela abolição em uma fase de protoforma do sindicalismo.

¹¹ Os artigos que serão citados podem ser encontrados nos livros “A nova abolição”, de Petrônio Domingues, e “Experiências da emancipação”, de Flávio Gomes e Petrônio Domingues (conferir as referências bibliográficas).

¹² E com isso também percebemos como a exposição das lutas sociais e organizações coletivas por tema é apenas uma escolha metodológica, pois na vida real, as contradições sociais são relacionais - terra, trabalho, raça, gênero etc. - e suas formas de enfrentamento também o são.

Para trabalhar com alguns exemplos desse associativismo, começaremos com a menção feita à **imprensa negra**¹³ como uma das alternativas associativas de afro-brasileiros/as voltadas à defesa de seus interesses de classe. Ainda que estes jornais alternativos não revelassem uma massiva capilaridade, foram capazes de contribuir com a politização de parte desse grupo social e serviram para veicular ideias abolicionistas, denunciar a segregação racial e mesmo pensar soluções para o racismo no Brasil (Domingues, 2008).

Ocupar o espaço jornalístico como uma forma de ato político adensava o processo de luta (que já contava com os quilombos, rotas de fuga, revoltas, ações judiciais etc.) que se complexificava com o surgimento de outras formas de associação política. Pouco depois de sancionada a Lei Áurea (1888), por exemplo, registrou-se o surgimento da chamada **Guarda Negra**. Segundo Gomes (2011), um grupo de libertos teria fundado essa organização para defender o direito à liberdade obtida e, num gesto de patriotismo e gratidão à princesa Isabel, defender a monarquia.

Ocorre que, no contexto pré e pós abolição, se acirrava a tensão social, principalmente, em termos das disputas entre republicanistas e monarquistas, somados aos conflitos raciais que se tornaram mais presentes no debate público graças às denúncias feitas por intelectuais e militantes negros. A existência de uma organização como a Guarda Negra não significava que a sociedade brasileira estivesse dividida entre negros/as monarquistas e brancos/as republicanos, até porque havia adesão variada nos dois projetos de regime político. Acontece que parte da população negra, principalmente a recém-liberta, notava uma aderência por parte dos senhores de escravos à defesa da República¹⁴. Com isso, acabava associando o posicionamento pró república desses senhores a um desejo de reescravidão.

Pelos relatos do autor, percebe-se como era recorrente, desde essa época, culpar a população negra por instaurar um conflito racial, por alimentar o ódio de raça. Exemplo disso era o fato de que a defesa pública da monarquia feita pela Guarda Negra e, a princípio, por renomados abolicionistas como José do Patrocínio era suficiente para que os veículos de comunicação da classe dominante não hesitassem ao responsabilizar a militância negra pelos conflitos recorrentes nas ruas entre monarquistas e republicanistas. O fato é que, naquele

¹³ São mencionados por Domingues (2008, p.27-28, 33-35) os nomes de jornais criados entre 1889 e 1946. Reproduzimos alguns aqui a título de curiosidade, caso seja do interesse do/a leitor/a investigar a respeito: A Pátria, O Baluarte, Getulino, O Menelik, Princesa do Oeste, O Xauter, O Bandeirante, O Alfinete, A Liberdade, Kosmos, O Clarim da Alvorada, A Tribuna Negra, Quilombo, O Progresso, Promissão, O Clarim, A Voz da Raça, Senzala e outros.

¹⁴ Existia um ressentimento causado pelo fim da escravidão e também persistia um discurso indenizatório por parte desses ex senhores de escravos/as.

contexto, o temor das classes dominantes causado pela possibilidade da participação política da população negra e pobre se expressava nas justificativas racistas elaboradas para afirmar uma suposta inferioridade moral e intelectual desse grupo. Inferioridade que, segundo eles, seria fruto dos anos de escravidão e mesmo das raízes africanas e que tornaria a população negra uma categoria de cidadã desqualificada e manipulável.

Curioso é perceber que esse tipo de inversão - que atribui a origem de um conflito ou antagonismo sociopolítico justamente à reação, à resposta de um grupo atacado e não à violência de quem o atacou - é um tipo de cinismo ainda hoje identificável no senso comum e no discurso dominante. Queremos dizer que, quando grupos sociais explorados e oprimidos vêm à tona denunciar as situações de exploração e opressão, comumente, são acusados de promover justamente aquilo que denunciam. No caso específico das primeiras lutas antirracistas, o discurso da classe dominante era de que o ódio racial teria surgido no momento em que a população negra (que buscava construir seus espaços de liberdade) denunciava o racismo que sofria, omitindo em seu discurso a instituição pregressa de um sistema escravocrata; o uso de ampla violência social e institucional praticada contra a população não branca e pobres em geral; a não reparação e indenização da população que foi escravizada durante gerações. E é nesse sentido que falamos de inversão, com a construção de um discurso que expressava a ideologia da classe dominante naquele contexto histórico.

Não aparece o registro da data exata que marca o fim da Guarda Negra, mas negros e negras seguiram criando e recriando espaços de convivência; lutando por seu “pedaço de chão” nos campos e cidades; defendendo de forma autônoma os interesses políticos que lhes conviessem. Tanto que, já nas primeiras décadas da República brasileira, aparecem organizações antirracistas (algumas homônimas) que, em geral, tinham em comum o atendimento assistencial, variando um pouco no caráter, organicidade, alcance e objetivos ideopolíticos.

Em Moura (1977) há uma menção importante feita ao que talvez tenha sido uma das primeiras lutas proletárias no período republicano: **a revolta dos marinheiros**, comandada por João Cândido Felisberto, em 1910. Nesse evento, menos pela identidade de oficiais e mais pela de maquinistas navais negros, parte da marinha denunciava os açoites e castigos absurdos impostos aos marujos negros por seus oficiais superiores. O autor observa que, ainda que não se neguem as possíveis influências anarquistas ou comunistas, o objetivo imediato dos marujos era que se abolisse os castigos corporais nas forças armadas. Para tal, dirigiram-se ao presidente da República e à sociedade brasileira para exigir apoio, contudo, a mobilização foi brutalmente reprimida e as mudanças até vieram, mas muito tardiamente.

A primeira metade do século XX viu aumentar as experiências organizativas da população negra¹⁵, em sua maioria historicamente localizadas. Uma dessas associações negras, a **Frente Negra Brasileira**, surgiu em São Paulo (em 1931) e teria sido uma das mais expressivas na época. Com militância em todos os estados sudestinos e ainda inspirando organizações homônimas em outros estados.

Em termos de influência, organicidade e atuação,

No campo dos direitos civis, a organização combatia o “preconceito de cor” e denunciava as práticas discriminatórias no mercado de trabalho e na rede educacional, de serviços e de lazer de São Paulo. Para melhorar sua estrutura interna, criou vários departamentos (de instrução e cultura, médico, de imprensa, jurídico-social, esportivo, musical, entre outros). Oferecia à comunidade consultório médico, escola, salão de barbeiro e cabeleireiro e cursos de artes e ofícios e de alfabetização de jovens e adultos. Também contava com caixa beneficente, oficinas de costura e um posto de alistamento eleitoral. Em sua sede ocorriam palestras, festivais de música, apresentações teatrais e recitais de poesia. A FNB acreditava que a “gente negra”, além de buscar melhores condições de vida, deveria amar a sua pátria, ter orgulho racial, esposar o caminho da “instrução”, ser trabalhadora, valorizar a família, assumir a religião católica e pensar em construir algo para o futuro (Gomes, 2005 *apud* Domingues, 2011, p. 162).

A Frente Negra Brasileira também criou uma milícia (que não se valiam de armas) constituída por capoeiras e integrantes que faziam a segurança da organização. Ideologicamente, aproximava-se da direita ultranacionalista (do tipo de organizações com aspirações fascistas, como a Ação Integralista Brasileira), defendendo (e mesmo reproduzindo internamente) um discurso racista (ainda que não se mostrasse sectária em suas alianças), o autoritarismo e a hierarquia na vida política. A atuação sob esta perspectiva político-ideológica também gerou afastamento de militantes da sua base. Sua extinção (1937-38) coincide com a instauração da Ditadura do Estado Novo (Gomes, 2005 *apud* Domingues, 2011).

Outra organização mais expressiva foi fundada por uma ex liderança da Frente Negra Brasileira (que fora expulsa e possivelmente estabeleceu uma relação com a Aliança Nacional Libertadora - ANL): a **Federação dos Negros do Brasil**. Esta surge em novembro de 1935,

¹⁵ Em Domingues (2008, 2011), Mitchell (2011), Silva, J. (2011) e Kössling (2011) também são citadas algumas organizações que listaremos aqui a título de curiosidade, caso seja do interesse do/a leitor/a investigar a respeito: Frente Negra Brasileira, Frente Negra Socialista, Legião Negra, Federação dos Negros do Brasil, Federação Nacional da Raça Negra, Aliança Cooperativa dos Homens Pretos do Brasil, Federação Paulista dos Homens de Cor, Liga Humanitária dos Homens de cor, Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, Clube Negro de Cultura Social, União Negra Brasileira, Sindicato do Operariado Negro, Centro Cívico Palmares, Associação de Negros Brasileiros, Clube Jabaquara etc.

também em São Paulo, com aspirações de incidir no cenário nacional com a luta antirracista. Desde sua fundação, a organização foi espionada pelos aparelhos repressores do Estado que enxergavam a questão racial como um potencial subversivo a ser vigiado e combatido.

Apresentando um discurso nacionalista em seu surgimento, a Federação registrou em sua trajetória uma apropriação da perspectiva panafricanista e diaspórica, que apontava para a solidariedade internacional entre a raça negra. O engajamento da organização em torno da defesa da Etiópia (antiga Abissínia), invadida pelo regime fascista de Mussolini nos anos de 1930, talvez tenha sido o maior exemplo da aplicação dessa perspectiva. A Federação não hesitou ao se aproximar de setores da esquerda democrática e de encampar uma campanha de solidariedade internacional pela liberdade de Etiópia, despertando ainda mais a desconfiança da repressão varguista.

A suspensão das atividades da Federação dos Negros do Brasil coincide com as retaliações do Governo Vargas às organizações de esquerda, comunistas e afins, após a Intentona Comunista.

Com personalidade, dinamismo e labor, a Federação dos Negros do Brasil agenciou antigos e novos ativistas na luta contra o “preconceito de cor”; Tateou um projeto emancipatório; participou do complexo e efervescente jogo da alta política; estabeleceu alianças com grupos diversos; assumiu embates à luz de uma plataforma nacionalista; e plantou, ambigualmente, a semente de uma consciência panafricanista (Domingues, 2011, p. 177).

Para o autor, a questão racial foi preponderante sobre as propostas capitalistas ou socialistas, por mais que tenham existido aproximações progressistas e democráticas no processo de politização da questão racial pela Federação.

A **Legião Negra** também surgiu de uma dissidência da Frente Negra Brasileira no contexto da guerra civil paulista, nomeada de Revolução Constitucionalista (1932). Configurou batalhões específicos, com cerca de dois mil homens negros, que se somaram ao exército constitucionalista em São Paulo. Segundo Domingues (2008), para além de uma questão ideológica ou política, era possível que questões materiais se sobrepusessem aos ideais de liberdade que motivaram o alistamento dos afro-brasileiros.

Na verdade, o alistamento garantia uma cesta básica, assistência médica e odontológica e um salário para o soldado e sua família. Mesmo assim, não dirimia a situação de escassez que solapava a vida de alguns integrantes dos batalhões de voluntários (Domingues, 2008, p. 112-113).

Esse fator material era tão significativo que o fim da guerra significou, dentre outras coisas, a perda da única fonte de renda de que dispunham. Para o autor, apesar do conflito ter origem em divergências internas da classe dominante (especificamente, setores da elite paulista *versus* Getúlio e sua base de apoio), existiu certa aderência à luta constitucionista por parte da população afro-brasileira, cuja atuação no fronte de batalha, inclusive, conferiu certa legitimidade àquele segmento no bojo da opinião pública no estado. O que não significou a superação do racismo presente na sociedade paulistana.

Já no contexto de fim do Estado Novo, surge no Rio de Janeiro o **Teatro Experimental do Negro** (1944-1968). De aspirações democráticas, em termos políticos e culturais, além de agitar o cenário teatral também defendia a democracia racial. Criou o jornal Quilombo e o Instituto Nacional do Negro para, respectivamente, veicular a defesa de ações afirmativas para a população afro-brasileira e contribuir com pesquisas e estudos com a temática racial (Domingues, 2008).

Mencionamos, anteriormente, a dinâmica da luta **quilombola** por liberdade e terra, todavia, os desafios para resistirem, existirem e produzirem não se limitaram ao período colonial. No século XX, por exemplo,

Durante a ditadura, houve inúmeros conflitos causados pela instalação de megaprojetos (usina nuclear, hidrelétricas, barragens, mineração etc.), pela especulação imobiliária e pela atuação de grandes latifundiários, que acabaram por gerar o deslocamento forçado de muitas dessas comunidades quilombolas. Os conflitos envolveram tanto grandes proprietários ou empresas como agentes do Estado, especialmente as Forças Armadas (Aeronáutica, Marinha e Exército).

Esses conflitos ocorreram em diversas regiões do país, como: Alcântara (Maranhão), Monte Alegre (Maranhão), Marambaia (Rio de Janeiro), Mandira, São Pedro e Porto Velho, localizados no Vale do Ribeira (São Paulo), Peropava (São Paulo), Varzeão (Paraná), Negros de Gilú (Pernambuco), Vale do Ribeira (São Paulo) e Rio dos Macacos (Bahia). Muitos desses conflitos persistem ainda hoje, assim como as demandas por territórios, preservação ambiental e vida digna também persistem nesses quilombos (Gasparotto; Teló, 2021, p. 34-35).

Na contemporaneidade, seja pela autorreferência a uma ascendência africana e/ou pela relação estabelecida com o território, entende-se que os quilombos existentes são reconhecidos como “comunidades negras rurais ou urbanas que possuem trajetórias históricas, culturais, políticas, sociais e econômicas específicas ligadas à ocupação territorial, vínculos étnico-raciais e resistência à escravidão” (Gasparotto; Teló, 2021, p.40). E para lutar contra o

racismo estrutural, pelo reconhecimento de sua identidade, pela terra e por outros direitos, podem se organizar em associações, grupos, federações etc.

É interessante pensar em como a resistência quilombola articula os determinantes **terra** e **raça** em toda sua trajetória. Surgindo no contexto de luta anti-escravista e permanecendo sob o signo da luta antirracista, seguiu também como uma das frentes de enfrentamento à concentração de terra no Brasil, expressando interesses de uma classe popular de existir material, religiosa e culturalmente (ainda que nem sempre orientada por um horizonte estratégico, nos termos propostos pela teoria social crítica ou pela teoria revolucionária, afinal, suas referências cosmológicas e de visão de mundo costumam ser outras).

Numa sociedade onde aqueles/as que não detém o poder econômico e político não podem ser donos/as da terra, valer-se de instrumentos normativos como a regularização fundiária e como alguns marcos legais, por vezes, pode servir de mecanismo de defesa. Por exemplo, no texto constitucional (especificamente, no capítulo III, seção II, e no item “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”), encontramos os seguintes artigos:

Artigo 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. Parágrafo 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

[...]

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Brasil, CF/1988).

Tais artigos reconhecem as áreas remanescentes quilombolas como um registro da história e da constituição da cultura brasileira, algo que, mais do que garantir a

posse/propriedade da terra¹⁶ a estes sujeitos, deveria abrir precedente para o entendimento mais amplo e complexo sobre esta organização social.

Nos anos 1979-80 foi criada uma **Frente Negra de Ação Política de Oposição** (FRENAPO), pluripartidária, constituída por indivíduos egressos da carreira parlamentar que buscavam integrar o movimento negro aos partidos políticos. A integração contribuiria para que se avançasse nas tomadas de decisão política. A própria **Fundação Cultural Palmares** foi criada em 1988 para promover a política de integração racial a nível nacional, estando ativa até os dias atuais. Inclusive, não adentramos neste aspecto aqui, mas após a redemocratização passou a existir também um “trânsito militante” em espaços institucionais próprios da esfera estatal, o que demonstra avanços no que tange a participação social, decorrentes dos processos de luta social, sem, contudo, demonstrar a real superação do racismo.

O **Movimento Negro Unificado** (MNU) foi fundado em São Paulo, 1978, e alcançou *status* de movimento nacional almejando um caráter reivindicativo que, sem ser subordinado às demais organizações de esquerda, buscaria articular o conjunto de entidades e associações negras. Pode-se dizer que traz a oposição à Ditadura empresarial militar¹⁷ como uma marca em sua origem, juntamente com a leitura que relaciona raça e classe e solidariedade internacional entre o povo negro.

No plano externo, o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras, e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Tais influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial.

No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na

¹⁶ Ainda que predomine nas comunidades quilombolas um entendimento da terra como um bem coletivo e um tipo de relação que não é com o solo em si, mas com a natureza em geral, não seria pouca coisa a regularização visto o interesse das frações capitalistas dominantes em manter o exclusivismo no acesso ao solo urbano e rural.

¹⁷ Esse regime autoritário, financiado pelo governo estadunidense, vigorou entre os anos de 1964 a 1985, e contou com apoio de parcela da sociedade civil, com destaque principal de grupos econômicos e empresariais. Suspendeu direitos civis, perseguiu, prendeu, torturou e matou opositores, impôs a censura à sociedade e conduziu o desenvolvimento econômico subordinado ao capital internacional.

concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo (Domingues, 2007, p. 112-113).

Entendemos que, apesar de não darmos conta aqui da totalidade de movimentos existentes, esta exposição feita ilustra como a luta antirracista compreendeu e segue compreendendo conforme a conjuntura política diferentes estratégias, arenas e organizações. Seguindo esta lógica expositiva, passaremos para a apresentação das lutas e movimentos sociais referentes a outras áreas da vida social.

3.3 A luta pela terra

No que tange, mais especificamente, à luta pela terra, apesar dos conflitos envolvendo trabalhadores/as livres (brasileiros - ex escravos ou não - e imigrantes) denunciando expulsões e condições de trabalho, apenas em meados do século XX é que uma noção de projeto emergiu, no caso, quando a identidade de camponês foi forjada associada à luta por reforma agrária.

Ou seja, o resgate das lutas sociais no campo mostra como a luta pela terra (combinada com a luta pela liberdade) é antiga no Brasil, todavia, a luta pela reforma agrária nem tanto. Esta é a defesa feita por Fernandes, B. (2023), ao dizer que a luta pela terra e a luta pela reforma agrária se integram, mas não são idênticas e nem sempre convergiram. A primeira tem caráter mais específico e a segunda tem caráter mais amplo (porque envolve a sociedade) e enquanto projeto, nunca foi implementado no Brasil.

No nosso País, a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta, com o crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições (Fernandes, B. 2023, p. 1).

Não parece se tratar de uma diferenciação meramente expositiva e sim uma forma de compreender melhor como a trajetória da luta pela terra marcou o conjunto das lutas sociais no decorrer desses cinco séculos de exploração e pilhagem do território brasileiro.

A realidade do trabalho no campo sempre se mostrou muito dura, principalmente, quando se considera a histórica falta de cobertura de serviços públicos e as relações de trabalho impostas pela classe dominante. Os/As trabalhadores/as rurais tiveram acesso tardio, por exemplo, a uma série de direitos trabalhistas já garantidos em lei aos/as trabalhadores/as urbanos desde a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ocorrida em 1943. Apenas

No governo do presidente João Goulart foi aprovado, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo. Em 13 de março de 1964, Jango, como era conhecido, assinou um decreto prevendo a desapropriação para fins de reforma agrária das terras localizadas na faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias, açudes construídos, em construção ou planejados pela União (Gasparotto; Teló, 2021, p. 7).

Antes da aprovação deste Estatuto, entre 1950 e 1960, houve uma ascensão das lutas no campo com a fundação de sindicatos rurais e com a mobilização de posseiros, pequenos proprietários, sem terras e trabalhadores/as rurais. A luta por direitos e pela reforma agrária se espalhou em diferentes regiões do país.

Uma organização surgida na década de 1950 foi a **Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ)**. Sua história associa-se a eventos de décadas anteriores, nos idos de 1930, quando o governo do Rio de Janeiro implementou um plano de colonização que buscava criar uma área de produção de alimentos no entorno da capital do estado. A ideia era, simultaneamente, combater a grilagem de terra e a expulsão dos lavradores do campo e também abastecer a população carioca que sofria com a recorrente falta de alimentos para comprar.

Segundo Gasparotto e Teló (2021) a maioria dos conflitos por terra ocorridos no estado entre 1950-60 se deram no “cinturão verde” (como se nomeava tal área de colonização) ou nas proximidades, envolvendo posseiros (trabalhadores não proprietários que moravam e agricultavam a terra) e grileiros (proprietários ilegais, que falsificavam os títulos da terra buscando controlá-la para especulação e outros fins).

A Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) foi criada em 1959 logo após a realização da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado em Niterói, que procurou articular as lutas no estado e organizar um congresso nacional de camponeses e camponesas, o que ocorreu em 1961 em Belo Horizonte. Um

dos principais responsáveis pelas articulações em torno da criação da Falerj foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estimulava os trabalhadores e trabalhadoras ameaçados a se organizar e a defender a reforma agrária. O PCB incentivava ainda o apoio dos operários das indústrias da época a apoiar a população camponesa (Gasparotto; Teló, 2021, p. 32).

Os/As trabalhadores/as apostaram no coletivismo para: trabalhar na lavoura em mutirões; resistirem aos despejos; ocuparem terras e fazerem sua segurança pessoal frente aos ataques de jagunços. Como forma de luta também lançavam mão de: manifestações públicas para pressionar o governo; ações judiciais para reverter ordens de despejo e para liberar lideranças presas (e nesses casos, advogados militantes do PCB davam suporte jurídico) e apoio de sindicatos operários para denunciar e publicizar a pauta.

A autora e o autor descrevem, brevemente, três ocupações que exemplificam como as mobilizações dos/as trabalhadores/as por terra agitaram o cenário político carioca poucos anos antes do golpe militar de 1964: ocupações da fazenda São José da Boa Morte, na cidade de Cachoeiras de Macacu (1961, 1963); ocupação na área chamada Imbé, do município de Campos (1963) e a ocupação na Fazenda Capivari, em Duque de Caxias (1963). O temor diante da ascensão das lutas populares no campo fez com que os proprietários latifundiários apoiassem o golpe militar de 1964 e apoiassem a repressão.

As terras que haviam sido desapropriadas pelo Governo Federal (20 áreas entre 1958 e 1963) foram devolvidas aos antigos donos e aos que se diziam ser proprietários, mas, muitas vezes, eram grileiros. Foi o caso dos irmãos Cunha Bueno, proprietários da Fazenda São José da Boa Morte no município de Cachoeiras de Macacu. Um era senador, e outro, deputado federal, e apoiaram o golpe (Gasparotto; Teló, 2021, p. 34).

Registrou-se no sul do país o sindicalismo rural do **Movimento dos Agricultores Sem Terra** (MASTER) que, inclusive, mantinha relações políticas muito próximas com o partido trabalhista brasileiro (PTB).

Um amplo movimento de resistência formou-se em várias regiões do país, especialmente no Rio Grande do Sul, sob a liderança do então governador Leonel Brizola. Esse movimento, que ficou conhecido como Campanha da Legalidade, garantiu a posse de Jango. Para resolver a crise, foi realizado um acordo que estabeleceu o regime parlamentarista no Brasil. Assim, o presidente assumiu o cargo com seus poderes reduzidos. No início de 1963, um plebiscito levou ao retorno do presidencialismo, e João Goulart retomou suas prerrogativas presidenciais. A partir daí ele colocou em pauta uma série de reformas, que ficaram conhecidas como reformas de base. Essas reformas previam uma série de iniciativas, como as reformas agrária, bancária, fiscal e administrativa.

Em 1962, o presidente criou a SUPRA (Superintendência de Política Agrária), um órgão responsável por desenvolver estudos e projetos de reforma agrária. No ano seguinte, foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural (Gasparotto; Teló, 2021, p. 12).

O setor latifundiário da burguesia nacional reagiu a esta movimentação popular patrocinando campanhas em rádios e jornais (lembrando que até os anos 1960 a televisão não era um item acessível, sua popularização é posterior à 1970, e o rádio era o veículo de informação universal no país) e realizavam pressão política na Câmara e no Senado para que os parlamentares não apoiassem os projetos de reforma agrária em pauta no Congresso Nacional ou apresentados no Programa das Reformas de Base do governo João Goulart.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. [...] Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro (Goulart, 1964 *apud* Gasparotto; Teló, 2021, p. 14).

Todavia, o golpe de 1º de abril de 1964 impediu que algum avanço concreto se efetivasse. Voltando uma década antes, registra-se o surgimento da **“União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” (ULTAB)** que, segundo Gasparotto e Teló,

foi criada em São Paulo em setembro de 1954 por mais de 300 delegados de nove estados brasileiros que reclamavam do tratamento recebido por trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. A ULTAB estava ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que procurava mobilizar a população camponesa para lutar por terra e direitos.

[...]

O PCB administrou a ULTAB até o final de 1963, quando foi reconhecida pelo Governo Federal a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). O presidente da ULTAB, Lyndolpho Silva, foi eleito presidente da CONTAG. Com o apoio do governo, a entidade estimulou a organização de sindicatos para defender os direitos do campesinato (2021, p. 15-16).

Como a sede da ULTAB encontrava-se em São Paulo, suas lideranças viajavam para o interior do país divulgando as pautas da reforma agrária e dos direitos trabalhistas para os/as camponeses/as. Estabeleceu diálogo com representações religiosas, com a Liga e o MASTER, se configurando como a maior associação de camponeses que existiu até aquela época. Teve papel importante para pressionar a aprovação do estatuto do trabalhador rural e foi extinta com o golpe de 1964.

Contemporânea a citada organização, existiram também as chamadas **Ligas Camponesas**, criadas no interior do estado de Pernambuco no ano de 1955, originalmente nomeada como Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP). Posteriormente, o nome Ligas Camponesas acabou se impondo em decorrência da cobertura feita pela imprensa que, por sua vez, pretendia associar a SAPPP às experiências organizativas da década anterior que foram encabeçadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁸.

Seu surgimento é oriundo da solicitação de lavradores por acesso à educação e redução do aluguel (também tratado como “foro”) pelo uso da terra. Trabalhadores/as rurais se auto-organizaram para aprender a ler, escrever e contar, algo que lhes ajudou a perceber as fraudes aplicadas pelo dono de engenho nas vendas do barracão (estabelecimento situado dentro do engenho para vender ferramentas, utensílios e outros bens aos/as trabalhadores/as).

A figura de Francisco Julião e sua aproximação com os/as lavradores/as configura, normalmente, um marco, pois o mesmo, na condição de advogado e deputado estadual, se tornou uma das lideranças importantes no processo de crescimento das sociedades agrícolas na região de Pernambuco.

Com o apoio de Francisco Julião, em 1959, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco aprovou a desapropriação do Engenho Galiléia, que era classificado como engenho de fogo morto, ou seja, um engenho onde não mais se plantava cana-de-açúcar nem se produzia o açúcar. Com a aprovação do projeto de desapropriação, o engenho passou a pertencer aos camponeses e às camponesas que viviam no Galiléia. Com a novidade o Engenho virou palco de uma grande festa, ocorrida no dia 15 de fevereiro de 1960. Festejaram um novo horizonte de liberdade e de vitória. Eram sentimentos novos vivenciados por aqueles trabalhadores e trabalhadoras que

¹⁸ Na década anterior, o partido comunista já havia encampado um trabalho político nas áreas rurais buscando construir uma aliança operário-camponesa e alinhando-se às orientações oriundas da Internacional Comunista, contudo, suspendeu tal trabalho ao ser posto na ilegalidade pelo governo Vargas em 1947. A esta experiência deram o nome de Liga Camponesa, o que explica a associação feita pela imprensa. Anos mais tarde, seu apoio e interferência reapareceu nas mobilizações campesinas.

comemoravam por meio de rezas, procissão, discursos e de um grande baile, animado por pífanos e zabumbas.

Os moradores do Engenho poderiam dividir a terra entre si e deixariam de pagar o foro ao antigo proprietário. Essa conquista fortaleceu politicamente as Ligas Camponesas, que se transformaram em referência de luta pela terra, conhecidas nacional e internacionalmente. De sujeitos invisíveis, os camponeses e as camponesas de Pernambuco passaram a ocupar capas de jornais e revistas, tornando-se importantes atores da cena política no início da década de 1960 (Gasparotto; Teló, 2021, p. 18).

Sob forte vigilância e repressão policial, as Ligas ainda assim conseguiram se expandir pelo Brasil. Uma greve, em aliança com outros sindicatos rurais de Pernambuco, conquistou reajuste salarial e um acordo a respeito das atividades que caberiam na jornada de trabalho, isso em 1963. Além disso, a desapropriação ocorrida no Engenho da Galiléia incentivou a criação de bases do movimento pelo país.

É interessante observar que, desde essa época, o acesso à terra já não era a pauta única dos/as trabalhadores/as, que reivindicavam também por: comida adequada, saúde, educação, fim de contratos de trabalho abusivos e por direitos trabalhistas, moradia, fim da grilagem de terras e das expulsões da terra, fim da violência no campo etc. Segundo o autor e a autora, o movimento se valeu de comícios, marchas, alianças, greves e congressos como formas de debate interno e publicização de suas pautas de reivindicação.

Para se mobilizarem e organizarem suas ações, integrantes das Ligas Camponesas realizavam reuniões rápidas e nômades entre engenhos e matas, formando uma rede de compartilhamento de informações sobre as possibilidades de agir para a conquista de direitos pelos trabalhadores e trabalhadoras. O caráter migrante e ágil dificultava a repressão dos latifundiários, o que promovia um sentimento de perda do controle social e político há muito exercido por eles sobre os trabalhadores e trabalhadoras da cana-de-açúcar (Gasparotto; Teló, 2021, p. 21-22).

Segundo o autor e a autora, entre 1962-64 a luta pela terra pautou o debate público, no entanto, na mesma medida dessa expansão, ocorreram também as retaliações da classe dominante agrária e seus representantes políticos. Criminalizar o movimento, perseguir e assassinar lideranças, chacinar, dentre outras formas de promover o terror no campo, permaneciam como formas de ataques promovidos pela polícia estadual e por capangas (milícias rurais) a mando dos proprietários dos engenhos e usinas. A partir de 1964, os latifundiários passaram a contar com o apoio do exército brasileiro.

O movimento das Ligas Camponesas foi perseguido por proprietários de terra e pelos militares. As sedes do movimento foram fechadas. O Engenho

Galiléia, onde surgiu a primeira Liga, foi ocupado pelo Exército durante vários dias. Diversas pessoas fugiram com medo do que lhes poderia acontecer. As lideranças do movimento camponês também foram perseguidas e presas. Francisco Julião ficou encarcerado entre 1964 e 1965 e depois foi exilado do país, passando a viver no México até 1979 (Gasparotto; Teló, 2021, p. 22).

Encontramos também o **Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER)**. Surgido no município de Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul, no ano de 1960, o MASTER nasce de um processo de mobilização de algumas centenas de famílias de posseiros que exigiam a permanência na terra em que trabalhavam há mais de 50 anos. Sua expansão no estado agregou associações camponesas, indivíduos e famílias sem-terra, pequenos/as agricultores/as, assalariados/as rurais e peões que precisavam da terra para sobreviver. Desde o início, contou com o apoio do político Leonel Brizola e de militantes dos Partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e Comunista Brasileiro (PCB).

Essas lutas ganharam bastante visibilidade em função da formação de acampamentos para reivindicar a desapropriação de alguma área. Como marca registrada, esses acampamentos eram realizados à margem dessas áreas, sendo que a maior parte delas eram latifúndios improdutivos ou terras devolutas. O MASTER foi precursor em formar acampamentos como forma de reivindicar a terra, uma estratégia que é adotada atualmente por outros movimentos, como o MST (Gasparotto; Teló, 2021, p. 24-25).

Na primeira reivindicação de desapropriação feita por famílias sem-terra no estado, ocorrida em 1962 (fazenda Sarandi), não se sabe da participação do MASTER na organização, mas se registra sua participação desde a ocupação. Com o fato da reivindicação ter sido acolhida de pronto pelo governador do estado, Leonel Brizola, que também aprovou a criação de órgãos públicos voltados à questão e à reforma agrária, vários outros acampamentos se formaram pelo Rio Grande do Sul. O MASTER tornou-se, no processo, a principal referência entre os/as trabalhadores/as. Com o fim do mandato de Brizola, a correlação de forças ficou desfavorável para os/as trabalhadores/as.

O governo Meneghetti estava alinhado com os interesses dos grandes proprietários e atuou para enfraquecer a imagem do MASTER e as lutas camponesas no estado. Exemplos dessas ações foram o desmonte do então Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e as práticas repressivas contra as mobilizações de sem-terra, que envolveram a queima de ranchos, apreensão de ferramentas de trabalho, ameaça às famílias, espancamentos e prisões de lideranças e integrantes do movimento. Essas ações eram apoiadas pelos grandes proprietários e por grande parte dos veículos de comunicação,

que acusavam o movimento de ser “subversivo” e “comunista” (Gasparotto; Teló, 2021, p. 27).

A repressão promovida pelo poder público estadual e federal (polícia, exército, DOPS) e poder privado (jagunços) não impediram, mas impuseram grande dificuldade à organização do MASTER e aos/às trabalhadores/as individualmente. A repressão e criminalização causou danos físicos, psicológicos, econômicos e sociais visto que fragilizaram os laços comunitários, dificultaram a empregabilidade dos presos políticos, distanciaram familiares e conhecidos temerosos da perseguição e alimentaram preconceitos diversos (em decorrência da pecha de terroristas, comunistas, subversivos).

A ditadura empresarial militar se encarregou de, no decorrer dos seus 21 anos de duração, assassinar mais de mil trabalhadores/as rurais. Também foi responsável por promover a modernização agropecuária, condicionando a produtividade na área ao uso de fertilizantes, agrotóxicos e transgênicos.

Junto com a modernização, o governo ditatorial incentivou a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e a Amazônia, especialmente por meio da concessão de grandes áreas e dos projetos de colonização, nos quais o principal beneficiado foi o grande empresariado rural.

O país assistiu a um deslocamento de milhões de famílias, principalmente nordestinas e sulistas, em direção a essas regiões. A grilagem e o avanço sobre terras de populações tradicionais, de um lado, e a falta de políticas de assistência, de outro, fizeram surgir novos focos de conflitos e disputas por terra, aumentando a violência contra trabalhadoras e trabalhadores no campo (Gasparotto; Teló, 2021, p. 8-9).

A história da violência no campo não foi monopolizada pela ditadura empresarial militar brasileira, estando presente desde a invasão colonizadora. Atingiu os povos nativos das florestas que aqui viviam, as comunidades aquilombadas que surgiram para sobreviver e resistir à escravidão, os mais variados segmentos de trabalhadores/as rurais que ousaram reivindicar o acesso à terra e aos direitos trabalhistas, as comunidades que enfrentaram os impactos nocivos de grandes empreendimentos em seu território. Talvez, o que particulariza a violência praticada no período ditatorial seja o fato de que a violência privada (praticada por pessoa física ou jurídica, por assim dizer) foi plenamente legitimada e também praticada pelo poder estatal, em nome da defesa dos interesses da burguesia nacional e internacional e contra os “inimigos internos”.

Com a reação burguesa demonstrada no golpe militar, sindicatos foram fechados, tendo lideranças substituídas, presas ou colocadas na clandestinidade. No campo,

latifundiários e grileiros sentiram-se mais à vontade para despejarem e perseguirem os/as trabalhadores/as rurais e as comunidades tradicionais e indígenas, tantas vezes se valendo da acusação de comunismo para justificar o terror que instauraram.

A construção de rodovias e hidrelétricas também resultou na expulsão de milhares de camponeses e indígenas durante a ditadura. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a política de incentivo ao turismo também facilitou a grilagem e os despejos de posseiros, especialmente nas regiões litorâneas. A rodovia Transamazônica é outro exemplo que causou a morte de milhares de indígenas nas regiões onde ela foi construída (Gasparotto; Teló, 2021, p. 47).

No que tange a questão indígena – cuja complexidade extrapola os limites deste trabalho –, abriremos um parêntese para fazer um salto temporal e registrar um fato que mobilizou o debate público na sociedade brasileira: a tese do “marco temporal” e o uso desse instrumento legal como justificativa para a retirada dos povos indígenas de suas terras.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo VIII, estabelece:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé. § 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º. Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus

direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (Brasil, CF/1988).

De forma geral, o artigo 231 da Constituição Federal reconhece um direito originário, anterior e independente do Estado brasileiro. Oposto a isso, a referida tese, defendida por representantes políticos do agronegócio, da mineração e do garimpo (favorecidos imediatos), surgiu no meio jurídico com o propósito de restringir o reconhecimento de terras indígenas apenas àquelas áreas cujas comunidades pudessem comprovar tê-la ocupado até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a inconstitucionalidade dessa interpretação em setembro de 2023, o Congresso Nacional aprovou, posteriormente, a Lei nº 14.701/2023, que instituiu o marco temporal e outras regras relativas à demarcação de terras indígenas. O Presidente da República vetou dispositivos centrais da lei – incluindo o próprio marco temporal – por entender que feriam direitos originários reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Contudo, em dezembro de 2023, o Congresso derrubou esses vetos, restabelecendo o texto integral da lei.

Dessa forma, a legislação ordinária atualmente mantém o marco temporal, ainda que sua aplicação esteja sob contestação judicial e em conflito com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma o direito originário dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam, independentemente da data de 1988.

Outros marcadores legais surgiram para complementar o artigo acima¹⁹. Todavia, a luta dos povos originários segue enfrentando novos desafios: como o de comprovar a posse de uma terra considerando o histórico de fugas para sobreviver que ocorrem desde antes na configuração do Estado brasileiro. Essa breve menção ao presente, mais uma vez, coloca em perspectiva a longevidade e a correlação de questões (terra, raça/etnia) que marcam a formação sócio-histórica do Brasil.

Outra organização cuja relevante atuação nas lutas sociais pela terra alcança os dias atuais é a **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Sendo uma das frentes de trabalho social da Igreja Católica, criada no ano de 1975, surge como um tipo de enfrentamento ao cenário de violência historicamente praticada no campo, contra povos originários e trabalhadores/as rurais, em especial na região amazônica. Apesar de nascer vinculada à Igreja Católica,

¹⁹ Em uma reportagem, feita pelas jornalistas Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams, no site Nexo, encontra-se uma linha do tempo registrando os marcos legais que dizem respeito à questão indígena. O título da matéria é “Territórios e direitos dos povos indígenas” e está disponível para consulta em: <<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/Territ%C3%B3rios-e-direitos-dos-povos-ind%C3%ADgenas>>. Acesso: 20/10/2023.

manifesta uma tradição ecumênica que a fez aproximar-se de outras igrejas cristãs, como a Igreja Evangélica Luterana.

Os assim chamados posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, sua ação se estendeu a todo o Brasil, pois os trabalhadores e trabalhadoras da terra, os camponeses em suas mais diversas categorias, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas.

Ela se destacou pela defesa do direito dos trabalhadores à terra, sobretudo posseiros e sem-terra. Só que a democratização do acesso à terra passa pela quebra do latifúndio, por isso, se envolveu diretamente com as diversas lutas e manifestações em favor da Reforma Agrária.

Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava.

Por isso logo se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens que expulsavam milhares de famílias para a construção de hidrelétricas, como a Itaparica, no Rio São Francisco, e Itaipu, no Rio Paraná (CPT, 2010).

Com uma atuação que já tem percorrido décadas, não seria improvável que o caminho desta organização também se cruzasse com o caminho de uma das organizações de maior visibilidade política, dentro e fora do Brasil: o **Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST)**. Em entrevista, um dos principais dirigentes do MST, João Pedro Stédile, não atribui uma continuidade ou linha evolutiva das lutas anteriores até o surgimento do movimento em questão. O que não impede que o mesmo se reivindique herdeiro de tais lutas uma vez que resgata tais experiências para fins didáticos e de memória histórica.

[...] nós, do MST, nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas.

[...]

[sobre o MASTER] O que existe é uma memória histórica que sempre fica presente. O que existe é que não há um fio condutor que una as duas organizações. Por exemplo: o Master tinha ideólogos e dirigentes políticos ligados ao antigo PTB, naquele estilo de trabalho deles. Já o MST surge do trabalho das Igrejas Católica e Luterana (Stedile; Fernandes, 2012, p. 20-21).

Nesta mesma entrevista, o dirigente atribui o surgimento do MST a multifatores. Em termos históricos, a modernização promovida no campo, nos idos dos anos 1970, garantiu a expulsão de grandes contingentes populacionais que em parte migrou para outras regiões do país (Rondônia, Mato Grosso e Pará, por exemplo), em parte buscou nos centros urbanos oportunidades de emprego e, em menor medida, talvez, permaneceu em sua região de origem buscando formas de se manter na zona rural.

Na época, existia um estímulo por parte do governo na migração para o centro-norte, para colonização e povoamento de fronteiras do país. Todavia, quem migrou para essas regiões com a expectativa de ter sua própria terra para trabalhar se deparou, principalmente, com o estímulo à pecuária, ao garimpo e ao extrativismo de madeira.

Quem optou pelo êxodo rural para os grandes centros urbanos, com a expectativa de empregabilidade na indústria, se deparou com a crise econômica do país nos anos 1970 - 1980. E dentre o contingente populacional que permaneceu no campo, buscando resistir na região em que vivia, estaria identificada a base social que geraria o MST.

Ao lado do fator econômico da modernização capitalista da agricultura, existiu o fator ideológico promovido pelo trabalho pastoral das Igrejas Católica e Luterana. Os conflitos no campo chamaram a atenção desses setores e organizações como o **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)** e a Comissão Pastoral da Terra foram criadas (respectivamente, em 1974 e 1975) para dar suporte aos povos indígenas e aos/as camponeses/as, principalmente da região amazônica.

Stédile (*apud* Stedile; Fernandes, 2012) relata que a Comissão Pastoral da Terra, sensível à violência e violação de direitos no campo, inspirada na teologia da libertação e pautando-se pelo ecumenismo, desenvolveu um trabalho imprescindível junto aos/as trabalhadores/as no sentido de elevar o nível de consciência política dos/as mesmos/as. Tal trabalho se deu: a) Sem abandonar a perspectiva religiosa de promessas de melhoras na vida eterna, contudo, mostrando a necessidade de agir para melhorar a vida na Terra enquanto fossem vivos/as. b) Fazendo a autocrítica sobre o apoio institucional da Igreja ao golpe de 1964, esses grupos pastorais se posicionaram contra a proposta de desenvolvimento proposto pelo regime militar. c) Promovendo a realização de eventos formativos sobre a questão agrária e a realidade brasileira, algo que contribuiu para a politização popular. d) Demonstrando que, possivelmente, a vocação ecumênica não permitiu a fragmentação dos/as trabalhadores/as rurais e favoreceu a unidade nacional dos/as mesmos/as em torno da reforma agrária.

Outro fator de igual relevância foi a conjuntura política que revelava o ascenso da pauta da democratização no país.

[...] o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à pela democratização da sociedade (Stedile; Fernandes, 2012, p. 24).

Sujeitos e grupos sociais engajados em pautas específicas se aglutinaram na pauta da reforma agrária tendo em comum o horizonte democrático e a solidariedade com a pauta. Com isso, a unidade das lutas potencializou o surgimento do MST.

A luta pela terra não está limitada ao problema da concentração fundiária. Ela demanda um novo modelo de desenvolvimento nacional, que democratize os meios de produção. Essa luta inclui também a busca permanente por justiça social e igualdade de direitos, a prática de valores humanistas e socialistas, a participação igualitária das mulheres, a preservação e recuperação dos recursos naturais, a interiorização do desenvolvimento e a valorização da juventude do campo.

A luta é por empregos, saúde, educação, direitos, criando dignidade no campo, mudando a economia, reorganizando a produção e as relações de poder. O direito à terra e ao território representa a garantia de bem-estar social e a melhoria das condições de vida. O acesso a esses direitos tornaria possível a produção de alimentos saudáveis e a preços acessíveis, respeitando as culturas das populações do campo e garantindo a soberania alimentar para toda a população brasileira (Gasparotto; Teló, 2021, p. 11).

A luta pela terra abrange as agruras do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras espalhados/as pelo Brasil. Agruras estas que nem sempre confluem para experiências de organização coletiva. Ainda que optando pela mirada panorâmica das experiências coletivas, admitimos que outras organizações existiram e existem e, provavelmente, formariam uma lista ainda mais extensa²⁰.

Antes de encerrar esse item, todavia, parece-nos interessante compartilhar uma curiosidade histórica que apareceu em alguns textos pesquisados, referindo-se ao esforço de articular a luta específica pela terra com um projeto de reforma agrária.

Deve-se lembrar que a designação “campesinato” tem uma história política que a reveste, construída por meio de eventos e experiências coletivas vivenciadas nos enfrentamentos em defesa do uso do solo e de uma distribuição justa da terra. Sem ignorar a importância das lutas anteriores, foi a partir dos anos 1950 que os movimentos passaram a generalizar o uso do termo “camponês” no país, revestindo demandas locais em propostas políticas vinculadas a um projeto nacional. A palavra reunia ampla gama de categorias – lavradores, trabalhadores rurais, meeiros, foreiros, agricultores familiares, pequenos proprietários, posseiros –, articulando reivindicações diversas: direitos trabalhistas, acesso à previdência social, direito à posse, reforma agrária etc. Assim, carregava um significado simbólico e um sentido político (Carneiro; Ciocari, 2011, p.24-25).

²⁰ O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Via Campesina (que se constitui enquanto uma frente de articulação de movimentos sociais), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), variados sindicatos rurais são alguns que nos vem à memória e tantos outros que fogem ao nosso conhecimento.

No livro acima referenciado, as autoras alegam que a burguesia agrária se esforçou para desqualificar o termo camponês quando este passou a ser mais diretamente associado a um projeto coletivo nacional. Também defendem que, possivelmente, o trabalho político do PCB foi um dos fatores para o termo camponês se popularizar em algumas regiões do país, influência esta que teria perdido sua hegemonia após o golpe militar de 1964. Ainda assim, tendo o termo ou não uma influência ideológica externa, mas importa a existência de mobilizações sociais genuínas por parte de trabalhadores/as, com esse ou outro termo utilizado.

Um dos estudiosos do tema, Silva (2006) nota que foram o advento e a expansão das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste, sob a liderança de Francisco Julião, que contribuíram para a popularização do termo “camponês”, que passou a significar “aquele que luta pela reforma agrária”, com uma conotação política. No sul do país, o uso do termo manteve-se restrito aos iniciados no sindicalismo de esquerda, especialmente os militantes comunistas. Depois de incorporar um sentido político, a palavra camponês tornou-se também um conceito acadêmico. Com o tempo, o termo foi perdendo terreno para a expressão “trabalhador rural”, considerada mais abrangente. Se nas décadas de 1940 e 1950 essa expressão ainda era tida como sinônimo de “assalariado” ou de “empregado” rural, no início dos anos 1960, com a organização dos sindicatos, legitimou-se, mediante a sua adoção pelo sindicalismo de matiz comunista, tornando-se eficaz na contraposição a “fazendeiro”, por exemplo, e sendo consagrada no Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963. Esse estatuto serviria à defesa dos direitos dos trabalhadores no regime militar, quando outras reivindicações estavam amordaçadas pelo clima de arbítrio (Carneiro; Cioccar, 2011, p. 25).

Encerramos esse item reforçando como o projeto de reforma agrária tem o potencial de desorganizar o capitalismo brasileiro, pois, tal reforma propõe a superação de um sistema assentado na agro exportação monocultora, na concentração fundiária e na super exploração do trabalho. Portanto, a luta pela terra feita pela classe trabalhadora, setores populares e povos da floresta precisa estar inscrita neste projeto de reforma e de construção de uma outra sociedade.

3.4 A luta sindical

No capitalismo, pode-se dizer que a possibilidade de organizar-se coletivamente foi e continua sendo uma conquista da classe trabalhadora, sendo o sindicato uma das expressões

da institucionalização da luta trabalhista. Afirmamos isso por entender que a lógica do modo de produção capitalista é resistente à participação política da classe trabalhadora desde o princípio, o que nos leva a compreender que, no marco da sociabilidade burguesa, aquilo que foi conquistado em termos de benefícios e garantias voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras é de mérito próprio dessa classe que sempre forçou o Estado e a classe dominante a ceder com algumas reformas. O mínimo de reformas que podemos exemplificar, já considerando a realidade brasileira, inclui a luta pelo fim de punições/castigos infligidos aos/às trabalhadores/as (herança do escravismo), a exigência de regularização dos pagamentos por serviços, a luta para se estabelecer um tempo limite para a jornada de trabalho, a luta pelo sufrágio universal. Tais lutas, por vezes, estiveram inscritas num horizonte estratégico de transformação social.

Considerando que a constituição social, histórica e econômica do Brasil inclui séculos de escravização de homens e mulheres traficados/as da África, é problemático não considerar os dados e registros das lutas sociais e das organizações que existiram para lutar por vida, trabalho e liberdade, como se em nada tivessem contribuído para forjar a classe trabalhadora no país. A esse caldo político teriam se somado as experiências de trabalhadores/as que imigraram para o Brasil no século XIX.

Por certo, o contexto pregresso, marcado pela vigência de um Estado monárquico e por um modo de produção escravista, impôs limites concretos à institucionalização das lutas sociais, ao ponto de terem “melhores condições” de se estabelecerem justamente após a Proclamação da República no Brasil.

Isso, contudo, não significa que, ao longo de séculos, homens e mulheres brutalmente explorados/as e submetidos/as à escravidão tenham permanecido inertes, sem impor algum grau de enfrentamento e resistência. A historiografia contemporânea tem se dedicado cada vez mais a esse tema, resgatando e analisando registros históricos antes negligenciados ou pouco enfatizados pela ciência e pela política.

Em Mattos (2009), por exemplo, encontramos reunidos alguns desses eventos anteriores à generalização do trabalho assalariado e plena constituição da classe trabalhadora enquanto tal²¹. O autor registra panoramicamente algumas greves, associações, rebeliões etc. com a intenção de demonstrar

²¹ Camada social que depende, exclusivamente, da venda da sua força de trabalho para sobreviver em consequência de um processo histórico de expropriação dos meios de produção (que a torna liberada para a exploração do trabalho nos moldes capitalistas) e de apropriação privada, por parte da classe dominante, de tudo aquilo que produzem coletivamente. Referências clássicas para entender o conceito: O Capital - livro 1 e o Capital - capítulo inédito, de Karl Marx.

que, a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século 19, trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe. E se a conquista da liberdade era o elemento central da luta de classes sob a vigência da escravidão, cujo protagonismo foi desempenhado pelos próprios escravizados, com apoio de outros segmentos sociais à causa, particularmente dos trabalhadores livres em algumas de suas primeiras organizações, os valores forjados naquelas batalhas passaram a fazer parte do arsenal compartilhado pelos trabalhadores nas décadas seguintes, servindo mesmo de parâmetro para a avaliação das experiências e das lutas subsequentes (Mattos, 2009, p. 30).

A greve dos tipógrafos (Rio de Janeiro, 1858); a greve de trabalhadores de Ponta de Areia, propriedade de Visconde de Mauá (Rio de Janeiro, 1857); paralisação de carregadores urbanos (Salvador, 1857), greve na fábrica de pólvora (Ipanema, final da década de 1820); o levante em uma caldeiraria (Rio de Janeiro, 1833); a greve dos estivadores (Salvador, 1837) em defesa da cultura dos negros nagôs; Revolta dos Malês (Salvador, 1835); as **Irmandades religiosas**; a **Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias**; a **Sociedade Beneficente Liga Operária** (1871), João de Mattos e empregados em padarias (1876); **União dos Estivadores**, paralisação dos ferroviários (São Paulo, 1905), primeira greve geral da cidade de Porto Alegre (1906), etc.

Nessas lutas, trabalhadores/as escravizados/as, libertos/as e assalariados/as livres integravam a base de funcionários, afinal, a escravidão não era exclusiva ao latifúndio e estava presente também nas cidades da época. Pessoas escravizadas eram encontradas em serviços portuários, de transporte, de comércio, em serviços domésticos e mesmo em pequenas oficinas e manufaturas.

Ainda que a população negra enfrentasse forte vigilância (constantemente criminalizada e reprimida pelo poder público e pelos senhores de escravo) construíram espaços de sociabilidade. A exemplo das irmandades, confrarias e sociedades católicas que eram espaços permitidos e que atuaram na preservação cultural, na promoção da solidariedade e, em certos contextos, na articulação dos interesses abolicionistas.

E ainda existiam as associações diversas de trabalhadores/as livres (imigrantes ou nacionais) que apoiavam aquilombamentos, organizavam fugas, levantavam recursos para alforrias e apoiavam outras lutas da população escravizada, como a **Rede de apoio aos caifazes** e o **Círculo operário italiano**, em São Paulo; a **Sociedade Cearense Libertadora**, no Ceará (Mattos, 2009; Souza, 2020). Aos/às trabalhadores/as livres dessa época, o tipo de

associação mais comum eram as de ajuda mútua (tipos de caixas de apoio, autofinanciadas e em alguns casos cofinanciadas pelo patronato, para auxiliar trabalhadores/as em momentos de invalidez e morte) e alguns levantes (entre 1880-1904, ocorreram no Rio de Janeiro ao menos 5 grandes rebeliões nas quais se inclui a revolta da vacina).

Na pesquisa sobre a mobilização e organização sindical no Brasil, a referência temporal comumente tendia para as primeiras décadas do século XX, que coincidem com o período em que a industrialização no país foi expressão de um projeto de longo prazo, implementado na segunda República, especificamente, pelo governo de Getúlio Vargas. Nessa época, a maior parte da classe trabalhadora do país ainda era constituída por camponeses/as, com uma parcela urbana concentrada em regiões mais centrais do país.

Contudo, tem sido cada vez mais possível encontrar na historiografia das lutas sociais trabalhistas o reconhecimento das primeiras rebeliões de trabalhadores livres, libertos e assalariados, promovidas antes disso. Rebeliões em 1910-20 e registro de manifestações, greves e outros enfrentamentos feitos de maneira dispersa pelo país nas últimas décadas do século XIX. Trabalhadores/as escravizados/as, ex escravizados/as e livres mesclavam lutas por direitos trabalhistas e lutas antissistema escravocrata (Mattos, 2009; Souza, 2020).

O resgate dessas memórias é importante em vários aspectos, pois, reforça que a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado foi um processo, demonstra que o operariado no país não precisou passar pela mesma trajetória do operariado europeu e que a trajetória da luta trabalhista no Brasil tem em sua gênese essas experiências com forte teor antirracista.

Pensando na fase da primeira República (1889-1930), para Souza (2020)²² e Mattos (2009) temos um período chave. Em linhas gerais, ainda nesse período, tais protoformas da organização e luta sindical tiveram uma função bem específica de reduzir e eliminar a herança da escravidão estabelecendo limites para a exploração (já que, legalmente, tais limites não existiam). Um caso exemplar foi o da **Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café** (Rio de Janeiro, 1905), com carregadores dos portos se organizando para acabar com os castigos físicos e estabelecer limite de jornada, sendo uma das lutas que durou toda a primeira República e acabou exitosa.

Ao tratarmos da classe trabalhadora nas primeiras décadas de sua formação, é preciso ter em conta o peso relativamente pequeno do operariado industrial

²² Professor na Escola de formação do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), instituição voltada aos estudos e assessoria ao movimento sindical fundada no Brasil em 1955.

típico no conjunto da força de trabalho. Era ainda muito pequeno o espaço da indústria na economia brasileira de então. A produção industrial respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13,8%, em 1920. Nessa primeira fase, a indústria crescia a partir do investimento de capitais acumulados em outros setores, considerados, então, mais dinâmicos, como era o caso do comércio importador e atacadista, no Rio de Janeiro, e do complexo cafeeiro em São Paulo (Mattos, 2009, p. 36).

Segundo os autores, a organização do movimento trabalhista, do sindicalismo livre, avança proporcionalmente aos saltos de industrialização ocorridos no país. Mas o aumento da capilaridade do sistema de assalariamento não significava que todos eram operários, até porque existia muito trabalho informal desde essa época. A insalubridade, jornada superior a dez horas ao dia, trabalho infantil, acidentes e mortes em ambiente de trabalho eram a regra, uma realidade dura que se estendia ao cotidiano da vida miserável e cara/custosa das classes subalternas.

A condição de trabalho e de vida já eram elementos que identificavam a classe trabalhadora, assim como a vivência política. O voto não era universal nem obrigatório, não dando chances de trabalhadores/as elegerem as lideranças comunistas, anarquistas ou qualquer outra que fosse em sua defesa real (por isso, mesmo já existindo partidos operários, estes tinham vida curta e não penetravam a vida política partidária, o que talvez ajude a entender o peso e importância das organizações mutualistas e sindicais). Em 1907, o governo brasileiro promulgou a lei que reconheceu a organização trabalhista (mantendo ainda proibida a participação de pessoas estrangeiras), o que talvez indicasse que as mobilizações populares teriam mudado a percepção da burguesia sobre o tipo de intervenção estatal sobre a questão social (até então exclusivamente policialesca, do tipo: “quem não trabalha vai preso”). Ações estatais poderiam ser tomadas no sentido de funcionarem como um recurso preventivo àquelas perturbações que acabavam por impactar nos lucros, logo, a combinação repressão e persuasão se tornou a regra de ouro da burguesia e de seus representantes no Estado.

Mattos (2009) repete algumas vezes em seu texto que houve uma ascensão no número de greves, mobilizações e insurreições nos idos de 1917 e 1920. Tangenciavam tanto as pautas mais comuns ao cotidiano de trabalho como também o contexto internacional, visto o impacto causado na realidade operária pela Revolução Russa de 1917 e mesmo pela fundação do Partido Comunista Brasileiro anos mais tarde (1922). Inspirados pela revolução soviética, em 1918 (no auge das greves), os anarquistas planejaram uma insurreição que foi derrotada pela polícia devido a uma delação.

Tomando as greves como o principal indicador de mobilização operária, podemos constatar a concentração de movimentos em alguns anos da primeira década do século 20 e a explosão grevista dos anos de 1917-1920. (Mattos, 2009, p. 52).

Após um certo refluxo das mobilizações na virada para os anos de 1910, a partir de meados dessa década há uma retomada das lutas e, entre 1917 e 1920, o movimento operário viveu a sua fase mais intensa de mobilizações até então. Entre as greves do período, a de 1917, em São Paulo, é considerada a mais importante (Mattos, 2009, p. 55).

Em Mattos (2009) e Souza (2020), aparece a ideia de proto-sindicalismo. Não é uma categoria teórica dos autores, mas é um termo que parece caber bem na caracterização desse período histórico, pois, se descreve a vida e trabalho desses trabalhadores/as com bastante similaridade: estavam na mesma posição social de trabalho, buscavam se organizar em prol legitimação das entidades sindicais, de melhorias salariais, de redução da jornada de trabalho que sempre excediam as dez horas diárias, combatiam o trabalho infantil, exigiam segurança e salubridade nas fábricas, reivindicavam o direito às férias. As condições objetivas de vida e trabalho para que os/as trabalhadores/as se enxergassem numa experiência comum já estavam colocadas na vida social (Mattos, 2009).

Nesse contexto da segunda República (1930-1945), se reconhecem direitos e se promovem melhorias trabalhistas, contudo, como uma tática de incorporar o movimento sindical à burocracia do governo. A ideia era acolher a demanda social sem reconhecer a classe social e a contradição fundante do sistema capitalista. Inclusive, nos primeiros anos de governo, Getúlio Vargas precisou lidar com a insatisfação dos setores médios e altos da burguesia paulista (com os quais disputava o poder) e com o movimento operário que acumulava uma recente trajetória de sindicalismo livre.

A legislação do Governo de Getúlio Vargas reconheceu como direitos algumas conquistas que os/as trabalhadores/as já vinham alcançando e, tendo em conta que até então cabia a cada estado ter sua própria lei trabalhista, apresentou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, ao mesmo tempo que já tinha iniciado uma reestruturação dos sindicatos.

Formalmente, desde 1932 com a lei dos sindicatos, o controle do governo sobre as associações de trabalhadores/as se materializou com o surgimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Estava presente uma ideologia de colaboração de classes que tornava os sindicatos não instrumentos de luta e sim de negociação. A verticalização (que setoriza e fragmenta a organização proibindo a associação de um sindicato a outro), o financiamento compulsório, o assistencialismo obrigatório, a proibição de sindicalização dos servidores

públicos e a existência de algumas comissões que podiam intervir em sindicatos foram traços desse estrangulamento promovido pelo governo.

Apesar desta tendência, os sindicatos livres seguiram existindo em paralelo aos sindicatos oficiais por longo tempo. Souza (2020) explica que o adjetivo “livres” indicava que tais organizações não tinham amarras institucionais, eram horizontais e com diferentes arranjos por território, com diferentes categorias profissionais. Mesmo após o Estado Novo, algumas coisas se mantiveram, dentre as quais está a estrutura sindical, o que talvez até indicasse certa preferência por parte das lideranças em utilizar tal estrutura ao invés de combatê-la.

O período da República Populista foi marcado por várias mobilizações, momentos de maior ou menor repressão (violência policial, perseguição ideológica - ficha limpa na polícia política - criminalização de lideranças e organizações), bem como pela polarização imposta pela guerra fria (Mattos, 2009).

Mattos (2009) organizou a exposição sobre esse período da seguinte maneira:

Uma caracterização do movimento operário e sindical entre 1945 e 1964 tem de partir de uma periodização das diferentes conjunturas, levando em conta: a expansão da atividade sindical; as relações com o Estado e os diversos partidos políticos; as greves e o grau de adequação ou confrontação com a estrutura sindical oficial. Assim, para tratar do período em questão, é necessário atentar para as especificidades de quatro conjunturas distintas: a da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945-1946); a de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947- 1950); a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e primeiros anos do governo JK) e a conjuntura de grandes mobilizações do início dos anos de 1960 (2009, p. 78).

Cronologicamente, em 1945 esse movimento social retoma força no cenário político, pautando a construção de uma central sindical para contrapor a verticalização construída na ditadura de Getúlio Vargas²³. Não à toa os anos seguintes registraram como o movimento se experimentava nos pactos e associações intersindicais. Contudo, o maior êxito viria em 1962, com o **Comando Geral dos Trabalhadores** e com o governo de João Goulart incorporando pautas levadas por esta Central, dando indícios de uma expressividade política preocupante

²³ Seu governo se tornou uma ditadura em novembro de 1937, com um golpe que deu início ao chamado Estado Novo, mas, ao todo, presidiu o país por dezoito anos. O governo de Getúlio Vargas é diferenciado em fases, e em todas elas a centralização do poder e a repressão foram características: o governo provisório (1930-1934), o constitucional (1934-1937), o Estado Novo (1937-1945) e o democrático (1951-1954).

para os setores dominantes. Tanto que a primeira tarefa do Regime Militar após o golpe de Estado de 1964 foi, justamente, destruir o Comando Geral dos Trabalhadores.

A partir daqui, fica mais difícil apresentar todas as greves e manifestações como exemplos, visto que o número de trabalhadores/as nos centros urbano-industriais, o número de organizações e mesmo de ações aumentaram muito se comparado com os períodos anteriores.

Entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964, observa-se uma fase de ascensão do movimento sindical. Vários são os índices dela: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos na opinião pública; participação destes na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais, são alguns exemplos. Do ponto de vista quantitativo, duas boas medidas do crescimento da importância do sindicalismo são os dados sobre número de entidades criadas e percentual de trabalhadores filiados. Nos primeiros anos da década de 1960, ainda era intenso o ritmo de criação de novas entidades, em especial em áreas como São Paulo, na dianteira da expansão econômica (Mattos, 2009, p. 91).

Considerando os perfis ideológicos das lideranças e/ou das organizações dos/as trabalhadores/as, o autor destaca quatro agrupamentos mais notáveis: dos católicos que desenvolviam seu trabalho junto aos círculos operários; um grupo militante mais radical e crítico à linha política do PCB; um grupo de nacionalistas (próximos ao comunismo e à esquerda) e os autoproclamados de democráticos (Mattos, 2009, p. 92).

Ainda que sob a violência da ditadura empresarial militar, existiram ações de resistência por parte da classe trabalhadora, todavia, sua volta mais expressiva se deu por 1978, quando existia uma força social represada e uma bagagem de luta existente. A novidade do “novo sindicalismo” se expressa em um outro tipo de capacidade institucional que inclusive se implementa numa rapidez nunca vista na história do país. Foi uma reorganização tão expressiva que fechamos a década de 1980 com uma Constituição Federal com forte caráter social e democrata, enquanto vários países no mundo já experimentavam o neoliberalismo. Ou seja, o sindicalismo não influenciou só o direito trabalhista, mas um contexto mais amplo de direitos (Souza, 2020).

1978 é o ano que os metalúrgicos da região metropolitana de São Paulo (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, popularmente nomeada de ABC paulista) deflagram sua primeira greve, tornando-se símbolos dos movimentos ocorridos naquela época, num contexto de abertura lenta, gradual e segura que o regime militar se auto impôs (com uma reforma política - fim do bipartidarismo -, com a lei da anistia, e sem a participação popular). Algo que a literatura e a historiografia sobre esse período vêm destacando é o fato de que, mesmo sob forte repressão militar e vigilância empresarial, a resistência e rebeldia da

classe trabalhadora e setores médios existiu, seja num trabalho silencioso nas fábricas ou na clandestinidade (armada ou não).

A fragmentação ainda se mostrava como um traço do movimento, mas que não indicava sua falta de pungência. No sentido organizacional, a existência da **Central Única dos Trabalhadores** (CUT) de 1983, a **Central Geral dos Trabalhadores** de 1986 e o Partido dos Trabalhadores (PT) de 1980 - de forte composição operário sindical - demonstram bem isso. No sentido mobilizatório, ciclos de greves alcançaram diversas áreas e diversos níveis de capilaridade e ciclos de mobilização social com segmentos econômicos médio e populares se inserindo no movimento de mulheres, com o movimento negro se reorganizando, em especial, no Movimento Negro Unificado, com o movimento estudantil e os movimentos de bairros demonstrando muita altivez no cenário social. Inclusive, algo interessante a se observar é que num momento de censura e fechamento de espaços políticos, os espaços locais (de bairros e vizinhanças) assumiram um papel significativo de organização e acolhimento da militância, criticando a carestia, se mobilizando em prol do voto direto e por um processo constituinte. Ações que se articularam e que, em alguma medida, tangenciaram a luta sindical e vice-versa.

Esse cenário de luta sindical e popular tensionou e apressou o fim da ditadura empresarial militar. Se destacou também a polarização dentro do movimento sindical, expressando as divergências entre a esquerda, no caso, entre a esquerda tradicional – o PCB e sua associação à conciliação, à cúpula, à estrutura pré 1964 – e a nova esquerda – o PT e sua associação à militância mais combativa, de base, das comissões de fábrica. Se organizar nos locais de trabalho, nas fábricas, era a escolha mais tática para proteger os/as trabalhadores/as que poderiam ser pegos se fossem para a sede do sindicato. Logo, essas pequenas comissões eram menos visíveis se comparadas às assembleias abertas e se contrapunham à cúpula, pois a ordem de construção de ações vinha “de baixo” e não “de cima”. A existência de grandes fábricas acabou favorecendo esta dinâmica e as experiências de São Bernardo do Campo vieram a influenciar outros lugares no país. O que se desdobrou daqui foi a hegemonia do projeto da Central Única dos/as Trabalhadores/as, no meio sindical, e a hegemonia do Partido dos/as Trabalhadores/as, no âmbito da esquerda (Souza, 2020; Mattos, 2009).

O novo sindicalismo foi importante nesse contexto, assim como outros movimentos e organizações foram importantes em contextos distintos. Talvez o adjetivo “novo” contribua para atribuir uma conotação positiva, além do que, quando se nomeiam as coisas, há uma tendência a se exaltar e descredibilizar o divergente. O novo sindicalismo, por exemplo, inicialmente tinha uma visão muito limitada sobre a consolidação das leis trabalhistas, sobre a

esquerda partidária, mas não dá para negar que no rastro da emergência do sindicalismo combativo (novo sindicalismo/sindicalismo autêntico) assistimos à construção não apenas do PT e da CUT, mas de um conjunto de movimentos populares e de engajamento de diferentes frações de classe que foram impulsionados, bem como da reorganização de boa parte da intelectualidade brasileira. Foi nesse lastro histórico que a classe trabalhadora pôde assumir o protagonismo na vida política após décadas. Por um tempo, o PT propiciou um movimento de confluência da esquerda com muitas lideranças se aliando ou filiando a ele – o campo popular (Souza, 2020; Mattos, 2009).

Mattos (2009) também considera que a entrada nos anos 1990, até os dias atuais, viabilizou um balanço mais negativo do movimento, devido à baixa combatividade e ao caráter negocial.

Os motivos do refluxo são vários e têm diversas origens. Entre eles, destacam-se três níveis de problemas: a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista (o sindicato único, o poder normativo, o imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores (Mattos, 2009, p. 126).

Para o autor, hoje a classe trabalhadora está na defensiva (as últimas greves registradas são por manutenção de direitos e a taxa de filiação tem sido regressiva) e a luta trabalhista precisa não só resgatar a noção de classe como também incorporar outras temáticas tangentes. No cenário atual vigora uma lógica de autoajuda, de meritocracia.

A luta sindical no Brasil sempre precisou lidar com a particularidade do mercado de trabalho no país, marcadamente informal. Na contemporaneidade, chegou-se ao ponto de ser muito superior o perfil de trabalhador/a informal em relação ao de trabalhador/a formal. E esse cenário de informalidade ganha mais complexidade com a prática da terceirização. Sem a devida regulamentação e fiscalização, a terceirização é usada por empresas para reduzirem custos (com salários, encargos sociais, encargos trabalhistas) ao terceirizam suas atividades contratando prestadores de serviço que, por sua vez, empregam pessoas sem a garantia de direitos trabalhistas e benefícios afins.

Segundo Druck e Oliveira (2021), o tipo de terceirização que é possível de se encontrar desde a emergência do capitalismo, expressa nos vínculos de subcontratação de trabalhadores/as em diferentes áreas, revelaria o momento em que o capitalista ainda não

sabia como exercer o controle total sobre o processo de trabalho e sobre o/a próprio/a trabalhador/a. Nesse contexto, a subcontratação era até um empecilho para a produtividade.

No Brasil, as autoras associam a origem da terceirização aos trabalhos intermitentes, sazonais, que no linguajar popular é comumente denominado de “sistema de gato”. A referência mais antiga marcaria a transição do trabalho escravizado para o uso de força de trabalho imigrante. É um tipo de sistema, inclusive, que nunca desapareceu, persistindo principalmente no trabalho rural onde “os gatos” intermediam as contratações, recebendo o pagamento do contratante, aliciando trabalhadores em diferentes regiões do país e controlando seu trabalho.

Tais elementos históricos são suficientes para que Druck e Oliveira (2021) reconheçam a terceirização como um velho e novo fenômeno. Apesar de suas raízes antigas, na contemporaneidade as novas formas de gestão e de organização do trabalho ampliam e dão centralidade à terceirização para flexibilizar ainda mais as relações de trabalho.

Trata-se de um processo de metamorfose, já que a terceirização deixa de ser utilizada de forma marginal ou periférica para se tornar o centro das novas formas de organização do trabalho, como parte essencial da estrutura produtiva no capitalismo flexível e globalizado. (Araújo, 2001; Thebaud-Mony e Druck, 2007, Filgueiras e Cavalcante, 2015). É hoje um fenômeno mundial que se generalizou para todas as atividades urbanas e rurais; na indústria, comércio, serviços e setores público e privado, apresentando diferentes modalidades e formas de regulação (Druck; Oliveira, 2021, p.3).

Para garantir sua lucratividade, as empresas buscam extrair cada vez maiores taxas de produtividade, maximizar o tempo, pagar menos pelo trabalho e flexibilizar os contratos e usos do mesmo. E se valendo da terceirização para tal, se ocultam das responsabilidades jurídicas (já que o contrato não é direto com elas), fragmentam e fragilizam mais o trabalhador.

Nestas últimas duas décadas, o crescimento e a difusão da terceirização se deram de forma epidêmica e atingiu áreas nucleares das empresas, sob modalidades e formas jurídica diversas, a exemplo das cooperativas de trabalho, das chamadas “empresas do eu sozinho” (pejotização) e de algumas formas de trabalho em domicílio, incluindo o teletrabalho (Druck, 2011 apud Druck; Oliveira, 2021, p. 5).

O termo pejotização tem sido aplicado para nomear o processo de contratar pessoas não como pessoa física e sim como pessoa jurídica, o que lhe retira a identidade de

trabalhador empregado ou autônomo (e consequentemente seus direitos trabalhistas) para atribuir a de “empresa” prestadora de serviço.

São, inclusive, elementos comuns entre as diferentes formas de terceirização, segundo as autoras, 1- o fato das relações instituídas nesses contratos (entre contratante e prestador de serviço) serem reguladas pelo direito civil e não pelo direito trabalhista (que é mais restritiva e protetora do trabalhador), 2 - o fato do/a prestador/a do serviço não ser considerado/a trabalhador/a, 3 - a relação de trabalho tem aparência unilateral, no sentido de ser uma relação aparente para quem é contratado/a e não o ser para quem contrata, algo que, na verdade, se mostra bastante conveniente já que quem contrata pode não se responsabilizar pela pessoa contratada já que esta não é seu/sua empregado/a.

Para as autoras, a terceirização teve grande aplicação no setor público, muito por mérito da política neoliberal que incentiva a transferência de serviços para o setor privado, por exemplo.

Olhando para o passado, no Brasil, a classe trabalhadora assalariada emerge e se constitui num contexto de precarização. Tal fato é percebido na passagem da abolição da escravidão para o mercado de trabalho assalariado (XIX-XX), que implicou a preferência pela força de trabalho de imigrantes brancos em detrimento da população negra recém libertada (guiada por uma racionalidade expressamente racista). Esse contexto também é percebido nas condições de trabalho no campo ou na cidade, que sempre se pautaram pela precarização, seja por meio da intensificação do trabalho ou das jornadas longas ou do custo da força de trabalho pago abaixo dos seus níveis de sobrevivência (Antunes, 2020).

Ainda que se tenha registrado em algumas experiências de capitalismo central, a existência de trabalho com jornadas reduzidas – compensadas pelo avanço tecnológico e incrementos na intensidade do trabalho – ou mesmo experiências de pleno emprego, em economias periféricas como a do Brasil sempre que possível se ampliava a dimensão do trabalho relativa e absoluta. Foi, inclusive, tal fato que inspirou autores/as a formularem sobre a superexploração do trabalho.

No presente, o projeto neoliberal que se faz vigente há quase meio século já pode reivindicar para si o saldo social de promover altas taxas de desemprego; uma intensificação e generalização da precarização no mundo do trabalho; um aumento da concentração de riqueza nas mãos de poucos e da miserabilidade da maioria populacional; ataques sistemáticos aos direitos (sociais, políticos, civis; trabalhistas, ambientais etc.); dentre outros danos.

No caso do Brasil, onde a precarização do trabalho, a rigor, não pode ser tratada como um fenômeno novo, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais (Raichelis, 2011, p.421).

A crise sanitária, que recentemente (2019-2022) acometeu o mundo, apenas acentuou estes problemas que já estavam em curso pela dinâmica própria do capital e demonstrou, inclusive, que seu enfrentamento demandaria ações avessas a toda a cartilha neoliberal que se vem implementando nas últimas décadas. Ou seja, tal crise sanitária só reafirmou como os danos provocados pela dinâmica atual de acumulação do capital demandam ações que freiem o uso predatório da natureza e que priorizem de fato o bem estar humano (principalmente, em termos de saúde, habitação, trabalho, educação).

Infelizmente, num contexto de crescente negacionismo e de promoção de desinformação (consideravelmente superdimensionada pelas redes sociais controladas por grandes empresas de tecnologia), as disputas ideológicas ficam ainda mais desafiadoras e o óbvio, mais do que nunca, precisa ser dito. A razão neoliberal ainda impera e, no momento recente, o Brasil segue enfrentando o desmonte do Estado social provocado pelas contrarreformas trabalhista (cuja última atualização – lei nº 13.467/2017 – tornou a precarização da força de trabalho quase a regra), social (exemplo recente foi a emenda constitucional nº 95/2016, que impôs um teto de gastos para as políticas sociais), administrativa (como se viu com o projeto de emenda constitucional nº 32/2020 e correlatas, que sempre viabilizam as privatizações de empresas, a terceirização de serviços, a redução de servidores públicos executivos – que são os alvos preferidos para redução de força de trabalho, perda de estabilidade e carreira, contratos temporários etc.), previdenciária (com a emenda constitucional nº 103/2019 que restringiu os direitos de seguridade) e outras.

No mercado de trabalho em geral, o contraponto do desemprego é a oferta de empregos com vínculos frágeis. O desemprego (conjuntural – fruto das ações de governos – ou estrutural – criado pelas novas formas de trabalho e tecnologias), por exemplo, sempre cumpriu a função de viabilizar as precarizações e enfraquecer os/as trabalhadores/as, pois, consegue exercer uma coação e maior subordinação, ao mesmo tempo que consensua a opinião pública em torno da ideia de que o capitalismo não teve alternativas e, por isso, se justifica toda medida de precarização. Os/as trabalhadores/as são cada vez mais provisórios

em suas funções e se estabelecem em relações cada vez mais temporárias e descartáveis, num cenário em que se torna inevitável o adoecimento físico e mental desta classe social.

Inspirada por Bourdieu, Druck (2011) diz que a precarização também pode ser considerada como uma estratégia de dominação e que, por isso, pode ser compreendida na relação força e consentimento. Na autora encontra-se uma conceituação da precarização do trabalho indicando, por exemplo, a terceirização como o fenômeno que melhor demonstra a precarização nos dias atuais.

A acumulação flexível, que configura a acumulação capitalista na contemporaneidade, tem na sua base a precarização do trabalho, tornando quase sinônimos a flexibilização e a precarização, principalmente sob um contexto de mundialização que replica os processos de precarização inclusive nos países de economia central. Tudo isso, por óbvio, tendo a legitimação do projeto neoliberal.

A precarização é um processo de dimensões econômica, social²⁴, política e está no centro da dinâmica capitalista global, hegemonizado o contexto das relações de trabalho. Entretanto, reconhecer a internacionalização da precarização não implica desconsiderar as nuances da mesma nos diferentes países, nem mesmo a cronologia em cada lugar (não foi sempre assim em todos os países). Ainda assim, sua capilaridade nas relações de trabalho a torna denominador comum.

A precarização do trabalho não é uma fatalidade, como muitos(as) querem fazer crer, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista em tempos de mundialização neoliberal, tanto no centro quanto na periferia dependente. Trata-se de um poderoso mecanismo de reorganização do trabalho no contexto do capitalismo hegemonizado pelas finanças, que combina flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho “como partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global” (Antunes, 2020b, p. 11).

No caso da América Latina, essa dinâmica ganha configurações mais profundas e estruturantes.

A precarização do trabalho assume novas dimensões e manifestações na atualidade, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que com diferentes intensidades, considerando-se a divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho. No âmbito das relações trabalhistas, desde os anos

²⁴ A precarização que se generaliza para diferentes lugares do mundo e para diferentes tipos de trabalho é um fenômeno que impacta a vida da pessoa para além do trabalho, impactando na relação da pessoa com o lazer, com os bens públicos, com a educação, com a família ... precariedade se tornou uma forma de existência, um estilo de vida (Druck, 2011).

1990 experimenta-se um processo permanente de erosão do trabalho contratado, regulado e protegido dominante no século XX, mesmo que no Brasil tenha se instalado um Estado de mal-estar social, nos termos do saudoso professor Francisco de Oliveira, que jamais universalizou o trabalho assalariado e os direitos daí decorrentes, desnudando a matriz do nosso capitalismo escravocrata, patrimonialista, patriarcal e genocida (Raichelis; Arregui, 2021, p. 140).

Precariedade é uma condição estrutural do capitalismo, algo que desde seu primórdio é revelado (nas péssimas condições de higiene, de trabalho e de saúde, ou na legislação que lhe promove e legitima etc.). A precarização é expressão das metamorfoses dessa condição de precariedade capitalista. Então, a precarização traz uma ideia de movimento em que algo mudou em relação ao que era anteriormente.

Em Franco e Druck (2009 *apud* Druck, 2011), propõe-se uma tipologia da precarização da seguinte maneira:

O primeiro tipo da precarização do trabalho envolveria a *vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais* – aqui se tem em vista tanto o contingente populacional que, apesar de ativo, não é incorporado ao mercado de trabalho, como aqueles que se inserem, em sua maioria, por meio dos mais variados vínculos, tendo em comum a fragilidade e a desproteção social e trabalhista. Soma-se a esse quadro os aspectos sociais que acentuam as desigualdades na inserção e condições de trabalho, como a questão geracional, de gênero e de raça e etnia.

O segundo tipo de precarização seria o de *intensificação do trabalho e da terceirização* – aqui caberiam as imposições aos/às trabalhadores/as para que se cumpram metas inalcançáveis; a extensão da jornada de trabalho; a cobrança para que os/as empregados/as sejam polivalentes; o aumento de casos de assédio moral e abuso de poder; a ampliação da terceirização que acaba se tornando o centro da precarização etc.

O terceiro tipo de precarização social envolve a *insegurança e saúde no trabalho* – na busca de maior produtividade, são ignoradas a capacitação, informações sobre riscos, equipamentos e medidas protetivas, dentre outras coisas que tornam os acidentes e os adoecimentos no trabalho uma face comum da precarização.

O quarto tipo de precarização social: *perda das identidades individual e coletiva* – aqui o ponto central é o impacto que o acirramento da concorrência entre os/as trabalhadores/as tem sobre a solidariedade de classe entre eles/elas. O indivíduo é tornado o único responsável pela busca e alcance do próprio sucesso e, lidando concretamente com a

heterogeneidade do mercado de trabalho e a fragilidade da empregabilidade ofertada, perde-se cada vez mais a noção de identidade coletiva.

O quinto tipo de precarização do trabalho é a *fragilização da organização dos/as trabalhadores/as* – na esteira do dito anteriormente, tem-se o impacto nas condições organizativas, com perda de referência nas entidades trabalhistas; uma maior tendência de resistência por meio de iniciativas mais dispersas; incluindo também a própria fragmentação sindical e a perda ou rebaixamento do horizonte estratégico contra hegemônico.

Um sexto tipo de precarização social do trabalho envolve a *condenação e o descarte do Direito do Trabalho* – sob um discurso de liberdade de mercado, demonização do Estado social e de responsabilização unilateral do indivíduo, os direitos sociais e trabalhistas são sistematicamente atacados, gerando retrocessos que beiram o absurdo do trabalho infantil ou o análogo à escravidão.

No todo, o que se registra é a ultrapassagem de limites no que tange a mercantilização do trabalho, justificando-se e permitindo-se situações absurdas e degradantes em prol da produtividade e do lucro para o capital. O novo capitalismo é o velho capitalismo repaginado demonstrando que não é possível trabalho decente nos marcos desse sistema social.

E em um cenário tão desfavorável para a classe trabalhadora, o consciente coletivo, ou o senso comum, criou certa aversão à organização coletiva, que se torna um problema para esta classe. Nessa sociedade, se a luta social não adquirir corpo combinando organização e mobilização, não se tem êxito. Logo, a organização coletiva de trabalhadores/as é imprescindível e tanto o/a trabalhador/a precisa entender isso como o próprio sindicato e demais organizações políticas existentes precisam se adaptar e assumir novos arranjos se preciso for. A história da constituição de direitos está diretamente relacionada com o processo de organização e luta social.

Considerando que o sindicato seria a principal forma de organização da classe trabalhadora enquanto tal, se pensarmos na longevidade alcançada por esse tipo de arranjo organizativo e no fato de que seja improvável deixar de existir esse tipo de organização enquanto não se superar o capitalismo, parece imprescindível que esse tipo de associação coletiva dos/as trabalhadores/as se transforme.

Em outras palavras, o fim do movimento sindical não parece muito plausível enquanto existir a exploração do trabalho pelo capital, pois, a essência desse movimento é defender os interesses econômicos e políticos da classe trabalhadora no capitalismo. Contudo, também parece razoável pensar que sua legitimidade demanda renovações que acompanhem e promovam o elevar do nível de consciência das classes exploradas e subalternizadas,

incorporando à sua pauta principal às demais pautas de luta que integram um projeto societário contra hegemônico emancipatório.

3.5 A organização política da classe trabalhadora: classe, lutas e movimentos sociais

Registra-se no pensamento marxiano e marxista estudos sobre as classes sociais, consciência política e luta de classes, análises sobre alguns tipos de associações e mobilizações sociais, mas, principalmente, há uma centralidade maior no debate da luta de classes com foco nas relações produtivas e na organização partidária e sindical. Sindicato e partido são classificados como formas clássicas de organização do movimento operário, sendo preponderante as análises sobre os mesmos e, por vezes, sobre suas relações com o conjunto das lutas sociais. Contudo, é preciso destacar que não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida (Galvão, 2012).

Tendo apresentado anteriormente algumas das lutas sociais populares que marcaram a formação sócio-histórica brasileira, nota-se o aparecimento de diferentes associações que se compreende aqui como arranjos organizativos criados pelos sujeitos coletivos para agirem politicamente em prol de seus interesses e objetivos. Foram citados sindicatos, imprensa alternativa, quilombos, associações, centrais, federações, irmandades, partidos, movimentos, ligas, clubes, sociedades, conselhos, redes e outros nomes que, certamente, não esgotam os exemplos de organizações que existiram e os que existem na atualidade.

Movimento social é entendido aqui como uma das formas possíveis de associação dos sujeitos coletivos, que surge em decorrência de algum conflito econômico, político ou social e que busca por meio da ação conjunta de seus membros denunciar (tornando público para o conjunto da sociedade uma determinada situação que afeta diretamente este grupo), reivindicar (atribuindo a responsabilidade da situação denunciada à algo ou alguém - Estado, grupos políticos ou grupos econômicos) e propor algo, pensando no bem comum e apresentando possíveis mudanças e soluções de curto, médio ou longo prazo.

Na atualidade, parece oportuno dizer que se reconhece no termo movimento social certa polissemia. Por vezes, aparece como sinônimo de organização coletiva e, nesses casos, seriam exemplos de movimento social: o Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra, o Movimento da População em Situação de Rua, o Movimento de Mulheres Campesinas, o Movimento Negro Unificado, a União de Negros e Negras pela Igualdade, o

Movimento pela Soberania Popular na Mineração, a Marcha Mundial de Mulheres, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, dentre outros. Parece-nos possível admitir que tais organizações coletivas podem apresentar abrangências variáveis (local, regional, nacional, internacional).

Por vezes, o termo movimento social referencia uma luta social que mobiliza parcelas da sociedade (cujo o engajamento pode se dar como ativista ou como militante²⁵) e pode reunir mais de uma organização coletiva, sendo exemplo disso: o movimento indigenista e o movimento indígena no Brasil, o movimento sindical, o movimento feminista, o movimento estudantil, o movimento de defesa da Educação, o movimento por liberdade de gênero e orientação sexual²⁶, o movimento de defesa da Reforma Agrária, dentre outros.

Identifica-se o uso desse termo como um equivalente de mobilização social, contudo, considera-se aqui a diferença entre ambos. Enquanto do movimento social se espera uma existência duradoura, com certo nível de estruturação organizativa, a mobilização social remete a um fenômeno mais efêmero, a um evento ou ação pontual que pode ocorrer de maneira, às vezes, espontânea, às vezes, planejada, combinada ou não à outras tantas ações do movimento social. São exemplos de mobilização social: atos, marchas, paralisações, greves, jornadas, performances lúdicas, ocupações de espaços públicos ou privados, plebiscitos, campanhas, passeatas, panfletagem, ativismo digital, dentre outras intervenções coletivas. Uma mobilização social pode, inclusive, ocorrer sem ser iniciada ou conduzida por uma organização política e sim por pessoas independentes que se engajam, eventualmente, para denunciar ou reivindicar algo.

Inclusive, a análise do perfil de classe de mobilizações sociais é comum, para entender quem são os indivíduos demandantes (qual sua origem de classe e outros possíveis pertencimentos), se estão ou não organizados e por qual razão protestam. Por isso,

É possível, pois, pensar as diferentes formas e objetivos da mobilização coletiva, bem como os diferentes níveis de ação política a elas relacionados que, esquematicamente, podem ser resumidas nos seguintes aspectos:

1. Demandas pontuais ao Estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”);

²⁵ Distingo estes dois perfis de atuação política entendendo que a pessoa militante inscreve sua atuação em partidos políticos, movimentos sociais e demais organizações, de maneira mais estruturada e organizada, com objetivos táticos e estratégicos definidos. A pessoa ativista tende a atuar de forma mais espontaneísta e pontual, podendo atuar junto e apoiar movimentos sociais e partidos sem assumir o compromisso com tais organizações coletivas.

²⁶ Mais comumente conhecido pelo acrônimo movimento LGBTQIA+, representando lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais e demais pessoas com identidades divergentes da heteronormatividade compulsória.

2. Luta por reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação da Cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais (que, ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva anti neoliberal);
 3. Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual;
 4. Luta antissistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social, ainda que o projeto político portador de uma nova ordem social não esteja claramente definido.
- Essas lutas não são excludentes (Galvão, 2012, p.244).

Tomando o movimento social no sentido de uma organização coletiva, entende-se que ele se apresenta como um ator social que busca operar uma determinada mudança. Há uma pauta específica em torno da qual a base social do movimento se aglutina e, o que popularmente se chama de pauta, expressa o propósito do movimento, expressa o assunto que tal organização coloca na ordem do dia para discutir com o conjunto da sociedade.

Sobre a pauta é interessante pensá-la como um objetivo imediato que, por sua vez, pode se conformar num fim ou num meio. Em outras palavras, se todo movimento social tem um objetivo imediato, sua existência enquanto organização política se justifica na busca desse objetivo, ao ponto de poder deixar de existir tão logo suas demandas sejam resolvidas, sua pauta seja atendida, seu propósito seja alcançado²⁷.

Ao se mobilizar para alcançar seu objetivo imediato, o movimento social pode promover uma “transformação situacional”²⁸ (Viana, 2016). Na verdade, a própria existência do movimento social já provoca uma mudança, por ser um novo ator no cenário político. A isso se segue as possíveis mudanças provocadas pela sua intervenção na vida social, quando atua de forma mais defensiva, para evitar retrocessos em relação à realidade que está posta, ou de forma mais ofensiva, para obter conquistas e melhorias com relação à realidade que está posta. Ainda que estejamos tratando de fenômenos sociais e que tudo em sociedade se relaciona e se afeta, a derrota ou a conquista do objetivo imediato de um movimento social impacta mais diretamente a sua base social.

Contudo, um movimento social pode apresentar um objetivo ainda maior que a sua pauta (objetivo imediato), maior em termos de relevância e impacto social, econômico,

²⁷ Há casos em que a imediatividade da pauta implica, inclusive, na existência da base social do movimento. Boito; Galvão e Marcelino (2009, p.49) nomeiam como “ ‘movimentos de urgência’ os movimentos populares cujos integrantes lutam por um tipo de reivindicação cujo não atendimento pode colocar em risco, no curto prazo, a sobrevivência do grupo”.

²⁸ Pegado emprestado o termo de Viana (2016) que o entende como o objetivo fundamental do movimento social de alterar a situação social de um grupo. Destaco, contudo, que não compartilho da proposta do autor de considerar o termo movimento social exclusivamente para se remeter a luta mais ampla e não para indicar um tipo de organização (que ele propõe nomear apenas como organização mobilizadora).

político e histórico. Nesse caso, e se falamos de um movimento social de contestação da ordem vigente (de caráter revolucionário), os esforços mobilizados para alcançar seu objetivo imediato são canalizados para um projeto societário, e o movimento social pode se valer da sua pauta para elevar o nível de consciência política de seus membros e da sociedade em geral, para aprofundar a democracia ao ter sua demanda atendida e acirrar as contradições sociais almejando uma transformação da estrutura social. Nesses termos, falamos de um objetivo de longo prazo, de um objetivo estratégico, que pelo grau de complexidade que assume demanda muito mais do movimento (em termos de alianças, de planejamento, de atuação etc.). Nesse caso, a derrota ou a conquista do objetivo estratégico impacta a sociedade como um todo e não apenas a base social do movimento em questão.

Normalmente, os/as integrantes de um movimento social reúnem características semelhantes, conformando um determinado perfil de membros ou militantes. Seu objetivo imediato enquanto elemento aglutinador, de certa forma, acaba conformando uma identidade coletiva que pode remeter à origem de classe ou à ascendência étnica e racial ou a outros marcadores sociais como a questão de sexo, de gênero, de sexualidade, de ofício etc. Já o objetivo estratégico, pela sua abrangência, pode conferir uma heterogeneidade maior no sentido de aproximar grupos ou pessoas variadas, ainda que se saiba ser um grande desafio a construção de unidade político-ideológica.

A delimitação desse objetivo também demarca o opositor ou divergente a quem se atribui a responsabilidade por aquilo que se está pautando no debate público. E diferenciamos o opositor de divergente por entender que, no marco do capitalismo, a questão de classe que é oriunda da exploração do trabalho pelo capital se articula com outras tantas questões oriundas de sistemas de opressão que foram organicamente integrados ao modo de produção capitalista. Com isso, o outro pode ser um antagônico – quando o denominador comum é um marcador de classe social – ou um diferente – quando o denominador comum remete a uma diferença socialmente construída e politicamente utilizada para oprimir e dominar um determinado grupo social –, sem desconsiderar que todas essas dimensões se correlacionam.

Um movimento social apresenta um certo nível de organização, podendo ser um movimento social estruturado de maneira mais ou menos hierarquizada e burocratizada, normalmente estabelecendo lideranças internas e uma rotina de funcionamento que envolve atividades voltadas à sua militância, como a realização de reuniões ou atividades formativas, por exemplo, ou atividades voltadas ao público externo, como ações de articulação com outras organizações, ações de enfrentamento e mobilização social, dentre outras. Pode, inclusive, estabelecer uma forma de autofinanciamento e o alcance territorial pode variar, indo desde o

local até o global, assim como pode variar o espectro político (revolucionário, conservador e reacionário e suas respectivas variações – anarquismo, socialismo, comunismo, liberalismo, social-democracia, nazifascismo dentre outras).

Movimento social se difere das organizações não governamentais (ONGs) e cooperativas de produção, e isso parece-nos uma distinção pertinente a se fazer considerando que no âmbito dos movimentos sociais registram-se articulações e parcerias frequentes entre tais organizações. No caso das ONGs, em linhas gerais, se tratam de instituições privadas, sem fins lucrativos (comumente sustentando-se por meio de doações e editais de financiamento), que complementam a atuação do Estado ao desenvolverem trabalhos na área social, ambiental, cultural, direitos humanos etc.

No caso das cooperativas, trata-se de uma associação voltada para a realização colaborativa de alguma atividade econômica. A expectativa é a de que o auxílio mútuo entre as pessoas cooperadas viabilizem melhores condições de mercado, preços, escoamento de produtos, aquisição de recursos etc. Sob uma lógica de empreendimento/empresa autogestionada, os/as cooperados/as recebem sua parte nos ganhos proporcionalmente a sua participação. Um movimento social, em sua trajetória, pode até conduzir ou participar da gestão de uma ONG ou cooperativa, pode estabelecer parcerias com as mesmas, ainda assim, essas três formas associativas não se confundem em sua natureza e propósito.

O movimento social também se difere de um partido político, pois, ainda que ambos possam incidir na vida política de uma nação (impactando nas escolhas de governos ou mesmo no tipo de regime político), compartilhar de um mesmo objetivo imediato e estratégico, até mesmo exercer influência mútua um sobre o outro, ao partido necessariamente interessa a tomada do poder pelo controle do Estado.

Esta diferença de propósito por vezes é debatida de maneira a estabelecer uma hierarquização entre essas duas organizações. Ou seja, sendo o objetivo principal do partido a tomada do poder e a administração da estrutura do Estado moderno (Bogo, 2011; Bihr, 2010),

[...] da necessidade da conquista do poder do Estado decorre a primazia dada à organização do proletariado em um aparelho de tomada e de exercício do dito poder, em última análise à sua organização em um contra-Estado que reproduz as características do próprio Estado: centralização da ação, delegação do poder, hierarquização burocrática, segredo em torno dos vértices da organização, etc. Daí a preeminência da organização partidária sobre as organizações sindicais e os movimentos mutualistas e cooperativos (Bihr, 2010, p.22-23).

Considerado uma das formas associativas clássicas da classe trabalhadora, ao lado das organizações sindicais, o partido foi uma das formas originais de organização de classe e participação de trabalhadores/as na vida política, espaço no qual se poderia construir e apresentar para o conjunto da sociedade um conteúdo programático (com as pautas, reformas defendidas, princípios orientadores, objetivo estratégico), uma estrutura e forma de ação próprias. Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), à sua época, lhe atribuíram elementos filosóficos, uma ideologia de classe e uma noção de vontade coletiva em benefício da maioria.

As intenções de Marx e Engels, de que a organização dos trabalhadores tivesse natureza partidária com forma associativa mundial, deviam-se ao fato de esta reunir todas as correntes de pensamento, comitês e ligas organizadas, podendo se associar pessoas e grupos organizados. Mas essa forma não produziu os frutos desejados. Em 1872, a primeira associação foi extinta por divisões internas por falta de unidade ideológica (Bogo, 2010, p.47).

Seu diferencial, o de reunir a parte da sociedade que apresenta um nível de consciência ideopolítica mais radical e o de estar voltado aos interesses históricos da classe trabalhadora (objetivos que vão para além da sua subsistência), estabeleceria uma hierarquia sobre as demais formas associativas, comumente dedicadas aos seus interesses imediatos econômicos e políticos (Bogo, 2011; Bihr, 2010).

No âmbito do marxismo, a tendência à hierarquização entre as formas associativas também se estendeu ao debate da diferenciação entre luta de classes (revolucionárias) e lutas sociais (reivindicatórias).

Mas num sentido forte denominamos de luta de classes aqueles enfrentamentos entre classes antagônicas que expressam projetos de organização da vida em comum radicalmente enfrentados, de modo que o triunfo de uma classe implica a negação dos interesses de classes contrários (Osório, 2019, p.132).

Entende-se aqui que esta diferenciação pode ser didática e atribuir mais precisão às análises dos conflitos, mas vale muito analisá-las em correlação, pois, as lutas sociais e os processos de resistências não são menos importantes e afetam sempre a vida política. E a luta de classes é um processo que registra avanços, recuos, conquistas e retrocessos, em termos materiais e imateriais.

Ainda pensando sobre os movimentos sociais, mais especificamente, sobre aqueles cuja base social é constituída por integrantes da classe trabalhadora que têm sua ação orientada por vieses progressistas, é interessante observar o temor que suas ações despertam

nas classes dominantes. Primeiro, diante da organização de trabalhadores/as, o mínimo que se presencia é o distanciamento destes/destas do papel social imposto pela classe dominante, um papel de subserviência e passividade. Segundo, pensando na relação entre luta de classes e lutas sociais mencionada anteriormente, como os conflitos sociais não são processos lineares e a história não está dada, só a remota possibilidade de um processo revolucionário ser deflagrado a partir do acirramento das lutas sociais é suficiente para se gerar pânico nas classes dominantes.

Um movimento social que consolida uma base social engajada e organizada é capaz de mobilizar e operar mudanças no seu meio social. Mesmo que nem sempre sejam revolucionários, pode-se considerar um potencial anticapitalista existente na luta por direitos encampada pelo movimento social, uma vez que a contradição fundante desse modo de produção é responsável pelo conjunto das desigualdades econômicas, sociais e políticas. Todavia, a vinculação das pautas específicas com um projeto societário contra hegemônico é algo que precisa ser intencionalmente construído no processo de mobilização, formação e luta social.

Feitas estas colocações, citamos a afirmação de Galvão (2012) de que estaria colocado para intelectuais e políticos inscritos na tradição teórica marxista o desafio de investirem mais em análises que relacionam a categoria teórica de classe social ao debate sobre os movimentos sociais. Pensando sobre as diferentes formas de contestação social surgidas no capitalismo contemporâneo, formas estas que, nem sempre, se situam diretamente na esfera das relações de produção, o conceito de classe é importante, ainda que não seja suficiente e nem esgote a análise da realidade, pois, a cisão da sociedade em classes não é algo superado. Ao mesmo tempo, é preciso incorporar às análises e às intervenções sobre a realidade os elementos referentes aos sistemas de exploração e opressão que, algumas vezes, são mais antigos que o classismo.

Tanto a exploração do trabalho como as diferentes opressões sociais suscitam conflitos, desencadeiam enfrentamentos diversos que podem e devem ser articulados. Conflitos trabalhistas e sociais se entrelaçam: por um lado, as mudanças no mundo do trabalho seguem sendo nocivas aos/trabalhadores/as, por esta razão, seguem sendo insumos para que novos conflitos sejam engendrados; por outro lado, as relações de trabalho são afetadas pelas desigualdades de gênero, de raça, pela questão etária, pela migração, dentre outras (Galvão, 2012).

É possível compatibilizar os marcadores sociais de classe, raça, sexo e demais, que remetem à uma identidade ou pertencimento ao grupo em decorrência da dominação que

sofrem. Todos estes marcadores servem como ponto de partida para se pensar a ação coletiva com vistas tanto à transformação situacional como à transformação social, todos expressam relações sociais cuja percepção crítica a seu próprio respeito pode ser construída na ação política coletiva.

No que tange a relação entre classe social e movimento social, precisa-se ter em vista que a posição ocupada no processo produtivo não atribui, automaticamente, uma identificação político-ideológica específica. Por exemplo, ser parte do proletariado não implica ser revolucionário ou engajar-se numa ação coletiva em prol da classe trabalhadora. Isso porque, o reconhecimento de classe passa também por considerar aspectos econômicos, políticos e ideológicos que, por sua vez, variam conjuntamente.

A mesma lógica é válida para os marcadores sociais de exploração e opressão, no sentido de não serem deterministas. Deles não se deriva automaticamente uma ação política e uma percepção ideológica. Assim como a consciência de classe não está dada à priori, a consciência feminista, antirracista, anti-imperialista, anti LGBTQIA+fóbica²⁹, anticapacitista também não está.

A composição da base social de um movimento social e a possibilidade de uma composição pluriclassista é outro aspecto levantado por Galvão (2012). Entende-se que essa composição pode apresentar apenas frações da mesma classe – como trabalhadores/as rurais (sem terras, assalariados ou pequenos proprietários), operários/as, servidores/as públicos/as, desempregados/as, dentre outros segmentos de trabalhadores/as – ou talvez integrantes oriundos de outras – pequena burguesia ou capitalistas – que podem vir a cometer um suicídio de classe³⁰. Todavia, parece-nos que tem sido pouco usual a pesquisa e análise do perfil da base social de movimentos sociais.

Para a autora, a vida cotidiana precisa ser pensada e relacionada com a vida do trabalho já que a lógica do capital se espraia da produção para a reprodução ampliada das relações capitalistas. A classe é defendida como aquilo que permite unidade na diversidade visto que, ainda que o motivador primeiro de um determinado movimento social não seja a questão de classe, o solo em que se desenvolve sua atuação é o solo das relações sociais

²⁹ A sigla LGBTQIA+ é usada para designar os grupos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis/transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, bem como o símbolo de "+" para abranger a diversidade de identidades que não se encaixam nas letras (como inclui outras identidades - pansexuais, não-binários - e outras expressões de gênero e orientação sexual não-normativas, o termo apresenta variações e atualização frequentes).

³⁰ Ao falar em suicídio de classe, refiro-me ao posicionamento político adotado por um indivíduo ou grupo em que sua atuação política defende interesses e projeto societário que divergem dos interesses e projeto societário da sua classe social de origem.

capitalistas e isso não pode ser negligenciado, principalmente, numa análise marxista (Galvão, 2012).

O marcador de classe social assume centralidade na análise não em decorrência de uma hierarquização estabelecida arbitrariamente, mas por se tratar de uma categoria fundamental. A exploração de uma classe por outra é o fundamento da sociedade capitalista quando esta é analisada em um alto nível de abstração. O modo de produção capitalista não existiria sem a exploração do trabalho, este é o seu traço mais fundamental e, por isso, a classe é considerada como elemento de maior potencial aglutinador, garantidor da unidade dos sujeitos sociais organizados. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora não foi forjada de forma homogênea, adquirindo aspectos particulares associados a cada formação sócio-histórica em que o capitalismo se impôs.

O reconhecimento e análise das divisões, hierarquização e conflitos entre os estratos sociais em diferentes sociedades e culturas humanas configura matéria de estudo das ciências sociais há muito tempo. No bojo dessas discussões, a classe social surge como um conceito que, dentro da sociologia crítica de tradição marxista, busca explicar como, no bojo das relações sociais de trabalho do mundo capitalista, se institui uma divisão econômico-social associada à propriedade dos meios de produção (cujo o principal é a terra) e se processa nestes segmentos sociais um tipo de consciência política e de organização coletiva.

Não se trata de uma demarcação consensual, pois, sendo também um conceito polissêmico, classe social é mais comumente associado a função técnica de um indivíduo ou grupo (no caso, ao tipo de atividade/ofício por ele realizado) e ao nível de renda de um indivíduo ou grupo (no caso, ao tipo de poder aquisitivo e ao tipo de consumo individual). Já no âmbito da teoria marxiana e marxista, a compreensão e definição de classe social implica considerar outros aspectos, analisados em articulação.

Entre os aspectos mencionados, temos o posicionamento dos indivíduos no bojo das relações sociais de produção, o que implica considerar seu lugar no sistema de produção de uma dada sociedade e em dado tempo histórico. Essa discussão envolve os debates sobre divisão social do trabalho, o domínio e uso científico e técnico, a circulação de riqueza. Tais relações são marcadas pela exploração do trabalho e pela dominação econômica, política, cultural, sendo dimensões que se relacionam permanentemente, ainda que guardando suas especificidades (Osório, 2019).

Concretamente, o posicionamento acima mencionado decorre da propriedade ou não dos meios necessários à produção da riqueza social. As classes sociais se diferenciam pela sua relação com os meios de produção, no caso, sendo ou não proprietárias destes meios (Osório,

2019). Num alto nível de abstração, a análise do modo de produção capitalista separa a sociedade entre trabalhadores/as e capitalistas. Um nível menor de abstração, que enfatiza como o capitalismo se desenvolve regionalmente em diferentes formações socioeconômicas, já seria possível identificar as frações dentro dessas duas classes fundamentais e como a cada uma coube a obtenção da riqueza social (por meio da renda, do salário, da mais-valia, da reprodução mercantil etc.) e ainda agregar à análise como o capitalismo combinou outros sistemas de dominação (patriarcado, racismo, colonialismo, imperialismo etc.) em seu desenvolvimento.

Em debate sobre a configuração contemporânea das classes sociais no Brasil, Chauí (2013) e Singer (2013) apresentam algumas considerações analíticas que, dentre outras coisas, têm em comum uma crítica à conceituação de “classe média” e de “nova classe média” feita por instituições de pesquisa e intelectuais³¹. Antes de tudo, expõe o entendimento da existência de uma classe trabalhadora heterogênea que é pouco estudada na acadêmica e na militância política. Depois, defendem que grande parte da denominada classe média é integrante da classe trabalhadora e, nesses termos, quando o senso comum ou mesmo o pensamento científico não crítico propaga a existência de uma suposta “nova classe média” seria mais adequado pensar na classe trabalhadora e suas novas complexificações e segmentações.

A começar por Chauí (2013), se extrai do pensamento da autora um entendimento de classe média como uma pequena burguesia, por ser uma classe social que não se situa nos dois pólos constitutivos do modo de produção capitalista: a classe capitalista (proprietária privada dos meios de produção e dominante econômica, social e politicamente) e a classe trabalhadora (proprietária da força de trabalho e subalternizada econômica, social e politicamente).

A classe média não detém o capital nem o controle dos meios sociais de produção, ela também não é a força de trabalho que diretamente produz mais-valia. Ao mesmo tempo, com a expansão do capital para o setor de serviços e diante da existência de sujeitos que detém um pequeno capital, essa classe média conformaria um grupo bastante variável em termos de relação de trabalho e de pertencimento ideo-político. Tradicionalmente, ela se localizava nas profissões liberais, na burocracia estatal ou serviços públicos, na administração e gerência

³¹ Chauí (2013) cita, mais diretamente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os Ministérios do governo, cientistas sociais, meios de comunicação de massa. A crítica deve-se ao fato de os critérios usados para a definição de classe média serem meramente aparentes - renda, propriedade de bens de consumo, escolaridade e tipo de ocupação - e não considerarem a posição dos sujeitos nas relações de produção (segundo à orientação marxista).

privada, na pequena propriedade fundiária, no pequeno comércio não filiado a grandes redes. Tradicionalmente, também tende a apoiar a desarticulação de cadeias produtivas nacionais – ainda que estas pudessem lhe oferecer oportunidades de emprego – em favor do consumo de bens importados. Sua posição econômica lhe confere acesso à educação privada, plano de saúde, produtos importados, etc., todavia, embora possua tal acesso e possua bens específicos (móveis e imóveis, materiais e imateriais), não se configura efetivamente como a classe dominante que almeja ser (Chauí, 2013; Singer, 2013).

Ideologicamente, a classe média tradicional (que ocupa e usufrui do seu *status* há mais de uma geração) tem revelado um posicionamento profundamente reacionário e, diante dos processos recentes de mobilidade social de frações da classe trabalhadora, demonstra um ódio aos setores populares e à política de esquerda, tendendo a se tornar base aliada do capital. Nesse grupo, a reprodução de tendências autoritárias na sociedade brasileira é revelada para perpetuar a hierarquia, a naturalização das desigualdades, o estímulo ao individualismo competitivo.

A verdade é que o neoliberalismo encontrou também uma base social de apoio junto a importantes setores das classes trabalhadoras. A política e a ideologia neoliberal obtiveram um impacto popular, permitindo falar numa hegemonia ideológica do neoliberalismo, hegemonia regressiva, passiva e instável, mas que foi muito importante para que a frente neoliberal lograsse implantar e consolidar as “reformas orientadas para o mercado” no Brasil. [...]

A alta classe média, que corresponde a um setor abastado ou, ao menos, remediado dos trabalhadores assalariados e dos profissionais liberais, aderiu ao neoliberalismo. Essa fração da classe média é uma importante aliada do bloco no poder (Boito Jr, 2002, p.26).

Chauí (2013) aponta que a fração de classe trabalhadora que vem sendo chamada de nova classe média tem características ainda difíceis de se apreender (sobre a composição, a forma de expressão pública e a consciência política). É um grupo que emerge sob os efeitos do neoliberalismo, especificamente, vivenciando a fragmentação, terceirização e precarização nas relações de trabalho. Não se limitando aos operários industriais e agrícolas tradicionais, incluiria segmentos sociais pertencentes a setor de serviços (outrora integrantes da planta industrial fordista e agora se articulam à produção com vínculos terceirizados); à área da ciência e tecnologia (hoje muito presentes como forças produtivas essenciais articulados à acumulação e reprodução do capital, independentemente de sua alta escolaridade ou renda); às profissões liberais que se dividem entre proprietários privados e trabalhadores assalariados; pequenos proprietários familiar e pequenos empresários que, devido à fragmentação e

terceirização do trabalho produtivo em microempresas dependentes do capital transnacional, foram transformados em força produtiva e parte da nova classe trabalhadora mundial.

As elaborações de Singer (2013), por sua vez, consideram que a ascensão social de setores populares da sociedade brasileira (ocorrida desde a primeira década dos anos 2000 e envolvendo milhões de pessoas) em grande parte não implicou numa mudança substancial na vida e no trabalho desses setores. As melhorias que ocorreram, ainda que concretamente impactem a vida de muitos/muitas trabalhadores/as, estão longe de representar condições de vida e trabalho dignas, que realmente garantam a reprodução social adequada desses sujeitos.

Contrário à tese da nova classe média, o que o autor defende é a emergência de uma fração da classe trabalhadora, especificamente nomeada por ele novo proletariado. Para tentar tipificar e compreender melhor esse segmento da classe trabalhadora, e quais seriam os termos dessa ascensão social, propõe a diferenciação apresentada a seguir:

O subproletariado – pessoas em situação de baixíssima remuneração (obtida pelo assalariamento ou pelo trabalho autônomo precário) que não acessam a seguridade social e a proteção trabalhista (no máximo, acessam alguns programas de redistribuição de renda). É um grupo que não acessa, sequer, os sindicatos ou partidos para participar da luta de classes de maneira organizada. Segundo o autor, esta fração não se assemelha ao que Marx (1818-1883) nomeou de lumpemproletariado, pois, não são pessoas que estão no limite da legalidade e da ilegalidade, mas são trabalhadores/as que buscam o emprego formal (com direitos trabalhistas garantidos e remuneração suficiente para sua reprodução) e não o encontram. Para o autor, essa fração envolve um contingente de quase metade da classe trabalhadora brasileira e é um grupo que teve uma mínima mobilidade social, não por ter passado por uma mudança substancial, mas por ter saído de uma situação de miserabilidade.

Em resumo, os três elementos apresentados que apontam na direção da permanência do subproletariado são: em 2013, cerca de 25% da população precisava de maneira imperiosa do BF; em 2012, 38% da PEA [população economicamente ativa] tinha renda compatível com a condição subproletária, usando critério aproximado ao dos anos 1970; em 2009, ao menos 20% trabalhavam sem carteira assinada, acompanhados de 21% de trabalhadores por conta própria e 8% de trabalhadores domésticos, boa parte dos quais deve ser incorporado ao universo dos que carecem de cidadania trabalhista. Assim, o subproletariado, como fração específica dentro do proletariado, parece ainda pesar na formação social brasileira (Singer, 2013, p. 26-27).

O proletariado – pessoas que detêm carteira de trabalho assinada e têm acesso às organizações políticas de representação de classe. Permitindo-se mais uma comparação com

as elaborações de Marx (1818-1883) para quem o proletariado nada tinha a perder, no caso brasileiro, Singer (2013) dirá que o proletariado tem a perder pois, abaixo dele, tem uma massa de subproletários que historicamente imprime um rosto à classe trabalhadora no país. O autor admite que parte desse proletariado pode integrar a classe média, sendo uma parcela muito pequena que se “distanciou” um pouco mais da fração anterior.

A vasta parcela de trabalhadores que está aquém da condição proletária, propriamente dita, marca a formação social do país e produz o paradoxo de que o proletariado, propriamente dito, ocupa uma posição intermediária no Brasil, o que pode levar, numa visão equivocada, a confundi-lo com a classe média. De fato, ele é uma fração de classe intermediária, porque sob ela há outra camada, mas isso não o caracteriza como classe média. Por outro lado, se, na formulação clássica de Marx, o proletariado não tem nada a perder, aqui ele sempre teve o que perder. O proletariado pode cair no subproletariado quando há desemprego, assim como pode sair dele quando o emprego aumenta (Singer, 2013, p.27).

A interpretação do autor considera que a ascensão mostrada em pesquisas se referiria propriamente ao novo proletariado, uma fração que estaria entre as duas anteriores. Jovens trabalhadores/as com alguma qualificação escolar, que recebem um pouco melhor que o subproletariado, mas se inserem em condições de trabalho indignantes. Esse grupo até registra participação em greves, mas sem articulação com sindicatos e partidos.

O novo proletariado – os jovens e jovens adultos que entraram no mercado de trabalho na última década – seria um grupo em transição que está chegando agora à condição proletária. Ele tanto pode se fundir com o setor organizado da classe trabalhadora – o velho proletariado –, quanto desviar-se dele, partindo para formas próprias de comportamento político (Singer, 2013, p.27).

Essa diferenciação deve contribuir para entender possíveis alinhamentos políticos. Singer (2013) alega que há interesse na direita de agrupar todos esses segmentos no conceito de classe média (A, B, C e D) para se construir uma referência na classe média tradicional³² como estilo de vida a ser alcançado. Por outro lado, para a esquerda, seria interessante entender esses segmentos como frações da classe trabalhadora para fazer a disputa ideológica. Sem apresentar dados concretos, o autor levanta a hipótese de que parte desse novo proletariado pode ter logrado êxito na ascensão social por fora das relações de assalariamento

³² A classe média tradicional no Brasil se conformaria com cerca de quinze por cento da população. Está estabelecida a mais de uma geração, tendo acesso a bens e serviços específicos, que causam distinção, como plano de saúde, educação privada, casa própria e outros (Singer, 2013; Chauí, 2013).

e ter incorporado o discurso conservador religioso e o discurso meritocrático que rechaça o Estado social, ainda que se valendo de programas sociais. Isso porque,

Uma parte pequena deles deve ser não o trabalhador que vive de bicos, o típico membro do setor informal, porém indivíduos que estão tentando mudar de vida por meio de atividades ou negócios autônomos, fugindo e/ou sendo excluídos do assalariamento. Aí o empreendedorismo estaria associado à pequena camada que se aproxima de padrões de classe média. Esse cidadão é candidato a uma ideologia hipercapitalista, porque na sua experiência o esforço pessoal, portanto o mérito, ocupa lugar central, ao passo que os direitos coletivos pouco representam. Além disso, ele é um atual ou futuro empregador, portanto está, virtual ou realmente, do outro lado do balcão da relação capital-trabalho. Da mesma maneira como o novo proletariado tem condições materiais de existência que combinam com uma posição de esquerda, a pequena nova classe média teria interesses objetivos ao centro e à direita, sendo muito sensível à ideia de que o Estado atrapalha. É possível, por exemplo, que uma parte dos estudantes do Prouni compartilhe de tal ponto de vista. Se assim for, eles teriam chegado à universidade por meio de uma política governamental voltada para a inclusão, mas podem preferir que o governo se afastasse da economia e diminuísse os impostos, mesmo que ao custo de cortar programas sociais, para que pequenos empreendedores possam ter mais sucesso (Singer, 2013, p.34-35).

O desafio é que essa nova classe trabalhadora que sofre os efeitos das políticas sociais e econômicas (como a transferência de renda, eventual elevação do salário mínimo, programas de ingresso no ensino superior privado etc.), ao se constituir no momento neoliberal do capitalismo e não criar suas próprias formas de organização e expressão pública, pode ser capturada pelo individualismo competitivo, pela lógica do empreendedorismo, pelo discurso da teologia da prosperidade (Chauí, 2013).

É interessante destacar que ainda que um/a trabalhador/a, eventualmente, se torne capitalista, sua libertação individual das relações de exploração do trabalho ou das diferentes formas de dominação e opressão (racial, étnica, sexual, de gênero) não emancipa sua classe social de origem. A possibilidade de ascensão social de um indivíduo não anula o fato de que a lógica de funcionamento do capitalismo impõe uma condição de subordinação, de exploração e de opressão a parcelas numerosas da população em oposição a liberação de uma parcela social cada vez menor dessa condição.

Necessariamente, para a existência da classe capitalista e manutenção do seu poder (econômico, político, cultural) é imprescindível que a maioria da população permaneça despojada dos meios necessários para garantir sua produção e reprodução social, tendo os meios de produção inacessíveis e lhe restando, num cenário pouco menos desfavorável, o

assalariamento para conseguir seu sustento. Menos desfavorável no sentido de que o “privilégio da servidão” (Antunes, 1953-atual) expressa a triste realidade em que, para tantos, a inserção em condições precárias de trabalho é preferível à ausência de trabalho.

No pensamento marxiano, a compreensão mais abstrata de classe social a define a partir de uma diferença social oriunda do acesso aos meios de produção da riqueza social num dado tempo histórico, uma divisão que pode assumir outras nuances a depender do recorte analítico (a análise ganha mais determinantes ao se debruçar sobre diferentes países, conjunturas etc.). Sobre isso, inclusive, Osório (2019) sintetiza da seguinte maneira:

Para colocar de forma sintética, no *Manifesto* temos uma visão de desenvolvimento histórico de longa duração, em que se privilegiam os elementos centrais da dinâmica societária. A partir desse ponto de vista, a história aparece como resultado dos enfrentamentos entre dominadores e dominados.

Esta perspectiva, que orienta e define o horizonte geral da história, é insuficiente, porém, quando se trata de decifrar os elementos que explicam um tipo histórico particular de organização social: a capitalista. A análise medular dessa organização societária é o que Marx realiza em *O capital* e ali se fazem presentes três classes sociais fundamentais: as que se desenvolvem se apropriando da mais-valia, as que o fazem pela via da renda e as que sobrevivem através do salário.

Por último, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* Marx analisa uma sociedade capitalista concreta - a francesa -, em um momento histórico particular, unidade na qual emerge uma gama de classes e frações que nos níveis anteriores não eram visíveis, pois tais níveis não contemplam as hibridizações produzidas pela presença de diversos modos de produzir (Osório, 2019, p. 115-116).

N’*O Capital*, ao ser feita uma análise da sociedade capitalista em geral, por meio de um alto nível de abstração, o autor apresenta um tipo de divisão de classe que, por exemplo, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* ganha mais determinantes, já que a análise de uma realidade específica possibilitou certa decomposição das classes sociais, identificando as diferentes frações tanto da burguesia como do proletariado. Em geral, será na tradição marxista que se encontrará uma compreensão com menores níveis de abstrações, ou seja, que agregam ao conceito de classe social os aspectos (ou melhor, os determinantes) étnico-raciais, regionais/geográficas, de gênero, de níveis de consciência política, de tipos organizativos, dentre outros.

Em outras palavras, não há um conceito, universal e estático, de classe social em Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) e sim diferentes determinantes apreendidos por meio de níveis diferentes de abstração em que, a depender do objeto em análise, se apreende da realidade concreta (geral ou singular) diferentes determinantes sociais (menor nível de

abstração, maior concretude. Maior nível de abstração, menor concretude). E no âmbito da tradição marxista, também existirá divergências e convergências teóricas em torno desse debate.

Então, quando se fala em classe trabalhadora ou classe capitalista remete-se aos sujeitos coletivos que, sim, compreendem diversas frações internas, contudo, quando se analisa o capitalismo por uma perspectiva global, são classes que expressam a oposição central nessa sociedade: aqueles/as que detêm apenas a própria força de trabalho para vender e coletivamente produzem a riqueza de uma nação, e aqueles/as que detêm os meios de produção, exploram o trabalho alheio e se apropriam da riqueza socialmente produzida. Duas classes antagônicas que podem alterar os rumos da história por meio de sua ação coletiva. E ao conflito existente entre ambas dá-se o nome de luta de classes.

Outro aspecto para definir a classe social no capitalismo é o nível ideológico (expresso na apreensão consciente da realidade concreta, na leitura de mundo e no horizonte estratégico – de manutenção ou transformação social) e o nível político (formas de ação coletiva e organização política das classes sociais) dessas classes.

À dimensão material, a existência propriamente dita das classes, se codimensiona a dimensão subjetiva e, pensando em termos de luta de classe, ainda que uma classe – mais especificamente a classe trabalhadora – exista objetivamente como “classe em si” é no salto para a “classe para si” que mora o potencial transformador. É importante a percepção imediata da contradição e os engajamentos que tal percepção pode ocasionar nos termos da busca por melhorias no trabalho e nas condições de vida em geral. Contudo, para que a consciência de classe – que reconhece a contradição econômica e social posta, canalizando os interesses imediatos para uma vontade coletiva – avance, os/as trabalhadores/as precisam se colocar em luta por seus interesses contra a classe capitalista e contra o sistema capitalista, transformando-se em “classe para si” e alcançando o nível de consciência revolucionária (sendo esta última a consciência do/a trabalhador/a do seu papel histórico de sujeito revolucionário).

Nas palavras de Mattos (2019, p.43), a subjetividade pode ser entendida

em uma dupla dimensão completamente combinada na prática: de um lado, subjetividade é um termo associado à consciência de classe; por outro lado, não dissociado da primeira dimensão, a classe trabalhadora é um sujeito histórico-social, um sujeito consciente que pode alterar os rumos da história por meio de sua práxis.

Consciência também é processo, significando que alcançar uma consciência crítica radical sobre os interesses de classe e sobre a possibilidade revolucionária não é um processo óbvio, progressivo ou uniforme. Além disso, em última instância, a consciência é condicionada à materialidade da vida social, fato que nos leva ao debate sobre o trabalho no modo de produção capitalista.

O trabalho é uma atividade humana imprescindível na vida em sociedade, já que cada indivíduo precisa produzir seus meios de sobrevivência e esse processo de produzir é feito conscientemente, teleologicamente. No marco do capitalismo, esse processo ocorre tornando alheio a quem produz o produto do seu trabalho, assim como lhe é alheio o próprio processo produtivo, sob o qual o/a trabalhador/a passa a não ter o efetivo controle. Não se reconhecendo no trabalho, não se reconhecendo no produto do trabalho, o/a trabalhador/a não se reconhece como integrante do gênero humano (primeiro pela esfera do trabalho, depois em todas as demais esferas da vida social, dando à alienação mais camadas de complexidade). Na análise do processo de exploração do trabalho a teoria social crítica apresenta algumas categorias derivadas daí.

Temos então o fenômeno da alienação. Estar alienado é estar separado de algo que propriamente é seu, desdobra-se que, economicamente, os/as trabalhadores/as são vistos como coisas (mercadoria força de trabalho), não se reconhecem nos produtos que fazem e não conseguem acessar e consumir aquilo que eles/elas mesmos/as produzem. E, socialmente, se desconhece as condições histórico-sociais em que se vive, desconhece-se que são sujeitos da história, criadores/as da política, da arte, das mercadorias. Desconhece-se que as instituições influenciam nas ações de indivíduos e grupos, julgando-se, contraditória e equivocadamente, livres para fazer o que quiser.

No marco do capitalismo, o/a trabalhador/a está separado/a do trabalho. Então, quem produz não é dono/a do que foi produzido, pois o/a capitalista é legalmente proprietário/a de tudo (meios de produção, força de trabalho e produto) e apenas retribui com um salário o/a trabalhador/a. Como o/a trabalhador/a precisa do salário para adquirir no mercado os bens necessários à sua sobrevivência, trabalha por obrigação, não se reconhecendo no trabalho que realiza e buscando apenas a retribuição por ele. O trabalho no capitalismo não se torna o processo por meio do qual o indivíduo se realiza plenamente.

Agrega-se a esta realidade a fragmentação do trabalho, em que do/a trabalhador/a é cada vez mais exigido uma especialização em uma pequena parte do processo de trabalho, realizando uma tarefa repetidamente e perdendo a compreensão do processo como um todo.

Sua percepção a respeito do trabalho que realiza é fragmentada, tal qual será fragmentada sua percepção das relações de maneira geral.

Intelectualmente, cria-se uma cisão e hierarquização entre manual e intelectual, atribui-se às ideias uma autonomização e algumas ideias são tomadas como universais ou naturais, principalmente as que falseiam³³ a realidade.

Desde o início, portanto, **a consciência já é um produto social** e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, [...] e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. [...], no homem, sua consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é um instinto consciente. [...] A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que **surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real** – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras” (Marx; Engels, 2007, p.35-36. Grifos meus).

Um certo conformismo diante desta realidade de exploração e opressão decorre de um falseamento da realidade, ou melhor, de um reflexo distorcido da realidade material que contribui para se construir um convencimento de que a ordem social vigente é a melhor forma de se viver e/ou é insuperável, cabendo apenas a aceitação passiva diante dela. Com isso passamos ao conceito de ideologia que é outro conceito relacionado à exploração do trabalho.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. **A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual**, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; **na medida em que dominam**

³³ A esse falseamento entende-se a compreensão de mundo dada a partir dos interesses dos grupos hegemônicos, dominantes, logo é uma compreensão enviesada, parcial, que induz a conservação do *status quo*.

como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (Marx; Engels, 2007, p.47. Grifos meus).

No pensamento marxiano e engelsiano é defendido que consciência social surge da interação material e social dos indivíduos e que em toda sociedade de classes, as ideias de uma época são as ideias da classe dominante. Por meio dessa imposição de uma leitura de mundo, a classe dominante se legitima às custas de ocultar-se as contradições presentes nas relações materiais, na realidade concreta. Essa leitura de mundo conveniente à manutenção da ordem capitalista, essa ideologia oriunda das relações de exploração do trabalho pelo capital, seria um conjunto de sistemas teóricos (educação, direito, religião, cultura) que, quando orientados para a defesa da classe dominante, são construídos para manter o *status quo* e mascarar a realidade.

[...] A fase final de sua vida, Engels deu atenção especial à questão da ideologia e fez autocritica de certo unilateralismo de abordagem, por parte dele e de Marx. É desta fase a célebre afirmação engelsiana sobre a determinação econômica *em última instância*. As ideologias se desenvolvem com algum grau de autonomia, de acordo com a matéria tradicional específica acumulada, exercem influência retroativa sobre a base econômica e condicionam as formas do desenvolvimento histórico (Gorender, 1998, p. 22-23).

É impossível dissociar as formas de consciência social do seu período histórico, afinal, as formas de consciência são produtos desse metabolismo entre estrutura e superestrutura social, e sobre isso cabe dizer: primeiro, que não há um reflexo passivo de uma em relação a outra; segundo, mesmo que se reconheça a primazia da primeira em relação a segunda (identificável a partir de uma análise com alto nível de abstração), a análise dessa relação não deve perder de vista o conjunto de determinantes que compõem a realidade concreta (por vezes identificáveis num menor nível de abstração).

A correlação mencionada acima não equivale a uma causalidade mecânica, mas a um processo dialético, por isso, a determinação mais abstrata que reconhece o primado da estrutura sobre a superestrutura não exclui as determinações produzidas no interior da superestrutura que, posterior e simultaneamente, influenciam na primeira.

Além da consciência social ser condicionada pelo estágio de desenvolvimento das relações sociais de produção, tende a expressar os interesses das classes economicamente

dominantes. Convertendo em uma árdua tarefa para a classe portadora de um projeto contra hegemônico a busca pela direção e domínio da sociedade.

[...] todas as formas e **produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual**, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., **mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [realen] de onde provêm essas enganações idealistas**; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (Marx; Engels, 2007, p.43. Grifos meus).

O debate sobre a ideologia é importante para se pensar a forma como a crítica feita à realidade social burguesa (em termos materiais e subjetivos) precisa acontecer no bojo de uma estratégia revolucionária. É pelo processo de luta de classes, quando os sujeitos coletivos se colocam em movimento para defender seus interesses imediatos e estratégicos, que se elabora uma consciência coletiva crítica. Os antagonismos de classe dinamizam as relações sociais e, na medida que se organizam os interesses em projetos societários, a disputa de ideias e a intervenção sobre a consciência social se torna uma das principais tarefas políticas dos sujeitos coletivos organizados.

Recorrendo à Vázquez (2011), encontra-se na obra do autor o conceito de práxis social que é tomada como uma atividade do ser social³⁴ sobre seus pares, mais precisamente, como atividade dos sujeitos coletivos, já que a finalidade é desencadear um processo de mudança da realidade, um tipo de objetivo que demanda a coletivização. Práxis social, para o autor, é sinônimo de ação transformadora, de unidade entre teoria e prática, trata-se de uma prática política em que a ação do sujeito sobre a forma de ser, agir e pensar de tantos/as outro/s é direcionada para uma disputa de poder.

Se considerada a inserção dos indivíduos numa sociedade de classe,

³⁴ Ser social não é sinônimo de indivíduo. Enquanto este último é entendido isolado e abstratamente, o ser social é produtor e produto das relações sociais em que se insere.

[...] a política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros (instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos); em segundo lugar, ainda que a atividade política seja acompanhada de um choque e contraposição de ideias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política se vale de graves, manifestações, comícios e inclusive de métodos violentos. Em terceiro lugar, a atividade política gira em torno da conquista, conservação, direção ou controle de um organismo concreto como é o Estado. O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade (Vázquez, 2011, p. 200-201).

Ou seja, a práxis social pode encontrar sua radicalidade na ação revolucionária, sempre subsidiada pelo conhecimento crítico da realidade de forma a ser capaz de formular respostas alternativas à ordem vigente. Nesses termos, esta ação política levada às últimas consequências expressa a disputa de poder econômico e político. É a tomada do Estado e a efetivação de mudanças na estrutura social, demandando um nível de envolvimento e engajamento nos processos de mobilização e organização das classes.

A práxis política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Mas não se trata de uma atividade espontânea, [...]. Persegue determinados objetivos que correspondem aos interesses radicais das classes sociais [...]. A luta tem que ser, por conseguinte, consciente, organizada e dirigida e a necessidade de levá-la a cabo dessa forma explica a criação dos partidos políticos [...].

A práxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade (Vázquez, 2011, p. 201).

A práxis social, nesse caso, é um conceito importante para pensar a luta de classes, pois, implica um empreendimento organizativo (em movimentos sociais, sindicatos, partidos, entre outros) capaz de garantir a experiência da participação política e da partilha do poder com um possível horizonte revolucionário.

Numa sociedade cindida em classes é esperado que existam interesses sociais distintos e que haja conflitos na busca da concretização de seus interesses.

A luta de classes implica diferentes níveis de enfrentamento. Mas dado que se enfrentam classes com projetos antagônicos, no capitalismo a luta de classes tende a assumir, em suas fases superiores, a dimensão de uma verdadeira guerra civil, com polos sociais claramente diferenciados, em o resto das classes sociais se inscreve de um lado ou de outro ou tende a se desintegrar ou a se fraturar, alinhando parte de seus componentes em cada lado do confronto, o que é particularmente certo em relação a pequena

burguesia, tanto em suas frações proprietárias quanto não proprietária (Osório, 2019, p.134).

Isso não pode ser tomado como algo estático e óbvio já que os processos produtivos e os mecanismos de dominação passam por mudanças, logo, as classes e suas frações são também mutáveis.

Não há uma receita pronta e universal quando se trata de lutas sociais e formas organizativas da classe trabalhadora. Por mais desejável que seja sua vinculação a um projeto contra hegemônico, isso não necessariamente pode ocorrer. Ao mesmo tempo, nem sempre é óbvio que um processo reivindicativo de horizonte democrático se conclua de maneira reformista e não possa se tornar estopim para um processo mais radical na luta de classes, contribuindo para a mudança estrutural.

4 A IMPORTÂNCIA DAS LUTAS SOCIAIS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A EMERGÊNCIA E HEGEMONIA DO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

“Eu valorizo muito a luta coletiva. Penso que só vamos conseguir essa transformação de consciência no mundo quando entendermos que é somente o coletivo que traz essa possibilidade”
(Sônia Guajajara, 2024).

Os processos de resistência e enfrentamento da classe trabalhadora contra a exploração econômica, contra a dominação política e ideológica e contra todo tipo de opressão praticada pela classe dominante configura o motor da história. Expressam também uma das dimensões da **questão social** (Netto, 2011c; Iamamoto, 2001), um conceito muito caro ao Serviço Social.

A expressão questão social integrava, originalmente, o repertório do pensamento conservador, quando este tentava explicar o pauperismo que assolava as famílias proletárias e o acirramento dos conflitos sociais entre as classes antagônicas³⁵, no contexto europeu do século XIX (Netto, 2011c).

Foi no âmbito da tradição marxista que tal conceito passou a ser elaborado de maneira a compreender os fundamentos econômicos e políticos do modo de produção capitalista e seus desdobramentos na vida social³⁶. Sob esta perspectiva crítica, as contradições próprias desse ordenamento social são explicitadas como algo a ser suprimido e não mitigado.

É importante que a profissão não interprete a questão social de forma pulverizada, perdendo de vista que o conjunto de fenômenos que congrega tem uma raiz comum na relação de exploração do trabalho pelo capital. É igualmente importante entender, simultaneamente, os determinantes universais desse conceito (que situam a questão social como um fenômeno

³⁵ “No que tange à expressão “questão social”, utiliza-se de um arcabouço teórico que ao invés de revelar o verdadeiro significado das duas situações históricas, a pauperização e a constituição da classe trabalhadora na condição de para-si, as trata como resultado do acaso, da naturalização das relações estabelecidas na vida cotidiana entre os indivíduos e não como decorrente das lutas travadas entre os projetos societários das classes burguesa e proletária, a partir da primeira quadra do século XIX (Guerra; Batista, 2021, p.175).”

³⁶ “A separação violenta dos produtores diretos do acesso às condições de produção e reprodução da vida gerou um intenso fluxo migratório do campo para as nascentes cidades manufatureiras e levou camponesas e camponeses a vender aquilo que lhes restou, a mercadoria força de trabalho. Em uma só tacada, as classes dominantes inglesas privatizaram as terras comunais e levaram a mercantilização da natureza e do trabalho humano a patamares nunca antes vistos: proletarianização, migração, desemprego e pauperismo em massa foram consequências duradouras desse processo. Era o início da longa marcha do modo de produção capitalista e sua hegemonia mundial” (Castelo, 2021, p.97).

próprio desse modo de produção que é global), e seus determinantes regionais, por assim dizer, próprios da particularidade assumida pelo capitalismo em cada formação social.

Ao menos três dimensões precisam ser consideradas para entender a questão social na sociedade capitalista. Primeiramente, temos a relação entre o capital e o trabalho, apresentada por Marx (2013) em sua exposição sobre a lei geral da acumulação capitalista. As determinações mais gerais que o autor apresenta ao analisar o processo de exploração do trabalho (desdobrando-se na alienação, no fetichismo, na reificação, na luta de classe, na consciência social coletiva etc.) se complexificam na medida que a sociabilidade burguesa é analisada em diferentes contextos nacionais, já que a particularidade de cada formação sócio-histórica é rica em determinações.

Outra dimensão é a que envolve a formação da classe para si, mais especificamente, quando trabalhadores e trabalhadoras se organizam e mobilizam em defesa dos seus interesses de classe. É um processo que abarca as lutas de resistência e as de enfrentamento; os diferentes arranjos organizativos e de mobilização; as reivindicações por mudanças situacionais e mudanças estruturais e seus variados horizontes estratégicos.

A terceira dimensão abarca a maneira como a classe dominante e seus representantes no Estado intervêm sobre as refrações da contradição fundante do modo de produção capitalista. A manutenção do *status quo* passa por táticas variadas e bem elaboradas de repressão, cooptação, convencimento, atenuação das expressões da questão social, controle dos conflitos sociais dentre outras ações que buscam não comprometer a reprodução da ordem vigente.

[...] “questão social” vincula-se à constituição e consolidação da classe operária em para-si e à ameaça que esta representa, de maneira latente ou explícita, para a ordem burguesa. Neste processo de pauperização, pleno de determinações complexas, em que se entrelaçam questões étnico-raciais, de gênero, nacionais, regionais, geracionais, se produzem novas e se reforçam antigas refrações. Portanto, as refrações do que é chamada no debate contemporâneo, em especial no Serviço Social, de “questão social” são múltiplas, pluridimensionais, polifacéticas. São expressões fenomênicas de processos sociais revestido de um invólucro místico e acobertando o fato de que na exploração do trabalho pelo capital, que resulta da apropriação privada da riqueza social, a contradição dialética se expressa por inteiro: o mesmo processo que gera a riqueza gera o seu contrário, o que põe o fundamento da luta de classes (Guerra; Batista, 2021, p.185).

Assim sendo, a apreensão da questão social se torna incontornável para que o Serviço Social apreenda a dinâmica capitalista, em geral e como se desenvolve no Brasil, e apreenda o

seu próprio significado social, já que no bojo das relações sociais a profissão se inscreve nos processos de construção de hegemonia da classe dominante (Iamamoto; Carvalho, 2009).

Entendemos a importância de articular as dimensões da questão social mencionadas anteriormente, todavia, pelo recorte feito no objeto de pesquisa da presente tese, enfatizamos a dimensão das lutas sociais da classe trabalhadora no marco do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como visto no capítulo anterior, para subsidiar as análises sobre a relação que a profissão estabelece com as lutas e movimentos sociais no decorrer da sua trajetória, sobre como tem se dado a interlocução pelo trabalho em algumas experiências e, enfim, como tal relação funda e reafirma o atual projeto profissional crítico.

4.1 A interlocução com as lutas sociais e os movimentos sociais na trajetória do Serviço Social

Em Abramides e Marconsin (2020), encontramos um recorrido da trajetória profissional com foco no diálogo entre Serviço Social e lutas sociais. As autoras defendem que, resguardadas as diferenças de cada país e de cada tempo histórico, na trajetória da profissão

[...] o Serviço Social e os movimentos sociais se imbricam, em função das lutas dos trabalhadores por direitos, que levam ao reconhecimento da denominada questão social e se implicam, desenhando os contornos dessas relações. Não significa dizer que em todos os momentos ocorram articulações entre o Serviço Social e os movimentos sociais; ao contrário, neles, é possível identificar distanciamentos e aproximações (2020, p. 183).

Dentro do referencial teórico hoje hegemônico na profissão, entende-se que o Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, tem a sua origem vinculada às expressões da questão social. Não é uma vinculação automática, pois, essa categoria profissional não foi a única intervenção viável que a burguesia mobilizou para atuar sobre as mazelas sociais, assim como também não é certo que desde que existe a questão social (ou as expressões da questão social) existe o Serviço Social enquanto profissão.

A tese do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inscrita nas relações sociais burguesas, institucionalizada como uma das profissões que integram a burocracia do Estado como elaboradora e operadora de políticas sociais, é uma tese que

demarca o contexto social-econômico de surgimento da profissão. E, no bojo das elaborações que essa tese congrega, faz-se essa consideração sobre o diálogo com as lutas sociais reconhecendo na complexidade da questão social (no que ela é, no como se manifesta e no que implica), especificamente, o vínculo estabelecido entre a profissão e as lutas sociais, em geral, e os movimentos sociais, em específico.

Ao considerar que no rol de ações do Estado encontram-se ações que visam garantir os direitos sociais, civis e políticos e que, por sua vez, a existência desses direitos relaciona-se tanto com a atuação e pressão política exercida por movimentos sociais como com a materialização de políticas sociais, fica construído um dos caminhos para vincular os movimentos sociais com o Serviço Social.

Na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, a constituição do proletariado enquanto “classe para si”³⁷ alcançou seu auge³⁸, atuando com uma ação coordenada para indicar mudanças estruturais ou conjunturais, por vezes sob o horizonte das reformas, às vezes sob o horizonte revolucionário. E registrou-se também uma ação coordenada da burguesia para conservar a ordem social vigente. Logo, quando se investiga os primórdios dessa vinculação, registra-se uma intervenção estrategicamente pensada para neutralizar (e, se com sucesso, enfraquecer) as ações de subversão e conflitos das classes subalternas³⁹.

Focando no caso brasileiro, houve uma mudança qualitativa na intervenção estatal sobre as expressões da questão social. Como o processo de modernização do país não significou um progresso na vida da população brasileira em termos de promoção do bem-estar social, trabalhava-se muito (as jornadas de trabalho, como apresentado no capítulo anterior, eram de dez horas ou mais) para receber muito pouco (também foi apresentado anteriormente que os pagamentos eram baixos e sem datas regulares) e as condições de saúde, moradia e

³⁷ Na tradição marxista, o conceito de “classe para si” é fundamental para se entender a dinâmica da luta de classes, isso porque implica em considerar que uma classe social não só existe objetivamente como também precisa desenvolver uma consciência coletiva sobre seus interesses de maneira a agir politicamente para transformar a realidade social. Nesses termos, enquanto “classe em si”, indivíduos e grupos compartilham de uma mesma posição nas relações de produção, ocupam o mesmo lugar na estrutura econômica da sociedade. Enquanto “classe para si”, tais indivíduos e grupos desenvolvem uma consciência coletiva e uma ação coletiva em prol de interesses e projetos sociais coletivos.

³⁸ Inclusive, com a deflagração de revoluções e, posteriormente, a formação de um bloco socialista que abarcava praticamente um terço da população mundial.

³⁹ Sugestões de leitura a respeito disso: “Relações sociais e Serviço Social no Brasil”, de Iamamoto e Carvalho; “Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil”, de Ammann e “Trabalhador Social”, de Verdes Leroux. Em obras como a de Iamamoto e Carvalho (2009) ou de Ammann (2009) é possível encontrar análises sobre como as pioneiras sociais e, posteriormente, as assistentes sociais desenvolviam seu trabalho em instituições públicas e privadas e a relação que estabelecem com a população atendida.

assistência em geral eram tão precárias quanto às condições de trabalho. Conformava-se um cenário em que eram totalmente plausíveis as reivindicações dos/as trabalhadores/as, contudo, a reação por parte da segurança privada e da segurança pública era sempre a mesma: violência.

É também no momento das greves que a principal arma do empresariado e do Estado para lidar com os trabalhadores (ou com a “questão social” como eles diziam) – a repressão – manifestava-se de forma mais visível. Assim é que a repressão aos movimentos grevistas era considerada tarefa das mais importantes da polícia (Mattos, 2009, p. 54).

Durante o século XX – conforme avançavam as reivindicações trabalhistas, sociais e políticas, inclusive com insurreições anticapitalistas – a classe dominante e seus representantes no Estado brasileiro criaram instituições assistenciais⁴⁰ voltadas ao atendimento dos setores empobrecidos da sociedade e, de forma recortada, aos/as trabalhadores/as de alguns setores econômicos. Consideramos aqui os grupos sociais mais empobrecidos que, a grosso modo, eram atendidos pelo assistencialismo religioso e, aos poucos, por serviços sociais públicos, assim como consideramos os/as trabalhadores/as de áreas estratégicas da economia.

No bojo dessa ampliação do Estado, o Serviço Social passa a integrar o corpo de servidores públicos que atuavam em serviços previdenciários, assistenciais e médicos. Contudo, ainda que a emergência de tais serviços se relacionasse com as pressões provocadas pela classe trabalhadora, a atuação profissional reproduzia uma lógica paternalista e autoritária que custou muito a passar por algum tipo de autocrítica por parte da profissão.

Como não mencionar o fato de que o perfil e o discurso profissionais hegemônicos nesses primeiros anos de existência do Serviço Social coincidiam com a exaltação de “qualidades naturais” atribuídas às mulheres indo de encontro, por exemplo, com o debate e a luta sufragista do movimento feminista⁴¹. Ou seja, no âmbito das lutas sociais pelo aspecto da classe ou do gênero, a profissão alinhava-se em oposição aos movimentos sociais classistas e feministas da época (Abramides; Marconsin, 2020).

⁴⁰ São exemplos de instituições de interesse público, algumas privadas e outras estatais, que foram surgindo na segunda metade do século XX: Legião Urbana de Assistência (1942), Serviço Social da Indústria (1946), Serviço Social do Comércio (1946), Serviço Social Rural (1955), Institutos de Aposentadoria e Pensão (1966, mas com origens nos idos de 1923, com a formação das caixas de aposentadoria).

⁴¹ Sugestão de leitura a respeito disso: "Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social", de Mirla Cisne.

No plano político mais geral, combatiam os movimentos contestatórios dos trabalhadores – os anarquistas e os comunistas – que à época organizavam as lutas da classe através do movimento sindical, considerando-os “subversivos”. E, em relação aos movimentos de mulheres, colocavam-se também em posição antagônica: suas atividades assistenciais tinham como objetivo combater a uns e a outros (Abramides; Marconsin, 2020, p. 185).

Inclusive, é interessante observar a predominância de um discurso no âmbito profissional que defendia uma suposta neutralidade científica e política, turvando as dimensões do trabalho profissional e, na prática, distanciando o Serviço Social dos setores mais críticos e combativos das classes subalternas.

Ammann (2009) pontua como, na primeira metade do século XX, as articulações entre os governos dos Estados Unidos da América (EUA) e do Brasil se inscreviam no contexto mais amplo da guerra fria e dos esforços do governo estadunidense em manter seu controle e hegemonia sobre o continente latino-americano. Ao mesmo tempo, o contexto nacional coincidia com o início dos trabalhos políticos do Partido Comunista Brasileiro no campo, com as Ligas camponesas. Segundo a autora, em 1942 foi celebrado um convênio entre os países a fim de fomentar e modernizar a produção de alimentos no Brasil e em 1945 firmaram um acordo voltado à promoção da educação rural via missões rurais. Tais acordos se atualizaram por alguns anos e teriam sido, nas palavras da autora, a porta de entrada para o Desenvolvimento de Comunidade.

Plasmado sobre um esquema conceptual societário que se rege pelos supostos da harmonia e do equilíbrio, o Desenvolvimento de Comunidade é então definido como “processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país” (CBCISS *apud* Ammann, 2009, p. 32).

A autora explicita que nesse esforço de blindar a população das influências comunistas, as relações intergovernamentais propagavam um discurso desenvolvimentista que responsabilizava as comunidades pelas suas conquistas materiais e buscavam capilarizar os conflitos decorrentes do antagonismo de classes para um discurso conciliador e de colaboração. Nos anos 1950 o Serviço Social entra no radar dos organismos internacionais, tornando-se uma das profissões cabíveis na concretização dessas ações de assistência técnica propostas pelo Desenvolvimento de Comunidade.

Considerando que tais organismos eram responsáveis por garantir a expansão da ideologia capitalista, não parece improvável que o trabalho profissional fosse mais facilmente

cooptado por esse discurso de que a “modernização do campo viabilizaria o desenvolvimento do sistema capitalista no país”. Tanto que, nas análises desenvolvidas por Ammann (2009, p. 71-83), em congressos e seminários sobre o Desenvolvimento de Comunidade, promovidos pela profissão nos idos de 1960, o tema das lutas sociais, dos movimentos sociais ou do trabalho sequer tangenciavam as discussões. A autora inclusive destaca a predominância de um discurso conformista, salvo raríssimas exceções.

No contexto do governo de Juscelino Kubitschek, Ammann (2009) afirma que a ideia de operar mudanças estruturais de curto e médio prazo ganhou maior aderência entre setores médios e populares da sociedade, chamando a atenção para a formação de uma ideologia nacional popular emergente que, anos mais tarde, no primeiro triênio da década de 1960, vai confluir para as propostas de Reformas de Base⁴².

Nesta esteira, no âmbito da Educação, é simbólico lembrar como no II Congresso Nacional de Educação de Adultos alguns intelectuais comprometidos com os movimentos sociais populares de trabalhadores/as urbanos/as e camponeses/as problematizaram a necessidade da alfabetização (que até então era endereçada ao letramento e a formação de eleitores/as) ter como horizonte a preparação dos sujeitos para o protagonismo social em prol de mudanças estruturais. Nos fundamentos dessa proposta, se identificavam influências teóricas marxistas e da filosofia humanista cristã. Isto nos demonstra as contradições postas na ordem do dia e como passou a coexistir com o discurso conservador algumas ideias críticas à sociedade e à Educação (com certo nível de capilaridade entre técnicos e intelectuais). Neste caso específico, a autora expõe o apoio atribuído às campanhas de alfabetização tanto pelo movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), até o apoio por parte de técnicos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) quanto por setores da classe dominante, como a simpatia da União Democrática Nacional (UDN) que vislumbrava para si a potencialidade do voto analfabeto (Ammann, 2009).

No congresso mencionado propunha-se a implementação do Desenvolvimento de Comunidade como o método a ser adotado na abordagem de ensino e socialização por parte dos/das profissionais. Contemporaneamente, difundia-se a proposta de Serviço Social Rural

⁴² O movimento de Reformas de Base consistiu em um conjunto de propostas de mudanças estruturais na sociedade brasileira. Nesse bojo, propunha-se reformas como a agrária, a eleitoral, a educacional, dentre outras, para promover a justiça social no país. Tendo o Comício de João Goulart, na Central do Brasil em 1964, como marcador temporal simbólico, tal evento intensificou a polarização no país e foi tomado pelos setores conservadores da época como justificativa para aplicar um golpe de Estado e instituir a ditadura cívico-militar de 1964 a 1985.

como um tipo de preparação de profissionais técnicos da área das ciências sociais e afins para que estes atuassem nos programas de Desenvolvimento de Comunidade rurais

Define-se, destarte, o SSR [Serviço Social Rural] como um programa de Desenvolvimento de Comunidade e, através do Seminário, pretende fundamentar seus técnicos nas ciências sociais e promover uma articulação dos diversos serviços atuantes na zona rural brasileira (Ammann, 2009, p. 63).

Nos trechos transcritos da autora não fica explícito se o SSR se tratava exatamente da profissão de Serviço Social. Ainda assim, o Serviço Social de fato foi mencionado em discurso presidencial, indicando que a profissão há um tempo estava no radar de interesse no que tange o trabalho de politização da população em torno de uma suposta integração para o progresso.

Apresentando o trecho de um discurso feito por Jânio Quadros em 1961, a autora diz que

É certamente inusitado que o Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade mereçam alusão expressa de um Presidente da República em suas mensagens ao Congresso Nacional e que lhe seja conferida oficialmente a tarefa de incorporar o povo às decisões comunitárias e garantir que o processo de desenvolvimento enseje ‘a participação do homem na solução dos seus problemas, tornando-o agente de seu próprio bem-estar’ (Ammann, 2009, p. 65).

A profissão, que já havia sido notada por organismos internacionais, demonstra ganhar maior legitimidade no âmbito dos programas governamentais com o mesmo caráter assistencialista e “formador”, provavelmente, pelo caráter educativo desempenhado por seu trabalho cotidiano junto ao público-alvo desses programas. O fato é que, uma vez incorporada a tais instituições e programas, foi viabilizado o contato direto com setores da sociedade em ebulição. Em outras palavras, o interesse ideológico por trás desses programas (de incidir sobre o nível cultural e político da população periférica rural e urbana) se chocou com os interesses dos seus respectivos públicos-alvo que, por sua vez, experienciaram processos de mobilização e politização.

Não esqueçamos que, nas áreas rurais, os sindicatos e as Ligas Camponesas fomentavam a luta por reforma agrária enquanto, nas cidades, movimentos juvenis/estudantis e sindicais faziam greves e marchas, movimentos de bairro exigiam atendimento público para

a população periférica. No campo e na cidade, campanhas e movimentos de educação de base problematizavam a cultura popular e o horizonte estratégico da educação e da escolarização.

Também não esqueçamos a intervenção da Igreja Católica, que ainda exercia influência nas bases do Serviço Social e que abrigava em seu interior alguns setores ideologicamente mais à esquerda. Neste resgate que apresentamos, enfatizamos justamente esses setores que apoiavam ou se somavam às classes populares em luta.

Segundo Silva, a inserção política de profissionais e estudantes de Serviço Social, neste período [1960/70], tem origem na JUC [Juventude Universitária Católica], JEC [Juventude Estudantil Católica], em projetos culturais como os de CPC [Centro Popular de Cultura] e do MEB [Movimento de Educação de Base], em organizações políticas, tais como a AP [Ação Popular], e nos partidos comunistas tradicionais, como o PCB [Partido Comunista Brasileiro].

A maior parte está vinculada aos movimentos da Juventude Católica, que buscam uma integração entre o ideário socialista e os valores cristãos (Barroco, 2010, p. 146).

Nesse caldeirão de eventos, por diferentes angulações, o Serviço Social não passou ileso.

O Desenvolvimento de Comunidade – pelo seu vínculo com o Serviço Social, que por sua vez mantém ainda íntima conjunção com a Igreja – recebe influência desse novo posicionamento dos cristãos de esquerda e, como ressalta Rodrigues, principalmente no nordeste adquire, a partir de 1962, uma linha reivindicatória, de conscientização e de politização em função das mudanças estruturais. O movimento estudantil nacional irradia-se às Escolas de Serviço Social e seus alunos passam a exigir um engajamento efetivo da profissão nas reformas postuladas por estudantes, operários intelectuais e pelo próprio Governo. Técnicos e professores, alguns dos quais integrantes dos aludidos movimentos políticos, unem-se às reivindicações dos alunos e passam a proclamar as mudanças estruturais com participação popular, postulado este que é incorporado ao discurso e às práticas do Desenvolvimento de Comunidade (Ammann, 2009, p. 67).

A autora ainda discorre mais algumas linhas sobre como a categoria profissional passou por uma crescente cobrança interna, protagonizadas por seus/suas estudantes e intelectuais mais progressistas, para que participasse mais ativamente do apoio e fortalecimento das organizações da classe trabalhadora, bem como dos processos de elaboração de políticas mais democráticas, capazes de operar mudanças mais estruturais.

A coexistência de incongruências e contradições se manteve por longo período no interior da profissão, com registro simultâneo de elaborações e intervenções ora críticas ora favoráveis ao *status quo*. Outro exemplo de como o discurso de neutralidade político

profissional maquiava uma intervenção e postura alinhada ética e politicamente com um projeto autoritário e antidemocrático pode ser encontrado nesse passado sob análise, quando

A instituição Serviço Social manteve, frente à repressão da ditadura, um “silêncio diplomático” que se manifestava, dentre outras coisas, nas lacunas de análise da realidade, na ausência de reconhecimento da perseguição enfrentada pelos movimentos sociais, as organizações políticas de cariz de esquerda e seus ativistas, no obscurecimento da dimensão política da profissão, ancorando-se na concepção de neutralidade axiológica da ciência. Importa ressaltar que o traço conservador ganhou uma roupagem modernizante, o que criou condições para processar sua colagem à autocracia burguesa, reforçando marcas históricas da profissão (Abramides; Marconsin, p. 188-189).

Esse distanciamento e mesmo oposição foi percebido e criticado, justamente, por aqueles/as estudantes e profissionais que tiveram alguma inserção ou relação com as lutas e com os movimentos sociais, bem como foi criticado pela parcela profissional que se aproximou do pensamento marxista (crucial para a construção das críticas à teoria funcionalista e ao conservadorismo social e profissional hegemônicos na profissão).

Durante a ditadura empresarial militar, só houve uma mudança neste histórico distanciamento profissional dos movimentos sociais populares de viés progressista, ilustrada com a experiência conhecida como “método BH” que se mostrou simbólica em diferentes aspectos: foi um vínculo com o “Movimento de Reconceituação” do Serviço Social latino-americano; endossou a autocritica ao tradicionalismo profissional; colocou estudantes e professoras do Serviço Social em diálogo com movimentos sociais populares; foi um marco de resistência à ditadura sob um contexto em que a instituição Serviço Social silenciava-se frente a violência institucional; foi a expressão germinal da vertente “Intenção de Ruptura”⁴³ do “Processo de Renovação” do Serviço Social brasileiro.

Sob o contexto de efervescência político-social e de crise da Ditadura empresarial militar,

A gênese do projeto de intenção de ruptura (Netto, 1991) teve sua emergência em 1966 com o movimento de reconceituação na América Latina, considerada a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, que estabeleceu uma crítica ao Serviço Social tradicional e propôs um novo projeto de formação profissional. A efervescência do movimento

⁴³ Uma das três correntes existentes foi a responsável por criar as bases para a perspectiva crítica dentro da profissão. A respeito da **Intenção de ruptura** e demais vertentes, conferir a obra “Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, de José Paulo Netto.

de reconceituação possibilitou a solidariedade às lutas de resistência contra as ditaduras com violenta repressão no continente (Abramides, 2016, p. 460).

Durante os governos cívico-militares de E. Geisel (1974-79) e J.B. Figueiredo (1979-85) registrou-se uma intensificação das mobilizações sociais, com pautas sociais tomando o debate público como a questão da moradia, a questão trabalhista (greves de 1978, 1979, 1980 e 1982), a questão do alto custo de vida e mesmo questões políticas como a luta pela anistia e pelo voto direto. Parcela da base profissional, principalmente a que maturava os elementos de crítica ao Serviço Social tradicional e à ditadura vigente, engrossaram esse caldo social de crítica.

A literatura profissional registra a maneira como o tensionamento político-social ecoou no interior da profissão. O Serviço Social brasileiro não passou ileso ao contexto de acirramento das lutas sociais que marcaram as últimas décadas do século XX, com uma parte almejando uma modernização adequada às mudanças governamentais e outra parte almejando responder às pressões dos movimentos populares e se colocando a serviço desse público (Silva, M. 2007).

Segundo Duriguetto e Zancanelo (2019), esse cenário impulsionou o fortalecimento da organização político-sindical da categoria sob uma perspectiva crítica, o que contribuiu para a disputa entre diferentes projetos profissionais e para o avanço da vertente teórica e política que buscava romper com o conservadorismo. Nestes termos, as entidades representativas do Serviço Social, na medida que tensionavam para a crítica contra-hegemônica, foram fundamentais nesse processo, por articularem a profissão com o campo político e organizativo da classe trabalhadora. Inclusive,

Importa ressaltar que foi pela atuação das(os) profissionais junto aos movimentos sociais, apoiada pelas entidades sindicais atuantes na luta de classes, que se tornou possível uma intervenção articulada nesse CBAS [Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais], o qual é encerrado na direção do compromisso com a classe trabalhadora (Abramides; Marconsin, 2020, p. 190)

Ou seja, no contexto de crise da ditadura e acirramentos das lutas sociais, houve um esforço de crítica ao tradicional conservadorismo teórico, interventivo e político da profissão e crítica ao autoritarismo social e político. Críticas que tinham materialidade no engajamento de grupos mais progressistas de assistentes sociais com incidência tanto em espaços auto-organizados (associações sindicais, conselhos e coletivos estudantis) como em algumas experiências de associações comunitárias e movimentos sociais, populares e sindical.

Além disso, o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) teve destacada influência no processo de capilarização do pensamento crítico por meio da promoção da formação continuada, reunindo forças para incidir no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que, por sua vez, entrou para história da profissão como o “Congresso da Virada”.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, justamente conhecido como “Congresso da Virada”, impôs-se desta forma como marco, pois, literalmente, destituiu a mesa de abertura de um congresso e ao fazê-lo rompeu com décadas de histórico conservadorismo (Netto, 1999), substituindo autoridades vinculadas às instituições burguesas por protagonistas do movimento da classe trabalhadora. Representava-se ali a opção pelo claro compromisso com as lutas dos trabalhadores e o reconhecimento de sua missão histórica e revolucionária (Guerra; Ortiz, 2009, p. 124).

Um evento que, a despeito de reunir integrantes com vinculação a projetos sociais e profissionais consideravelmente distintos e ser realizado nos marcos de um regime ditatorial, registrou o começo de uma trajetória de apoio e solidariedade de classe que se estende aos dias de hoje.

Apesar do parco registro histórico sobre o período, Guerra e Ortiz (2009) afirmam que a categoria profissional participou ativamente das mudanças sociais e políticas, dando os exemplos a seguir:

Em entrevista com a Luiza Erundina, na Revista Serviço Social e Sociedade número 1 (1979), constatamos que ela menciona dois acontecimentos que entendemos como emblemáticos. **O primeiro foi sua participação no Comando Geral da Greve de funcionários públicos.** Na condição de presidente da APASSP [Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo], essa inserção não passa incólume; **a segunda foi a participação da APASSP na discussão da “nova” Consolidação das Leis Trabalhistas e sua integração ao movimento de unificação sindical que apoiou a greve dos metalúrgicos do ABC.** Aí inicia-se a luta pelo direito à sindicalização dos funcionários públicos, somente alcançada em 1988.

[...]

A profissão [...] **Participou das lutas da classe trabalhadora como um todo e das categorias profissionais por melhores salários.** Entre nós, a luta por um piso salarial foi significativa. E foi revertida em conquistas para algumas categorias mais fortes e organizadas, especialmente, para trabalhadores do setor público. Ampliaram-se os sindicatos e a categoria se aproximou de outras profissões, abrindo-lhes uma nova possibilidade de, com elas, estabelecer novos vínculos e alianças sociopolíticas (2009, p.127. Grifos meus).

Na linha de exposição das autoras, principalmente após a década de 1980, o Serviço Social brasileiro construiu uma nova direção social para sua organização coletiva e participou ativamente para que a Constituição Federal contemplasse os interesses da classe trabalhadora, “em especial, no que concerne à construção de uma concepção universal, pública e gratuita de política social, nomeadamente da política de Seguridade Social, de sua formulação e de sua implementação” (Guerra; Ortiz, 2009, p.127).

Parece pertinente destacar que, apesar das citações anteriores, as análises sobre esse período histórico não são unânimes sobre o quão progressista a profissão foi em sua atuação, cabendo talvez explicitar que a guinada progressista assumida pelo Serviço Social brasileiro se deva em muito ao protagonismo de uma pequena parcela de profissionais que, com constatada competência, soube interpretar a “janela de oportunidade” surgida na conjuntura da época e assumiu a vanguarda da “virada profissional”.

O Serviço Social representado pelas suas entidades CFAS/CRAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais), criadas em 1962, demonstrava uma postura corporativista e pouco interessada nas contradições latentes da época. A título de informação,

As organizações representativas da categoria dos assistentes sociais foram respectivamente: a) A ABAS - associação Brasileira de assistentes sociais, criada em 1946 com ramificações regionais, com o objetivo de fortalecer a profissão e lutar por seu reconhecimento oficial; b) em 1957, surge o primeiro Sindicato de assistente sociais em Porto Alegre (Iamamoto, 1992; Abramides e Cabral, 1995). Em 1978, por ocasião da retomada do movimento sindical pelo *novo sindicalismo* são reativados cinco sindicatos que durante a ditadura ficaram paralisados: [...]. c) as APAS de caráter pré-sindical são da década de 50, não havendo entidade nacional correspondente; d) a CENEAS - Comissão executiva nacional de entidades sindicais e pré-indicais dos assistentes sociais constituiu-se em um mecanismo nacional de articulação e unificação das lutas sindicais no período de 1979 a 1983; e) a ANAS Substituiu a CENEAS em 1983 e configurou-se na Federação Sindical Nacional até 1994; f) o conjunto CFAS - CRAS [...] são criados a partir da regulamentação da profissão em 15/05/1962. De acordo com a nova lei de regulamentação da profissão de assistente social de n. 8.662 de 7 de junho de 1993 em seu artigo 6 altera a denominação [...] para CFESS - Conselho Federal de Serviço Social - e CRESS - Conselho Regional de serviço social (Abramides e Cabral, 1995); g) em 1946, é criada a ABESS - Associação Brasileira de escolas e Serviço Social. A partir de 1996, transforma-se em ABEPSS [...] ao incorporar o CEDEPSS - Centro de Estudos e documentação em políticas sociais e Serviço Social, organismo acadêmico de pesquisa da ABESS (Iamamoto, 1941; ABEPSS, 1998 *apud* Abramides, 2006, p.44. Nota de rodapé).

Instâncias Conselhistas só passaram pela renovação nos idos de 1980, sob estímulo da militância sindical (Guerra; Ortiz, 2009), na época representada por sindicatos e associações profissionais de assistentes sociais. Abramides (2006), inclusive, cita que as entidades classistas da categoria profissional estiveram muito referenciadas na Central Única dos Trabalhadores (CUT) por catorze anos, até a extinção das entidades corporativas da profissão em prol da organização sindical por ramo de atividade, em sindicatos gerais (deliberação tomada em fóruns e assembleias promovidos na época). A perda de referência na mencionada Central sindical, segundo a autora, também se deve à divergência, por parte dessa vanguarda profissional, com o horizonte estratégico e programático que aquela assumiu com a entrada nos anos 1990.

A perspectiva classista da CUT passa por um giro, nos anos [19]90, de abandono gradativo do sindicalismo de lutas, de ação direta das massas, de greves localizadas e gerais, de organização de base nos locais de trabalho, para uma ação majoritária no âmbito da institucionalidade por intermédio das câmaras setoriais (Abramides, 2006, p.45).

Percebe-se, com os registros apresentados, que a garantia da hegemonia de um projeto profissional crítico perpassa, desde sempre, pelo fortalecimento da mobilização e organização política interna e externamente à profissão. Quando irrompeu o sindicalismo de luta em finais de 1970, assistentes sociais também se organizaram em espaços de luta grevista, democrática, associações sindicais por categoria e depois por área.

No período da retomada das entidades sindicais de assistentes sociais, de 1977 a 1979, a categoria se reconheceu como parte da classe trabalhadora, em sua condição de assalariamento, por sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho; participou da reorganização do movimento sindical classista e atuou junto aos movimentos populares sobre o custo de vida, contra a carestia, pelo SUS (Sistema Único de Saúde), feminista, de luta por creches, moradia, estudantil, negro unificado, além do apoio e solidariedade às lutas dos trabalhadores sem terra, quilombolas e indígenas (Abramides, 2016, p. 464).

[...] setores significativos do Serviço Social passaram a integrar as lutas pela democratização da sociedade brasileira, tendo um engajamento ativo nos próprios movimentos sociais. Foi um importante momento que originou novas concepções de sindicatos, tendo o confronto como diretriz fundamental na luta por direitos e por democracia, de diferentes tipos de movimentos sociais como associações de moradores, movimento contra a carestia, pela anistia, a retomada do movimento feminista, do movimento estudantil, movimento pela reforma sanitária, agrária e urbana, movimento negro unificado, luta por creches, luta pela demarcação das terras indígenas, etc., e a construção de diferentes partidos. Esses movimentos constituíram-se

referências sócio-políticas ao Serviço Social ao longo das últimas décadas. Para Iamamoto (1998, p. 50), o engajamento de assistentes sociais foi “fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil” a partir da “crise da ditadura, que afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira”. (IAMAMOTO, 1998, p. 50). Tornaram-se um dos seus coautores, co-participantes. Como exemplos marcantes, é importante citar a participação da categoria na construção da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) e, posteriormente, na fundação e consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980” (Iamamoto, 1998, p. 50 *apud* Abramides; Marconsin, 2020, p. 191-192).

Foi um giro significativo e determinante para a profissão, implicando no redirecionamento da mirada acadêmico-profissional para debates sobre a formação brasileira, o capitalismo, as questões de classe, a intervenção estatal, aspectos do exercício profissional, os processos de organização política de assistentes sociais e suas pautas de luta etc.

Em Silva, M. (2007), a vinculação mais orgânica da profissão com trabalhadores/as, organizados/as ou não, se deu no contexto de rearticulação da sociedade civil e de redemocratização, na passagem da década de 1970 para 1980. Tal aproximação se desdobrou em demandas apresentadas ao Serviço Social por esses indivíduos e sujeitos coletivos, em termos de apoio, assessoramento e orientação político-organizativa e, por vezes, contratação direta.

Em termos de demanda por prestação de serviços, os assistentes sociais têm-se vinculado, sobretudo, às questões da pobreza para atendimento de necessidades concretas imediatas e para intermediar a prestação de serviços básicos. Em termos da ação educativa e organizativa, os assistentes sociais têm desenvolvido ações socializadoras ou têm atuado como estimuladores da interferência popular na ação de democratização da sociedade e de politização das demandas sociais (Silva, M. 2007, p. 66).

As respostas nunca foram hegemônicas e, pensando coletivamente enquanto categoria profissional, ainda se faz necessário avançar nas sistematizações e análises dessas experiências de interlocução ocorridas no passado e no presente.

A respeito desse contexto de vinculação com a classe trabalhadora organizada, Paula (2021, p.136) é mais específica ao identificar no novo sindicalismo e no Partido dos Trabalhadores influências mais diretas no projeto ético político da profissão, com o ônus e o bônus que tal relação trouxe, no que tange a busca por vinculação desse projeto com um horizonte estratégico revolucionário; as reflexões sobre a intervenção profissional e militante

das/os assistentes sociais; as elaborações acerca da formação acadêmico-profissional; os debates sobre a ética profissional etc.

As considerações conclusivas de Abramides e Marconsin (2020) destacam que a cultura profissional ainda detém elementos conservadores que podem ser fortalecidos ou enfrentados a depender, dentre outros fatores, das alianças forjadas entre a profissão e os setores sociais que representem, respectivamente, os interesses estratégicos contrários ou os interesses estratégicos afins ao atual projeto ético-político.

Sob uma lógica semelhante, quando se trata de fortalecer os elementos críticos presentes na cultura profissional, tal aliança precisa ser estrategicamente construída com os setores radicalmente democráticos e de valores progressistas existentes na sociedade, orientação que simultaneamente fortalece e é feita pelo atual projeto ético político do Serviço Social brasileiro.

Na atualidade, já é possível identificar registros históricos e análises sobre os engajamentos individuais de assistentes sociais junto às organizações políticas e mobilizações diversas⁴⁴, mas sob uma perspectiva coletiva, poderíamos dizer que os Códigos de Ética elaborados em 1982 e 1993, bem como as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social aprovadas em 1996, ou mesmo a tradição das campanhas nacionais aprovadas e encampadas pelos Conselhos profissionais e a atuação das entidades estudantis demonstram o alinhamento político ideológico que as lideranças e entidades representativas da profissão tem assumido desde a década 1980.

Pensando, mais uma vez, na profissão enquanto ator social, o conjunto CFESS/CRESS enquanto um dos arranjos organizativos do Serviço Social brasileiro, adotou um posicionamento político ativo e crítico diante da realidade brasileira, especialmente com a entrada nos anos 1990. Ainda que não se trate de um movimento social⁴⁵, o conjunto vem demonstrando engajamento em diversas frentes de luta social e na defesa da profissão. Um ponto interessante a se observar é que a orientação pelo fim dos sindicatos por categoria,

⁴⁴ Alguns exemplos desses relatos biográficos seriam encontrados em publicações como a do Conselho Federal de Serviço Social, “Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura”, que compartilha depoimentos de profissionais que combateram a Ditadura Militar, também em artigos como a de Andrea Pires Rocha, “Assistente social Maria de Lourdes Nascimento: antirracismo e defesa da infância em 1940-1950”, publicado pela Temporalis, dentre outros relatos de experiência apresentados em eventos e publicados em seus respectivos anais.

⁴⁵ Os Conselhos profissionais são autarquias públicas que registram assistentes sociais, fiscalizando e orientando o exercício profissional. A gestão dos mesmos é feita por um grupo de assistentes sociais democraticamente eleito que atua sem contrapartida financeira (apenas recebendo o ressarcimento de possíveis despesas para custear a realização das atividades, cuja origem é o fundo constituído pelo recolhimento das anuidades obrigatórias).

contribuiu para que a entidade passasse a receber algumas demandas da base profissional referentes às condições de trabalho. Algo que a entidade busca atender, dentre outras formas, articulando-se com os sindicatos gerais.

Pode-se dizer que um dos eixos centrais na atuação política do CFESS/CRESS é o **combate às desigualdades sociais e à violação de direitos**, promovendo campanhas⁴⁶ com o objetivo de sensibilizar a sociedade para o debate sobre a desigualdade social (no caso, a histórica e abissal concentração de renda e a necessidade de se defender a socialização da riqueza), a violência e a negação de direitos, abordando suas consequências e divulgando canais de denúncia.

Outro eixo envolve a luta **contra formas de opressão**, em que diferentes gestões à frente das entidades se posicionam, explicitamente, contra o racismo no exercício profissional - debatendo com a população usuária e com a sociedade em geral formas de promover ações de combate a esse preconceito - e contra formas de opressão e trabalho explorado - incentivando na categoria um olhar apurado para as questões de classe, raça e gênero.

A **defesa da democracia** e a resistência frente ao conservadorismo e ao fascismo são pautas atuais do Conselho Federal, com o objetivo de defender a democracia e resistir aos ataques às liberdades democráticas, enfrentando a ascensão do conservadorismo e do fascismo no país.

Além das questões de ordem social e política, o CFESS tem um **forte posicionamento em defesa da qualidade da formação profissional**. Em articulação com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), o CFESS manifestou grande preocupação com a proliferação de cursos de graduação em Serviço Social a distância, sobretudo devido ao avanço da mercantilização do ensino. As entidades argumentam que a complexidade das questões com que o profissional atua exige uma formação acadêmica que contemple as diferentes dimensões da realidade, incluindo ética, política e cultura, e que o Decreto que trata da educação a distância pode propiciar o lançamento de profissionais despreparados. A qualidade da formação a distância deve ser pautada pelas Diretrizes Curriculares, Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão, e as entidades da categoria profissional devem

⁴⁶ No site da organização, podemos levantar algumas das campanhas citadas. Exemplificando, respectivamente, cada eixo: "No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência" (2011-2014); "Lutar por direitos, romper com a desigualdade" (2008-2011). "Assistente social no combate ao racismo" (2017-2020); "Mulheres: assistentes sociais contra o trabalho explorado, toda forma de opressão e em defesa da vida!" (2020-2023). "Nossa democracia pulsa em Conjunto" (2023-2026). Conferir <<https://cfess.org.br/>>.

manter um diálogo firme com o Ministério da Educação (MEC) para garantir a qualidade do ensino e fiscalizar os cursos.

Como se observa no Quadro 1, com base nos títulos de livros, brochuras e outros materiais publicizados no site do CFESS, é possível identificar as diversas pautas sociais e políticas que têm sido debatidas pela entidade. São materiais que refletem o engajamento do Conselho com questões relevantes para a profissão e para a sociedade brasileira.

Quadro 1 - Campanhas do conjunto CFESS/CRESS

Pautas/ Publicações	Combate ao Preconceito e Opressão	Qualidade da Formação Profissional e Ensino Superior	Atuação Profissional em Políticas Sociais Específicas	História e Projeto Profissional da Categoria
Livros, brochuras e relatórios (temas a seguir).	Capacitismo. Xenofobia. Transfobia. Racismo. O estigma do uso de drogas. Preconceito.	A incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social. A Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS- CRESS.	Atuação de assistentes sociais no sociojurídico. Serviço Social na Previdência Social. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana. Residência em Saúde e Serviço Social. Serviço Social nas escolas de educação básica	A trajetória histórica da profissão e o posicionamento da entidade ao longo dos anos (O livro "30 Anos do Congresso da Virada" resgata a memória do 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 1979. O livro "CFESS Manifesta Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)" reúne os textos de posicionamento da entidade frente a temas diversos).

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os materiais publicizados pelo CFESS cobrem um amplo espectro de pautas sociais e políticas, desde o combate direto a diversas formas de preconceito e opressão até a defesa da qualidade da formação e do exercício profissional em diferentes campos das políticas sociais, refletindo o compromisso ético-político da entidade. Ainda que tenha exemplificado com

produções teóricas, destaco que o Conselho tem buscado capilarizar tais conteúdos por meio de oficinas, seminários, eventos, participação e promoção de atos, dentre outras formas.

Em suma, o posicionamento político do CFESS na realidade brasileira é de defesa ativa dos direitos humanos, combate às diversas formas de opressão e desigualdade, defesa da democracia e garantia da qualidade da formação e do exercício profissional, orientando-se pelo atual projeto ético político. A partir do material que se encontra disponível na *internet*, o que se registra é o empenho da entidade ao atuar de forma articulada com outras representações da categoria e com movimentos sociais para influenciar políticas públicas e resistir aos retrocessos impostos pelo projeto societário conservador e neoliberal.

A ABEPSS⁴⁷ também não configura um movimento social, mas sua atuação tem bastante relevância no âmbito da categoria profissional. Enquanto uma entidade de caráter acadêmico-científico, seu objetivo é coordenar e articular o projeto de formação em Serviço Social no Brasil. A defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade sempre esteve presente nas pautas da entidade (facilmente constatável pelos eventos que realiza e publicações feitas por suas gestões), sendo possível identificar defesas outras, tais como a defesa de uma formação anticapacitista e antirracista, promovendo debates e encontros formativos e apoiando eventos e lutas de movimentos sociais, de maneira que reafirma seu compromisso com a luta dos povos originários por suas vidas, territórios, culturas e direitos. Campanhas e posicionamentos públicos da ABEPSS contra a Reforma da Previdência (em defesa dos direitos dos trabalhadores e do acesso à aposentadoria), contra a privatização de empresas públicas e em defesa do Sistema Único de Saúde⁴⁸.

Dentro de sua estruturação, são construídos grupos temáticos de pesquisa (GTP) direcionados a áreas específicas do conhecimento consideradas de grande relevância para a profissão, sendo eles nomeados de: **“Trabalho, Questão Social e Serviço Social”**, **“Política Social e Serviço Social”**, **“Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”**, **“Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”**, **“Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social”**, **“Ética, Direitos Humanos e Serviço Social”**, **“Serviço Social, Geração e Classes Sociais”** e **“Movimentos Sociais e Serviço Social”**.

Pelos nomes atribuídos aos grupos, infere-se que o tema das lutas sociais tangencia ou tem o potencial de ser articulado com cada eixo de discussão, contudo, focando no último

⁴⁷ Entidade civil de direito privado criada por particulares, por tempo indeterminado e sem fins lucrativos.

⁴⁸ Tais informações podem ser encontradas no *site* oficial da associação, em artigos acadêmicos, em postagens compartilhadas em suas redes sociais e em notícias sobre as suas atividades.

GTP apresentado, quando analisamos o material disponível na página da organização, algumas elaborações contidas em relatórios de gestão dos grupos de trabalho e pesquisa sobre movimentos sociais e Serviço Social sinalizam contribuições importantes.

Desde o surgimento do GTP, algumas gestões buscaram construir um estado da arte sobre a produção acadêmica sobre o tema – trabalhos finais a nível de graduação e pós-graduação, anais de eventos e periódicos da área – e há a menção, recorrente em todos os relatórios de gestão dos períodos de 2014; 2015-2016; 2017-2018; 2023-2024, sobre a necessidade mapear tanto a existência de grupos de estudo, pesquisa e extensão⁴⁹ que tratem das lutas sociais e formas associativas da classe trabalhadora; como a incorporação do debate de movimentos sociais pelas unidades acadêmicas de Serviço Social (ABEPSS, 2014; 2016; 2018; 2024).

Outro aspecto interessante contido nesses documentos é a proposição de uma ementa, um texto conciso sobre conceitos e conteúdos acerca dos movimentos sociais e da interlocução destes com a profissão. Entende-se que, ao sugerirem uma ementa, os GTPs definem de certa forma o seu escopo temático e sua agenda de trabalho, ao mesmo tempo que orientam a abordagem dos seus respectivos temas nos espaços de formação acadêmico-profissional.

Sobre as três ementas elaboradas e registradas nos relatórios do GTP de movimentos sociais e Serviço Social, percebe-se uma permanência na ênfase, sob uma ótica marxiana e marxista, nos debates sobre “classe”, “consciência de classe”, “lutas sociais”, “luta de classes”, “partido”, “sindicatos”, “movimentos sociais”, estágios do capitalismo, trabalho profissional (assessoria, consultoria, apoio às mobilizações e organizações populares, projeto ético político). A mudança mais notável registra-se na última ementa em relação às versões anteriores, referindo-se à orientação para um maior adensamento teórico sobre às lutas feministas, antirracistas, dos povos originários e tradicionais.

Essa ementa foi apresentada e debatida no Colóquio do GTP movimentos sociais e serviços social, no XVIII ENPSS - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, DE 10/12 A 14/12/2024, EM FORTALEZA-CE sendo aprovada a versão a seguir:

EMENTA ATUAL:

Classe, Consciência de Classe e Lutas Sociais. Serviço Social e Lutas Sociais da classe trabalhadora. Configurações sócio-históricas das lutas e resistências de sujeitos afrodiaspóricos e dos povos indígenas contra a colonização na América Latina e Caribe, com a emergente sociedade

⁴⁹ Apenas o relatório da gestão de 2015-2016 apresentou um primeiro levantamento de “diretório, grupos de pesquisa e de extensão no período de 2010-2015” (ABEPSS, 2016, p.14).

burguesa e configurando-se como fundamento da questão social. O protagonismo de rebeliões negras, indígenas, quilombolas, populares na conformação das classes trabalhadoras e subalternas no Brasil. Organizações da classe trabalhadora: movimentos sociais e partidos; sindicatos. Classe, raça/etnia, geração, diversidade sexual e de gênero na conformação dos sujeitos, no contexto das lutas de classe. As lutas sociais no capitalismo e as estratégias de enfrentamento do Estado.

Rebeliões e resistências contra o neoliberalismo e a atual fase da acumulação capitalista. Lutas e resistências de trabalhadores e trabalhadoras no campo, nas cidades e nos territórios; Lutas populares e camponesas contra o neoextrativismo; o protagonismo das lutas feministas; resistência dos povos originários e comunidades tradicionais contra a expropriação dos bens comuns da natureza na América Latina e Caribe. A diversidade da classe trabalhadora e os impactos nas suas formas de organização. Serviço Social, lutas e movimentos sociais e projeto ético-político profissional. A intervenção profissional nos processos de mobilização e organização popular, valorizando a articulação intrínseca entre as lutas sociais na conformação dos traços de resistência que atravessam as expressões da questão social. A organização política de Assistentes Sociais na sua condição de classe trabalhadora e sua relação com as lutas sociais (ABEPSS, 2024, p.7).

Para registrar outra entidade de igual importância na trajetória passada e recente do Serviço Social brasileiro, a Executiva Nacional e as Executivas Regionais de Serviço Social são entidades do movimento estudantil que buscam fortalecer a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, além de articular a luta estudantil com às demais lutas e movimentos sociais. “A ENESSO é a entidade política dos estudantes de Serviço Social. Além de lutar por uma sociedade mais justa e uma educação mais justa, nossa executiva luta também por uma formação de qualidade aos estudantes de Serviço Social” (ENESSO, 2025).

Um projeto profissional pode ser compreendido como um processo histórico em construção que apresenta para o conjunto da sociedade o conceito que uma determinada profissão tem sobre si, bem como lhe apresenta a leitura de mundo que a profissão adere. Em se tratando do atual projeto ético-político do Serviço Social, o direcionamento social, ideológico, político, cultural que assume diante da realidade concreta em que está inserida é uma herança da renovação da profissão ocorrida na segunda metade do século XX, mais especificamente, de uma das vertentes políticas que tal processo compreendeu no Brasil que tentou romper com o tradicional conservadorismo social e profissional.

Ademais, ter o projeto ético-político como um processo histórico em construção é interessante no sentido de compreendê-lo para além da referência imediata à sua forma jurídico legal – no caso, representada pelos instrumentos legais: lei de regulamentação da profissão (lei 8.662 de 1993), código de ética profissional de 1993, ou mesmo as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 que orientam às unidades de ensino a ela associadas –,

considerando o processo histórico de enfrentamentos e disputas ideológicas, teóricas e políticas internos e externos à profissão.

Enquanto processo, o atual projeto ético-político não é estático, sendo cotidianamente construído e reafirmado pela base profissional, pelas entidades representativas, nos momentos de intervenção e de construção do conhecimento.

A orientação ideopolítica segue sendo disputada no interior da profissão, com outros projetos profissionais de viés político, ideológico e cultural variados buscando espaço. Por isso, a defesa e efetivação do projeto profissional hegemônico segue dependendo das respostas que as vanguardas profissionais dão diante do enfrentamento dos desafios atuais, dependendo das ações do conjunto profissional nas suas mais variadas áreas de atuação, quando intervém com qualidade e compromisso ético, social e político.

Sua efetivação também depende do movimento das lutas sociais, e do tipo de diálogo que a profissão estabelece com as lutas e movimentos sociais. Por isso o nosso esforço de identificar em quais termos se deu tal diálogo e em compreender como a relação mais orgânica com movimentos sociais da classe trabalhadora e demais setores populares, mobilizados em defesa do aprofundamento democrático e em busca da emancipação humana, pode ser imprescindível para garantir a hegemonia do atual projeto ético-político.

4.2 As lutas sociais e a crítica ao capitalismo pelo Serviço Social

Tendo percorrido a trajetória da relação da profissão com as lutas sociais, identificando como a aproximação entre ambas contribuiu para a emergência do atual projeto ético-político, também é interessante compartilhar por onde tem caminhado o entendimento a respeito das lutas sociais, dos movimentos sociais e sobre a crítica anticapitalista feitas pelo Serviço Social.⁵⁰

Partimos do entendimento de que a emergência e o desenvolvimento dos movimentos sociais, [...], são o desdobramento sociopolítico das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada “questão social”. Foram os movimentos sociais que transformaram a questão social, [...] numa questão política e pública. E é no campo da sociedade civil,

⁵⁰ E nesse caso, não queremos dizer que se trata de uma defesa unânime e sim da defesa expressa pela vanguarda e parte da categoria profissional que defende e se orienta pelo projeto profissional que hoje é o hegemônico.

[...], que se desenvolve a visibilidade política e pública da questão social pelos movimentos sociais (Duriguetto; Souza; Silva, 2009, p. 14).

Entendemos que os sujeitos coletivos se constituem enquanto organismos vivos presentes na sociedade e que as lutas sociais, políticas, econômicas e culturais podem e devem ser pautadas na produção de ações que proporcionem a essas coletividades a elaboração de uma identidade coletiva com perspectiva de classe e racial (Farage *et al*, 2021, p. 79).

Filiando-se à tradição marxista de análise da realidade, as autoras também tecem algumas considerações sobre a trajetória dos sujeitos coletivos na particularidade do capitalismo brasileiro. Destacam como numa sociedade paternalista, clientelista e autoritária se constituiu um Estado antidemocrático e uma estrutura social e política pouco permeável ao protagonismo e participação popular (Duriguetto; Souza; Silva, 2009).

A história da vida política do país revela uma cidadania tutelada, que procura transmutar a lógica de conquista de direitos em uma lógica da concessão paternal de serviços. Também evidencia o fato que, ao se deparar com movimentos de massa por reformas de base, a classe dominante desvela o temor diante da mínima reivindicação de melhoria social ao ponto de se forjar uma ordem democrática frágil, que facilmente cede espaço aos regimes de exceção para manter os interesses da burguesia nacional e estrangeira (Duriguetto; Souza; Silva, 2009).

No passado mais recente do Brasil, a reorganização popular e o aumento das lutas sociais registradas durante a crise do regime militar alteraram a correlação de forças favoravelmente para os/as trabalhadores/as e setores democráticos, a ponto de fecharem o século XX com a conquista formal de direitos sociais expressos no texto constitucional de 1988 e, em seguida, experienciando os limites e potencialidades da política institucional via o exercício do controle social. Simultaneamente, vivenciam nessa virada de século o contra-ataque burguês, expresso nas contrarreformas no mundo do trabalho e nas políticas públicas sociais.

No artigo de Duriguetto e Demier (2017c), são tecidas considerações mais gerais sobre a democracia burguesa e os ajustes promovidos nas últimas décadas no sentido de “calibrar” as respostas dadas às pressões impostas pelos processos de lutas sociais às mudanças no mundo do trabalho desencadeadas pela economia capitalista. Em síntese, e considerando os particulares contextos históricos dos países, a autora e o autor defendem que a democracia liberal (seja nos países de economia central, seja, principalmente, nos países de economia periférica como o Brasil) blinda-se cada vez mais das demandas por reformas populares e da participação de trabalhadores/as. Em se tratando do Brasil, tal processo só atualiza uma

característica própria de sua constituição republicana, de um Estado autoritário e centralizador de poder.

No jogo político,

Blinda-se, assim, a democracia de qualquer interferência das expectativas e/ou prospectivas populares postas nos processos eleitorais pelas programáticas partidárias, notadamente aquelas que dizem e fazem parecer que irão fazer o que efetivamente não farão. Isto porque a impermeabilidade na absorção de reformas é coroada pelo revezamento – guardadas as especificidades das diferentes formações econômico-sociais – de “[...] dois blocos políticos partidários os quais comungam uma adesão (aberta ou tácita, dependendo do caso) aos pontos axiais da plataforma neoliberal [...]” “[...] um programa essencialmente contra reformista (mesclado às políticas públicas focalizadas, os chamados programas sociais compensatórios) [...]” (Demier, 2012 *apud* Duriguetto; Damier, 2017c, p. 11).

Olhando para a realidade brasileira, a autora e o autor relembram como a organização e ascensão social em torno de pautas democráticas e populares, em meados do século XX, foi crucial para que a classe dominante reagisse àquilo com um golpe de Estado. Décadas mais tarde, agora em alinhamento com as recomendações internacionais de caráter neoliberal, a reação burguesa veio com a constituição de um arranjo institucional que, sob aparência de democracia representativa, mantinha os espaços de decisão política inacessíveis aos setores populares.

Duriguetto e Demier (2017c) tecem considerações mais conjunturais sobre as lutas sociais, sem apresentar um tipo de teorização sobre o significado dos movimentos sociais ou entrar no mérito da discussão da interlocução com o Serviço Social e seu projeto ético-político. No texto, analisam que houve um “descenso programático” na luta de massas e certo rebaixamento do horizonte estratégico revolucionário, ainda assim, registrou-se que a entrada nos anos 2010 contou com crescimento de greves

nos setores metalúrgicos, da limpeza urbana, da construção civil, dos servidores e professores [...], bancários, metroviários, trabalhadores terceirizados. Acresce a esta ofensividade, as ocupações de escolas, as mobilizações por moradia, as resistências indígenas e quilombolas, que deram continuidade às reivindicações pela demarcação de suas terras. Também ganharam destaque, em mobilizações generalizadas, o Fórum Contra a Privatização da Saúde; os coletivos de defesa pelos direitos LGBTTI e o movimento feminista (2017 c, p. 16).

Com isso, o desafio imediato estaria em superar o “horizonte possibilista” de setores e organizações sociais e fortalecer a unidade de ação política frente às contrarreformas neoliberais.

Em Marro (2022), outra autora do Serviço Social que trata do tema dos movimentos sociais, são pressupostos interpretativos o fato das lutas sociais serem fundantes da questão social (pois, esta não implica apenas as mazelas decorrentes da exploração capitalista, mas também as insubordinações praticadas pela classe trabalhadora que denunciam e combatem tais relações de exploração e opressão) e o fato das análises desses processos de luta serem imprescindíveis nas produções intelectuais e na própria intervenção de assistentes sociais. Defende que o caminho investigativo que parte das insubordinações seria o mais propício para que a profissão ampliasse o horizonte interventivo (no sentido de captar as demandas pelas perspectivas dos sujeitos e não exclusivamente das requisições institucionais) e cavasse novos espaços de inserção profissional.

Apesar de reconhecermos as lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social, é possível afirmar que no debate profissional do Serviço Social das últimas décadas, temos exercitado pouco este ângulo de reflexão, ora porque prevalecem como uma referência genérica, ora porque os sujeitos coletivos concretos remetem a uma referência abstrata da classe trabalhadora, ora porque não se estabelecem as relações concretas que existem entre essas lutas e as demandas cotidianas postas para os Assistentes Sociais (Marro, 2022, p. 1-2).

A autora chama a atenção para o caráter plural das manifestações e embates travados pelas classes subalternas no continente latino-americano, tanto em termos das pautas levantadas, do perfil dos sujeitos envolvidos, do formato das lutas encampadas e outros.

As lutas de América Latina vêm se destacando no mapa das resistências contra o neoextrativismo. A partir de um legado de intensas revoltas de massas contra o neoliberalismo, entre os anos 90 e 2000, assistimos ao protagonismo de indígenas, camponeses, desempregados que irromperam em países como Argentina, Equador, México, Bolívia, Paraguai, Chile, Venezuela. [...]

O Brasil fará de forma mais tardia sua entrada neste cenário de grandes convulsões. É inegável que entre as décadas de '90 e 2000, se observa um esfriamento dos conflitos sociais (um refluxo das lutas de massas), primeiro marcado pelo recuo do movimento sindical e o desmanche dos movimentos de base, atacados de morte pela ofensiva neoliberal; depois, pela derrota da contra hegemonia antagônica que emergira nos anos 80 (em torno da direção do PT, mas com a presença de um encorpado movimento popular e sindical) (Marro, 2022, p. 11-12).

Quando destaca esse caráter plural, a autora contribui para ampliarmos o olhar sobre o potencial organizativo e questionador que questões como a luta ambiental, antipatriarcal, pelo respeito à diversidade étnica e outras podem carregar contra a ordem burguesa. Além disso, apura o olhar profissional para o conjunto de demandas publicizadas pela classe trabalhadora e de respostas por ela sugeridas que, tantas vezes, surgem nos espaços extrainstitucionais. Percebe-se com isso que a autora não estaria negando, por princípio, a ocupação de espaços dentro do Estado. Trata-se mais de valorizar o protagonismo e auto-organização da principal classe interessada em resolver os problemas da sociedade capitalista, indo até suas raízes para superá-los.

Estas lutas nos mostram que inúmeros são os territórios marcados pelos processos de exploração e expropriação que o capital promove: as fábricas; os serviços; o corpo das mulheres; as cidades; o campo; os habitats indígenas e quilombolas; os bens comuns da natureza presentes nas águas e nas florestas. São estes, os traços de resistência que perpassam as expressões da questão social que constituem o dia a dia do trabalho dos assistentes sociais, e por esse mesmo motivo, precisam comparecer nas nossas análises e estratégias de atuação profissional (Marro, 2022, p. 16).

Mantendo a característica de tratar do Brasil no contexto latino-americano (algo ainda pouco comum nas produções da área), a autora compreende que os contextos reacionários e conservadores vivenciados nesse território teriam relação direta com o potencial contra-hegemônico das lutas encampadas nessas terras nas últimas décadas. Algo mencionado em parágrafos anteriores, mas que também caberia aqui, é a percepção de que as classes dominantes temem tanto os atos de insubordinação dos subalternos que reagem com suas forças reacionárias e conservadoras a qualquer sinal de ameaça (Marro, 2020; 2022).

Outra afirmação da autora é a de que a relação das lutas sociais com a questão social é incontornável (assim como as demais autoras abordadas até aqui) e que as particularidades que guardam associam-se com o padrão de desenvolvimento econômico escolhido para a região, no caso, uma série de grandes empreendimentos que exploram a força de trabalho e extraem as riquezas naturais, principalmente, para a exportação de *commodities* agrícolas.

Partimos do pressuposto de que as lutas e rebeliões que caracterizam a região latino-americana das últimas décadas são uma referência analítica central, seja para elucidar sua relação com as expressões da "questão social" permeadas de resistência, seja para problematizar sua ligação com as estratégias de enfrentamento em chave de contra-insurgência, mobilizadas por governos e organismos internacionais para atender às atuais necessidades do padrão primário-exportador (Marro, 2020, p. 178).

Para Marro (2020), os anos 1990 e 2000 registraram significativas revoltas em países como Argentina, Equador, México, Bolívia, Paraguai, Chile, Venezuela, sendo protagonizadas por indígenas, mulheres, desempregados/as e camponeses/as. Em várias situações foram capazes de ascender governos com críticas ao projeto neoliberal; impor limites à dominação imperialista; alcançar conquistas para os/as trabalhadores/as. Todavia, com a crise capitalista de 2008 e a reorganização imperialista, houve um aprofundamento da exploração de recursos naturais na região com o modelo primário exportador na produção. Contraditoriamente, ao não conseguir barrar esse padrão de acumulação, até ocorreu a viabilização de algumas políticas de redistribuição de renda que propiciaram uma melhoria nas condições de vida da população (mínima, se comparada com os ganhos do grande capital) sem, contudo, acumular minimamente para um tipo de conscientização política crítica sobre os direitos ou sobre a sociabilidade burguesa.

Voltando ao debate sobre como as lutas sociais são constitutivas e expressam a questão social, sendo esta matéria de intervenção do conjunto de assistentes sociais, a autora exemplifica como a denúncia da classe trabalhadora é crucial para que várias situações de violação de direitos sejam devidamente tratadas pela sociedade e pelo poder público:

o desemprego denunciado pelos Movimentos de Trabalhadores Desempregados na Argentina dos anos 2000; o feminicídio que tira a vida de tantas mulheres na fronteira Mexicana onde avançam as maquilas; o deslocamento forçado enfrentado por movimentos indígenas na Colômbia, no México ou no Chile que cresce em proporção direta à mercantilização da terra e a militarização social; o envenenamento e a poluição de rios e terras resistidos por vários movimentos camponeses no Paraguai, no Brasil, em Honduras; o déficit habitacional padecido por movimentos sem-teto, conforma o grande leque das desconfortáveis expressões da desigualdade social que aparecem diariamente silenciados ou camuflados nas suas determinações mais conflitivas (e coletivas) e se apresentam como demandas individuais de acesso a políticas de habitação, de assistência, de saúde, educação e direitos humanos, entre outras (Marro, 2020, p. 180-181).

Compreender tais questões como matéria legítima de intervenção profissional é um começo. O passo seguinte é o desenvolvimento de uma intervenção profissional crítica e eticamente referenciada no atual projeto profissional.

Marro (2020) reafirma a interpretação de um aprimoramento da estratégia imperialista de controle do território latino-americano, visto que

[...] a militarização das relações sociais se explica pela premissa de produzir uma dominação de espectro completo que engloba um conjunto de iniciativas que não se restringem a situações de guerra aberta e incluem ações de contra-insurgência muito diversificadas, entre as quais se destacam: a presença maciça de bases militares em regiões estratégicas; o controle de fronteiras; a criação de bancos de dados com informações pessoais para fins de inteligência; a introdução de novas funções nas polícias destinadas à segurança interna; mudanças na legislação (por exemplo, a disseminação de leis antiterroristas para enfrentar as lutas dos movimentos sociais, presentes na agenda política de países como Chile, Paraguai, Argentina e Brasil, entre outros). De acordo com esta intelectual, se trata de estratégias que operam como a ideia de um inimigo difuso e relativamente invisível, que poderia ser identificado com um grupo de mulheres e crianças que se rebelam contra uma barragem, ou um protesto urbano de massas contra o preço de transporte, exigindo um controle que engloba diferentes pontos de observação e gestão deste inimigo (Ceceña 2004; 2007; 2014 *apud* Marro, 2020, p. 182).

Tratados como “mecanismos de contra-insurgência” (Marro, 2020), esse rol de ações realizadas inclui também a implementação de políticas sociais de combate à pobreza que intenciona institucionalizar, apassivar e controlar os conflitos sociais. Apesar de trazerem algum grau de amenização nas condições materiais de parte da população (o que pode significar muito, principalmente num contexto de desemprego, miserabilidade e fome), tais políticas não atingem e nem desvelam a raiz do problema. E em termos estratégicos para a classe dominante, o que de fato buscaram garantir em nosso território foi

o livre comércio para suas mercadorias agrícolas; a liberalização do mercado de terras (e acesso a florestas, minerais e água); e o acesso irrestrito à força de trabalho barata (Almeida, 2016; Bezerra, 2016). Através do financiamento de ONGs que se configuram como “arma alimentar” (Louis-Juste, 2009, *apud* Almeida, 2016), se intensificam ações de enfrentamento da miséria ao calor dos levantes populares, para suavizar os saques dos recursos naturais, a superexploração da força de trabalho, a perda da soberania alimentar. Não é por casualidade que as chamadas campanhas humanitárias financiadas por estas mesmas entidades e atreladas a estratégias de desestabilização social na Venezuela acontecem no país que concentra uma das maiores reservas de petróleo do mundo (Marro, 2020, p. 183).

Outra angulação do debate das lutas sociais é trazida por Duriguetto (2017b), onde se problematiza o processo de criminalização e penalização da classe trabalhadora e de suas experiências organizativas como sendo uma condição historicamente colocada no capitalismo, como uma necessidade da classe dominante para controlar e subjugar as classes subalternas. Aqui a autora demonstra um entendimento de que a criminalização da pobreza é outra face da exploração do trabalho, pois, a seletividade com que se julga e se aplica medidas punitivas nas

sociedades capitalistas reafirma uma lógica em que o crime é tomado como prática e vivência próprias dos setores populares.

O encarceramento em massa, por exemplo, torna-se uma forma de controle da força de trabalho excedente e ainda cria espaço para investimento de capital privado tanto pela via da privatização de presídios (facilitando a exploração da força de trabalho dos/as encarcerados/as) como pela via do mercado de segurança social. Nesse contexto, o discurso de medo propagado pela mídia dificulta a mobilização da opinião pública e ainda respinga nos processos de organização e luta, que podem ser enquadrados como formação de quadrilha e terrorismo.

Há que se reconhecer, ainda, que essa sofisticação da criminalização é fortalecida pela ação dos meios de comunicação, que priorizam as falas criminalizatórias e manipulam as informações e os fatos referentes às manifestações e lutas sociais.

É nesse contexto de judicialização dos protestos sociais que surge a lei antiterrorismo, a qual emerge num contexto de retomada de grandes mobilizações de massas nas ruas (Duriguetto, 2017b, p. 112).

A breve revisão feita até aqui indica aspectos do debate que a profissão tem feito sobre a importância da luta social para tencionar o Estado no sentido de mudanças favoráveis à classe trabalhadora e seus respectivos movimentos sociais. Pela análise das autoras e autores citados, as conquistas oriundas das lutas sociais, em sua maioria, não lograram reformas substanciais no modo de produção capitalista, todavia, fica explícita a defesa de que, sem elas, seria impossível qualquer mínima mudança situacional ou reforma social.

4.3 Os registros de trabalho junto aos movimentos sociais

Foi interessante observar nos textos o aparecimento de temas como o da criminalização e penalização dos movimentos sociais ou sobre as estratégias contra-insurgentes na região latino-americana. Nesses materiais as autoras também sinalizaram para propostas de postura e ação profissional que caminhem no sentido contrário a tal lógica de dominação burguesa.

Na exposição de Duriguetto (2017b) sobre como encarar o problema da violência estatal, a autora pontua como sendo eticamente mais adequadas as posturas que: não

compactuam com a violação de direitos recorrentes em remoções forçadas ou com o extermínio e encarceramento em massa da população, majoritariamente, jovem e negra. Defendem a autonomia profissional perante uma lógica que hierarquiza e prioriza o “interesse econômico” em detrimento do “interesse social” (pois, não deveria ocorrer uma subordinação deste último em relação ao primeiro). Se solidarizam com as organizações comunitárias (coletivos de mães, mídias alternativas etc.) e entidades defensoras dos direitos humanos. Envolvem os sujeitos individuais e coletivos na construção de respostas às suas demandas, legitimando e incentivando tanto o controle social como a organização política autônoma (ou seja, a política pelas vias institucional e extra institucional). Contribuem para explicitar as condições reais de oferta ou inexistência de serviços e recursos. Busquem participar de conselhos, conferências e fóruns sobre a reforma urbana. Busquem fortalecer ações conjuntas entre os diferentes movimentos sociais urbanos (2017b, p.118-119).

Marro (2020), por sua vez, exemplifica tanto algumas posturas profissionais que ora se perceberam funcionais e adequadas aos desmandos autoritários de governos e empregadores e ora buscaram agir em oposição à lógica chamada por ela de contra-insurgente. No primeiro caso, temos o registro da autora a respeito de como o/a profissional percebe os interesses do/a contratante sobre o sentido do seu trabalho:

Por sua vez, Assistentes Sociais contratados por empresas que lucram com a exploração de recursos naturais reconhecem que, em muitas oportunidades, a sua ação é requisitada para apaziguar a população frente aos impactos sociais e ambientais provocados por essas obras. Assistentes Sociais são requisitados para abordar e silenciar as arestas conflitivas de intensos processos de desorganização da vida social e das atividades produtivas; o crescente desemprego; os fluxos migratórios; a violência contra as mulheres que cresce em obras que mobilizam contingentes monumentais de trabalhadores homens em condições de superexploração; a sobrecarga da rede de serviços; a desapropriação de terras e o deslocamento da população; o aumento do empobrecimento; o crescimento de doenças variadas em áreas inundadas (Nunes, 2013 *apud* Marro, 2020, p. 185).

No segundo exemplo, a seguir, a autora registra articulações coletivas entre assistentes sociais que buscaram preservar sua autonomia e garantir um trabalho coerente com a direção social do atual projeto ético político. Ao se perceberem acionados/as para ações de explícito caráter de violação de direitos, buscaram se fortalecer e legitimar por meio de uma articulação da categoria profissional e desta com os sujeitos coletivos.

Um exemplo interessante da crescente associação entre a política de segurança pública e a política de assistência social, pode ser identificado na

Operação Verão e no “Plano Verão” que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro em 2015. Preocupados pelos impactos na atuação profissional de uma repressão envernizada por um discurso protetivo (Lima, 2016), um grupo de assistentes sociais se mobilizaram e organizaram junto ao CRESS-RJ – junto a outras entidades sociais, profissionais e movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos humanos –, para construir orientações técnicas frente às demandas de recolhimento compulsório (mesmo sem indício de negligência familiar ou prática de ato infracional), fiscalização de comportamentos e realização de visitas domiciliares obrigatórias. Estas ações foram fundamentais para garantir uma posição de autonomia e resguardar o exercício profissional de uma ação governamental que estava violando direitos e constringendo a mobilidade urbana de crianças e adolescentes; reproduzindo uma lógica coercitiva e higienista; instaurando uma dinâmica de militarização da política de assistência social e ferindo princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional. São iniciativas que, pela mediação da organização coletiva da categoria e em articulação com diversos movimentos sociais, abriram brechas para uma atuação profissional que questiona mandatos institucionais pautados na lógica da contrainsurgência (Cf. Conselho Regional de Serviço Social, 2015a, 2015b, 2016 *apud* Marro, 2020, p. 184).

A autora trouxe exemplos de ações, desenvolvidas pelas entidades representativas da profissão, que vão no sentido de reforçar os direitos humanos e sociais, bem como de reafirmar os valores democráticos e de soberania popular. O que se evidencia é o esforço coletivo para reagir às ingerências sobre o trabalho profissional, colocando em perspectiva a importância da construção de saídas coletivas para problemas que são coletivos.

O compromisso da categoria com as lutas sociais e com a mobilização popular significa um momento importante do processo de concretização dos princípios apontados no projeto ético-político, possibilitando, inclusive, a potenciação e qualificação da própria organização política da mesma (Marro, 2011, p. 320).

Quando tratamos das pressões sofridas nos espaços de trabalho, das situações de ingerência oriundas de agentes empregadores ou chefias, ou de qualquer outra situação que comprometa negativamente a autonomia profissional, não tratamos de casos isolados. Por isso, entendemos que situações problemas, como as que envolvem a ingerência sobre o trabalho e que atingem boa parte da categoria profissional, demandam debates e tratativas também de ordem coletiva.

Compreendemos que na condição de trabalhador/a assalariado/a, em algum momento podemos lidar com a expectativa (por parte da contratante) de uma intervenção acrítica que, em determinados marcos sociais e institucionais, espera do/a profissional o apaziguamento dos conflitos, a naturalização das contradições, a moralização e individualização das

expressões da questão social. Uma expectativa de intervenção que, convenhamos, valida um tipo de trabalho bastante funcional à ordem vigente e aos interesses dominantes, funcional ao que Marro (2020) chamou de lógica contra-insurgente. Diante disso, consideramos que caberia observar e problematizar quando esse tipo de intervenção acrítica vier a assumir uma conotação positiva, uma conotação que atribui ao perfil de intervenção profissional que se desenvolve dentro desses marcos sociais e institucionais conservadores ares de uma intervenção “ideal” ou “desejável” por ser “neutra” ou “estritamente técnica”.

O Serviço Social, desde sua origem, é requerido para fazer parte de uma estratégia de hegemonia burguesa (Iamamoto; Carvalho, 2009; Netto, 2011b), não atoa, qualquer intervenção que se afaste um pouco dessa orientação política, mais precisamente, qualquer intervenção que se oriente por um projeto societário crítico e emancipatório, é desqualificada e tachada de parcial. Isso nos leva a pensar que, quando a expectativa de um trabalho que tende para a manutenção do *status quo* torna-se preponderante, qualquer engajamento contrário – que, inclusive, não tem receios em explicitar e defender sua natureza político-ideológico – é adjetivado como não profissional, como militante, com clara intenção de desqualificar a ação profissional crítica. Principalmente quando se trata de um trabalho que constrói interlocuções com as lutas e os movimentos sociais, como se o apoio aos processos de mobilização e organização populares descaracterizassem o trabalho de assistentes sociais, algo que discordamos veementemente.

Para o pensamento conservador que hegemoniza o senso comum, o profissionalismo daquele/a que atende as requisições institucionais – cuja orientação é antecipar e controlar os conflitos sociais – dificilmente será posto em xeque. Tais profissionais não serão acusados/as de militantes, parciais ou ideologizados/as “apenas” por estarem cumprindo as funções que lhe foram atribuídas pelos mandatos institucionais que expressam tal lógica contra-insurgente, mais uma vez pegando emprestada as palavras de Marro (2020). Nessa chave de análise, o/a assistente social – mesmo que respondendo a atribuições que tenham um explícito alinhamento ideo-político com um projeto de subjugação das classes subalternas – estaria, supostamente, “apenas desenvolvendo seu trabalho”.

A problematização levantada aqui se dirige aos “pesos e medidas” distintos que podem ser usados para qualificar o trabalho profissional, pois, o pensamento conservador – acrítico ao ordenamento social capitalista, ao papel das instituições burguesas, que negligencia ou mesmo nega as contradições sociais e a forma como tensionam o exercício profissional – endossa um discurso que tolhe a ação profissional crítica, ou seja, tolhe a intervenção que busca alinhar-se aos interesses históricos da classe trabalhadora. E se a regra for defender a

manutenção do *status quo*, qualquer mínimo afastamento dessa orientação no sentido oposto torna-se motivo suficiente para questionar a credibilidade e o rigor do/a profissional que ousa contestar.

Felizmente, assim como o trabalho de assistentes sociais sempre será tensionado na lógica do apaziguamento das lutas sociais, também o será na lógica de reconhecimento e apoio dessas mesmas lutas e sujeitos insubordinados⁵¹. Por esta razão, há pesquisas e debates no interior da profissão que se propõe refletir sobre como as lutas dos setores subalternos interpelam o Serviço Social e acabam por se mostrar imprescindíveis no processo de disputa do significado social da profissão e do direcionamento dado à nossa intervenção.

[...] buscamos mostrar que os traços de luta e resistência que esses sujeitos acionam no enfrentamento da questão social abrem novos horizontes para o exercício profissional – tensionam as correlações de força institucionais; colocam novas requisições que desafiam os clássicos procedimentos de intervenção; questionam as rotinas que reproduzem relações clientelistas orientadas à passivização dos sujeitos coletivos –, assim como trazem conhecimentos e competências que enriquecem o perfil profissional.

[...]

Em segundo lugar, analisamos a importância da articulação do Serviço Social com as lutas sociais, como uma possibilidade de ampliação e potenciação dos horizontes institucionais da intervenção profissional (Marro, 2011, p. 320 - 321).

As articulações com os movimentos sociais podem ampliar nossa apreensão sobre a realidade social, permitindo identificar as nuances das circunstâncias, questões, situações e fatos com os quais lidamos profissionalmente.

Inseridas em nossos espaços ocupacionais é esperado que tenhamos acesso a um arcabouço, a um referencial teórico, técnico, instrumental próprio da política ou serviço a ser executado e da instituição que empregou nossa força de trabalho. Referencial este que irá instruir sobre a rotina e operacionalização do trabalho e não necessariamente o fará sob uma perspectiva crítica, questionadora do *status quo*. Por isso, o diálogo com os movimentos sociais, por sua vez, possibilitaria acessar outros referenciais para apreender a realidade pelo ponto de vista da população atendida, da classe trabalhadora organizada e não apenas pela perspectiva da instituição empregadora.

A defesa da articulação com os movimentos sociais desde o momento da formação profissional (principalmente, mas não só, na extensão como nos exemplos trazidos) antecipa a

⁵¹ Sobre esta tese da polarização do trabalho promovida pelos interesses de classes antagônicas, conferir a obra de Iamamoto e Carvalho, “Relações sociais e Serviço Social”.

exposição dos/as assistentes sociais a todas essas reflexões. Reflexões que também buscam por caminhos de atendimento dos interesses dos/as trabalhadores/as que extrapolam a via institucional. Quer dizer, cientes de que as respostas às expressões da questão social, quando propostas pela classe dominante e seus representantes no Estado, são cada vez mais fragmentadas, conservadoras e criminalizadoras, as contradições e limites da via institucional são reconhecidos e, portanto, os/as profissionais precisam considerar as vias extrainstitucionais. Considerar que é importante o apoio ao controle social e à participação cidadã tanto quanto é importante o apoio às lutas sociais capazes de avançar na efetivação da democracia radical e que, por isso, vão ao encontro do projeto ético-político do Serviço Social.

Em meio às possibilidades de inserção profissional no Serviço Social, é sabido que a docência também se configura como um espaço ocupacional. Neste, o registro mais frequente de interlocução com os movimentos sociais se dá mediante a realização de projetos de extensão. Num dos registros analisados aqui, são relatadas que as atividades mais comumente desenvolvidas nessas experiências extensionistas são:

1. apoio à mobilização popular e articulação de diversos sujeitos em luta;
2. qualificação da participação política na elaboração, implementação e controle da política pública;
3. assessoria política e técnica a movimentos sociais;
4. formação teórico-política e cidadã para o fortalecimento da organização popular e constituição de sujeitos coletivos;
5. desenvolvimento de estudos socioeconômicos (inclusive em articulação interdisciplinar com outras profissões) com o objetivo de potencializar os processos de auto-organização dos grupos subalternos em torno das suas condições de vida e de trabalho, assim como nutrir suas reivindicações para a implementação de possíveis intervenções do poder público;
6. qualificação e politização dos debates (através de palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns) acerca dos modos privilegiados de enfrentamento das manifestações ligadas à “questão social”, envolvendo técnicos, profissionais, gestores e ainda dando visibilidade aos sujeitos subalternos para que no seu enfrentamento acionem traços de luta e resistência;
7. orientações, encaminhamentos e atendimentos que busquem potencializar a apropriação por parte desses grupos dos procedimentos institucionais e dos serviços que constituem direitos sociais de cidadania (Marro, 2011, p. 328).

As dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa, bem como o caráter educativo do trabalho profissional, são mobilizadas nas atividades listadas acima – assim como comumente o são nos mais variados espaços ocupacionais –, sendo aqui mais evidenciado o direcionamento social e político de defesa dos interesses dos e das

trabalhadoras presentes nessa relação. As ações buscam dar voz a estes indivíduos na medida que apoiam e incentivam sua organização coletiva. Buscam garantir a autonomia e protagonismo desses atores sociais reforçando o papel do movimento social como um dos atores sociais agentes na gestão e execução de política públicas que buscam, também pela via institucional, aprofundar a democracia.

É interessante que a materialização dessa relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais esteja ocorrendo às vistas de estudantes (profissionais em formação) que estão envolvidos/as nos projetos de pesquisa e extensão como este exemplificado. Farage *et al* (2021) também discorrem sobre a interlocução com movimentos sociais via extensão universitária. Evidência, inclusive, o papel da educação popular como um instrumento de diálogo com a população e, no caso dos movimentos sociais, como o recurso usado para construir e fortalecer as relações horizontais e de respeito mútuo.

Nesse ponto as autoras defendem que esse tipo de aproximação se torna importante, principalmente, quando existe na memória da população a marca de posturas eticamente questionáveis por parte da profissão que agem em concordância com a violência institucional, gerando desconfiância.

O debate sobre os movimentos sociais que marcou os anos 1980 e início dos anos 1990, se enfraqueceu no âmbito da profissão com o advento do neoliberalismo, com a expansão de ações das organizações não governamentais (ONG) e com as alterações nas requisições profissionais oriundas das transformações do mundo do trabalho. Já na segunda década dos anos 2000, diante do recrudescimento do conservadorismo e da ascensão da extrema direita no Brasil, experiências vinculadas à educação popular, articulação com os movimentos sociais e a organização coletiva ganharam nova ênfase, diante do desafio de fazer frente a um projeto societário cada vez mais excludente que intensifica a pauperização da classe trabalhadora (Farage *et al*, 2021, p. 65).

Para as autoras, a retomada do debate sobre a educação popular está associada ao contexto dos anos 2000 e diretamente relacionado com a interlocução estabelecida com os movimentos sociais, pois, são estes sujeitos coletivos que comumente tratam da formação de consciência crítica (para o qual a educação popular atenderia muito bem) e disputam a função social das universidades públicas. Pontuam a educação popular:

- 1- Como um investimento político que constrói um lugar voltado para o processo de conhecimento da realidade.
- 2- Como espaço que vai possibilitar o trânsito do senso comum ao bom senso. Lugar de apropriação individual e coletiva, no qual está presente uma dimensão ideológica fundamental: a de compreender a base de estruturação

da vida social sob o capitalismo e da conformação possível de alternativas de organização da vida social, sob outras bases.

3- Como espaço das classes trabalhadoras a conformar outro NÓS, antagônico ao hegemônico, este último constituído sob a égide do individualismo, da ausência de solidariedade etc. Portanto, espaço no qual possam ser experimentados novos valores, novos pensares, numa dimensão de práxis na qual ativamente se busca a elaboração da realidade a partir de uma perspectiva humana social.

4- Finalmente, um espaço no qual os sujeitos possam exercer o singular exercício de suas próprias sínteses, redefinindo e recriando referências de vida, sentidos novos à sua existência individual e coletiva (Silveira, 2004, p. 122 *apud* Farage *et al*, 2021, p. 72).

Ao pontuar tais aspectos da educação popular, as autoras reafirmam o seu potencial questionador das relações de dominação e de desigualdade, um potencial colocado em prática através de relações dialógicas em que saberes são partilhados e elaborados de forma crítica e através da participação política que estimula enfrentamentos e resistências (Farage *et al*, 2021).

A dimensão investigativa também é reafirmada nesses processos de interlocução na medida que, por meio dela, a profissão busca decifrar as demandas e anseios da comunidade ouvindo e convivendo com a própria comunidade. Quando isso ocorre, amplia-se a perspectiva sobre vários assuntos, a exemplo do que já aconteceu com a educação (entendida não apenas como educação formal, mas como processo de formação e participação política); com a saúde (cuja compreensão foi ampliada ao se considerar os saberes medicinais populares e ao ser reconhecida também como resultado do acesso adequado a um conjunto de direitos sociais), com a infraestrutura urbana (que ao ser pensada de forma ampla, passa a considerar a importância, para o bem estar coletivo, de espaços de lazer e o acesso a vários serviços de interesse popular – informática, intercâmbio, esportivos etc.).

Lembramos que a denominada dimensão investigativa do Serviço Social em nada remete a algum tipo de processo de fiscalização de comportamentos ou policiamento da vida da população. Pelo contrário, refere-se ao esforço intelectual rigoroso de apreender e interpretar a realidade concreta do território onde se desenvolve o trabalho. Trata-se de construir uma intervenção sob uma perspectiva crítica, mais alinhada à direção social do nosso atual projeto profissional e aos interesses históricos da classe trabalhadora, superando as práticas de tutelamento e convertendo-as em ações que incentivem a autonomia, a organização, a participação popular e o controle social das políticas públicas pelos/as trabalhadores/as.

Desde o Programa de Extensão iniciamos intervenções em Saúde por meio de práticas socioeducativas, visando contribuir à prevenção de doenças, a promoção da saúde das famílias e estimulando a auto-organização da comunidade, com perspectivas de transformação dessa realidade. Para além dessas ações, realizamos um levantamento de demandas coletivas como, por exemplo, transporte para as crianças irem à escola, e um diagnóstico participativo em relação a questões de Saúde, onde foram identificados diversos problemas como: manuseio e destino do lixo; higiene pessoal e da comunidade; cuidados e higiene bucal; acesso e utilização da Rede de Saúde local – prevenção; gênero e sexualidade; uso de álcool e outras drogas; violência doméstica. O perfil levantado foi encaminhado ao poder público local, para subsidiar a reivindicação do direito ao acesso à rede de saúde e assistência (Barbosa *et al*, 2021, p. 49).

A exposição feita neste item levanta algumas reflexões a partir de algumas produções do Serviço Social que buscaram elaborar sobre as formas de diálogo da profissão com os sujeitos coletivos. Seguiremos com as reflexões sobre os aspectos da ação profissional de assistentes sociais no capítulo a seguir, agregando a esta análise os dados colhidos a partir da pesquisa de campo, registrando relatos concretos de trabalhos desenvolvidos junto as lutas e aos movimentos sociais.

Concluimos o quarto capítulo entendendo que a pesquisa bibliográfica e documental foi fundamental para apresentarmos um cenário sobre a aproximação da profissão com as lutas sociais e sobre como a relação com as organizações da classe trabalhadora foi importante para a construção e hegemonia do projeto profissional crítico. Tal pesquisa também possibilitou discorrer sobre como o Serviço Social tem contribuído com a teorização das lutas sociais e elaborado sobre as possibilidades dessa relação no cotidiano de trabalho.

5 A AÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”
(Rosa Luxemburgo, 1871-1919).

Os capítulos anteriores apresentam os enfrentamentos e resistências que permeiam a questão social no Brasil, bem como os desdobramentos dessas lutas em dado momento ecoaram no interior do Serviço Social contribuindo para que os/as profissionais repensem seu trabalho em termos teóricos, políticos, éticos e interventivos.

Chegamos ao quinto capítulo desta tese com a expectativa de entendermos melhor a relação entre o Serviço Social, as lutas e movimentos sociais e o projeto profissional crítico. Tratamos de formas associativas de caráter popular que no Brasil pautaram em suas lutas sociais a questão da terra, do trabalho e da raça, identificando como marcaram a formação da classe trabalhadora no país e agora perceberemos como estas lutas se apresentam em experiências de trabalho de assistentes sociais, mais especificamente, de profissionais que foram contratadas por um movimento social ou trabalharam diretamente com um a partir de outro espaço ocupacional.

Como o que será mais diretamente analisado neste capítulo são experiências de trabalho profissional, cabe iniciar a exposição retomando o significado social do Serviço Social e apresentando algumas considerações sobre a profissão no mundo do trabalho.

Segundo a tradição marxista, o trabalho, em termos ontológicos, expressa a capacidade humana de imprimir finalidades às suas ações e de eleger os instrumentos e recursos mais adequados ao que se quer produzir. É ação própria do ser humano, insuperável e responsável pela sua humanização. Sendo imprescindível à existência humana e social, o trabalho ganha novo sentido e novos determinantes no marco da sociabilidade burguesa. Isso porque, a produção material da vida humana nos termos capitalistas é justamente o processo de geração de bens e serviços com a finalidade de gerar lucros para uma determinada classe social.

Segundo Marx (2013, p.113), “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Isso justifica o fato de o autor iniciar a apresentação de sua análise do modo de produção capitalista pelo debate da mercadoria e, posteriormente,

desenvolver sua teoria do valor trabalho⁵², segundo a qual, para além de possuírem um valor de uso as mercadorias possuem um valor de troca⁵³.

A mercadoria força de trabalho tem seu valor de troca mensurado pelo tempo socialmente necessário para produzir tudo aquilo que lhe é preciso consumir para se reproduzir enquanto ser social. Ao mesmo tempo, sua utilidade (seu valor de uso) expressa-se na capacidade de produzir mais-valia para o capitalista que contrata o/a trabalhador/a. Nesses termos, a força de trabalho é a mercadoria mais preciosa do capitalista, mesmo que não seja igualmente preciosa a pessoa do/a trabalhador/a, pouco importando à classe dominante ou à lógica capitalista o seu bem estar.

Em resumo, o capitalismo é um sistema de produção sustentado pela posse privada dos meios de produção por uma pequena parcela da população (uma parcela cada vez menor da população controla fábricas, terras, recursos naturais e concentra a riqueza produzida coletivamente); pela generalização do trabalho assalariado⁵⁴ (uma vez que uma parcela enorme da população precisa vender sua força de trabalho em troca de um salário para conseguir sobreviver nessa sociedade) e pela divisão social do trabalho (que se complexifica fragmentando o trabalho em tarefas cada vez menores e mais especializadas, se intensifica acelerando o ritmo e aumentando a pressão para extrair o máximo de tempo e energia de cada trabalhador/a e incorpora sistemas de opressão que acentuam a exploração do trabalho – ao classicismo se correlaciona o racismo, o patriarcado, o capacitismo, a heteronormatividade compulsória).

⁵² Neste processo de produção, tem-se que os objetos, matérias-primas e os meios de trabalho transferem valor para a mercadoria à medida que se degradam, enquanto que a força de trabalho é a única mercadoria capaz de gerar valor. Cf. “O capital”, de Karl Marx. Seção III, capítulo 5.

⁵³ No caso, a dualidade fundamental entre “valor de uso” e “valor de troca” consiste em considerar, por um lado, a utilidade concreta da mercadoria que satisfaz as necessidades humanas. Essa utilidade é referente aos atributos físicos da mercadoria, a sua função social e existe independentemente do trabalho necessário para produzi-la. Por outro lado, o “valor de troca” é a proporção quantitativa pela qual uma mercadoria se troca por outra no mercado. Por ser fruto de trabalho humano geral, indiferenciado, essa dimensão quantitativa é obtida no próprio processo de produção e se torna um elemento comum a todas as mercadorias (Marx, 2013).

⁵⁴ Temos então que, em contraponto à exclusividade da propriedade privada dos meios de produção para a classe capitalista, só resta para a classe trabalhadora se submeter às relações de exploração do seu trabalho para sobreviver. Neste processo, o trabalho assume o caráter de produtivo independente da forma ou conteúdo assumido pela mercadoria que produz, afinal, a definição de mercadoria não se restringe ao objeto de consumo de maneira direta. Mercadoria é aquilo que dá suporte ao valor de troca (Iamamoto, 2015). Trata-se de uma compreensão de mercadoria que vai para além da sua dimensão estritamente material e, com isso, o trabalho produtivo passa a ser aquele que repõe o que foi gasto na produção como “capital variável” e ainda produz mais valor.

Tal destaque sobre o caráter produtivo do trabalho torna-se válido diante da crescente generalização, própria do movimento do capital, tanto da produção de bens e serviços como mercadoria quanto da condição de assalariamento da força de trabalho.

A este processo capitalista de produção material da vida⁵⁵ está interligado o processo de reprodução ampliada das relações sociais, conformando uma totalidade. A reprodução social ampliada diz respeito à existência de diferentes esferas da vida social indispensáveis à manutenção e continuidade dessa sociedade. Política, cultura, educação, direito, religião, dentre outras esferas, configuram uma superestrutura social necessária para conferir legitimidade à produção material vigente.

A coexistência e correlação entre estas esferas da vida social e as relações produtivas permite entender como um modo de produção se constitui e, no caso do capitalismo, opera instituindo uma modalidade de exploração econômica e reafirmando tal dominação e controle em termos políticos, sociais e ideológicos. Tanto que, no bojo dessas relações de exploração econômica, a aparência é a de um acordo formal estabelecido entre pessoas supostamente livres⁵⁶ e que, supostamente pelo próprio mérito, tais pessoas poderiam ascender socialmente. Nessa igualdade jurídica, não fica explicitada a desigualdade econômica e social entre as partes, afinal, toda a superestrutura social é forjada para mascarar essa realidade e garantir a legitimidade desse modo de funcionamento.

A reprodução das relações sociais é a reprodução do domínio da classe capitalista que encontra no Estado sua principal instância de poder, enquanto mistifica a desigualdade e a opressão, normalizando, naturalizando. Contudo, assim como a reprodução dessas relações abarca as condições para a manutenção do *status quo*, contraditoriamente, pelo mesmo movimento abarca a possibilidade de crítica e revolta à esta mesma ordem societária.

A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza **e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na luta de classes** (Iamamoto; Carvalho, 2009, p.66. Grifos meus).

⁵⁵ A produção da vida material é entendida como a organização humana para suprir suas necessidades básicas por meio do trabalho. Esse processo constitui uma relação de intercâmbio entre natureza e sociedade que varia historicamente, mas sempre tem o trabalho como condição fundamental. Por meio dele, homens e mulheres transformam continuamente seu ambiente externo e, ao fazê-lo, também transformam a si próprios (Marx, 2013).

⁵⁶ Nesse reino das mercadorias, é a força de trabalho que a classe trabalhadora disponibiliza “livremente” como mercadoria no mercado, em troca de um salário. Não sendo escrava, pode vender tal mercadoria para quem quiser comprá-la, contudo, percebe-se que essa liberdade jurídica está condicionada à realidade concreta. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que sob a vigência do modo de produção capitalista, escolher não vender a força de trabalho implica para o/a trabalhador/a em não ter condições de sobreviver nessa sociedade.

O Serviço Social insere-se no processo de reprodução das relações sociais de forma auxiliar no exercício do controle social, tendendo a difundir a ideologia da classe capitalista junto à classe trabalhadora. Este controle social envolve a intervenção do Estado e vai além, valendo-se amplamente do processo de socialização para internalizar determinadas normas e comportamentos sociais, encobrir contradições, naturalizar relações de exploração e opressão (Iamamoto; Carvalho, 2009).

Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (Iamamoto; Carvalho, 2009, p.72).

Considerando a condição de assalariamento dos/as profissionais, Iamamoto e Carvalho (2009, p.73) defendem que as análises sobre o trabalho precisam levar em conta as “circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional” e “que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais”. Significa situar institucional e historicamente este trabalho, compreender as especificidades da formação sócio-histórica brasileira, compreender o movimento da luta de classes e compreender as relações sociais capitalistas em sua totalidade.

Ao se situar a profissão no movimento da história tornou-se possível entender que sua emergência, institucionalização e legitimação social estão inscritas no processo em que a classe dominante demanda novas atribuições do Estado sobre as expressões da questão social. Para além da repressão recorrente e do disciplinamento dentro do ambiente de trabalho, a prestação de serviços sociais e o disciplinamento da vida cotidiana passariam a integrar a estratégia hegemônica.

As políticas sociais assumem papel importante no controle social e na busca de legitimidade junto à sociedade. Analisá-las implica apreender e discutir sobre as contradições que abriga. Atendem a necessidade de reprodução do capital e funcionam como mecanismo

para mitigar os efeitos das crises econômicas (pois, integra a estratégia da classe dominante e seus representantes no Estado de humanizar o capitalismo, antever e controlar possíveis confrontos e revoltas). Ao mesmo tempo, funcionam como salário indireto (Iamamoto; Carvalho, 2009) da classe trabalhadora sendo, às vezes, sua única forma de sustento, principalmente quando se trata das parcelas alijadas do mercado de trabalho.

Também viabilizam as discussões sobre o seu financiamento (que, no caso brasileiro, ocorre sob uma lógica de imposto regressivo, desonerando os capitalistas do ônus de financiá-las) e a disputa do fundo público (que pelo interesse do capital, se direciona para o pagamento da dívida pública ou para o investimento em setores estratégicos da economia de acordo com os interesses da burguesia. Enquanto que pelo interesse do trabalho, se direciona para a ampliação dos serviços públicos e da cobertura dos mesmos). Apesar da crítica direcionada ao caráter paliativo das políticas sociais (por não intencionar a real superação das mazelas sociais que afligem a população), é preciso reconhecê-las como resultado e como resposta às lutas sociais. A oferta de serviços sociais pode expressar o potencial que a mobilização, organização e luta da classe trabalhadora tem ao exigir a ampliação de direitos, ao mesmo tempo que expressa o esforço de institucionalizar os conflitos para contê-los.

Parte da riqueza socialmente gerada é canalizada para o Estado, principalmente sob a forma de impostos e taxas pagos por toda a população. Assim, parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e pelas classes dominantes é redistribuído à população sob a forma de serviços, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários ou “sociais”, no sentido amplo. **Assim é que tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é desenvolvido a toda a sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços sociais** (Iamamoto; Carvalho, 2009, p.91-92).

Inserir a profissão nas relações sociais de produção capitalista é a chave analítica central (Iamamoto; Carvalho, 2009; Netto, 2011b), dentre outras coisas, por negar a leitura do Serviço Social como um reflexo pouco elaborado da realidade social, que “evolui” quase que espontaneamente a partir de vetores endógenos e a-históricos. Seu significado social é desvendado na compreensão da sociedade capitalista, como uma instituição particular na e a partir da divisão sociotécnica do trabalho.

A consolidação de espaços ocupacionais, no setor público e privado, em serviços prestados à população exige considerar as instituições contratantes de assistentes sociais. Estas, por sua vez, são majoritariamente instituições que integram a estrutura de poder.

Delimitam a qualidade e a quantidade de recursos para o desenvolvimento do trabalho profissional (recursos humanos e financeiros), delimitam a área de abrangência e o público alvo.

Tudo isso coexistindo com o fato da profissão orientar-se por um código de ética, por um projeto profissional e deter uma relativa autonomia (principalmente, em termos intelectuais) para planejar e executar sua rotina profissional. Com isso, simultaneamente, também é importante inserir nas análises do trabalho elementos referentes a como a realidade é “vívda e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional” (Iamamoto; Carvalho, 2009, p.73).

A coexistência e unidade dessas dimensões material e subjetiva, por assim dizer, às vezes demonstra um alinhamento entre ambas, às vezes, demonstra uma defasagem entre o fazer e o que se entende sobre este fazer.

Ao entender o Serviço Social inscrito no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, Iamamoto e Carvalho (2009) argumentam que a profissão se inscreve nos processos de hegemonia, condição que deflagra sua dimensão ético-política e a sua impossibilidade de manter a intervenção profissional alheia às contradições inerentes à realidade social.

As contradições que fundamentam a sociedade perpassam sua atuação. Sempre polarizada por interesses antagônicos, pelo exercício da mesma ação, a atuação profissional sempre responderá tanto aos interesses da classe capitalista como da classe trabalhadora. Esta constatação não atribui ao trabalho de assistentes sociais um *status* de neutralidade (como se um polo neutralizasse o outro) e nem indica uma equivalência no tratamento desses interesses antagônicos.

Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação delas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela **mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho só pode fortalecer um ao outro pólo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.** A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma **estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho**, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no

horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (Iamamoto; Carvalho, 2009, p.75).

Ainda que a ideologia dominante não possa eliminar a contradição fundante da sociedade burguesa, pode encobrir parcialmente sua compreensão.

Compreender o significado dos serviços sociais é uma condição para entender o significado do trabalho de assistentes sociais. Eles representam parte da riqueza socialmente produzida que retorna para a classe trabalhadora como um tipo de salário indireto⁵⁷ usado para satisfazer as necessidades básicas da mesma. Eles são funcionais ao capitalismo por conformar novas áreas de investimento (sob a lógica de mercantilização da vida social). Também são funcionais por manter o/a trabalhador/a em condições de ser explorado/a sem que isso eleve a composição orgânica do capital (pois não há aumento direto do salário). Eles são prestados por instituições responsáveis por delimitar seu alcance qualitativo e quantitativo, instituições estas que contratam o serviço de assistentes sociais e estabelecem o processo de trabalho no qual tais profissionais serão inseridos/as. Eles são o suporte material sobre o qual o/a profissional desenvolve seu trabalho (trabalho este que congrega as dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica).

No bojo dessas relações hegemônicas, mais especificamente atuando na mediação do acesso aos serviços sociais, o Serviço Social passa a integrar uma equipe técnica responsável por planejar e operacionalizar a política social, viabilizando ou não o acesso de parte da população a uma parte desse recurso social. Contribuindo com a racionalização desses serviços nas instituições estatais ou não estatais, às vezes na gestão ou, comumente, na execução, o/a profissional é colocado/a na linha de frente, lidando diretamente com a população. E esta aproximação direta com os/as usuários/as permite-lhe o acesso às informações privadas, que tanto podem ser úteis para entender a realidade concreta dessa população atendida para manipular e controlar a mesma, como pode subsidiar intervenções mais interessadas em defender os interesses populares.

Da parte da instituição contratante, a intencionalidade tende para o exercício do controle (já que estamos falando de instituições que integram a estrutura de poder),

⁵⁷ O que se chama aqui de salário indireto é uma forma de compensação preferível, do ponto de vista patronal, ao aumento dos salários diretos. Pela perspectiva do capital, a prestação de serviços sociais pode se tornar uma forma de socializar os custos necessários para a reprodução da força de trabalho. Ao transferir parte desses custos para o conjunto da população – por meio da arrecadação de impostos – ou diretamente para os próprios trabalhadores beneficiários, tais medidas se tornam vantajosas para o capital e, desse modo, os benefícios sociais passam a funcionar, em última instância, como um instrumento para reduzir o custo total de manutenção da força de trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2009).

persuadindo ou mobilizando a população para garantir mais adesão, moldando-a às exigências normativas da respectiva instituição ou programa social, antecipando possíveis confrontos (no sentido de canalizar as demandas e suas satisfações para o controle dos canais técnico-político-institucionais) e aliviando tensões.

Ainda que submetido/a às cobranças e limites do trabalho assalariado, o/a assistente social pode se valer da sua autonomia relativa no exercício profissional, assumindo a corresponsabilidade pelos desdobramentos das suas atividades. Iamamoto e Carvalho (2009, inclusive, enxergam na imprecisão ainda vigente nas atribuições profissionais, justamente, uma margem de manobra interessante, pois, quem conduz a ação é o/a próprio/a profissional e este/esta pode não se limitar a responder às demandas do empregador. Nesse ponto, importa frisar que não se está indicado uma resposta heroica e solitária, até porque, ao lançar-se num esforço coletivo que envolva a própria categoria, os demais colegas de trabalho e os próprios setores populares pode-se lograr maior êxito para imprimir uma direção alternativa àquela proposta pelos setores dominantes.

Ainda que haja uma disposição por parte da categoria profissional, em termos individuais ou coletivos, para incidir sobre as contradições da vida social orientadas por uma perspectiva política crítica, ideologicamente anticapitalista, foi reiteradamente apontado que o conjunto profissional lida com as determinações materiais de assalariamento.

Inclusive, considerando os estudos sobre o mundo do trabalho, para Raichelis (2011) parece mais comum que assistentes sociais analisem as condições de trabalho e saúde do/a trabalhador/a com um olhar de exterioridade, nem sempre se incluindo. Isto a faz pontuar a necessidade de que tais estudos considerem a realidade profissional, relacionando-a tanto aos aspectos gerais que afetam o conjunto da classe trabalhadora como aos aspectos que são particulares aos processos de trabalho em que, respectivamente, se inserem. E, com isso, entende-se analisar a dimensão das mudanças no mundo do trabalho, que afetam física e mentalmente o/a trabalhador/a, e a dimensão das formas de enfrentamento deles/as a essa realidade.

Além disso, considerando o cenário de crescente precarização do trabalho e desmontes dos serviços públicos, a autora considera pertinente reforçar a importância dos/as profissionais não se limitarem à realização de rotinas institucionais ou de tarefas burocráticas que em si mesmas tendem a reiterar o *status quo*. O/A profissional precisa se valer da formação adquirida para fazer uma apreensão crítica da realidade e desenvolver um trabalho igualmente crítico, além de empreender alianças políticas que tenham o mesmo horizonte de ampliação de direitos e aprofundamento da democracia.

Claro que ao reforçar esse ponto, a autora não ignora a combinação dos aspectos objetivos e subjetivos que constituem e perpassam o trabalho profissional.

É nesse processo tenso que as profissões constroem seus projetos profissionais coletivos, no nosso caso, o projeto ético-político profissional que há pelo menos três décadas vem sendo posto em marcha coletivamente pelo Serviço Social brasileiro. E é esse projeto que entra em permanente tensão e contradição com o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, especialmente em tempos de financeirização e de capital fetiche (Iamamoto, 2007 *apud* Raichelis, 2011, p. 429).

Entende-se que interessa à autora enfatizar a impossibilidade de realizar uma análise unilateral que ou só considere a materialidade do cotidiano de trabalho ou só considere a auto representação e a orientação (teórica, política, ideológica etc.) individual do/a profissional.

Quando analisa como o processo de precarização se manifesta nos espaços ocupacionais do Serviço Social, Raichelis (2011) aponta que tanto se registra a redução de postos de trabalhos em casos do setor privado, por exemplo, como a ampliação em áreas como a da política de assistência social. Essa afirmação vai ao encontro da pesquisa realizada pelo CFESS (2022) sobre o perfil da base profissional no Brasil. Com base no universo de profissionais entrevistados/as, 59,8% dos/as assistentes sociais atuam no setor público estatal (dentre os quais, apenas 34,57% são servidoras/es com vínculo estatutário), enquanto 24,26% são celetistas e 25,8% registram vínculos não estáveis (contrato temporário, cargo comissionado, prestação de serviço e outros).

Apesar da proporção de profissionais com vínculo estável ser maior, parte expressiva da profissão já é afetada pela tendência percebida no mundo do trabalho em geral. Uma década antes da publicação do CFESS (2022), já se analisava como

No âmbito do Serviço Social, intensificam-se os processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do eu sozinho ou PJs [pessoas jurídicas], de “cooperativas” de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (Raichelis, 2011, p.431).

Para a autora, a terceirização marca profundamente a profissão visto que restringe o trabalho técnico e dificulta a criação de vínculos com a população; migra da relação população-Estado, para a relação população-instituição privada (o que dificulta o

reconhecimento de direitos e desresponsabiliza o Estado); submete as ações de trabalho aos prazos e metas de produtividade e menos aos atendimentos e acompanhamentos qualitativos da população; tende a ter menor legitimidade junto à população em decorrência das descontinuidades e rompimentos de vínculos. São palavras suas que:

Também é possível constatar o crescimento de um tipo de demanda dirigida aos assistentes sociais em diferentes áreas, que afasta o profissional do trabalho direto com a população, pois são atividades que dificultam o estabelecimento de relações continuadas, que exigem acompanhamento próximo e sistemático. A título de exemplo, pode-se citar o preenchimento de formulários e a realização de cadastramentos da população, quando assumidos de forma burocrática e repetitiva, que não agrega conhecimento e reflexão sobre os dados e o trabalho realizado.

Trata-se de uma dinâmica institucional que vai transformando insidiosamente a própria natureza da profissão de Serviço Social, sua episteme de profissão relacional, fragilizando o trabalho direto com segmentos populares em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória (Raichelis, 2011, p. 433).

Tendo em vista a contradição do Serviço Social ser regulamentado como profissão liberal no Brasil e ter sua base profissional, majoritariamente, assalariada em instituições públicas e privadas que operacionalizam políticas e serviços sociais, também são identificados pela pesquisa de recadastramento do Conselho Federal os números de vínculos contratuais assumidos pelas/os profissionais. 71,56% ainda possuem 1 vínculo contratual, enquanto 10,08% possuem 2 vínculos (com 3 ou mais vínculo tem-se a baixíssima porcentagem de 0,64%). 15,43% encontram-se em possível situação de desemprego (CFESS, 2022).

5.1 Perfil das entrevistadas

Todas as profissionais entrevistadas são mulheres e realizaram sua formação acadêmico-profissional presencialmente, a maioria em instituições públicas (quatro federais e uma estadual), sendo uma delas formada por meio de um programa que promove a educação em áreas de reforma agrária, quilombolas e outros públicos rurais. Tal programa é nomeado por PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Quatro concluíram a graduação na primeira metade da década de 2010; duas estudaram no final dos anos 1990 e concluíram o curso nos primeiros anos de 2000; e apenas uma estudou e se formou na

segunda metade da década de 1980. Em todos os casos, a inserção no mercado de trabalho foi rápida, com o exercício da profissão de assistente social logo após a obtenção do título de graduação na área.

Com base nas respostas dadas sobre o ano de formação, tipo de ensino e tempo de trabalho, o perfil das entrevistadas pode ser apresentado como se vê no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Formação e Atuação Profissional das Entrevistadas

Entrevistada	Ano de Formação	Curso de Serviço Social - Modalidade	Tipo de Instituição	Início da Atuação Profissional como Assistente Social
02	2014	Presencial	Pública	2014
03	2014	Presencial	Pública	2017
04	2001	Presencial	Pública	2001
05	2004	Presencial	Filantrópica	2005
06	2015	Presencial	Pública	2016
07	1985	Presencial	Particular	1987
08	2011	Presencial	Pública	2011

Fonte: Elaboração própria (2025)

E com base nas respostas sobre as referências teóricas, éticas e políticas, o perfil das entrevistadas pode ser traçado da seguinte forma: a maioria compartilha uma perspectiva crítica em suas formações e intervenções profissionais, mencionam autores/as clássicos/as do Serviço Social, referências do campo do marxismo, havendo também indicações de movimentos sociais (relacionados, por exemplo, a questão agrária, a educação popular, a questão racial). Estas informações estão organizadas no Quadro 3 e percebe-se variações nas referências de acordo com as áreas de atuação das entrevistadas. Nas falas de todas demonstrou-se um compromisso com a justiça social, a luta de classes e com a defesa dos direitos humanos e das classes trabalhadoras.

Quadro 3 – Referências Teóricas e Interloquções Analisadas

Entrevistada	Referências Teóricas / Autores(as) e Outras Influências	Inserção Profissional
02	Ricardo Antunes, Marilda Vilela Iamamoto, José Paulo Netto, Ana Livia Coimbra.	Atuação na área sindical e interlocação com um sindicato do ramo financeiro por meio de contratação direta. Posterior atuação na área de saúde do trabalhador e interlocação com sindicatos, processos de mobilização, controle social e outras instâncias de luta social.
03	Tradição marxista; leitura crítica da realidade com recortes de	Atuação na área de conflitos sociais relacionados à mineração. Interlocação com

	gênero e raça.	movimento social e processos de mobilização através da associação empregadora.
04	Código de Ética; Marilda Iamamoto; José Paulo Netto; autores/as críticos.	Atuação na área de cooperativismo e interlocução com movimento social através da cooperativa empregadora. Posterior atuação na área de conflitos relacionados a mineração e a questão energética e interlocução com movimento social por meio de contratação direta.
05	Código de Ética; Lei da profissão; Abravonay, Paulo Freire, José Odelso Schneider, Paul Singer, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Karl Marx.	Atuação na área de questão agrária e cooperativismo e interlocução com movimento social através da cooperativa empregadora. Posterior atuação na área da educação e interlocução com movimento social através da instituição de ensino superior empregadora.
06	Perspectiva crítica; materialismo histórico-dialético; Karl Marx, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Maria Lúcia Lopes da Silva, Elaine Rossetti Behring, Ivanete Salete Boschetti.	Atuação na área de questão agrária e políticas para o campo. Interlocução com movimento social e processos de mobilização através da associação empregadora.
07	Educação popular (Paulo Freire); clássicos do Serviço Social; Bourdieu, Foucault, Freud, Reichger.	Atuação na área de questão agrária e interlocução com movimento social por meio de trabalho voluntário em Organização Não Governamental. Posterior atuação na área da educação e interlocução com movimento social através da instituição de ensino superior empregadora.
08	Paulo Freire, Roseli Caldart, Sueli Carneiro, Jhorema Berné, Hilário Ferreira; autores/as críticos (marxistas e não marxistas). Militância política; movimentos sociais (negro, feminista, popular, do campo).	Atuação na área de questão agrária e questão ambiental e interlocução com movimento social e processos de mobilização através de empresa empregadora. Posterior atuação na área da educação e interlocução com movimento social e processos de mobilização através da instituição de ensino superior empregadora.

Fonte: Elaboração própria (2025)

Destaco que uma das entrevistadas, ao ser indagada sobre a existência de algum aspecto, não tratado durante a entrevista, que considerava pertinente expor, fez a fala a seguir:

E05: Eu não sei se você está fazendo esse recorte, [...], eu sei que eu não vou ser identificada, mas **eu gostaria que você colocasse que eu sou uma mulher negra e quilombola, não sei se vai poder, porque isso para mim vai fortalecer que eu estou na academia...** (Olha o projeto ético-político!) Que eu estou na academia enquanto mulher negra quilombola e estou nos movimentos sociais. [...] Eu acho que esses detalhes, eles são importantes, [...] gostaria que você pontuasse.

De fato, o roteiro de entrevista não viabilizou traçar um perfil étnico-racial ou de gênero das entrevistadas e, ao ser interpelada por essa fala, percebemos que estes marcadores sociais atravessam as experiências profissionais e acadêmicas das participantes, influenciando as formas de reconhecimento, pertencimento e produção do saber. Assim, a observação da entrevistada evidencia a necessidade de repensar os recortes analíticos inicialmente estabelecidos e incluir em pesquisas futuras tais determinantes, enriquecendo a análise e sendo mais atenta ao reconhecimento do perfil das/os profissionais com as quais estamos nos propondo a dialogar.

5.2 Sobre os movimentos sociais citados nas experiências de trabalho das entrevistadas

O **movimento sindical** aparece em várias entrevistas como um importante ator nas experiências de trabalho de assistentes sociais, seja como empregador, parceiro ou como interlocutor em contextos de participação em conselhos ou fóruns de direito. Uma das entrevistadas (E02) trabalhou extensivamente com o movimento sindical, inicialmente sendo **contratada por um sindicato do ramo financeiro** e depois **mantendo contato com sindicatos variados através de seu trabalho na prefeitura** e inserção no conselho de saúde.

E02: Foi! Inicialmente, foi de forma direta com o movimento. Então, **eu fui contratada pelo sindicato com vínculo celetista, CLT, de carteira assinada. [...]. E aí, eu fiquei lá de 2014 a 2018.** E, em maio de 2018, eu fui chamada pela prefeitura num concurso que eu tinha feito em 2016. E aí, este vínculo é aquele estatutário, de servidor público municipal.

Entrevistadora: E a experiência de trabalho com movimento social foi nesse primeiro emprego como assistente social. Depois disso você estabeleceu outro tipo de interlocução com outros movimentos ou com o mesmo?

E02: Estabeleci. Esse primeiro vínculo (com o sindicato) já me colocava em contato com outros sindicatos, porque os dirigentes da época [...] também compunham a [seção sindical] regional. Então a gente fazia muita atividade com os demais sindicatos [cita três áreas]. Então eu tinha essa articulação [...] tinha essa articulação com os sindicatos locais. Quando eu fui para a prefeitura, eu já fui pra esse setor [saúde do trabalhador] e uma das atribuições que eu tenho nesse espaço é **acompanhar uma comissão do Conselho Municipal de Saúde que é voltada pra essa temática de saúde do trabalhador. E quem compõe essa comissão são os sindicatos da cidade.**

[...]

Então, desde então eu participo desse espaço do Conselho representando a prefeitura, o departamento! E participo das atividades, planejo elas junto com os sindicatos da cidade.

Na experiência de E02, o movimento sindical é representado por entidades locais e regionais que não são nomeadas por mim na transcrição da entrevista para preservar a identidade da entrevistada, mas aparecem em interlocuções variadas. Ora pelo vínculo viabilizado pela extensão e pesquisa universitária, ora pelo vínculo empregatício como contratante, ora como parceiros no Conselho Municipal de Saúde (instância ocupada pela entrevistada na condição de servidora pública, em que os acompanha numa comissão de planejamento de atividades sobre saúde do trabalhador), em todos estes espaços a demanda por apoio em processos de mobilização se destaca por sempre ter estado presente.

E02 ainda fala que se aproximou de dois **fóruns**⁵⁸. O primeiro incluía alguns sindicatos e organizações de mulheres, enquanto o segundo fórum era voltado ao tema da saúde da população negra. Considerando o que foi trazido pela entrevistada, podemos admitir que as diferentes organizações com as quais trabalhou indicaram que a interlocução, por um lado, foi consequência do conteúdo do trabalho que ela desenvolvia (no caso, por atuar na política de saúde do/a trabalhador/a do município e, por isso, ocupar um espaço conselhistas ou participar de uma frente articuladora de organizações políticas atentas a este tema ou outros afins) e, por outro lado, pela afinidade política da mesma com as pautas encampadas nesses espaços (como o fórum de mulheres ou o primeiro sindicato onde trabalhou).

Entrevistadora: Você acabou respondendo a próxima pergunta: Qual a área/tema de atuação do movimento social com o qual desenvolveu seu trabalho? Nas duas situações eles eram do movimento sindical.

E02: Sim, todas! Muito pouca articulação com outros movimentos sociais. Tenho tentado agora me aproximar do... daquele coletivo... Do Fórum [...]. É um **Fórum que vários movimentos de mulheres, movimentos feministas, incluindo alguns sindicatos também, organizam na cidade** pra essa discussão da temática de gênero e de... e acaba também que envolve a questão da exploração do trabalho das mulheres. Até porque, a gente tá percebendo muito caso de assédio sexual no ambiente de trabalho. E aí eu tô me aproximando mais, neste ano, deste Fórum.

Entrevistadora: E é um Fórum que existe só [na sua cidade]? Ou pelo menos a proposta dele é ficar só nessa cidade?

E02: A proposta do Fórum é daqui do município. É interessante...

⁵⁸ No contexto da entrevista, os fóruns foram apresentados como um tipo de frente ou instância de articulação entre organizações locais.

O movimento sindical também aparece nas falas da entrevistada E07, quando a CUT (**Central Única dos Trabalhadores**) é brevemente mencionada para registrar não um vínculo empregatício com a Central, mas a relação que a entrevistada teria com o movimento sindical.

O **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** (MST) é outro movimento social mencionado em algumas entrevistas como um movimento com o qual as entrevistadas tiveram contato durante a formação e/ou após a inserção no mercado de trabalho. A entrevistada E03 foi bolsista em projeto de pesquisa com assentamentos de Minas Gerais e E04 se recorda dos impactos que uma Marcha⁵⁹ causou na Universidade e no curso na época em que ainda estudava. Ambas as situações, apesar de distintas, propiciaram o primeiro contato das entrevistadas com o MST durante a graduação.

E03: Eu digo pelo fato de ter tido contato. Eu trabalhei em pesquisa, por exemplo, aquela pesquisa que [minha professora] fez junto ao movimento, que foi uma grande pesquisa que ela fez sobre a atuação dos assentamentos em Minas Gerais. Eu era uma das bolsistas, então, eu convivia todo final de semana. A gente ia para o [acampamento do MST], eu participava de todo o processo da segunda ocupação, trabalhando com a juventude. Então tem aí a extensão universitária como experiência de estar junto aos movimentos. [...] importante, inclusive para eu ingressar nesse tipo de trabalho [...] como assistente social, coordenando, enfim, no meio desse conflito, foi a minha própria experiência [...] já na graduação. [...] Naquele início de graduação, estando junto com [minha professora], junto com o MST. Eu fui bolsista [...] por um longo tempo, então isso tudo já me despertava o desejo de trabalhar nesse âmbito. [...] Eu também tinha muita proximidade com as leituras que colocavam a possibilidade de assistente social estar trabalhando junto aos movimentos sociais, aos sujeitos coletivos. E aí eu sempre martelei que eu queria muito fazer uma experiência nesse âmbito. Quando eu me formei [...], apareceu essa oportunidade. [...] Só para situar que é isso: a minha aproximação com os movimentos sociais não foi após a formação, foi durante a formação.

E04 e E05 mencionaram parcerias da cooperativa agrícola onde trabalharam com o MST. Uma cooperativa agrícola é uma organização de natureza econômica, voltada para reduzir custos na produção agrícola dos/as cooperados/as e viabilizar melhores condições de venda de seus produtos. No caso da cooperativa mencionada pelas entrevistadas, cujo nome também foi omitido para garantir o anonimato, sua origem relaciona-se com uma demanda do MST e alguns outros movimentos sociais. O MST, inclusive, foi apontado como um

⁵⁹ Configura um tipo característico de ato político feito por alguns movimentos sociais, em que a base social do movimento e possíveis apoiadores/as caminham de forma organizada e coordenada num trajeto previamente estabelecido pela organização. O objetivo é publicizar sua reivindicação e buscar apoio social e político.

colaborador em atividades relacionadas à elaboração de projetos sociais dentro da cooperativa.

E04: Essa cooperativa tinha também uma **vinculação com o MST, com a CPT [Comissão Pastoral da Terra], com a Federação dos Trabalhadores**. Então tinha um viés um pouco mais político, mais combativo. Tínhamos sérios problemas com o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] por conta dessas nossas proximidades com os movimentos sociais, mas a minha inserção foi na [cooperativa] e o meu cotidiano de trabalho era muito próximo dos reassentados. Porque a gente trabalhava em campo. A proposta de trabalho dessa equipe técnica era muito mais de assessoria, porque estavam ainda acontecendo audiências públicas e os reassentados queriam uma equipe que fosse de confiança deles.

E05: Como eu te falei no início, a [cooperativa] surge através de uma demanda dos movimentos sociais e até hoje a gente continua. Então, assim, nós **temos parceria com o MAB [Movimento de Atingidos por Barragens], com o MST**, que são nossos parceiros, **tem uma Associação [...] de Agroecologia [...], tem vários movimentos ligados ao campo** que nós estamos envolvidos. Inclusive, quando a gente vai elaborar um projeto, a gente chama os parceiros pra fazer esse processo de discussão.

E05 ainda relata as interlocuções feitas com o MST por meio de suas atividades como docente em uma instituição de ensino superior.

E05: Onde eu estou, em qualquer lugar [...], eu estou defendendo os trabalhadores, então eu penso que eu sou, lá na universidade, eu sou uma voz do movimento dentro daquela universidade porque eu levo os alunos para fazerem pesquisa e extensão [...], alunos que criminalizavam o movimento. Quando alguém do movimento vai à sala de aula [...], falam, “nossa professora, foi a melhor aula de toda a minha vida, eu não sabia que o MST tinha essa organicidade”. Quando eu levo [...] os meus alunos num acampamento e quando chega lá aquele acampamento... (Que você conhece, né? O acampamento é todo organizado) e que os movimentos recebem os alunos não [inconclusivo] “Foi a melhor experiência da minha vida, que eu não sabia que o movimento tinha essa organicidade, que o pessoal do movimento tinha esse processo de formação política de luta de classe” [...].

E07 trata das ações feitas junto ao MST, em especial, nos primeiros anos de sua trajetória profissional. Segundo seu relato, a interlocução se iniciou ainda na formação acadêmica, seguiu por meio do trabalho voluntário numa organização da sociedade civil e chegou até a atualidade, estando a entrevistada exercendo a docência há muitos anos e dialogando com o movimento por meio da extensão universitária e prestando apoio em eventos políticos.

E07: [...] aí chega [um militante] [...], vira e fala assim: “porque nós falamos lá no INCRA, com as assistentes sociais do INCRA, que elas têm que aprender a ser assistentes sociais com as nossas assistentes sociais”. Ele estava falando e eu estava na cabeça pensando em cada um que trabalhava no MST e pensando assim “quem são as assistentes sociais deles?” E eu não via ninguém. Lá pelas tantas, eu estava inscrita para falar, falei assim “você poderia me dizer quem são as assistentes sociais? Os profissionais do INCRA não são assistentes sociais, eles têm vários técnicos, mas eles não têm no quadro assistentes sociais. Mas eu queria entender, quem são as assistentes sociais de vocês?”. Ele aponta para mim (estávamos eu e as minhas estagiárias): “Vocês”. Eu não caí porque eu estava sentada. Foi a primeira vez que eu fui ter a dimensão do que significa o trabalho que a gente faz para dar visibilidade para a categoria profissional a que a gente pertence.

Tendo em vista as falas das entrevistadas, mais precisamente a fala da entrevistada formada em Serviço Social pelo PRONERA⁶⁰, o MST também é citado como um dos movimentos que demandam assistência técnica de profissionais e, contraditoriamente, enfrenta o desafio de demandar profissionais interessados/as em trabalhar com a questão agrária e não encontrar muitos disponíveis para isso. A menção a esse desafio surgiu no contexto de conversa sobre o significado e impacto de realização do curso de Serviço Social por este programa. A entrevistada relembra que a turma debatia sobre a importância de retornar para suas respectivas comunidades de origem, tendo se qualificado profissionalmente para lidar com questões e com um público historicamente negligenciados.

E0[omitido]: Então eu falo dos camponeses porque é onde eu atuei, [...] no rural que as coisas chegam depois. Eu sempre digo que, por exemplo, a previdência. A previdência chegou no campo depois da Constituição de [19]88, até a Constituição de [19]88 a gente tinha coisa ínfima. Era o PRÓ-RURAL para uma família, não equiparava salário mínimo, as mulheres ficavam praticamente fora. Se a gente olhar as outras políticas também, seja de habitação, assistência, no campo sempre chega depois. [...] Então é uma necessidade nossa, da juventude também se qualificar para ocupar esses espaços e sempre foi um desafio. E nós dizíamos que, por exemplo, no Serviço Social, a nossa turma era histórica, exatamente por isso. Porque o Serviço Social também nunca olhou muito o campo, assim como as outras áreas. A gente tinha pouquíssimos assistentes sociais ligados, de fato, aos movimentos do campo.

A fala da entrevistada expressa sua compreensão de que a população rural foi largamente negligenciada pelo Estado brasileiro, que priorizou um modelo agroexportador e não garantiu serviços públicos adequados aos verdadeiros interesses de trabalhadores e

⁶⁰ No item 5.1 desta tese, mencionei que uma das entrevistadas se formou na área por meio desse programa, contudo, não foi dito qual delas visto que não é uma modalidade usual de formação e não queria correr o risco de identificá-la.

trabalhadoras do campo. Ainda que a Constituição Federal de 1988 e a legislação subsequente tenham apresentado avanços – como a ampliação da previdência rural, a valorização da educação do campo, o reconhecimento da função social da terra e a previsão da reforma agrária –, a implementação dessas políticas tem ocorrido de forma lenta e insuficiente para assegurar a plena cidadania no campo.

Podemos admitir que a entrevistada entende que a demanda do movimento social por profissionais (nos quais se incluem assistentes sociais) se insere num contexto maior e mais complexo que é fruto da formação sócio-histórica do Brasil e que precisaria ser debatido pelo conjunto da sociedade. Uma problematização que nos pareceu pertinente compartilhar aqui.

E0[omitido]: [...] Eu acho que a nossa formação histórica, social, econômica é isso. Se a gente pega do ponto de vista dos povos do campo, dos povos tradicionais, da agricultura familiar, dos indígenas, dos ribeirinhos, dos quilombolas, mesmo na esquerda, houve por muito tempo um negligenciamento do papel desse sujeito na transformação social, do ponto de vista assim, de estudar, de ser um intelectual orgânico, de estar nos espaços. Então eu acho que são várias questões. E nós temos um problema geográfico. Nós temos um problema não! Nós temos uma diversidade. E uma questão que nós temos um conjunto de culturas misturadas, mas separadas. E tem um desenvolvimento também desigual.

As entrevistadas que exercem ou exerceram o trabalho da docência mencionam experiências comuns de ensino e extensão em que promoveram espaços formativos e de educação popular em áreas de movimentos sociais dentre os quais está o MST. De imediato, entende-se que tal ação configura-se uma oportunidade de levar as/os estudantes para conhecer a realidade das áreas de reassentamento com seus próprios olhos. Estrategicamente, reafirmam os movimentos sociais em geral e o MST em específico como espaços de luta, formação e organização social, e reafirmam a relação com eles como de grande contribuição para a formação e prática profissional de assistentes sociais críticos.

O **Movimento dos Atingidos por Barragens** (MAB) é mencionado em duas entrevistas como movimento interlocutor direto nas experiências de trabalho das assistentes sociais. Além disso, direta ou indiretamente, o MAB aparece em contextos relacionados tanto à reivindicação quanto à execução de assessoria técnica para grupos atingidos por barragens (em construção ou rompidas) e comunidades reassentadas devido à construção de hidrelétricas.

E03: [...] Quando a gente chegou na cidade, o MAB já estava no território. Então, o MAB já organizava pessoas no território, esse elemento é importante.

[...] O MAB ajudou a construir o plano de trabalho. Então, tem toda uma intencionalidade anterior à nossa chegada ali do que a assessoria faria. Há ali uma elaboração sobre assessoria técnica, feita pelo movimento e por algumas lideranças da comunidade. [...] E o movimento, o tempo todo, vai acompanhar a execução desse trabalho. Então, o movimento participa dessa comissão de atingidos que, diretamente, acompanhou o trabalho da assessoria. [...] a gente fazia reuniões semanais, a gente fazia correção de rota do projeto, a gente avaliava qual que era [...] o eixo prioritário.

E04: E aí o MAB tinha uma proximidade com uma cooperativa de prestação de serviços, [...], e aí nesse processo a [cooperativa] abriu essa vaga, essa possibilidade de vaga [...] e aí eu me disponibilizei, eu apresentei meu currículo. Não tinha experiência nenhuma. No dia da entrevista eu passei por uma sabatina, eu fui entrevistada por dois militantes do movimento, mais três técnicos da cooperativa e mais três técnicos da empresa, que na época o consórcio construtor chamava [nome omitido], e aí o que me salvou, que me garantiu a vaga, foi que eu estudei na [universidade]⁶¹.

O MAB tem sido um ator expressivo na luta contra os impactos de grandes empreendimentos como hidrelétricas e mineração, envolvendo grandes temas como a questão ambiental, direitos humanos e sociais, soberania energética e outros. Tal papel político é reconhecido e mencionado pelas entrevistadas que tiveram a oportunidade de atuar junto a este movimento social.

E04: É, hidrelétrica. Nas duas experiências foi a questão da construção de hidrelétricas.

[...]

Era a área de trabalho de base do movimento. Eles organizavam as comunidades, porque assim, a usina hidrelétrica [nome omitido] foi a primeira experiência do [estado] de construção de barragens. E aí o movimento não existia lá anterior ao processo de construção.

E03: Assim, durante os anos do MAB (acho que ele fez 35 anos [...]), ele nasceu muito nessa bandeira da energia, da soberania dentro da energia popular. Esse é o grande mote do MAB [inaudível] de uma energia que não seja só para o capital, [inaudível] e hoje o movimento faz uma grande vinculação com a questão climática, eu acho que essa é a bandeira que, nos próximos anos, o MAB quer crescer como referência [...].

⁶¹ Neste momento da fala, a entrevistada atribui sua contratação ao reconhecimento, por parte do movimento social representado pelos militantes que a entrevistaram para a oportunidade de emprego, da relação que a faculdade de Serviço Social e a Universidade onde se formou construiu com os movimentos sociais populares.

E03 menciona que na trajetória deste movimento as experiências de assessoria técnica teriam se iniciado a partir do contato com universidades e organizações da sociedade civil, sendo repensada e reelabora posteriormente.

E03: [...] Então a ideia, esse formato de assessoria técnica, essa ideia de assessoria técnica nesses moldes nasceu das experiências do MAB, a partir desse contato de uma assessoria um pouco mais consultiva, mais voltada para a universidade, algo um pouco mais pontual. Uma consultoria pontual. Aí a galera começou a falar assim, “não, acho que seria bom a gente ter um grupo de profissionais que nos ajudem a trabalhar nesse território, para entender mais profundamente, para propor, para ajudar a mobilizar”. Então foi incrementando à experiência que já existia inclusive em outros lugares.
[...]

A assessoria técnica não vai ser um movimento social, não vai ser o MAB! Ela vai ter tarefas que vai, inclusive, compartilhar com o movimento, mas vai chegar um momento em que a própria assessoria (essa era a ideia) vai se diluindo e as pessoas vão tendo mais referência num movimento social.

Sobre a menção aos **movimentos de mulheres**, de mulheres do campo e feministas, **uma das entrevistadas (E02) se aproximou de um fórum que incluía vários movimentos de mulheres e feministas**, discutindo questões de gênero e exploração do trabalho feminino. Outra entrevistada (E08) mencionou **o movimento de mulheres negras** como parte de sua trajetória de militância. E **a luta das mulheres do campo** é citada como importante para garantir igualdade de gênero e dar visibilidade às políticas públicas nesse território.

E08: [...] algumas referências também aqui no estado [...], também o movimento negro. Enfim, tem esse conjunto mais vinculado ao movimento de mulheres negras, que também são referências que nos convidam a um trabalho horizontalizado, numa perspectiva de feminismo também popular, comunitário, dialogado. E aí também tem as referências dos movimentos sociais do campo, que também é de onde eu venho, assim, da minha caminhada profissional, mas também de militância! Então, as referências do próprio Paulo Freire, dos movimentos da educação do campo [...]. Esse trabalho também foi muito a partir da minha militância no Movimento de Mulheres Negras. Eu fui convidada por essa organização, por conta da militância no Movimento de Mulheres Negras para contribuir na organização desse grupo de mães e familiares, que hoje é um grupo que faz várias incidências nacionais.
[...] Então a gente, **em articulação com o movimento de mulheres negras**, eu convidava algumas companheiras para fazer uma conversa [...]

Fora isso, **o mais comum nas entrevistas foi a menção não necessariamente a um movimento em específico, mas as pautas defendidas por movimentos feministas que são incorporadas ao trabalho das profissionais** sempre que enxergam uma oportunidade de tratar de temas junto à comunidade atendida (representatividade e participação política,

combate à violência, autonomia financeira e outros). Ainda que não se trabalhe, diretamente, com o movimento social, o mesmo pode ser incorporado ao repertório cultural da assistente social, se tornando uma de suas referências teóricas, interventivas e políticas.

Outras organizações como o MAM (**Movimento pela Soberania Popular na Mineração**, citado como uma referência teórica importante para a discussão sobre mineração, inclusive, com produções relevantes sobre o tema), a CPT (**Comissão Pastoral da Terra**, que é uma organização ligada à Igreja e atua na defesa dos direitos de trabalhadores/as do campo), a **Via Campesina** (frente internacional que atua como uma rede, reunindo movimentos e organizações de trabalhadores/as rurais, de estudantes, de mulheres do campo, indígenas em defesa da soberania alimentar e justiça social no meio rural) são mencionados como organizações com as quais uma ou outra entrevistada teve contato, especialmente no contexto de lutas agrárias.

Considerando que tal movimento, organização e associação política foram citados nas entrevistas sem necessariamente configurar-se como um ator de interlocução direta da profissional entrevistada, poderíamos admiti-los como exemplos do que foi dito sobre as assistentes sociais poderem referenciar e legitimar um movimento ou luta social ao exercerem seu trabalho sempre que for o caso. Voltamos a este ponto por acreditar que recorrer a essas experiências coletivas como referência analítica e política para orientar nossas intervenções é uma possibilidade cabível em diferentes espaços ocupacionais. É possível que assistentes sociais sejam demandados/as a lidar com situações ou temáticas que dialogam com problemáticas abordadas por movimentos sociais, e, nesses casos, a apropriação crítica de suas pautas pode contribuir para a compreensão da realidade e para o fortalecimento de respostas profissionais alinhadas ao projeto ético-político do Serviço Social.

Outras lutas e atores sociais coletivos com menções identificadas pela análise das entrevistas, sem ser registrado algo mais preciso ou duradouro sobre o tipo de interlocução estabelecida com eles, foram o **movimento negro, os movimentos que atuam no campo e os ligados à defesa do meio ambiente**, uma **Associação [...] de Agroecologia** e uma emergente **associação de moto entregadores**.

E02: [...] A gente fez, ano passado, por exemplo, **uma atividade com os moto entregadores** do município. A gente tem... nacionalmente aconteceu essa discussão da regulamentação da profissão e eu conheço um cara que é da associação dos moto entregadores [da cidade]. E ele, inclusive, está compondo essa frente nacional que está discutindo com o ministério do trabalho para a regulamentação.

Ao que parece, ainda que tais organizações não estejam em diálogo permanente com as profissionais, as atividades e articulações eventuais já indicam uma atenção diferenciada das assistentes sociais ao território, percebendo os movimentos sociais existentes ali. Noutros casos, o reconhecimento do movimento social é oriundo de experiências pessoais. Uma das entrevistadas (E06) mencionou sua **interlocução com a Via Campesina e o MPA**, com foco na luta pela juventude do campo, desde 1998. Além disso, **ela trabalhou em cooperativas e associações ligadas ao MPA**.

E06: Na verdade, eu fiz parte dos processos que fazia luta pra juventude do campo estudar, eu sou resultado das nossas lutas.

Entrevistadora: A sua vinculação era com qual dos movimentos, especificamente?

E06: MPA. [...] Cooperativa e associação do MPA [...].

Além de associações cooperadas e associações de defesa dos direitos humanos, sociais e ambientais, pontualmente, é citado um diálogo estabelecido com Escolas Família agrícola⁶². Contudo, nenhum desses exemplos se enquadram como movimentos sociais, ainda que venham a ser geridos por movimentos sociais. Os nomes destas organizações, em especial, são omitidos nas transcrições das falas para garantir o anonimato das entrevistadas.

Em suma, ainda que não tenha sido o foco da pesquisa, parece importante notar que algumas das experiências de interlocução das assistentes sociais entrevistadas com movimentos sociais e associações comunitárias diversas 1) **são anteriores à formação acadêmico profissional em Serviço Social** (no caso, decorrentes da experiência pessoal de militância política) ou 2) **se deram durante a formação acadêmico profissional**. Destaco a importância destes elementos por terem explicitado o quanto isso as influenciou em suas respectivas trajetórias profissionais e por acreditar que uma aproximação precedente ao exercício profissional tem o potencial de já inserir no repertório de futuras/os assistentes sociais o reconhecimento desses atores sociais como legítimos interlocutores nos mais variados espaços ocupacionais. Interlocutores por poderem demandar profissionais com

⁶² Instituição de ensino que se vale de metodologias alternativas de ensino. Mais especificamente, a pedagogia da alternância é aplicada como forma de viabilizar um aprendizado que não se restringe à escola, se estendendo até a propriedade rural da família do estudante. Durante o chamado tempo-escola, tem aulas teóricas e práticas. Durante o tempo-comunidade tem a oportunidade de aplicar o que aprendeu desenvolvendo atividades e projetos planejados. A metodologia dessa pedagogia é justamente para adaptar o processo de aprendizado à realidade do/a estudante, fortalecendo o vínculo com o campo e buscando promover o desenvolvimento local. As Escolas Família Agrícola são coordenadas pelas próprias famílias ou por associações criadas pelas mesmas.

diferentes habilidades e conhecimentos; por se colocarem como parceiros de aliança política na defesa dos direitos e promoção de políticas sociais; por serem possíveis referências na produção de conhecimento sobre a realidade social e por serem possíveis parceiros na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5.3 Sobre os vínculos estabelecidos com os movimentos sociais

Apenas E02 e E04 tiveram vínculos empregatícios diretos com um movimento social, enquanto as demais estabeleceram seus diálogos com os movimentos sociais a partir de espaços ocupacionais em instituições de ensino superior e diferentes entidades da sociedade civil (algumas de interesse privado e natureza econômica, outras sem fins lucrativos, outras de interesse social).

Apresentando, em linhas gerais, cada situação registrada pelas entrevistas, temos que E02 foi inicialmente **contratada diretamente por um sindicato** do ramo financeiro com vínculo celetista (CLT, de 2014 a 2018). Posteriormente, ela foi admitida em um concurso público na prefeitura de sua cidade, onde continuou atuando em articulação com alguns movimentos sociais locais. Algumas dessas interlocuções foram propiciadas, mais diretamente, pela sua área de atuação, como foi o caso do trabalho junto à alguns sindicatos através da inserção em um conselho de direito da área da Saúde.

E03 não foi diretamente contratada por um movimento social, mas trabalhou como assistente técnica em uma assessoria prestada por uma associação de direito social e ambiental que tinha como objetivo auxiliar a população atingida por um rompimento de barragem. A assessoria tinha uma forte ligação com o movimento social (no caso, com o Movimento dos Atingidos por Barragens), visto que tal movimento era um ator social ativo na defesa dos interesses da comunidade daquele território e se posicionava defendendo a existência de uma assessoria técnica que fosse independente da mineradora envolvida no rompimento da barragem. Além de um demandante do Estado para a garantia dos direitos, o MAB se tornou um parceiro da equipe no desenvolvimento dos serviços de assessoria.

E03: [...] Então a ideia, esse formato de assessoria técnica, essa ideia de assessoria técnica nesses moldes nasceu das experiências do MAB a partir desse contato de uma assessoria um pouco mais consultiva, mais voltada para a universidade, algo um pouco mais pontual. Uma consultoria pontual.

Aí a galera começou a falar assim, “não, acho que seria bom a gente ter um grupo de profissionais que nos ajudem a trabalhar nesse território, para entender mais profundamente, para propor, para ajudar a mobilizar”. Então foi incrementando a experiência que já existia.

[...]

Já organizava pessoas no território, esse elemento é importante. O MAB ajudou a construir o plano de trabalho. Então, tem toda uma intencionalidade, anterior à nossa chegada ali, do que a assessoria faria. Há ali uma elaboração sobre assessoria técnica, feita pelo movimento e por algumas lideranças da comunidade. [...] E o movimento, o tempo todo, vai acompanhar a execução desse trabalho. Então, o movimento participa dessa comissão de atingidos que, diretamente, acompanhou o trabalho da assessoria.

E04 foi inicialmente contratada por uma cooperativa agrícola de prestação de serviços que tinha proximidade com o MAB e outras organizações populares. Mais tarde, essa mesma entrevistada **foi contratada diretamente pelo MAB** para trabalhar, em duas ocasiões diferentes, na elaboração de planos de desenvolvimento dos reassentamentos (referente a outros grandes empreendimentos e usinas).

E04: E aí o MAB tinha uma proximidade com uma cooperativa de prestação de serviços, a [nome omitido], e nesse processo a [nome omitido] abriu essa vaga, essa possibilidade de vaga. [...] Era a área de trabalho de base do movimento. Eles organizavam as comunidades, porque assim, a usina hidrelétrica [nome omitido] foi a primeira experiência do [estado] de construção de barragens. E o movimento não existia lá anterior ao processo de construção.

[...] em 2008 eu fui convidada para trabalhar na elaboração do plano de desenvolvimento dos reassentamentos em outra usina, que foi a [nome omitido]. Então foi um outro empreendimento do mesmo consórcio, com as mesmas lideranças do MAB e aí **eu já não era mais técnica da cooperativa. Eu fui contratada através do MAB mesmo**, o MAB conseguiu, num termo de ajuste de conduta, que eles próprios fizessem a gestão do processo de elaboração dos PDR [planos de recuperação].

A entrevistada E05 tinha vínculo direto com a cooperativa agrícola⁶³, na condição de cooperada/associada. Como ela e os outros colegas são cooperados e também assessores em projetos sociais, exerceu seu trabalho como assistente social por meio da implementação de um desses projetos.

E05: Como eu te falei no início, a [nome omitido] surge através de uma demanda dos movimentos sociais e até hoje a gente continua. Então, assim,

⁶³ Descreve que a cooperativa surgiu através de uma demanda de movimentos sociais e que por isso manteve parcerias com MAB, MST, entre outros. A cooperativa tinha como missão apoiar esses movimentos sociais e os profissionais que trabalhavam nela, como E05, atuavam em estreita ligação com as demandas do movimento.

nós temos parceria com o MAB, com o MST, que são nossos parceiros, tem uma Associação [...] de Agroecologia, [incompreensível], tem vários movimentos ligados ao campo que nós estamos envolvidos. [...] “Então a [nome omitido], ela não está dissociada dos movimentos sociais e como o meu trabalho também não.

Pleitear recursos via editais de financiamento, inclusive, era a forma de garantir a remuneração dela e dos demais técnicos da equipe. Posteriormente, já na condição de professora em uma instituição de ensino superior, seguiu realizando interlocuções com movimentos do campo (associados a territórios quilombolas, ou a trabalhadores/as sem-terra e outros).

A entrevistada E06, embora tenha começado a trabalhar como assistente social em 2016, já tinha uma trajetória de militância desde 1998 com a Via Campesina e o MPA, o que facilitou o seu trabalho na área social, visto que foi convidada pelos movimentos para participar de projetos sociais (em alguns, atuando como assistente social). Ela também trabalhou com cooperativas e associações do MPA e em sindicato rural antes de ser assistente social. Mais tarde, trabalhou em um programa federal de proteção aos direitos humanos⁶⁴, onde teve contato com pessoas ligadas aos movimentos sociais. A maioria das suas experiências de interlocução com movimentos sociais não configuravam o exercício da profissão, pois em sua maioria eram mediados pela relação política que estabelecia com as associações e cooperativas do MPA.

Nos relatos dessas três últimas entrevistadas, percebemos nossa pouca habilidade para decifrar a natureza dos vínculos empregatícios, talvez em decorrência da dificuldade em fazer as perguntas com maior assertividade.

E07 nunca foi diretamente contratada por um movimento social. Sua entrevista relata uma relação de anos com o MST com o qual estabeleceu interlocuções (não só) profissionais mediadas pelo trabalho voluntário e pelo trabalho como docente do ensino superior.

A entrevistada E08, embora não tenha sido contratada diretamente por um movimento social, firmou um contrato de trabalho através de uma empresa que administrava um convênio entre uma Instituição de Ensino Superior, o INCRA e o MST.

E08: Era contrato de trabalho porque o curso era um convênio da [Instituição de Ensino] com o INCRA e o MST, então era por licitação. Era uma empresa que pagava a gente. Era uma empresa que administrava isso.

⁶⁴ E06: Aí depois nós voltamos para [cidade omitida], aí eu vim para trabalhar no Programa Federal de Proteção. Com o pessoal dos direitos humanos. Que é a mesma situação. Quem coordena o [programa] é a [nome omitido] e o único movimento de direitos humanos no Brasil.

Entrevistadora: Nem era o INCRA que fazia o repasse e contratava vocês?

E08: Não, era a empresa. Era a empresa que fazia. Então, era contrato de trabalho. A gente fazia uma seleção e tudo, mas era contrato de trabalho. Essa experiência foi de cinco anos. Foi de 2013 a... 2018. Foi quando a turma se formou. Foi de 2013 a 2018.

Ela também foi convidada para trabalhar em projetos com o movimento de mulheres negras. Expõe que ainda que seu envolvimento nesses projetos sociais se devesse à sua militância no movimento social, a bagagem adquirida com a formação acadêmico-profissional em Serviço Social foi imprescindível para a sua contribuição dada ao movimento em cada experiência.

E08: No socioeducativo e internação de jovens do presídio, também presos no sistema prisional. E mães e familiares que tiveram os filhos assassinados pelo Estado. Esse trabalho também foi muito a partir da minha militância no Movimento de Mulheres Negras. Eu fui convidada por essa organização, por conta da militância no Movimento de Mulheres Negras para contribuir na organização desse grupo de mães e familiares, que hoje é um grupo que faz várias incidências nacionais.

Esses exemplos não são numerosos, mas ilustram como os movimentos sociais podem estabelecer vínculos de trabalho com assistentes sociais. Pelas experiências sistematizadas nesta tese, registra-se a possibilidade de contratação direta no âmbito do próprio movimento social e registra-se a interlocução estabelecida a partir de algum espaço ocupacional. Nesta segunda possibilidade observa-se a parceria e interferência do movimento social em algumas das organizações (associações, cooperativas etc.) que contrataram as profissionais.

Ao que parece, o histórico de militância prévia e mesmo a identificação profissional com a causa do movimento social pode influenciar no surgimento de um convite para a execução e participação em projetos sociais e no surgimento de espaços de trabalho em associações de interesse privado, como uma cooperativa. Todavia, como os vínculos empregatícios se deram tanto através de contratação direta pelo movimento, como por mediação de terceiros (cooperativas, ONGs, assessoria técnica, instituições de ensino) podemos entender que a relação profissional com as diferentes organizações da classe trabalhadora pode ocorrer independente do precedente militante (que, alternativa ou concomitantemente ao vínculo empregatício, é uma das vias de interlocução que podem consolidar uma relação mais ampla e orgânica do Serviço Social com os movimentos sociais).

No que se refere ao nosso universo de pesquisa, em relação à natureza dos vínculos contratuais, a entrevista ficou aquém na obtenção mais detalhada (e, conseqüentemente, na compreensão dessas informações) sobre os vínculos contratuais, nem sempre obtendo uma informação explícita a esse respeito. Pode-se dizer que, olhando isoladamente a articulação com movimentos sociais, apenas duas pessoas relataram já ter intervido voluntariamente (em momentos pontuais da trajetória profissional). Duas, em um momento específico da trajetória profissional, foram contratadas diretamente por um movimento social (a primeira informando ter tido o vínculo celetista, enquanto a segunda não explicitou qual a modalidade da contratação e vínculo). Noutro momento, assim como as demais, todas atuaram junto a um movimento estando contratada ou concursada em diferentes espaços ocupacionais (cooperativas, assessoria, prefeitura e instituições públicas de ensino superior), instituições em que as condições de trabalho viabilizaram a interlocução com o movimento social.

Não temos dados para decifrar a questão da precarização, nos termos do debate proposto por Raichelis (2011) e Druck (2011), no contexto da nossa pesquisa, afinal, os problemas que configuram essa questão não apareceram nas falas das entrevistadas.

Todas as entrevistadas nesta pesquisa integram a base profissional que ingressou no mercado de trabalho, possuindo o repertório adquirido com sua formação acadêmico-profissional e, em todos os espaços ocupacionais que ingressaram, encontraram o conjunto de recursos humano e material disponibilizado pelos seus respectivos empregadores.

A autonomia relativa de que dispuseram também variou em cada um dos espaços ocupacionais, contudo, a maioria dos relatos indicou uma predominância de trabalhos desenvolvidos com maior autonomia (na definição de prioridades, no tipo de abordagem, na orientação ética, política, teórica, metodológica, investigativa etc.) e respeito à intervenção profissional. Parece um aspecto importante de se destacar tendo em vista que uma maior autonomia (institucional, intelectual) costuma ser um parâmetro de qualificação nos debates profissionais. Por si só não garante uma intervenção crítica, mas certamente potencializa para que isso aconteça.

Consideramos que uma maior autonomia profissional é uma condição imprescindível para o/a assistente social possa imprimir ao seu trabalho uma direção social mais coerente com o atual projeto profissional e foi interessante constatar isso nas entrevistas. Ainda assim, entendemos que os aspectos referentes à mercantilização da força de trabalho profissional não foram apreendidos como o esperado. Assim como não foram apreendidos os aspectos mais sensíveis do perfil profissional – renda, raça, etnia, faixa etária – e todos eles trariam mais nuances para a análise dessas experiências de trabalho.

Pelas informações colhidas, por se tratarem de experiências de trabalho junto à organizações e movimentos portadores de projetos societários democráticos, não se registrou nenhuma tensão entre o trabalho realizado e o atual projeto ético-político do Serviço Social. Todas as entrevistadas demonstraram uma capacidade intelectual e interventiva crítica, voltada para a interpretação das contradições sociais - da realidade, do espaço ocupacional e do movimento social - e para o fortalecimento da consciência e organização coletiva (sem disputar o protagonismo dos movimentos sociais). Entendemos, com isso, que a dimensão subjetiva (como a profissional compreende seu trabalho) e o aspecto do trabalho concreto (seu significado social) foram apresentados de maneira mais satisfatória.

5.4 Sobre a principal demanda, para cada entrevistada, no trabalho junto ao movimento social

Tendo em vista os apontamentos anteriores sobre os tipos de interlocução entre Serviço Social e movimentos sociais, estejam estes figurando ou não como eventuais empregadores de assistentes sociais, para entender um pouco melhor a dinâmica dessa relação, tentaremos listar as demandas e as ações apresentadas pelas entrevistadas.

As entrevistas revelam uma variedade de solicitações dirigidas ao Serviço Social, refletindo a diversidade de contextos e movimentos sociais com os quais elas interagiram. No entanto, algumas demandas se destacam como mais recorrentes.

Em E02, a principal solicitação durante sua atuação no sindicato era oriunda da direção sindical (o que talvez justifique nomear como requisição institucional, para diferenciar da solicitação oriunda da base sindical, por exemplo) e era para que ela **contribuísse com a mobilização da categoria.**

E02: Tá! Na época do sindicato [...], o que eles queriam era um profissional que contribuísse com a mobilização sindical deles! Então eles estavam com a demanda de mobilizar a categoria na defesa do sindicato, pra se envolver nas atividades do sindicato e eles acreditavam que o assistente social era o profissional que podia contribuir pra isso! Só que, qual era a dificuldade? Eles acreditavam que isso era um passe de mágica!

Segundo a entrevistada, a direção do sindicato esperava que ela atuasse para envolver os/as trabalhadores/as nas atividades e na defesa da organização. Além disso, havia uma

demanda por orientação previdenciária por parte da base sindical, associada ao adoecimento desses/as trabalhadores/as e a necessidade de afastamento do trabalho. E02 também lidava com a **identificação de casos de assédio e o desenvolvimento de intervenções para combater essa questão** no ambiente de trabalho.

E02: Tinha muita demanda de orientação previdenciária, por conta do adoecimento e afastamento dos [trabalhadores da base sindical]. O sindicato fazia um primeiro atendimento desses trabalhadores e eu ficava responsável por isso. E também, por conta de identificar agências onde os casos de assédio eram mais predominantes e pensar com os diretores quais as intervenções que a gente poderia fazer naquela agência pra apontar a situação que era denunciada pelos trabalhadores. [...].

Entrevistadora: A demanda de instrução previdenciária partia da base do sindicato?

E02: Isso! Partia deles. Muitos tinham dúvidas de como era o processo de afastamento ou, às vezes, não se reconhecia enquanto trabalhador adoecido, sabe? E era visível que não estava bem de saúde, num caso de sofrimento mental muito intenso... E aí era difícil pro próprio trabalhador se reconhecer enquanto trabalhador, porque é uma categoria muito diferente. E até se entender como trabalhador adoecido...

No que diz respeito a sua posterior participação no Conselho Municipal de Saúde, ela não informa se existiam demandas por parte dos sindicatos ali representados. Para além da existência ou não de solicitações das organizações sindicais e suas respectivas bases, a profissional ainda notava que os sindicatos da cidade enfrentavam grande dificuldade em realizar o trabalho de base e promover a renovação de suas bases sociais e de seus membros da direção, sendo comum que as reuniões se tornassem momentos de queixas e reclamações. Também costumavam demonstrar posicionamentos nem sempre alinhados à defesa da política pública, ocasiões em que a profissional buscava reafirmar, junto aos conselheiros/as, que o espaço fosse de controle social e de defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para a entrevistada E03, que trabalhou com assessoria técnica, a principal demanda apresentada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens era a de que, no desenvolvimento do trabalho para auxiliar os/as atingidos/as por barragens a entender seus direitos, a comunidade pudesse **reconhecer as vantagens de se construir propostas de solução coletiva**. Em outras palavras, por um lado, o desenvolvimento de seu trabalho envolvia a **interlocução com as políticas públicas ofertadas no território**, uma vez que a população afetada, comumente, passa por um drástico processo de empobrecimento ao perder familiares

e pessoas próximas, suas terras, casas, bens materiais, criações animais, plantios, podendo ser acometidos dos mais variados problemas de saúde física e mental.

E03: um é o diálogo com as políticas públicas e sociais, entendendo que o povo atingido está cada vez mais empobrecido nessas regiões e precisa de fato da assessoria técnica fazer essa interlocução.

Por outro lado, considerando a existência de um movimento social no território com o qual a equipe de assessoria buscava estabelecer um diálogo, o mesmo apontava para a necessidade da **organização coletiva** daquela população atingida para lidar com as situações de vulnerabilidade impostas pelo impacto do rompimento da barragem, naquele caso. O movimento, ao compartilhar experiências – passadas ou atuais – de comunidades que também tinham sido afetadas por grandes empreendimentos, buscava mostrar para a população assessorada que as soluções buscadas individualmente não logravam êxito ou não tinham êxito satisfatório. Diante disso, defendiam a construção coletiva e buscavam o apoio da equipe da assessoria técnica nesse processo de informação, formação e politização da população assessorada.

E03: [...] Tem 60 pessoas com questões relacionadas à moradia! [um membro da equipe de assessoria] fazia reunião com 60 pessoas e **coletivizava o problema**. “Olha gente, existem particularidades que nós vamos falar o que nós fizemos com elas: enviamos para a empresa, enviamos para a assistente social local, enviamos para a Instituição de Justiça. Mas nós já reparamos que isso não deu conta. E aí? A situação geral de vocês é essa!”.

Pode-se dizer que a demanda do movimento (não só dele, mas principalmente) também incluía a necessidade de **estudos autônomos** sobre os problemas enfrentados pelas comunidades, para não depender apenas das informações fornecidas pelas empresas causadoras dos danos.

E03: [...] A assessoria vai produzir estudos que (aí entra um pouco na consultoria), muitas vezes, [demandam] consultorias internas. Então ela vai produzir estudos sobre a realidade, sobre o problema, sobre aquilo. Agora, de fato, ela não vai executar. Essa parte de desenvolver o projeto, hoje a assessoria não pode fazer, não faz. E hoje há uma grande disputa para se dizer que esses estudos também a assessoria não faz.

No contexto de trabalho de E03, tal solicitação não teria um peso menor visto que há um tensionamento, entre as empresas de mineração e a população atingida organizada.

Aquelas defendem que o levantamento de dados e a análise da realidade sejam feitos por pessoas ou grupos diretamente vinculados às empresas causadoras dos danos. A população vem contrapondo as empresas com a defesa de “assessorias técnicas independentes”.

Segundo a entrevistada E04, não havia uma demanda específica para o Serviço Social oriunda do movimento social. O trabalho com comunidades reassentadas devido aos impactos dos empreendimentos energéticos era de **apoio geral para as famílias**, incluindo **organização, formação, negociação** com as empresas e com o Ministério Público, sob a lógica de **acesso a direitos**. Portanto, já tinha em si uma orientação e formato de trabalho com o coletivo, já que as questões que surgiam no cotidiano de trabalho, muitas vezes, não exigiam atendimentos individuais para sua resolução.

O trabalho também não configurava um tipo de atendimento que implicava mediar o acesso a serviços ou a benefícios, mas a entrevistada relata um atendimento episódico em que auxiliou uma pessoa que não havia conseguido atendimento nos equipamentos sociais do município e necessitava levantar certa documentação para tratar uma questão grave de saúde.

E04: Em algumas demandas mais específicas de encaminhamento, essa parte mais da política de assistência em si, essa outra profissional, ela pouco dava conta quando era demandada e essa equipe, que foi denominada como equipe de apoio, tinha uma função muito específica que era a parte organizativa de fortalecimento organizacional, de execução de cursos de capacitação dentro dessa área de gestão. Então assim, mas ao mesmo tempo, como profissional, a gente não deixava de perceber inúmeras questões que apareciam. Mas as questões principais não eram específicas da profissão, elas eram muito mais gerais da parte de formação, de organização, de apoio mesmo, até de negociação. A gente participava de muitas reuniões de negociação com a empresa, então a gente fazia reuniões anteriores com os reassentados para que eles pudessem estar preparados para as reuniões de solicitação, de negociação com o Ministério Público, com o consórcio mesmo empreendedor.

A entrevistada E05 informou que dentro da cooperativa demandava-se apoio para a elaboração de projetos e para a captação de recursos. Pensando sobre as demandas que, em geral, expressavam os interesses dos movimentos parceiros da cooperativa, E05 relembra a solicitação por ações de **formação política** (como a importância das políticas públicas, das mulheres e dos jovens nos espaços de decisão) e **técnica** (compartilhando informações necessárias para o acesso de políticas públicas como o programa de aquisição de alimentos – PAA –, moradia ou mesmo de acesso à linhas de crédito para as famílias assentadas e outros/as trabalhadores/as rurais).

E05: Então, além da formação política também, organização pra que eles tenham acesso também às políticas públicas. A questão da moradia, que teve no período em que eu estava atuando diretamente no projeto. A questão da assistência técnica. A questão das mulheres, fazer uma luta coletiva para que as mulheres também tenham acesso ao crédito também. A questão da juventude também. A questão da infraestrutura. Então ali é um debate! É um processo de demanda, vasto! A discussão também com a questão que eles pontuam muito com a gente. Pra fazer uma discussão sobre a questão da agroecologia! E, como eu já falei, as políticas públicas para o campo. Fazer uma discussão, lutar. Pra que eles tenham acesso a essas políticas públicas.

[...]

Embora em alguns momentos, eu enquanto assistente social, tenha algumas demandas que são sigilosas [...]. Não trago para equipe porque é uma questão sigilosa da minha área de formação. Existem esses processos também.

Considerando que atuou com diversos movimentos sociais e organizações do campo, **E06** informa como principal demanda, do seu ponto de vista, a por **regularização de documentação**, imprescindível para **lidar com a burocracia** do sistema e para o **acesso a direitos e a políticas públicas**.

E06: Então essa também é um desafio, é uma demanda em todas essas políticas no campo. Essa parte burocrática do acesso, dos meios, das informações, da documentação. Eu vejo que é por aí. A outra questão, que no caso do campo chega, e chega misturado mesmo, são as demandas daquilo que não tem. Não tem ou tem de forma precária. Então, por exemplo, quando a gente fala da renda, tem um conjunto de políticas públicas que a gente opera no campo, na área da comercialização, por exemplo, que tem a ver com melhoria de renda. A saúde, ela é caótica em qualquer lugar, no campo muito mais ainda. [...] então o pessoal faz manifestação, se mobiliza, se organiza. Essas demandas também chegam em nós, chega nesses espaços que estão sendo operacionalizadas outras políticas. Esse debate da violência contra as mulheres, nós fizemos ele muito no campo, no MPA e em outros. A gente não tem assim uma coisa assim, tem a Lei Maria da Penha, tem as casas brasileiras, que agora começou a inaugurar, antes tinha os ônibus móveis de acolhimento, tem as DEAM – delegacia de mulheres –, tem um conjunto de coisas que na prática tem dificuldade de funcionar. Então essa demanda da violência, seja violência mais emocional, seja violência física mesmo, ela é muito presente em todos os espaços da política.

Ela também menciona a demanda geral por **informação** sobre direitos e políticas como um todo e **formação política** (como a importância de visibilidade para as questões e o trabalho das mulheres do campo).

E06: Então, por exemplo, em todas essas instituições que eu trabalhei, a gente sempre trabalhou misturado, informação e formação!

Entrevistadora: Informação e formação?

E06: Atividades, encontros de formação, atividades, todos os encontros, atividades e reuniões, a gente sempre fez esse processo de informar, de evidenciar o que são os direitos, aonde as pessoas vão para ter acesso. Mas é uma população muito desinformada. Não desinformada no sentido pejorativo. Desinformada porque não tem mesmo a informação! Então, essa é uma questão.

Semelhante à E05, para E07, a principal demanda apresentada pelo movimento social era por **formação política e técnica**. Ou seja, assim como aparece a demanda por momentos de discussão e reflexão sobre a conjuntura social, política e econômica, o movimento demandava formações específicas, por exemplo, sobre agroecologia, que capacitasse para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis em suas terras. No primeiro caso, a educação popular é mencionada para se realizar reuniões e garantir a participação de todos/as. No segundo caso, era comum a articulação com outras pessoas e instituições para garantir a oferta de cursos e oficinas.

E07: A gente dava curso sobre o que era o Estado, o que era sociedade, o que é partido político, o que é classe social, a história da organização da sociedade, a história do feudalismo, a história do capitalismo, a história do socialismo, isso tudo. A gente levava textos da Marilena Chauí, discutia com eles, levava texto do Paulo Freire, discutia com eles, a formação que eu tinha recebido a gente aplicava com os mesmos textos, com o assentado que não sabia ler e escrever. A gente discutia esses textos na metodologia da **educação popular, de chegar no momento do cara virar para mim e falar assim: “então, isso que você tá falando, significa isso e isso?”**. Aí eu: “Sim”. Daí o cara “*deu start*”, sabe? Então, eu fazia reunião na forma do Serviço Social, do compromisso ético político profissional, que é o que se quer do Serviço Social. Fazia reunião com todo o grupo, onde estava lá todo mundo, do grupo de turma idoso à criança pequena. Todo mundo participava da reunião! Todo mundo, se levantasse a mão, podia colocar o que ele queria colocar e eu amarrava as discussões com eles. Era assim que eu trabalhava.

[...]

Nós tivemos uma formação pra eles de agroecologia, que a gente chama hoje, na época a gente chamava de agricultura alternativa. Nós tínhamos o grupo de ponta da discussão da agricultura alternativa. [...] Eu entendo essas coisas tudo porque eu já fiz esses cursos todos. Aí, tinha os nossos companheiros que eram do movimento popular de saúde. Aí o pessoal ia pra lá pra poder fazer as discussões. O que o grupo precisava de temáticas, eu acho que se eu não tivesse, não era eu que estivesse ministrando, eu articulava gente pra poder ir pra poder dar os cursos pra eles.

A entrevistada E08 também apresentou **demandas que configuram atribuições próprias do exercício docente** em decorrência da atuação como educadora e orientadora em cursos como o Serviço Social da terra (maneira como se refere ao curso de nível superior

viabilizado por meio de parceria entre instituições públicas e movimentos sociais do campo pelo programa PRONERA) e a promoção de atividades formativas com estudantes de Serviço Social que eram seus/suas alunos/as em áreas de movimentos do campo. Contudo, menciona também demandas outras que surgiam nas diferentes interlocuções que estabeleceu com os movimentos sociais, podendo resumir como a defesa de direitos em geral.

E08: Eu vou falar, assim, do Serviço Social da terra eu nem vou falar muito, porque as demandas eram muito nesse campo mesmo da educação, da formação mesmo, porque eu era educadora [...]. É... a gente fez muitas adaptações na grade para, inclusive, incluir as demandas do movimento. Fizemos muitas adaptações nesse sentido de construir dialogando, a gente construía as disciplinas dialogadas com as lideranças dos movimentos. Mas, veja, no trabalho, por exemplo, [...] com o movimento de mulheres negras a partir do [omitido], particularmente neste trabalho no presídio, a gente tinha muitas demandas para o Serviço Social. Que não era diretamente para mim, porque eu, apesar de ser assistente social, não estava coordenando esse trabalho por ser assistente social, pois eu trabalhava por conta da minha militância no movimento de mulheres negras. Mas que tinha a ver com o meu trabalho como assistente social, né?
[no movimento de mulheres negras] Então, tinha muitas dessas demandas relacionadas à saúde, demandas relacionadas aos processos judiciais. Tinham muitas denúncias também de violação de direitos, que a gente também fazia as denúncias... E tinham demandas também relacionadas às famílias, à relação com contato com as famílias... Que não eram trazidas diretamente para nós por ser assistentes sociais, mas que tinham uma relação também. As mulheres sentiam essa abertura por saber que a gente [inconclusivo].

Pela fala de E08, percebe-se o entendimento da entrevistada de que as demandas mais evidentes do movimento de mulheres negras – que resumi como a defesa de direitos em geral – não lhe eram pessoal e profissionalmente endereçadas, ainda que ela reconhecesse tais demandas como algo que configurasse temas de interesse da categoria profissional. Entendimento com o qual temos concordância e por isso citamos nesta tese, pois, o Serviço Social brasileiro consolidou sua intervenção no âmbito das políticas sociais que, por sua vez, também concretizam os direitos sociais por meio de programas, projetos e serviços executados pelo Estado. Além disso, o atual projeto ético político estabelece a defesa intransigente dos direitos sociais e a defesa dos processos de luta por políticas públicas.

A entrevistada que se formou pelo PRONERA fala de **uma demanda que podemos endereçar não a ela, individualmente, mas à profissão de Serviço Social, pois informa que os movimentos sociais do campo teriam uma demanda retida por profissionais com qualificação técnica**. Neste ponto, em específico, a entrevistada relembra que a turma do curso de Serviço Social – que era constituída de lideranças e militantes das bases sociais de

movimentos campestres – refletia coletivamente sobre ter pouquíssimos/as assistentes sociais ligados/as aos movimentos populares do campo e sobre a produção sobre a questão agrária e as políticas para a população rural também não ser numerosa.

A percepção geral de um suposto desinteresse por parte da categoria profissional pela questão agrária e temas afins poderia se justificar por um certo desincentivo decorrente da conformação do mercado de trabalho para assistentes sociais. A pesquisa do CFESS (2022) indicou que o principal vínculo empregatício das pessoas entrevistadas situa a maioria da base profissional na zona urbana, com 68,74% em relação aos 3,52% geograficamente localizados/as na zona rural. A discrepância entre estas porcentagens poderia sinalizar para uma possível justificativa que relacionasse a inserção numericamente baixa de assistentes sociais na zona rural com a produção acadêmica sobre políticas sociais para o campo, trabalho profissional, questão agrária, movimentos sociais populares e outros.

É importante notar que essas demandas apresentadas pelas lideranças e pela base social dos movimentos sociais, frequentemente, se entrelaçam e refletem as complexidades e os desafios enfrentados por estas organizações na busca por justiça social, transformação situacional e estrutural. Por serem complexas e multifacetadas (envolvendo questões de ordem social, econômica, política e cultural), tais demandas exigem um olhar atento (que considera, mas não se restringe a compreensão sobre como cada indivíduo experiencia tais questões) e a construção de respostas que articulam diferentes áreas do saber.

Ao mesmo tempo, não é possível ignorar o tamanho assumido por cada um desses desafios quando lidos no contexto mais amplo que os correlaciona com problemas estruturais como a desigualdade social, a violência, o racismo, o conservadorismo e outros. Sendo demandas complexas, suas respostas também extrapolam a resolução de nível individual (individual nos termos de quem é atendido e de quem intervêm profissionalmente sobre tal demanda) e, alguns casos, a falta de resultados práticos, mesmo diante de muitos encaminhamentos, pode gerar desânimo e frustração.

5.5 Demandas semelhantes entre os casos relatados

Há demandas comuns apresentadas pelos movimentos sociais às entrevistadas, que se assemelham apesar das diferenças de contextos sócio-ocupacionais e de áreas de atuação dos

movimentos sociais, sendo tais demandas organizadas em três eixos: formação política; apoio à organização e mobilização; interlocução com políticas públicas e acesso aos direitos.

Formação política: Muitos movimentos sociais demandam atividades de formação política para seus membros e para a comunidade que configura seu público alvo de trabalho de base. Essa demanda por formação abrange, segundo os relatos, desde o entendimento sobre o próprio movimento e suas pautas, até questões mais amplas como direitos, políticas públicas, questões de gênero, raça e classe, opressões nos espaços de trabalho, violência doméstica, diferentes direitos sociais, conjuntura política e correlação de forças sociais, dentre outros temas. A necessidade de abordar temas como estes em espaços formativos é vista como essencial para a elevação do nível de consciência e para a organização da luta política.

E02: [...] e **me envolvendo bem nas atividades que o sindicato desenvolvia, principalmente na área de formação sindical.** Gostava muito de participar dessa frente [...]. Então, nesse período a gente teve que trabalhar muito essa questão do assédio sexual, fazer muita atividade com as mulheres. Lembro da gente ter feito roda de conversa, a gente fez material muito específico pra essa questão e distribuía [nos locais de trabalho] e conversava com elas.

[...]

E daí [estando na prefeitura/conselho], a gente pensou junto com o conselho, atividades com os moto entregadores. A gente foi aos pontos de apoio, onde eles ficam pra fazer coleta das entregas. **A gente fez um seminário onde esse representante da associação fez uma fala pra explicar pra eles como tem sido esse processo de regulamentação da profissão.** Então, foi uma semana de atividades que a gente fez. Inclusive, levando uma comissão deles ao hospital de pronto socorro.

E05: **As demandas são mais no processo de formação política e participar dos espaços.** É marcar território nos espaços onde eles estão, fazer esse processo de participação. **Então, as demandas são mais no processo de formação política.** De organização dos trabalhadores pra luta. De organização de trabalhadores pra fazer acampamento. **Organização de trabalhadores pra discutir o PAA e o PNAE** [programa de aquisição de alimentos e o programa nacional de alimentação escolar] [...].

E06: [...] no sentido de eu dar uma informação qualquer, sobre um direito seu e **a formação pressupõe formar a opinião mesmo.** Então, nós, em todos esses espaços que eu tive como assistente social, a gente faz informação e **faz formação também no sentido da pessoa compreender onde ela tá, por que que ela tá, as dificuldades que ela tem, quais são os direitos que ela tem, mas por que que ela não tem, né? Que todo esse modelo de sociedade que tira de uns e coloca no outro, que concentra, apropriada.** Então, a gente faz formação e formação mesmo.

Aqui está compreendida **a informação diferenciada da formação**, no sentido de configurar mais um repasse e compartilhamento de dados, notícias e conteúdos afins que, em

sua maioria, eram do interesse do público com o qual as assistentes sociais atuavam. Interessa que **a informação instrua sobre o que é e como acessar um serviço ou benefício** e, na atualidade, como fazer uso de recursos tecnológicos de comunicação e informação para ser atendido numa determinada política social. Pareceu importante fazer essa distinção para diferenciar o grau de complexidade que a resposta elaborada em cada situação assume.

E06: [...] A outra demanda que ela não cai direto no Serviço Social, mas pra nós assistentes sociais, nas políticas, eu acho que sim, não sei se isso é só no campo, mas é o acesso à informação. Como as pessoas são desinformadas.
Entrevistadora: Com relação a que?

E06: Aos direitos! Essa coisa assim, eu não tenho direito à aposentadoria, eu tenho direito ao auxílio doença, eu tenho direito ao auxílio-maternidade. Eu tenho direito a um conjunto de coisas, mas as pessoas não têm as informações. Aonde vai, com quem pega a informação. Precisa fazer o RG [registro geral] que venceu, agora não funciona mais. As pessoas vão, os policiais tratam mal. No caso das mulheres, as vítimas de violência, é um problema. Então eu acho que a outra demanda, que eu acho que ela é do Serviço Social geral, no caso do campo, nessas políticas que eu atuei, é mesmo o processo de informação com as pessoas. Não sei qual é o nome que a gente daria a isso na nossa profissão.

Ao mesmo tempo que distingo informação de formação, entendo a articulação de ambos, pois, a compreensão de algo é adquirida e compartilhada com graus de aprofundamento diferenciados. Por exemplo, num momento, pode se tratar da profissional divulgar um assunto e instruir a população sobre a existência de atendimento especializado (precário ou não, de amplo acesso ou não) para vítimas de violência doméstica, para demandantes de aposentadoria, auxílio e pensão (E02, E06), para demandantes de atendimento médico-assistencial, para vítimas de assédio moral (E02), dentre outros.

Noutro momento, pode se tratar da profissional viabilizar momentos de formação social e política sobre o conteúdo dessas demandas, e fazê-lo com um grau maior de complexidade de maneira que implique uma compreensão não superficial de temas como: Direitos sociais, políticos e humanos; Histórico das lutas sociais; Análise da conjuntura social, econômica e política; Questões de gênero, raça e classe (E 02, 03, 05, 06, 08); Questões relacionadas ao trabalho (E02, 06); Conscientização sobre o modo de produção capitalista e suas contradições (E 03, 06, 08); Empoderamento e protagonismo (E04, 05, 08).

E no âmbito da realização de momentos formativos, há a **formação direcionada ao fortalecimento das lideranças e do protagonismo da comunidade:**

E04: [...] e a gente trabalhou muito a formação de lideranças nas ações, nas capacitações, então era muito perceptível a diferença de postura nas reuniões, principalmente nas reuniões de conflito que tinha a mediação do Ministério Público, o empoderamento, a capacidade reivindicatória mesmo e a compreensão deles, da condição real deles, de todo o processo. E o movimento, eles investiam muito nesse processo formativo.

E08: A gente precisou de mais recursos para terminar. Aí, fizemos uma articulação com a organização da Alemanha. Eu fiz a reunião com a presença das lideranças... “Oh, a gente vai pra reunião, mas vocês têm que ir, são vocês que tem que falar, é o protocolo de vocês!”. A gente tá nesse processo de assessorar, de contribuir, mas é de vocês!”. Então as lideranças foram participar e a gente decidiu junto o que ia ter nesse projeto.

[...] Quem ficou com essa tarefa de acompanhar o grupo, fui eu. Mas tinham, por exemplo, demandas que a gente tinha uma advogada que acompanhava [...] e também, na época, não tinha psicóloga, mas a gente fez uma incidência no [omitido] para ter uma contratação de um psicólogo que depois foi contratada... E todo esse trabalho político, também de formação, a gente fazia encontros, uma vez ao mês, encontros no [omitido], com almoço, e sempre trabalhávamos um tema, Isso tudo era a gente que fazia, eu enquanto assistente social. Então, a gente sempre garantia, por exemplo, um momento de cuidar, de acolhimento, e depois para trabalhar um tema, porque... era muita dor, muito luto...

E03: E assim, eu vou te dizer que o caráter mais forte que se imprimiu, inclusive com toda a equipe, mas assim, no Serviço Social em específico, não foi essa relação com as políticas sociais, foi a relação de organização e mobilização social. Foi esse o ponto mais forte. Então, por exemplo, acompanhávamos as comunidades, fazemos visita domiciliar, mas tinha muito mais esse caráter de acompanhamento de liderança do que uma visita, sabe?

Apoio à organização e mobilização para atividades: Os movimentos sociais frequentemente solicitam apoio para a organização interna e para a mobilização social. Isso inclui o planejamento e execução de atividades como assembleias, atos públicos, manifestações e outras formas de enfrentamento e resistência. A organização também envolve a criação de espaços de debate e decisão coletiva, nos quais a comunidade possa participar ativamente (como vimos anteriormente, ao apresentar a demanda por formação política. Reforçando a indissociabilidade dessas ações). Ilustra esta ação o **apoio na organização de acampamentos, manifestações e outras ações diretas.**

E02: Pra categoria, por que eles tinham um boletim, um jornalzinho mensal e aí eu aproveitava aquele espaço pra escrever algo de uma forma mais crítica sobre aquela movimentação que estava acontecendo. Ou usava o espaço de outras formas também! Tinha muita movimentação de greve em que o demandado era ficar na porta do banco, por exemplo, e impedir que a população entrasse. Aí naquele momento eu aproveitava pra conversar com a população sobre o que que era a greve, como ela era impactada por aquilo e

acabava criando um espaço de diálogo com a população ao invés de simplesmente barrar a entrada dela numa agência.

[...]

O sindicato fazia um primeiro atendimento desses trabalhadores e eu ficava responsável por isso. E também, por conta de identificar agências onde os casos de assédio eram mais predominantes e pensar com os diretores quais as intervenções que a gente poderia fazer naquela agência pra apontar a situação que era denunciada pelos trabalhadores.

[...]

Então, desde então eu participo desse espaço do Conselho representando a prefeitura, o departamento! E participo das atividades, planejo elas junto com os sindicatos da cidade.

Na entrevista de E02, a profissional chega a relatar que não tinha tanta certeza sobre como atender à solicitação da direção do sindicato para auxiliar nas ações mais diretas (como as que envolvia barrar a entrada nas agências bancárias ou fazer ações de agitação e mobilização). Ao mesmo tempo, reconhecia no momento de apoio à ação direta uma oportunidade de falar com a população sobre direitos. E anos mais tarde, seguiu contribuindo para a realização de atividades planejadas previamente junto aos sindicatos com os quais passou a dialogar no Conselho de Saúde.

Um aspecto que me pareceu ser um diferenciador importante é que ao relatar a primeira experiência de interlocução profissional E02 demonstrou um nível de incômodo com certa supervalorização, por parte da diretoria sindical, da capacidade do trabalho dela em ampliar a base social do sindicato, algo que não se percebe quando ela relata sua segunda experiência. Para elaborar mais sobre isso, consideremos outros relatos:

E03: [...] Tem momentos em que tem uma estratégia coletiva, que nós vamos assim... cada um fazendo de forma autônoma, mas dividindo o todo. Por exemplo, a [associação que presta assessoria] nunca fez uma ação direta em [na cidade], de parar trânsito, de ocupar escritório, [...] nunca fez isso! Mas os atingidos e o movimento fizeram diversas vezes! Inclusive, usando os materiais que nós produzíamos! Inclusive com o advogado nosso indo lá e dizendo para a polícia “Isso aqui é direito de manifestação! Não! Você não pode levar ninguém daqui!”. Isso como assessoria! Não como um sujeito que está lá dormindo no escritório [...].

E, assim, eu vou te dizer que o caráter mais forte que se imprimiu, inclusive com toda a equipe, mas assim, no Serviço Social em específico, não foi essa relação com as políticas sociais, foi a relação de organização e mobilização social. Foi esse o ponto mais forte. Então, por exemplo, acompanhávamos as comunidades, fazemos visita domiciliar, mas tinha muito mais esse caráter de acompanhamento de liderança do que uma visita, sabe? Então reuniões, o caráter da assessoria era muito mais marcado pela organização das demandas coletivas [...].

Então, assim, tem momentos que a assessoria faz, tem momentos que o movimento faz, mas todo mundo afinado, porque a gente afinou nesse espaço onde o MAB conduzia a assessoria aqui. Então, eu acho que o seu

trabalho pode apontar esse espaço, onde o MAB participava diretamente de uma coordenação, com toda a experiência do movimento. O militante do MAB não ia à reunião da comissão para ver navios! Ele ia com as elaborações do movimento. Ele ia com a discussão que o movimento tinha feito sobre [o território atingido] (ou muito ou pouco, mas era com isso que ele ia).

E04: Não se chegavam demandas específicas para o Serviço Social, [...] e essa equipe, que foi denominada como equipe de apoio, tinha uma função muito específica que era a parte organizativa de fortalecimento organizacional, de execução de cursos de capacitação dentro dessa área de gestão. Então assim, mas ao mesmo tempo, como profissional, a gente não deixava de perceber inúmeras questões que apareciam. Mas as questões principais não eram específicas da profissão, elas eram muito mais gerais da parte de formação, de organização, de apoio mesmo, até de negociação.

E05: As demandas são mais no processo de formação política e participar dos espaços. É marcar território nos espaços onde eles estão, fazer esse processo de participação. Então, as demandas [são] mais no processo de formação política. De organização dos trabalhadores pra luta. De organização de trabalhadores pra fazer acampamento. Organização de trabalhadores pra discutir o PAA e o PNAE. Então, além da formação política também, organização pra que eles tenham acesso também às políticas públicas.

E06: Mas deixa eu te dar um exemplo, [...] o tempo que eu fiquei no Minha Casa, Minha Vida, a gente fazia as lutas e o movimento social garantia política, garantia recursos via Caixa Econômica Federal, aí nós íamos fazer os convênios e operacionalizar.

Considerando estes relatos, e considerando a preocupação pertinente que, por vezes, se registra na literatura profissional de não incorrer num tipo de descaracterização do trabalho profissional, talvez uma reflexão que caiba ser feita quando se fala em prestar apoio às ações de um movimento social seja a de problematizar se tal apoio implica no confisco da voz do movimento por nós, profissionais. Ou ainda, também refletir sobre o risco de se instrumentalizar a ação profissional no sentido de se esperar que o/a assistente social atue como um mero/a executor/a de tarefas ou facilitador/a das solicitações da organização, sem considerar a autonomia intelectual do/a profissional, sem considerar a especificidade e o limite do trabalho do/a assistente social. Apontamos estas reflexões como ressalvas que podem auxiliar a calibrar nossa intervenção.

As falas exemplificam como as profissionais auxiliavam no planejamento ou execução de atividades de luta, demonstrando o alinhamento estratégico com os movimentos sociais com os quais se relacionavam no cotidiano de trabalho. É interessante pensar nesse apoio como um tipo de resposta, aos movimentos sociais e às comunidades atendidas, que contribui para a visibilidade das lutas e para a denúncia dos problemas que enfrentam no território. Isso

inclui ações para denunciar violações de direitos e para amplificar a voz dos grupos sociais marginalizados. Em alguns casos, há também a necessidade de articular com outros movimentos e organizações para ampliar o alcance da denúncia (E02, E08). Apoio na identificação e registro de casos de violência, assédio e discriminação (E02, E05). Articulação com órgãos e serviços de proteção para garantir a segurança e a justiça (E05, E08).

Interlocução com políticas públicas e acesso aos direitos: Em algumas entrevistas ficou mais evidenciado que os movimentos sociais buscam a interlocução com as políticas públicas e o acesso a direitos, especialmente para as populações mais vulneráveis. Noutras, essa interlocução com a rede foi percebida e operacionalizada por iniciativa da própria profissional. Considera-se aqui, por exemplo, o acompanhamento e a denúncia de violações de direitos (humanos, trabalhistas e sociais), o acesso a benefícios sociais e a garantia de serviços públicos de qualidade.

E02: [...] **Tinha muita demanda de orientação previdenciária**, por conta do adoecimento e afastamento dos [trabalhadores da base sindical]. O sindicato fazia um primeiro atendimento desses trabalhadores e eu ficava responsável por isso. E também, por conta de identificar agências onde os casos de assédio eram mais predominantes e pensar com os diretores quais as intervenções que a gente poderia fazer naquela agência pra apontar a situação que era denunciada pelos trabalhadores.

E05: Então, além da formação política também, organização pra que eles tenham **acesso também às políticas públicas**. A questão da moradia, que teve no período em que eu estava atuando diretamente no projeto. A questão da assistência técnica. A questão das mulheres, fazer uma luta coletiva para que as mulheres também tenham acesso ao crédito também. A questão da juventude também. A questão da infraestrutura. Então ali é um debate. É um processo de demanda vasto. A discussão também com a questão que eles pontuam muito com a gente. Pra fazer uma discussão sobre a questão da agroecologia. E, como eu já falei, as políticas públicas para o campo. **Fazer uma discussão, lutar. Pra que eles tenham acesso a essas políticas públicas [...]**.

E06: **A gente ia atrás ajudar a organizar [a documentação], mas não é fácil**. Porque, por exemplo, não depende só da gente, não depende só da pessoa. Às vezes a pessoa está numa área de terra que está em conflito, por exemplo. A gente tem que ver como é que resolve. A igreja vai dar uma declaração, o sindicato vai dar outra. O INSS [Instituto Nacional de Serviço Social], chega no INSS pra fazer um salário-maternidade, organiza a documentação. É quatro meses de salário e o INSS vai lá e indefere, nega. A pessoa tem que ir lá comprovar que não. Ela mora naquele lugar, ela é rural, ela precisa desse salário-maternidade. Então, assim, isso é um problema. Acho que essa é uma demanda.

No caso específico de E06, a entrevistada exemplifica como se articulou com uma rede de apoio no território que pôde auxiliar na obtenção de documentação ou validação de dados sobre o histórico de vida e trabalho da população atendida. Além disso, há uma demanda por apoio para lidar com a burocracia do sistema, como o preenchimento de formulários e o uso de plataformas *online*⁶⁵: informação sobre direitos e benefícios sociais (E02, E05); apoio na documentação e nos processos burocráticos necessários para acessar políticas (E02, E06); articulação com órgãos e serviços públicos para garantir o acesso a direitos (E06, E08).

E06: [...] Então, a documentação, de forma geral, seja documentação pessoal seja de comprovação de trabalhador rural, ela sempre foi um problema. Ela sempre foi demanda nossa. Essa é uma coisa.
[...] dos processos sindical e dos movimentos, depois atuando como profissional, pra mim, a documentação é um dos pontos mais complexos.
Maior demanda pessoal é a de comprovação de atividade rural.

Nesse momento, a E06 dará exemplos sobre os tipos de documentos de identificação pessoal, identificação da condição de trabalhador/a do campo ou identificação de propriedade ou uso da terra que são necessários e em alguns casos de difícil obtenção.

Outra observação interessante é notar no relato de E07 que o contexto em que se iniciou a relação com o movimento antecede a emergência das políticas sociais como as conhecemos hoje. Naquele cenário, quando alguma demanda diferente da formação política aparecia e relacionava-se, mais diretamente, ao atendimento de carências materiais (alimentação, vestimentas e outras) a rede de apoio no território era constituída de instituições filantrópicas, religiosas e políticas a fim de arrecadar doações.

É importante notar que essas demandas não são isoladas e, muitas vezes, se entrecruzam. A formação política, por exemplo, é vista como um meio para fortalecer a organização e a mobilização, assim como a organização e a mobilização são vistas como um meio para pressionar o Estado e garantir o acesso a direitos. Analisando os casos, nota-se o objetivo de promover a justiça social e a transformação social, além da importância dada pelas profissionais aos processos de construção conjunta de respostas – com os movimentos sociais,

⁶⁵ Para Raichelis (2011), os efeitos e intensidade da precarização variam entre os espaços ocupacionais, mas chama a atenção a incorporação crescente das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a “cultura de gerenciamento” típico de instituições privadas na gestão de serviços públicos. Ambos confluindo, dentre outras coisas, para intensificar o controle sobre o trabalho (aumento de tarefas, fiscalização de desempenho, aumento da responsabilidade individual, pressão por metas e produtividades).

com a comunidade e com a equipe –, respeitando a autonomia, o protagonismo e os saberes específicos de cada parte envolvida neste processo.

5.6 Sobre os desafios no trabalho junto aos movimentos sociais

Na tentativa de apresentar ao/à leitor/a os desafios identificados na relação de trabalho com os movimentos sociais – considerando tanto o processo de interlocução a partir de outros espaços ocupacionais como o trabalho no âmbito do próprio movimento social – tentamos reunir os aspectos trazidos pelas entrevistadas os agrupando em três eixos para uma melhor compreensão: Dificuldades de articulação e divergências políticas no âmbito das organizações políticas; Insegurança no desempenho das atividades profissionais no âmbito dos movimentos sociais e Limitações burocráticas e constitutivas das políticas públicas.

Dificuldade de articulação e divergências políticas no âmbito das organizações políticas: No contexto do trabalho desenvolvido no âmbito da organização sindical do ramo financeiro e, posteriormente, na interlocução com alguns sindicatos locais que integravam o conselho de saúde do município de atuação da profissional E02, a entrevistada apontou a dificuldade de articulação entre as próprias organizações sindicais – que muitas vezes integram correntes políticas diferentes, disputam o protagonismo entre si e têm resistências internas umas para com as outras – e como a falta de unidade acaba dificultando a construção de ações conjuntas que poderiam dar maior efetividade no processo de mobilização social.

Não se trata, contudo, de uma dificuldade que parte da profissional. A questão não é sobre a entrevistada atuar dentro de uma organização do movimento sindical e encontrar dificuldades para dialogar com outras organizações e também não é sobre ela apresentar alguma resistência para propor atividades que articule organizações diferentes para realizar tais atividades conjuntamente. A dificuldade enfrentada está situada no âmbito relacional das próprias organizações sindicais que, em meio a desacordos políticos ou afinidades partidárias distintas, acaba por afetar a proposição e efetivação das ações nos espaços de articulação coletiva.

Outro aspecto que aparece nas entrevistas (E02, E07), como um tipo de provocação ou auto reflexão das entrevistadas, e que nos parece caber nesse eixo, refere-se a certa idealização a respeito da dinâmica interna e da performance política dos movimentos sociais.

Segundo E02, "a gente tem uma ilusão de achar que o movimento sindical e o movimento social é o espaço perfeito, e não é!".

Compreendemos que a questão envolve reconhecer a importância política da mobilização e organização popular sem, contudo, tomar os movimentos sociais como espaços de participação e construção coletiva perfeitamente acabados, com relações harmoniosas e de pensamentos homogêneos.

Não é recomendável ignorar as contradições internas e as disputas de poder que podem existir no âmbito de qualquer relação humana. Em se tratando do trabalho em movimentos sociais ou da interlocução com eles, essa idealização pode levar a expectativas irreais inclusive sobre o trabalho da/o assistente social, gerando frustração quando as dificuldades e conflitos emergem e têm impacto de maneira não esperada, por exemplo, sobre como podemos apoiar uma luta ou movimento social ou sobre o alcance e desdobramento desse apoio em dadas circunstâncias.

Insegurança no desempenho das atividades profissionais no âmbito dos movimentos sociais: Em duas entrevistas (E02, E04) apareceu como desafio a insegurança na condução do trabalho dentro do movimento decorrente da falta de maturidade profissional ou da inexperiência com processos de mobilização e organização popular. Inferimos que o fato de estar iniciando a carreira profissional, de ainda não possuir certa bagagem ou proximidade com as discussões sobre o trabalho junto aos movimentos sociais pode contribuir com o receio de não saber bem o que fazer e como conduzir as ações nesses espaços.

Nossa defesa é a de que, ainda que a formação acadêmico-profissional não supra todas as carências e lacunas do conhecimento sobre o dia a dia do trabalho profissional, uma formação que viabilize pelo ensino, pesquisa, extensão e estágio a apreensão do significado e importância das diversas organizações coletivas da classe trabalhadora é capaz de garantir ao/à futura profissional um repertório mais consistente para que possam vir a concretizar a relação do Serviço Social com as lutas e os movimentos sociais no cotidiano de seus variados espaços ocupacionais.

Limitações burocráticas e constitutivas das políticas públicas: As entrevistadas relataram de formas distintas que as políticas públicas nem sempre atendem às necessidades da população, por vezes destacando que a burocracia para o acesso aos serviços e benefícios pode ser um grande obstáculo. E06, em especial, enfatiza a dificuldade – por parte da população e, às vezes, por parte das próprias profissionais – no uso das novas tecnologias de informação e comunicação e na obtenção de alguns tipos de documentação exigida para o acesso aos benefícios sociais.

Sobre os desafios reunidos neste eixo, entendemos que as profissionais nos apresentam o desafio para o acesso a direitos e benefícios em sua forma mais imediata e aparente ao apontarem a dificuldade por parte da população (nos casos exemplificados, da população que compõe a base dos movimentos sociais com os quais estavam em interlocução) de comprovar situações específicas para conseguir benefícios por nem sempre possuírem os documentos exigidos e a dificuldade de acessar a informação que a ajude a entender os trâmites e os serviços disponíveis (ao que se soma a dificuldade no uso de plataformas *online*).

Para que tal dificuldade não venha a ser constatada com surpresa pela base profissional – e nem mesmo seja transferida para o âmbito individual, introjetada pelas/os profissionais como um insucesso –, vale retomar um aspecto que a formação acadêmico-profissional crítica nunca negligenciou: ainda que atendam a algumas demandas sociais (às vezes vitais para os/as trabalhadores/as), as políticas sociais são paliativas, não atendem plenamente as demandas da população nem resolvem os problemas estruturais do capitalismo.

A conformação da política social como um espaço ocupacional para assistentes sociais exigiu da profissão uma compreensão sobre o significado social das políticas sociais e da sua essência contraditória. São funcionais para o processo de reprodução ampliada do capital, sendo expressão do exercício do controle social e da necessidade de garantir a preservação da força de trabalho em condições de ser explorada pelo capitalismo. Também são expressão de luta legítima da classe trabalhadora que historicamente reivindica melhorias na sua condição de vida e de trabalho.

Por atenderem a demandas vitais de trabalhadores/as, a reivindicação por políticas sociais configura-se um dos motivos entorno dos quais os movimentos sociais em geral reúnem e mobilizam sua base social – às vezes associando essa pauta aos objetivos estratégicos e às vezes não – sempre fazendo seu trabalho de base. Diante disso, e atentando-se para a contradição inerente das políticas sociais, vale a máxima de legitimar o processo de luta pela ampliação de direitos feito pela classe trabalhadora organizada.

Considerando todas estas nuances, constatar que as políticas sociais não atendem satisfatoriamente às necessidades da população deveria ser o esperado para aqueles e aquelas que apreendem a realidade pela perspectiva crítica. Ser esperado no sentido de entender que a intervenção estatal confere à política social um trato parcial e isolado, um trato que abre precedentes para um processo moralizante e de culpabilização individual daqueles/as que são atendidos/as por seus serviços, como se fosse responsabilidade do indivíduo o fato dele/a ser afetado/a pelas refrações da questão social (Netto, 2011b).

Ainda assim, percebe-se que a dificuldade em lidar em seu cotidiano de trabalho com problemas tão sensíveis (que envolvem desde o não acesso da população a algo solicitado – recursos, benefícios, serviços – até a experiência individual dos/as usuários/as de aspectos que são estruturais – como a desigualdade social, a violência, o racismo, entre outras opressões), sem contribuir com uma mudança efetiva da situação apresentada, afeta as profissionais. A compreensão do caráter contraditório e do limitado alcance da política social não impede que as profissionais se frustrem com a falta de resolutividade. Em alguns casos, a falta de resultados práticos, mesmo diante de muitos encaminhamentos, gera desânimo e frustração (E06) – sentimento provocado mesmo entre aqueles e aquelas que compartilham da leitura crítica da realidade, que reconhecem que as expressões da questão social extrapolam o nível da vivência individual e que por isso (como bem disse E08) demandam ações mais amplas que envolvem transformações sociais e políticas.

Diante desses desafios, brevemente resumidos em três eixos, parece pertinente reafirmar que assim como em qualquer realidade de trabalho, mais importante do que respostas prontas, importa a **necessidade da reflexão crítica** (sobre o exercício profissional, sobre a relação com os movimentos sociais, sobre a realidade social e as limitações das políticas públicas) e a **necessidade do exercício da autonomia** (relativa ao trabalho e ao repertório intelectual de cada assistente social) ambas igualmente fundamentais para que o/a assistente social intervenha em trabalhos junto aos movimentos sociais, sendo eventualmente contratado/a por eles ou a partir dos variados espaços ocupacionais.

5.7 Sobre a relação entre a atuação profissional e a militância política

Quando questionadas sobre a relação entre atuação profissional e militância política, as entrevistadas expressaram perspectivas diversas sobre esse assunto em suas vivências pessoais, em alguns momentos demonstrando com exemplos como percebiam essa interseção em suas experiências.

E02, por exemplo, não vivenciou um conflito em sua atuação profissional junto aos movimentos social referente a considerá-la um tipo de militância, pois entendia seu lugar de assistente social e foi amadurecendo as possibilidades e os limites do trabalho dentro da organização sindical e, posteriormente, em interlocução com outras.

Na primeira experiência que teve, ainda que na condição de uma assistente social recém formada, ela conseguiu estruturar uma rotina de trabalho que demarcava o público alvo e as atividades a serem desenvolvidas e, mesmo quando atendia aos pedidos da direção sindical e se envolvia em atividades de caráter mais mobilizador – que a deixava pouco segura sobre ser ou não de sua competência contribuir com tais ações –, repensava a maneira como poderia incidir na situação (como por exemplo, produzindo material para o *blog* do sindicato com o objetivo de instruir sobre algum direito ou tema afim).

Uma inferência que fazemos é a de que tal insegurança se devia ao incômodo que sentia quando atuava no sindicato, especificamente nas ocasiões em que a sua participação em ações de mobilização era solicitada. O incômodo seria menos pela tarefa em si e mais pela percepção de que talvez estivesse realizando uma tarefa que caberia aos seus contratantes (dirigentes sindicais) fazer e estes nem sempre a faziam.

Explicando melhor. Na entrevista houve o momento em que E02 diz reconhecer que sua atuação profissional tem uma dimensão política intrínseca. Pode facilitar este reconhecimento o fato da entrevista compreender (por meio da formação que teve) e vivenciar (por meio do trabalho junto aos movimentos sociais) a maneira como sua atuação implica em incidir sobre as contradições sociais. Além disso, ela considera que seu trabalho tem um aspecto educativo, percebido, segundo ela, desde quando se inicia o acolhimento do/a usuário/a, passando também pelas interações com a equipe profissional.

Entende-se com isso que ela validava o que fazia, o que não a impediu de, mais de uma vez, criticar certo abandono do trabalho de base por parte dos sindicalistas, e criticar a expectativa que estes criaram de que ela seria capaz de atrair mais pessoas e criar nelas referência política no sindicato. Podemos interpretar que o incômodo estaria, então, em deixar de atuar como um apoio para se tornar a principal referência naquilo que caberia, prioritariamente, à direção sindical: mobilizar, formar e organizar a sua base sindical.

Ao mesmo tempo, problematiza e demonstra dúvidas sobre a possibilidade dessa relação com os movimentos sociais gerar um conflito interno em algum momento futuro. Reflete sobre isso a partir da aproximação que tem feito com o fórum de mulheres.

E02: Não, isso nunca apareceu! Com a categoria [do sindicato que trabalhava], nunca, porque não era uma categoria com a qual eu me identificava enquanto parte dela! Então, não aparecia... Hoje, também não! Porque são sindicatos diversos, não aparece! Acho que vai aparecer agora! nessa frente com o Fórum! Talvez agora apareça, **por ser uma discussão que diz muito assim do que eu sou no mundo. Do lugar que eu ocupo**

enquanto mulher, enquanto trabalhadora, então agora pode ser que eu fique um pouco ... que eu me depare um pouco com isso!

A entrevistada compartilha conosco a reflexão sobre não ter certeza de que uma relação que no passado não lhe gerou dúvidas sobre o limite entre o trabalho e a militância talvez possa lhe gerar num futuro próximo. Contudo, quando menciona uma possível relação construída com o fórum de mulheres, ela primeiro apresenta uma percepção de reconhecer que pode apoiar os processos de mobilização e organização popular e, em seguida, apresenta uma percepção interessante ao dizer que se entende, antes de tudo, como trabalhadora e que a afinidade com a luta feminista possa talvez confundir a atuação profissional.

E02: [...] Eu acho que vai aparecer mais agora [...]. Até porque, eu tenho sentido muita falta de estar organizada em um espaço. Era algo que eu não estava sentindo antes, e agora eu tenho sentido! E aí eu ainda não sei como vai se dar. **Mas esse conflito, do que é do trabalho e do que tá ali numa instância de mobilização, de organização, eu não sinto tanto!** Talvez eu não perceba. **Porque eu tenho sempre essa identificação de que eu sou trabalhadora. Independente da minha profissão**, independente do que eu faço, se eu sou de uma categoria tal ou outra, se eu tenho vínculo x ou y. É claro que isso me coloca em lugares diferentes dentro desse bojo maior que é o bojo da classe trabalhadora, mas eu sou dessa classe! **Eu sou trabalhadora e eu não tiro isso quando eu bato meu ponto no serviço. Isso não sai da gente!**

Como a entrevistada se permitiu compartilhar essa reflexão em cima de uma situação hipotética (porque ainda não aconteceu), creio que poderíamos nos somar a essa especulação agregando algumas ponderações. A afinidade política com o movimento social, o alinhamento ideológico com uma luta social não demonstra uma descaracterização do trabalho profissional, principalmente neste caso, em que E02 descreve atividades que mostram alinhamento entre os princípios e valores defendidos pelo atual projeto ético-político e os defendidos pelos movimentos sociais com os quais dialoga.

Além disso, a reflexão também nos parece oportuna para tirar a condição de ativista ou militante política/o de um possível lugar negativo que uma crítica conservadora ou uma crítica pouco assertiva pode atribuir, como se o engajamento político que um/a assistente social possa vir a assumir conotasse uma desqualificação ou demérito profissional.

Neste ponto específico da entrevista, a fala dela poderia entrar no mérito da problematização, por exemplo, do que é competência e/ou atribuição profissional e o que é desviante ou descaracterizante do trabalho, no sentido de delimitar o que cabe ou não a uma assistente social fazer. E, para todos os efeitos, nos casos em que surja essa dúvida, diríamos

que importa sempre refletir sobre a própria intervenção profissional e identificar criticamente as contradições, os limites e as potencialidades que se apresentam em cada realidade. É bom termos em consideração que distinguir os limites numa determinada relação é processo e requer conhecimento e constante reflexão ética e prática.

A fala também acena para um aspecto mais de ordem auto reflexiva, no sentido de se pensar não como indivíduo dividido, ou separado em caixinhas e rótulos, que ora defende determinada postura e valores enquanto assistente social e ora defende posturas e valores no âmbito pessoal, talvez até avessos um ao outro.

O final da fala de E02 apresenta outro aspecto que nos parece interessante destacar: o auto reconhecimento como parte da classe trabalhadora. **Os movimentos e processos de lutas sociais instigam e propiciam, justamente, reflexões como esta, que nos retiram do lugar de percepção individualista de si para o de pertencimento a uma coletividade.** Não é uma percepção espontânea, demandando tempo de exposição e envolvimento em ações e formações que elevem a consciência do nível do senso comum para o do senso crítico.

Assim sendo, podemos admitir que tanto as interações pessoais como as interlocuções profissionais com as lutas e com os movimentos sociais funcionaram como mediações para que parte do Serviço Social se aproximasse de um referencial teórico e político crítico, que o levou a construir e defender um projeto profissional crítico comprometido com a justiça social e a emancipação humana. Podemos também admitir que tal relação, na contemporaneidade, ainda guarda esse potencial.

Nas entrevistas de E03 e E04 aparece um ponto de similaridade quando ambas relatam que o próprio movimento social não exigia delas uma postura militante (no sentido de ser aquela pessoa que assume atribuições típicas do papel de agir e falar como integrante e representante do movimento), que lhe importava mais que as mesmas colocassem a sua expertise à disposição do mesmo mantendo, todavia, um alinhamento político-ideológico com projeto estratégico do movimento social.

No caso de E03, além de expressar a ausência de conflito por compartilhar da mesma orientação política, teórica, técnica (ou estratégica e tática) do movimento social, a profissional também considera que a clareza do vínculo empregatício e tudo que ele acarreta em termos de responsabilidades e compromissos (jornada de trabalho, objetivos e metas a serem alcançados, produtos a serem produzidos etc.) foi determinante para que não houvesse algum tipo de incompreensão ou desconforto no exercício de suas funções.

E03: [...] E esse ponto da militância nunca foi uma questão. Inclusive, era uma reivindicação do movimento que os profissionais se colocassem como profissionais em produções teóricas, mas também numa postura militante. [...] E a postura militante vinha no sentido do comprometimento com o que estava construindo. Com os atingidos, com o movimento. Então, se exigia uma postura de militância no sentido de estar junto com o processo, de estar na mesma direção. De estar... de certa forma...

Entrevistadora: Mesmo alinhamento político-ideológico, é isso que você está falando?

E03: É, um alinhamento, um entendimento do que se colocava ali, do grande conflito. Então, a militância, na verdade, nunca foi uma questão ou problema. E, ao mesmo tempo, sempre teve também esse entendimento de que nós éramos profissionais, isso nunca foi tensão. Porque, também, todo mundo tinha, por exemplo, 8 horas de carga horária de trabalho por dia. Todo mundo tinha carteira assinada, direitos trabalhistas. [...] salário regular (e não eram salários ruins também, eram salários bons). Então, tudo isso também colocava esse grau de você é um profissional contratado. Você tem carga horária para cumprir, você tem coisas para entregar, [...] Sempre existiu isso. Não era uma assessoria que estava ali e um dia fazia uma coisa ou outra! tinha um plano de trabalho para ser executado, mas que ele era absolutamente conciliável com o que se exigia na intencionalidade do trabalho.

Ou seja, pela fala de E03, o que parece determinante para a inexistência de algum constrangimento ou confusão, por um lado, é o fato do trabalho desenvolvido por ela manter um alinhamento ideopolítico em relação ao projeto defendido pelo movimento social – em relação ao entendimento crítico a respeito da contradição social sobre a qual desenvolvia seu trabalho e em relação a defesa dos direitos da população atingida pelo grande empreendimento – que, por sua vez, demonstra uma orientação compatível com a orientação do atual projeto profissional. Por outro lado, é a existência de elementos práticos ou condicionantes estabelecidos muito palpáveis: jornada de trabalho, remuneração, plano de atividades. Existia um planejamento do trabalho com objetivos e ações definidas. E03 também diz ter tido grande autonomia para desenvolver seu trabalho, o que contribuiu para essa sintonia entre os objetivos profissionais, objetivos da associação contratante e objetivos do movimento social.

E03: [...] Uma grande autonomia de pensar o trabalho, isso foi formidável! Ali poderia ter se desenhado qualquer tipo de coisa. Porque tinha muita possibilidade. Então, essa autonomia foi muito maravilhosa, foi muito boa. E também essa sintonia da própria [associação]. O que a [associação] pedia de nós? Exatamente isso, que organizasse o povo. Então, assim, era algo muito bom nesse sentido, porque não era conflitante.

E04, por sua vez, relata que a relação entre profissional e militante foi um conflito pessoal para ela até o momento em que teve um posicionamento claro do movimento a esse respeito. Em suas palavras, ela sempre teve um viés mais técnico e menos militante, o que aparentemente a deixou apreensiva de não atender às possíveis expectativas dos sujeitos envolvidos na contratação. Ela conversou com uma liderança do MAB que a tranquilizou ao dizer que o movimento precisava de pessoas com seu perfil técnico.

E04: Isso foi uma questão pessoal. Era conflituosa pra mim, no sentido assim, eu nunca fui uma pessoa com perfil, com viés militante, eu sempre fui uma profissional com viés mais técnico e quando eu me aproximei desse trabalho comecei a atuar em parceria com o MAB, isso era uma questão que eu tinha pessoalmente um incômodo. Até que eu conversei com uma das lideranças do MAB sobre isso, né? Que eu falei com ele que era uma coisa que me incomodava, que eu não tinha esse perfil tão militante, tão político, que eu tinha um perfil mais técnico e aí ele virou pra mim e falou assim: “[E04], de militantes e políticos nós temos bastante gente no movimento, nós realmente precisamos de pessoas mais técnicas, que a gente possa ter um suporte, trabalhar tecnicamente, mas com essa proximidade que é o que você tem”. Então assim, eu consegui nesse momento fazer um pouco, ficar mais tranquila em relação ao trabalho, por conta disso, do que eu poderia oferecer enquanto profissional da minha área, com viés técnico mesmo, de proposição de ações mais direcionadas, mais claras, menos políticas, menos militantes nesse sentido, mas sem perder de vista essa importância. Mas assim, eu não sei, isso não era uma questão pra mim de observação dessa relação conflituosa, de relações mesmo. Eu não saberia te precisar, assim, se eu percebo, se eu posso afirmar que existe essa questão mais conflituosa.

Assim como no caso anterior, percebemos como a expertise profissional e o alinhamento ideopolítico da profissional com o movimento social são pontos importantes nas interlocuções relatadas em entrevista. Mas sobre as dúvidas a respeito da possibilidade do diálogo profissional com uma organização política da classe trabalhadora acontecer sem ser considerada uma descaracterização ou desvio de função, percebemos na fala alguns elementos que podem ser fruto de uma estranheza.

Ou seja, ainda que E04 tenha se formado em uma instituição em que se registravam parcerias com movimentos sociais populares, é provável que durante sua formação não tenha sido suficientemente exposta ao debate e às interlocuções profissionais e políticas diversas que o Serviço Social pode estabelecer com as lutas sociais. Ou o que teve de contato foi apreendido de forma pouco amadurecida ao ponto de se sentir, ainda que só inicialmente, desconfortável ao estabelecer uma interlocução com um movimento social no ambiente de trabalho.

É pertinente também ponderar essa contraposição feita entre “perfil militante” e “perfil técnico”. Há o fato de como a profissional se reconhece e como constata não ter afinidade ou interesse ou perfil com o engajamento político mais característico do ativismo político, do engajamento militante, o que não é um problema em si. A princípio, é apenas uma escolha. A/O profissional com formação em Serviço Social ser ou não ser também uma/um militante política/o é uma escolha individual e não uma obrigação ou sequer um demérito, assim como tampouco é um demérito a escolha de ser militante de uma causa política e social. Outros fatores precisam ser levados em conta para se analisar o exercício do trabalho profissional.

É possível que não seja o caso de uma visão dicotômica já que nesta entrevista, noutro momento, E04 fala da dimensão política e da possível contribuição na luta de classes, como será analisado mais adiante. Todavia, aproveitamos a oportunidade para expressar que se esse perfil militante for tratado como sinônimo de perfil político, pode-se incorrer no erro de não reconhecer o sujeito profissional integralmente, com todas as nuances e complexidade que seu trabalho assume, pois, não à toa se encontra na literatura profissional debates sobre as dimensões do trabalho, no caso, ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Nesses termos, o entendimento sobre ser uma profissional política e sobre ser uma profissional técnica não deveria ser tomado sob uma perspectiva de oposição e sim de complementaridade e unidade.

Quando perguntada sobre o tema, E05 não vê conflito entre sua atuação profissional e sua militância, inclusive acredita que a relação estabelecida com os movimentos sociais foi fundamental para o seu trabalho.

E05: Não, muito pelo contrário. Eu acho que se eu não tivesse um apoio dos movimentos sociais e de entender o processo de luta, eu não tinha conseguido fazer o meu trabalho. Muito pelo contrário. Os movimentos, o movimento social tem contribuído bastante. Haja visto o que eu levo também para o campo, a importância do MST, a importância do MAB, a importância do movimento negro, quilombola. Todos esses movimentos. Então, **não tem como eu trabalhar na questão rural dissociada dos movimentos**, porque se eles estão ali, eu trabalho mais com o assentamento da reforma agrária ou complementar a reforma agrária. **Se eu estou ali atuando, é porque existiu toda uma luta. Então, não tem como eu não falar dos movimentos, não consigo dissociar isso. Pra mim isso não é um conflito, pra mim isso é um acréscimo à minha atuação enquanto profissional.** Eu não consigo, entende? Eu acho que se eu não tivesse passando por todo esse processo de militância, né? Eu penso que a minha atuação profissional seria de forma diferenciada. Não valorizar tanto os movimentos sociais.

Percebe-se que, do seu ponto de vista, sua experiência militante teve influência na sua atuação profissional na medida que aprendeu a valorizar os movimentos sociais como sujeitos que precedem, perpassam e potencializam seu espaço ocupacional. Afinal, os embates dos movimentos sociais para terem condições dignas de trabalho e vida no campo são o motor propulsor para a constituição e existência de áreas destinadas à reforma agrária, para a oferta de serviços de apoio técnico, para a garantia de acesso a recursos afins.

Já para E06 a relação entre o papel de profissional e de militante já se apresentou como complexa e difícil, principalmente no início de sua atuação (curiosamente, ela relata que houve uma mistura entre os dois papéis, especialmente por ter estado sempre em posições de liderança no movimento social), mas que atualmente seria uma questão melhor resolvida para ela, internamente.

E06: Então, eu sou filha de família camponesa e vim do movimento sindical. E nós criamos o MPA, que é o Movimento dos Pequenos Agricultores. [...] antes eu era da pastoral da juventude na igreja católica. Então, eu faço militância, na verdade, desde criança! Mas, aí depois, eu estava na direção do movimento, coordenei o escritório nosso aqui [na cidade em] 2009, 2010, 2011. Aí eu fiz o curso Serviço Social, segui na direção do movimento, na coordenação da Via [Campesina] também, por um período e depois eu fiz pedagogia e parei de estudar e segui na militância. Porque esse é um debate difícil para nós militantes, até onde vai o profissional e até onde vai a militância. No meu caso, é confuso, porque, por exemplo, eu sempre estive nos quadros de direção do movimento do campo. Quando eu terminei o curso Serviço Social, eu assumi vários projetos com responsabilidade técnica. Mas tem uma mistura, entende?

[...]

No início foi um pouco assim conflituoso, depois não, depois eu falei “não, acho que eu tenho que também na minha cabeça separar algumas coisas.” Então eu diria que isso para mim hoje é resolvido assim, sabe? Resolvido no sentido de que eu entendo a contradição, o conflito que a gente vive. Não é resolvido no sentido de “acho que não tem nada a ver”! Eu acho que há contradição! Mas é nesse sentido de separar um pouco. Porque enquanto assistente social – tenho um compromisso militante e tal, mas – eu tenho responsabilidade técnica, que eu tenho que seguir um código de ética, eu tenho que seguir as legislações.

[...]

Agora, o desafio que eu acho e eu não sei, eu nunca conversei muito com os nossos assistentes sociais sobre isso, é que na militância a gente tem um conjunto de compromissos. Mas quando você vai assinar e você tem uma responsabilidade técnica também, profissional, tem coisas que você precisa fazer que é no âmbito profissional, que não é no âmbito da militância. Então, eu como militante, eu tenho acordo com tais discussões, com tais projetos, mas a hora que eu preciso, enquanto assistente social, fazer uma análise daquilo, às vezes ela também difere da análise do senso comum da militância, no sentido assim, que tal coisa é possível fazer em um projeto, tal coisa é possível fazer na política, mas tal coisa não é possível, enquanto assistente social, nessa política, operar dentro dos marcos do Estado. Então,

eu acho que uma dificuldade pra mim, principalmente, e nós que vivemos da militância e mescla essa coisa do profissional e da militância, é esse limite sabe? Esse limite também das obrigações profissionais. Então, eu tenho um código de ética pra seguir, eu tenho coisas que [...] eu digo, eu acho, mas eu não posso ir lá num programa Minha Casa Minha Vida e fazer um relatório do jeito que eu acho. Imagino que vocês na academia são a mesma coisa. Você tem uma opinião, mas você tem um conjunto de regulamentação que você tem que seguir, então, pra mim o mais marcante foi isso. Eu não tive dificuldade, quando eu terminei minha formação eu já tinha um monte de projeto para assumir, um monte de trabalho, do ponto de vista profissional. Mas ele difere, porque tem coisas que aí são diferentes. Há um limite, há condições diferentes. Tem que separar mesmo.

Para exemplificar o conflito, E06 narra que quando chega uma demanda em que, necessariamente, a formulação de respostas passa pelo crivo da política social, passa por critérios que ela não estabeleceu e, por certo, também não foram estabelecidos pelo movimento social, em momentos como esse, ela identifica um limite, um conflito expresso na concretização das obrigações profissionais em simultâneo a concretização dos compromissos militantes assumidos com o movimento social, sendo talvez o maior conflito que se apresente nessa relação de militância e trabalho.

Considero que E06 percebe esse fato como conflitivo por ser uma pessoa que ocupa, simultaneamente, dois espaços, que desempenham dois papéis com certo grau de antagonismo. Por ser uma pessoa que tem uma militância orgânica no movimento social, que sabe como funciona a dinâmica de reivindicar direitos e de denunciar a negligência do Estado, ela entende o que significa ser esse sujeito coletivo que tensiona o Estado por respostas às demandas apresentadas, ser parte do grupo que anseia por mudanças.

Todavia, estando dentro da estrutura administrativa do Estado, operacionalizando os serviços que materializam a resposta do Estado para as demandas coletivas, ela se depara com os limites institucionais. Não foi ela quem criou as regras do jogo no espaço ocupacional em que ela está atuando. Individualmente, enquanto profissional que está operacionalizando esse serviço, ela não consegue enfrentar sozinha essa estrutura burocrática do Estado com a qual discorda e, talvez, introjete essa tensão porque ela não é o Estado, mas ela é a figura que em alguma medida personifica, aos olhos de quem ela está atendendo, o Estado não responsivo às demandas sociais. Desaguando, então, num tipo de frustração política e profissional.

Diante disso, ela mantém-se nesse lugar de quem explicita para os/as usuários/as que as regras não foram feitas por ela e que, se tais regras/critérios não estão atendendo satisfatoriamente à população atendida, o caminho segue sendo o enfrentamento, a denúncia, a mobilização. Se a mobilização social foi crucial para se chegar até esse ponto de oferta do

serviço, a mobilização deve se manter para que se amplie a cobertura de tal serviço satisfatoriamente (do ponto de vista da população). Do contrário, a frustração por sempre esbarrar na limitação da burocracia, como ela chama, se sobressairá. Nesse contexto, o papel de esclarecer, explicitar os limites, as contradições, e apontar para a necessidade do Estado garantir direitos, segue tendo grande pertinência nesse espaço ocupacional que ela ocupa, tanto quanto é pertinente nos espaços de ativismo político.

Na fala de E08 também aparece a defesa de que seu trabalho como assistente social é alimentado por sua vivência com movimentos sociais (que em sua maioria se expressa via militância).

E08: Por isso que eu falo que o meu trabalho como assistente social, ele sempre foi muito alimentado pela minha vivência com os movimentos sociais. Seja numa assessoria, seja... trabalhando mesmo, seja contribuindo como militante também. Sempre foi muito isso. Então, por exemplo, mesmo eu estando no CAPS [Centro de Atendimento Psicossocial] geral... Estava no CAPS geral! A gente fez articulação com o MST [...].

Do seu ponto de vista, a atuação como militante também contribui para sua atuação profissional. Ao mesmo tempo, ela destaca que sempre deixa explícito seu posicionamento político nos espaços ocupacionais que atua.

Analisar as falas dessas profissionais, nem de longe pretende ser um tipo de verificação de quem é mais assertiva, mais crítica ou mais coerente em seu exercício profissional. As perspectivas, problematizações, ações, dentre outros aspectos, viabilizam a promoção do debate, contribuindo para enriquecer as reflexões sobre o trabalho profissional e, quem sabe, ampliar horizontes de intervenção.

5.8 A dimensão política e o caráter educativo

Direcionando o olhar, mais especificamente para a dimensão política do trabalho profissional, não se identificam elementos que apontem para compreensões divergentes sobre o tema nas falas das sete profissionais entrevistadas.

E05: Dimensão política? Eu penso, quando eu estou fazendo todo esse trabalho que eu falei de formação, tudo eu estou fazendo uma dimensão política. Quando eu estou discutindo a questão de direito, a questão da

moradia, a questão do acesso à terra, a questão das mulheres, ter acesso ao PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], a questão da formação, eu penso que ali eu estou fazendo um processo de formação política, de formação política com aqueles trabalhadores. Então, assim, a formação política, para mim, quando você coloca, ela está no meu cotidiano, entende? Ela está no meu cotidiano. Então, a partir do momento que eu dou uma informação, uma informação que ela vai modificar ou vai fazer aquele trabalhador ou trabalhadora refletir, eu estou trabalhando o processo de formação política. [...] Eu posso estar errada, mas, para mim, a formação política perpassa por todo o meu processo de atuação, o meu processo de trabalho enquanto assistente social e ela também está no meu cotidiano, que eu já falei, profissional.

Em E05, o reconhecimento da dimensão política associa-se diretamente ao aspecto formativo que muitas vezes a ação profissional assume. É como se a dimensão política do trabalho profissional se tornasse mais evidente à medida que exercita o caráter educativo em suas ações cotidianas que, por sua vez, poderão fomentar no interlocutor a reflexão sobre a realidade.

E06: Então, eu sou da tese que não tem neutralidade. Nem na política, nem na ciência. Então eu, em qualquer lugar que eu tiver, obviamente que eu acho que eu lido bem com essas questões de respeito às pessoas, respeito às opiniões, ainda que a gente está num momento de muita intolerância, mas eu, em qualquer lugar que eu estou, eu não acredito em neutralidade, eu tenho posicionamento político, porque eu acho que é o que eu acredito e eu defendo, respeitando as pessoas, sem ser grossa. Mas eu acho que, para mim, a dimensão política não se separa da dimensão técnica, profissional.

Em E06, a dimensão política é associada a não neutralidade, uma correspondência coerente considerando que a política implica em relações de poder, em decisões e posicionamentos que afetam a coletividade, logo, afirmar a existência de uma dimensão política da intervenção profissional de fato contrasta com a defesa de uma imparcialidade ou ausência de viés, justamente em um tipo de intervenção que incide, é atravessada e é constituída por contradições.

Como se nota na fala a seguir, E03 considera que seu trabalho possui uma dimensão política clara por estar inserido em um contexto de conflito com grandes empresas de mineração. É a inserção em um contexto em que se revela mais explicitamente o conflito entre as classes antagônicas que justifica para a entrevistada a existência da dimensão política do exercício profissional.

E03: Assim, eu acho que... totalmente uma dimensão política, só da gente entender que a gente estava ali num grande conflito, que é a mineração, com atingidos por uma barragem, a [nome omitido] é a maior [empresa de]

mineração do mundo... Então, só ter essa concepção já exige uma dimensão política de trabalho. **Então essa dimensão política, ela permeava as nossas ações, nossos entendimentos.**

A materialidade do conflito de classe é acompanhada do conflito ideológico, do uso da violência, da prática de cooptação, da busca por consensos. Os interesses e objetivos em jogo se expressarão, inclusive, no desenvolvimento do trabalho da equipe e da profissional – pensando em desde o momento de vinculação a um dos projetos societários que se apresenta até o momento de impacto e desdobramento que o trabalho da equipe e da profissional terão na vida da comunidade por elas atendidas.

A entrevistada E04 reconhece a dimensão política de seu trabalho ressaltando que sua formação a diferencia em qualquer local de atuação, além de acreditar que seu trabalho contribui para a tomada de consciência dos/as trabalhadores/as.

E04: [...] Eu sempre tenho em mente que a minha formação profissional me diferencia em qualquer local de trabalho que eu possa estar, então assim, é uma assistente social elaborando uma ata de uma associação de um assentamento, ali tem uma **dimensão mais crítica**, pontos, talvez, que eu vou descrever melhor, da importância mais significativa, **eu acho que isso tem a ver com o processo nosso formativo**, com o aprendizado que a gente desenvolve enquanto profissional. Então assim, mesmo que ali naquele momento eu não seja, não esteja no meu papel de assistente social, eu sou assistente social em qualquer lugar que eu estiver, então assim, é a minha percepção em relação à contribuição que a gente possa dar enquanto profissão em qualquer espaço que nós estivermos.

[...]

Eu acredito [...] que os nossos posicionamentos cotidianos frente aos locais que a gente trabalha, **independente da militância, eu acho que a gente contribui profissionalmente para a tomada de consciência**, a partir do momento que você esclarece um trabalhador a respeito da condição dele, o que ele está vivenciando, se existe alguma possibilidade de mudança daquela realidade dele, que ele está hoje, o que ocasionou aquela realidade, como que ele se vê, eu acho que esse processo mesmo nosso, de toda a nossa essência de trabalho, a nossa dinâmica de trabalho, ético-política e teórico, metodológica. **Eu acho que toda a nossa forma de ser, enquanto profissional, ela interfere. Assim, interfere desde que nós tenhamos uma postura crítica diante das situações.** Se nós formos também profissionais que não acreditam que é isso mesmo, que é assim mesmo, que não há o que fazer, que não há outra alternativa, aí nós não vamos ver mudança nenhuma, em local nenhum que a pessoa trabalhar, eu acho que esse processo está muito ligado ao perfil profissional, ao perfil da pessoa, do profissional. Eu tive muito na minha turma de Serviço Social pessoas que tinham uma postura completamente diferente, que a gente pensava assim, gente, o que essa pessoa está fazendo aqui e hoje realmente não trabalha na área, porque não acreditava, não via nenhuma perspectiva, não via essa relação da exploração do capitalismo, todos esses processos que a gente vivencia, então não deu conta de trabalhar na área, também, não se enxergava enquanto

profissional, então eu acredito que esse tipo de conduta profissional não vai inspirar nenhum processo de mudança, de alteração.

E08 compreende que a dimensão política do seu trabalho se revela ao estar comprometida com as lutas sociais emancipatórias. Além disso, ela acredita que o projeto ético-político da profissão chama à construção de coletividades e enfrentamentos coletivos.

E08: Eu, desde a graduação, já tinha aproximação com alguns movimentos sociais, principalmente movimentos sociais do campo (MST, movimento indígena...). E essas aproximações permaneceram, mesmo quando eu não estive trabalhando diretamente com os movimentos sociais. Porque parte de um compromisso político. Então, mais recentemente (eu falo, mais recentemente nos 11, 12 últimos anos), a gente integra a [nome da organização omitido] (Não sei se eu já... talvez já tenha até falado sobre isso). E, por exemplo, um aspecto educativo desse trabalho tem a ver com o meu lugar e a minha formação por ser assistente social, mas tem a ver com outras movimentações também, para além do Serviço Social.

A gente vem contribuindo na construção do protocolo de consulta livre e prévia informada do movimento indígena [nome omitido], que é um movimento que unifica 28 aldeias da terra indígena [...], que estão na área de influência da mineração de urânio. Então, desde o diálogo com esses territórios indígenas, falando sobre o que era a mineração (porque muitas pessoas não tinham conhecimento dos riscos, das ameaças, das contradições do projeto), desde esse movimento de diálogos que eu fiz com outras companheiras da articulação, que são advogadas, biólogas, até a elaboração do projeto para conseguir iniciar a construção do protocolo de consulta deles (conforme a previsão da convenção 169 da OIT⁶⁶), até os processos de mobilização, de articulação...

Agora a gente está no processo de sistematização de tudo que foi produzido (elaboração de relatórios para os financiadores). O projeto foi eu que escrevi dialogando com outras entidades para conseguir outros recursos, para construir novas incidências. Então, tudo isso eu fiz por ser assistente social, mas também por me movimentar já desde a graduação com esses movimentos assim, com as práticas educativas também desses movimentos. **Então eu percebo que essa movimentação política – que o Serviço Social também nos forma – que mira a construção de uma sociedade livre de qualquer tipo de opressão, de desigualdade, de violação, ela está imersa nesse processo educativo desse trabalho.** Eu vejo que é por aí.

As entrevistadas, cada qual à sua maneira, tiveram em comum a associação da dimensão política diretamente com a promoção de formação para a consciência crítica, por

⁶⁶ A Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho, exige que os países signatários do Tratado Internacional de proteção aos povos indígenas respeitem e envolvam esses sujeitos nas decisões que lhes afetem diretamente. O uso de recursos naturais em seus territórios, por exemplo, deve passar por “consulta prévia, livre e informada” sobre medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los, como se vê mencionado na fala da entrevistada E08. Conferir o documento em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf>>. Acesso: 26/08/2025.

assim dizer. E, apesar de achar importante diferenciar a dimensão política do que chamo de caráter educativo, poderia dizer que nesta associação direta que acabo de mencionar, a priori, importa menos apontar a pouca assertividade conceitual e mais perceber que as falas das entrevistas demonstram a compreensão de que a dimensão política do próprio trabalho é tida como uma dimensão cuja existência requer que o exercício profissional seja realizado com ciência de sua inserção nas contraditórias e antagônicas relações sociais burguesas e com ciência do compromisso assumido com um projeto (profissional e societário) orientado pela busca da emancipação humana.

Com base nas experiências relatadas, **o compromisso crítico da dimensão política do trabalho profissional é ilustrado com:** atuações nos territórios, marcados por violações de direitos, com enfoque na escuta, na mobilização e no protagonismo dos sujeitos que vivem ali. Atuações que estimulam a organização comunitária e fortalecem os vínculos coletivos (como grupos de mulheres, adolescentes ou usuários da assistência social). Atuações que valorizam a autonomia dos sujeitos atendidos, que são incentivados a reconhecer seus direitos, questionar as estruturas de poder e participar da vida pública. Atuações que buscam aliança com movimentos sociais ou conselhos, o que reforça a articulação política como prática cotidiana e de base. Ações formativas e informativas orientadas à crítica das desigualdades e ao fortalecimento da luta e organização coletivas.

Tudo isso, cabe ressaltar, tendo em vista que o adjetivo “crítico” remete ao fato da atuação e do compromisso serem sustentados pela teoria social crítica (de tradição marxista) de leitura da realidade e serem críticos às relações sociais capitalistas. Apesar de não ser o que se registra aqui, não podemos desconsiderar as disputas internas e externas à profissão, que fazem com que a orientação crítica não seja uma unanimidade no seio do Serviço Social. Lembremos que a dimensão política de uma intervenção (social e profissional) pode atender a projetos societários diversos, inclusive conservadores ou reacionários. Por isso, a hegemonia do atual projeto ético político ainda se mantém como um processo de construção diária.

Nas falas, em geral, são feitas associações diretas da dimensão política com o caráter educativo do exercício profissional, identificável pela presença no trabalho dos processos e ações de formação e informação oferecidas aos/às trabalhadores/as, da formação sobre direito, luta e pertencimento de classe.

Entrevistadora: E como é que você percebe o aspecto educativo no seu trabalho?

E05: Eu penso, quando eu estou trabalhando esse processo da formação, eu estou trabalhando um processo educativo, digamos assim, educativo, não desse formato de educação que nós temos hoje, com frequência, falta, nota. **Mas um processo educativo de formação e que essa formação, esses trabalhadores, que esteja imbuída também a questão do direito, a questão da luta, a questão de entender, a questão de ter o pertencimento com a terra, a questão de ter o pertencimento com o seu território. Então, isso para mim é um processo educativo [...].**

E06: [...] **a gente sempre trabalhou formação junto com a informação! Nessa ideia do aspecto formativo** e, eu não sou nenhuma pessoa que não tem defeitos, também tenho meus defeitos, mas eu prezo muito por essa coisa do exemplo, assim, prático. Então eu me considero uma pessoa militante de esquerda. Então assim, eu procuro entender, na minha ação profissional demonstrar isso, porque, por exemplo, tem várias pessoas que se dizem marxistas, de esquerda, que acolhem uma pessoa com um jeito como se estivesse acolhendo um inimigo, não tem nenhum cuidado. A mesma coisa é essa coisa dos direitos das pessoas! **Como é que a gente tem uma atuação, que as pessoas compreendem que a gente não fala aquilo só na hora que está ali atendendo.** Na prática também. **A gente tenta colocar isso em prática!** Do ponto de vista da luta, do ponto de vista da atuação, do ponto de vista pessoal. Eu defendo, nós defendemos essa coisa, por exemplo, de que o campo precisa ter as condições dignas para viver. Então precisa ter alimento saudável, precisa ter água, precisa ter a Amazônia em pé, mas é a Amazônia com gente dentro! **Então é um conjunto de coisas assim que eu no meu dia a dia tento colocar em prática também.**

Bem, como dito linhas anteriores, nas falas não necessariamente fica explicitada a diferença conceitual de alguns termos. Contudo, parte-se aqui do entendimento do caráter educativo como um aspecto presente em todas as práticas sociais, um aspecto que atua na construção de sentidos e compreensões de mundo. No âmbito específico do exercício profissional de assistentes sociais, este aspecto é o elemento que provoca no outro a reflexão sobre a realidade micro e macrosocial. Sob uma determinada perspectiva política, teórica e ideológica, o caráter educativo se expressa não apenas na transmissão de informações, mas na promoção de processos formativos que possibilitam aos sujeitos compreenderem sua realidade, reconhecerem seus direitos e atuarem de forma crítica e transformadora no mundo.

E03: E no projeto, inclusive, essa questão educativa, tanto do projeto e também da profissão, **a gente trabalhava muito na perspectiva da educação popular. [...]** Nós estávamos ali também para trabalhar nessa dimensão de politizar a questão. **Então eu acho que tanta dimensão política como educativa do Serviço Social sempre foi muito [...]** uma das mais requisitadas. [...] E a educação popular como eixo central.

Inclusive a menção à educação popular nos possibilita tecer algumas considerações a seu respeito. O caráter educativo da prática social, especialmente no contexto da educação

popular, pode ser definido como a dimensão formativa que se expressa nas relações, nas ações e nos processos de construção de conhecimento que visam a formação crítica, emancipatória e participativa dos sujeitos sociais. Nesses termos, implica uma relação horizontal entre as pessoas envolvidas, na qual se reconhece e se valoriza o saber dos sujeitos populares. Assim, educar é também aprender com o outro, construindo conhecimento de forma dialógica, crítica e transformadora.

Para E03, a educação popular é um eixo central em todo o trabalho planejado pela assessoria técnica (que contou, inclusive, com a colaboração do MAB para existir). A educação popular aparece nessa realidade de trabalho como algo que remete à maneira como o movimento social entende o processo de educar (de socialização), de construir propostas e pensar as contradições da realidade em uma sociedade cindida em classes.

E03: Então, como o projeto foi feito pelo movimento, a experiência de educação popular veio muito por aí! Por essa concepção de educação popular que o movimento tem! De educar, de construir, de pensar a sociedade em classes. Então essa concepção de educação popular, ela veio também no projeto. Então está lá, em todos os nossos projetos inclusive, está lá essa concepção de que a assessoria trabalha na perspectiva da educação popular. Na organização da comunidade, não no sentido de construir para a comunidade, mas de construir com.

[...]

Então isso também é um aspecto da educação popular! Nós não falávamos entre nós, os técnicos. A nossa tarefa era de trazer também, inclusive, para uma linguagem popular o que se estava falando, ou no juridiquês ou em outras tantas áreas que ninguém entende nada! Se a gente for ler um relatório de um arquiteto ou de um engenheiro, ninguém entende nada. A nossa tarefa era fazer uma linguagem que o povo entendia também. Então, isso estava ali permeando o nosso trabalho. **A educação popular foi importantíssima para todos esses elementos, inclusive porque a educação popular... Por exemplo, uma coisa também que estava lá no nosso plano de trabalho, a forma de trabalhar que era com grupos de base! Isso é uma experiência adotada pelos movimentos sociais, e do próprio MAB.**

Então a forma de trabalhar essa assessoria também se alimentou muito dessa experiência com o movimento! De fazer grupos de base, de discutir coletivamente, de estudar aquilo que foi dito, de trazer sintetizado para o povo em uma linguagem que o povo entende, de trazer os elementos para que o povo decida o caminho. Então isso tudo é educação popular. A gente fala educação popular e nem entende o que significa (no passo a passo, o que educação popular significa), mas na prática é isso! É discutir os problemas com o povo, elaborar com o povo e o próprio povo decidir seu caminho. É claro que isso não é um trem espontaneísta! Porque, inclusive, tem esse aspecto organizativo, que a intencionalidade é essa, que as pessoas se organizassem para além do próprio conflito.

A entrevistada ilustra bem o que defendemos sobre a relação com os movimentos sociais implicar na ampliação do horizonte interventivo. A reaproximação da profissão com a

educação popular é mediada pelo diálogo construído com os movimentos e lutas sociais. Retomar a importância de trabalhar com atendimentos coletivos, por assim dizer, é mediada pelo diálogo com o movimento social. A forma de trabalhar com grupos de base, de discutir coletivamente os problemas que afligem a comunidade atingida, de estudar e trazer elementos para que o povo decida o caminho, são mencionados pela entrevistada para ilustrar como a educação popular é colocada em prática no cotidiano de trabalho da equipe de assessoria. E ao registrar e analisar uma experiência como esta pode-se colocar em perspectiva para outras e outros assistentes sociais formas alternativas de desenvolver suas atividades em seus respectivos espaços ocupacionais.

E05 menciona que utiliza a educação popular como um recurso e referência metodológica e teórica (mencionando Paulo Freire), pois, segundo ela, não tem como fazer uma discussão sem conhecer a realidade e valorizar os saberes tradicionais que existem no território, trabalhando a questão cultural e incentivando-a, valorizando o conhecimento popular (saberes medicinais, festejos e tradições, a relação com as sementes crioulas etc.).

E05: [...] Eu não tenho como fazer uma discussão se eu não conheço aquela realidade e valorizo os saberes tradicionais que existem ali. Eu não posso chegar lá e já querer mudar aquela realidade enquanto profissional. Consegue me entender? [...] Eu tenho que trabalhar a questão cultural, incentivar mais aquela questão cultural. Por exemplo, se tem festa do Divino, então, a vida toda, eu não vou chegar lá e falar para eles não fazerem a festa do Divino, muito pelo contrário, eu vou valorizar aquela questão cultural.

É característico da educação popular – a praticada pelos movimentos sociais e a de inspiração freiriana – o esforço em refletir sobre o mundo a partir de questões cotidianas. Para isso, é preciso conhecer o chão em que se pisa (analisar a realidade) e planejar o processo educativo e quais reflexões propor a partir do que se identificou na realidade (“o que fazer?” “como fazer?”, “para que fazer?”, “por que fazer?”). Compartilhar conhecimento é subsidiar a reflexão e ação crítica.

As demais menções são mais pontuais. Como em E04 que teve contato com a educação popular por meio da parceria com uma Escola Família Agrícola, onde o debate sobre a pedagogia de Paulo Freire (1924-1997) era referência para pensar a chamada “pedagogia da alternância” e as metodologias participativas nas formações escolares e políticas cotidianas. Em E06 a educação popular é mencionada para defender que nas relações interpessoais os conhecimentos se complementam. E07 diz ter se valido da educação popular nos trabalhos de alfabetização que desenvolveu junto às pessoas assentadas que não sabiam

ler e escrever. E E08 menciona referências de educação do campo e da pedagogia da alternância que alimentaram seu fazer profissional durante sua experiência no curso de Serviço Social da terra.

A depender do horizonte estratégico que orienta a dimensão política de determinada intervenção social e profissional, a relação entre o caráter educativo e a educação popular pode ser de forte convergência, mas há distinções importantes, especialmente no alcance conceitual e na intencionalidade política, que merecem ser ditas.

Assim como o caráter educativo pode servir a interesses profissionais e sociais (de classe) distintos, a educação popular também carrega em sua trajetória na América Latina uma polissemia conceitual e uma associação à projetos societários que impactam diretamente em seu horizonte estratégico e tático.

No primeiro caso, para partirmos de um ponto comum, tomemos as referências teóricas a seguir:

O Serviço Social, como uma das formas institucionalizadas de atuação nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, tem, como instrumento privilegiado de ação, *a linguagem*. É este o meio privilegiado, através do qual se efetiva a peculiar ação persuasiva ou de controle por este profissional. Embora os serviços sociais sejam o suporte material e as entidades a base organizacional que condicionam e viabilizam a atuação técnica do assistente social, esta dispõe de características peculiares. **Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. Incide tanto sobre questões imediatas, como sobre a visão global de mundo dos “clientes”.** Não sendo, no interior da categoria profissional, uniforme e unívoco o direcionamento dessa ação, ele tem sido orientado, predominantemente, por uma perspectiva de *integração à sociedade*. Isso não significa desconsiderar a existência de rumos alternativos, que recusam a incorporação da educação do opressor, perspectiva que é minoritária no conjunto do meio profissional, mas profundamente significativa, diante seu caráter inovador dentro da tradição conservadora da instituição Serviço Social (Iamamoto; Carvalho, 2009, p.114. Itálico da autora e do autor. Grifos em negrito meus).

O serviço social como profissão consolida-se e expande-se, nas três primeiras décadas deste século com substanciada na organização e difusão do conjunto de inovações organizacionais na produção e no trabalho introduzidas com a linha de montagem nos moldes fordistas tayloristas a prática profissional inscreve-se nesses processos a partir da mediação do sistema de controle social em que se situam as práticas assistenciais, considerando, sobretudo, ou agravamento da questão social e as exigências postas pelo novo padrão produtivo e de trabalho, **vincula-se pois, a necessidade histórica de imprimir as referidas práticas um cunho educativo, e socializador, mediante inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador e sua família,**

adequado às necessidades de produção e de reprodução social (Abreu, 2011, p. 39-40. Grifos meus).

Se considerado o sentido de educar como o processo de produzir no indivíduo singular a humanidade produzida socialmente, entendendo que o/a agente educador/a é aquele/a que se posiciona diante da cultura e elege os elementos capazes de contribuir para a humanização do indivíduo (SAVIANI, 1996) **informa, socializa, planeja, sistematiza, denuncia, dentre outras ações que a própria cultura profissional identifica como pertinentes ao fazer do conjunto das/os assistentes sociais então não há equívocos em reconhecer, na natureza do Serviço Social, seu caráter de educador/a social e político/a** (Gonçalves, 2017, p.58. Grifos meus).

As citações acima reconhecem o caráter educativo como um aspecto que integra o exercício profissional do conjunto de assistentes sociais. O sentido socializador do verbo educar amplia seu entendimento e uso para além do ensino formal escolarizado. Como o nosso trabalho é uma fração de um processo de trabalho coletivo que atende, simultânea e contraditoriamente, interesse institucionais, profissionais e sociais, notaremos nesse caráter educativo a materialização da relativa autonomia profissional que marca o nosso trabalho: atende a diferentes interesses com diferente intensidade. Não controla o processo de trabalho em que se insere, mas possui certa liberdade para imprimir uma determinada orientação política ao conduzir as suas atividades.

Sobre a educação popular, no que tange o seu significado, tomamos uma definição que não abarca, por exemplo, as experiências em nosso continente em que a educação popular foi associada a práticas compensatórias (diante da precária cobertura de serviços educacionais e outros) (Pérez, 2021). Também não consideramos as iniciativas oriundas da classe dominante que se valeu do mesmo termo (popular) para nomear a educação domesticadora direcionada aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

Mas, vejamos primeiro, de que estamos falando quando dizemos Educação Popular? A Educação Popular latino-americana é, ao mesmo tempo, um fenômeno sociocultural e uma concepção de educação. **Como fenômeno sociocultural, a Educação Popular faz referência a uma multiplicidade de práticas com características diversas e complexas, que têm em comum uma intencionalidade transformadora.** Essas práticas nem sempre são coerentes, nem foram avaliadas suficientemente. Expressam diferentes modalidades e tipos de ação que podem ir desde uma maior informalidade até ser parte de uma política pública oficial [...].

Como concepção educacional, a Educação Popular não possui um corpo de categorias sistematizado, em todos os seus extremos. Entretanto, podemos afirmar que aponta à construção de um novo paradigma educacional, que se opõe a um modelo de educação autoritário, de reprodução, predominantemente escolarizado e que desassocia a teoria da prática (Jara, 2009, s/p. Grifos meus).

Partimos do referencial de que o caráter educativo é um dos aspectos intrínsecos ao trabalho de assistentes sociais (mais diretamente ligada à dimensão política, mas não só), que informam, formam, planejam, sistematizam no sentido de denunciar ou reforçar os sistemas de opressão vigentes. Partimos também do referencial de que a educação popular envolve, genericamente falando, processos de socialização orientados para a ação transformadora do mundo. Então, poderíamos estabelecer alguns pontos de convergência e divergência entre o caráter educativo do trabalho profissional e a educação popular.

O caráter educativo, no sentido mais amplo de socialização, pode estar presente em vários tipos de intervenção social com diferentes vieses de politização – pode ser crítico, técnico, assistencial, conservador etc. E isso vale para uma intervenção profissional como a de assistentes sociais. Já a educação popular que é forjada nas lutas sociais e nos movimentos sociais possui uma intencionalidade política comprometida com a radicalização da democracia e com a transformação social. O horizonte estratégico, nos dois casos, nem sempre é o mesmo.

Ainda que nem sempre se revele como uma divergência, o aspecto do horizonte estratégico ao menos indica uma diferença importante, pois, falar em caráter educativo do trabalho de assistentes sociais não significa, a priori, falar em defesa da democracia radical ou da emancipação humana. Isso ocorre quando o trabalho profissional se orienta pelo atual projeto ético-político, mas temos que considerar que a base profissional é plural. Já a educação popular, segundo a definição que assumimos aqui, pressupõe a busca da transformação social.

Tendo isso em vista, possíveis convergências entre o Serviço Social e a educação popular pressupõem que ambos compartilhem de um mesmo objetivo estratégico. Que os processos de socialização em que cada um se insere, que os processos e ações educativas conduzidos por cada um estejam dentro de um mesmo horizonte estratégico: de radicalização da democracia e de transformação social.

Como a reflexão que propomos aqui parte de experiências de trabalho junto aos movimentos sociais – duas delas decorrentes da contratação pelo próprio movimento social – podemos admitir que há maiores chances para essa convergência ocorrer. Contudo, a maioria esmagadora dos espaços ocupacionais de assistentes sociais se dão em instituições do *status quo*. Falamos de uma categoria profissional assalariada, que não escolhe efetivamente onde irá trabalhar, que não tem efetivo controle sobre os processos de trabalho em que será inserida e cuja autonomia para o desenvolvimento do próprio trabalho é relativa.

Nesses termos, parece-nos mais assertivo considerar que a aproximação do Serviço Social com a educação popular tem potencialidades, limites e gradações distintas. Mas também nos parece razoável reconhecer como essa aproximação amplia nosso horizonte interventivo, dentre outras razões, por explicitar que repassar informações (rotinas, burocracia, critérios etc.) institucionais é importante, mas é pouco. É preciso provocar reflexões sobre a realidade imediata e mediata, é preciso fomentar processos de mobilização e organização e apresentar os processos existentes.

A interlocução com as lutas sociais e com os movimentos sociais, mais uma vez, aparece como uma oportunidade. Apresentar os movimentos sociais para a população atendida é uma forma de criar pontes e interações cujos desdobramentos podem chegar onde a atuação profissional não chegaria. E a educação popular tem muito a oferecer nesses termos.

5.9 A relação entre o trabalho desenvolvido junto aos movimentos sociais e o projeto ético-político

Dentre as percepções apresentadas pelas entrevistadas está que o trabalho com movimentos sociais – no âmbito das organizações políticas ou em interlocução com elas a partir de outros espaços ocupacionais – é tido como uma forma de **defender o atual projeto ético-político do Serviço Social** e que o projeto ético-político é visto como um guia para as intervenções e articulações profissionais, representando um compromisso com a transformação social.

E02: Nossa, que difícil! Difícil porque parece que nosso projeto ético político da gente é um... como se fala... quando você me perguntou das dimensões da profissão! É a mesma sensação que eu sinto. Quando me falavam na graduação do projeto ético político eu pensava “Nossa, meu deus! que bicho de sete cabeças!” [...] Mas, **eu acho que tem tudo a ver com o lado que a gente se coloca no mundo! Eu vou ser repetitiva: quando eu falo pra você que eu me identifico como trabalhadora, que eu me reconheço nesse lugar, não tem como eu não defender esse projeto durante as minhas intervenções**, diante das atividades que eu planejo diante das articulações que eu vou pensando pra desenvolver o meu trabalho. É basicamente eu me reconhecer no lugar de trabalhadora e pensar que esse projeto ele dialoga comigo, dialoga com a classe que eu componho e é o que aponta ou que pelo menos faz a defesa do que eu acredito em termos de sociedade e profissão [...].

E04: Ah, sim, eu acho que tem total relação, porque as diretrizes que a cooperativa definia de trabalho, essa questão da proximidade, do respeito, do diálogo, de todo esse processo, ele tem muito a ver com o código, por isso que eu sempre tenho o código de ética como meu principal instrumental de trabalho e em contrapartida ao nosso projeto também, que é embasado em tudo que a gente tem de perspectiva, de perspectiva crítica, de perspectiva de trabalho, eu acho que a proposta de trabalho que foi colocada para nós, ela dialoga muito com o nosso projeto político e profissional.

E05: Ué, não tem como eu ser uma assistente social e não ter uma relação com o projeto ético-político da profissão. A partir do momento que eu estou fazendo essa defesa, eu estou defendendo o projeto ético-político, para mim isso está bem claro, **a partir do momento que eu estou indo contra o agronegócio, eu estou defendendo o projeto ético-político**, porque os alunos, eu tenho conversado com eles, porque eles acham que o projeto ético-político é só quem está na academia.

Não, **em qualquer espaço que eu estou de luta contra o neoconservadorismo, contra a questão racial, contra essa questão religiosa que vem muito, eu estou defendendo meu projeto ético-político**. Então eu não tenho como ser uma profissional se eu não estou defendendo um projeto societário, um projeto profissional, os componentes que compõem esse projeto ético-político, que não é só aqueles componentes, é lei que regulamenta profissão, dentre outras leis. Então eu estou defendendo o projeto ético-político, eu acho que pra mim, em relação, isso é bem claro e defesa intransigente dos direitos dos usuários.

E06: [...] Eu olho para o nosso projeto ético-político sem muito domínio dele, mas eu vejo um projeto ético-político comprometido com a transformação social. Eu olho para o nosso projeto e vejo lá um monte de coisa que nos coloca para ser profissionais que acreditam na transformação, cada um no seu jeito, no seu lugar, da sua forma. Então, eu olho para a minha trajetória, para o que eu faço e, para mim, estou cumprindo o projeto ético-político, mas eu sei que há outras leituras que também dizem que estão cumprindo o projeto ético-político. Mas assim, eu vejo que nós contribuímos. No meu caso, **eu vejo que eu não estou fora do nosso projeto ético-político, de acreditar que as pessoas têm que ter direito a ter acesso, direito ao acesso aos direitos, às políticas, a uma condição da vida melhor, direito a ter acesso às condições dignas**. Eu acho que nós estamos bem aí nesse projeto.

E08: Eu compreendo que é muito mais difícil o trabalho do assistente social que não se articula com os movimentos sociais, porque o nosso projeto ético político, **o nosso projeto profissional nos chama a construção de coletividades, de enfrentamentos que de forma coletiva facilita [...]. Independente do espaço sócio ocupacional que a assistente social esteja inserida [...]**

O trabalho com movimentos sociais é visto como uma forma de colocar em prática, de materializar o projeto ético-político, especialmente no que se refere à defesa de direitos e à busca por justiça social. As entrevistadas concordam que a sua atuação profissional contribui para a tomada de consciência de trabalhadores/as sobre a sua condição e as possibilidades de

mudança, por mais desafiador, contraditório e trabalhoso que isso seja para se concretizar no dia a dia de trabalho.

Defender os direitos dos usuários, defender os direitos humanos, posicionar-se contra o agronegócio e contra o conservadorismo, fortalecer a organização popular, defender a luta pela terra, por moradia, pelo acesso a políticas públicas em geral, promover momentos de formação política são vistas como formas de concretizar esse projeto, formas de defender o projeto ético-político.

Em suma, considerando o que as entrevistadas elaboram a respeito da relação entre a profissão e as lutas sociais, a partir do trabalho que elas próprias desenvolvem com movimentos sociais sindicais e populares, vimos que todas reconhecem nessa relação mais ampla e nessas interlocuções particulares uma via para a concretização do atual projeto ético-político do Serviço Social. No entanto, elas também reconhecem as tensões e desafios que surgem nesse processo de diálogo, um processo que exige constante reflexão e posicionamento profissional.

Dentre os temas de preocupação da profissão, o Serviço Social brasileiro há um tempo se ocupa da construção e de debates sobre seu projeto ético-político. O atual projeto profissional é fruto de um amadurecimento teórico, político e interventivo que remete desde os anos 1970, sendo atualmente entendido como o meio pelo qual a profissão expressa sua autoimagem e seu direcionamento ideo-político adotado diante da realidade social (Netto, 2022). Pode-se dizer que desde aquela época a profissão se preocupava em imprimir na sua intervenção um alinhamento com alguns interesses coletivos presentes na sociedade, projetos societários de caráter contra-hegemônico protagonizados por setores da classe trabalhadora no interior do capitalismo.

Essa situação verificou-se no Serviço Social brasileiro, pois foi exatamente no período entre as décadas de 1970 e 1980, em meio ao contexto de ampla efervescência política, no aflorar das inúmeras manifestações sociais contra o regime ditatorial e a favor da abertura democrática, que temos, em nossa profissão, a constituição de um projeto ético-político articulado com as lutas da época. Em uma conjuntura propícia ao surgimento e ao ressurgimento de vários movimentos sociais, sindicais e populares, o Serviço Social encontrou importantes parceiros que fortaleceram a conformação desse projeto profissional (Paula, 2021, p. 132).

Temos então, em outras palavras, o esforço coletivo por parte de integrantes da profissão em construir e materializar um projeto profissional crítico ao ordenamento burguês e, por isso, alinhando-se aos interesses historicamente contra hegemônicos. Destaca-se que tal

vinculação não é exclusiva ao nosso projeto ético-político, no sentido de ser um pressuposto que os projetos coletivos do tipo profissional se filiem ou criem algum grau de identificação e referência com algum tipo de projeto coletivo do tipo societário, sem necessariamente confundir-se com ele.

Parece-nos importante frisar que no caso do atual projeto ético-político do Serviço Social, como mencionado acima, a articulação estrategicamente buscada pela categoria profissional foi com o conjunto da classe trabalhadora, principalmente com seus setores organizados e críticos ao *status quo*, por reconhecê-la como a única classe social cujo potencial de transformação seria capaz de superar o modo de produção capitalista e não apenas reformá-lo.

Todavia, estando a par dos processos de alienação e controle ideológico que caracterizam as relações sociais capitalistas (o que faz, por exemplo, com que o fato de um indivíduo integrar economicamente uma classe social não o faça expressar uma vocação naturalmente revolucionária), a maturidade intelectual e política alcançada pela profissão a fez optar, ao invés do apoio à priori a uma classe social, pela reafirmação de valores radicalmente democráticos; pela defesa do fim da exploração do trabalho em prol da construção de uma sociedade justa e igualitária; pelo fim das opressões que restringem a vivência da plenitude humana.

Pensando sobre isso, ainda que as requisições institucionais pesassem muito sobre a autonomia profissional a ponto de poderem restringir consideravelmente as possibilidades de uma intervenção crítica; ainda que os espaços ocupacionais se mostrassem, com muita frequência, estéreis para a participação e controle social; no âmbito do Serviço Social, o tensionamento crítico, expresso, nesse caso, pela aproximação com os/as trabalhadores/as organizados/as, nunca deixa de existir como possibilidade diante da própria configuração das relações sociais.

Fazemos coro às falas das entrevistadas repetindo que: **o atual projeto ético-político “[...] tem tudo a ver com o lado que a gente se coloca no mundo!”** (E02), **“o nosso projeto profissional nos chama a construção de coletividades [...]. Independente do espaço sócio ocupacional que a assistente social esteja inserida”** (E08). Nos diferentes espaços ocupacionais, as ações do conjunto profissional podem incidir sobre as contradições da vida social optando por dar visibilidade para as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora e demais setores populares. Isso não é uma contribuição irrelevante.

O atual projeto ético-político tem seu horizonte alinhado com o horizonte do projeto societário contra-hegemônico (que defende a construção de uma sociedade sem exploração do

trabalho e livre de qualquer tipo de opressão) e isso só foi possível pela promissora interlocução entre o Serviço Social e as lutas sociais com ênfase nas organizações da classe trabalhadora que prezam pela democracia e almejam mudanças revolucionárias.

As lutas e movimentos sociais foram esteios do projeto profissional, porque toda ideia só existe porque há uma base sócio-histórica correspondente que a sustenta. As lutas e movimentos sociais foram mediadores na construção desse projeto, porque a crítica social que promoveram motivaram a crítica social e profissional feita pelos/a assistentes sociais. As lutas e movimentos sociais são pilares de sustentação desse projeto profissional, porque se trata de uma relação de influência mútua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir” (Rosa Luxemburgo, 1871-1919).

O resgate das organizações e lutas sociais reafirmou a certeza de que há muito a se conhecer a respeito das formas encontradas pela classe trabalhadora para criar seus espaços de liberdade, igualdade, diversidade, sobrevivência e existência plena. Esse passado revisitado com os olhos do presente (com velhas e novas perguntas a se fazer) é acompanhado do movimento simultâneo de olhar para o presente subsidiada pelas memórias desse passado.

A partir dos movimentos sociais que identificamos nas experiências analisadas nesta tese, percebemos a necessidade de nos apropriarmos sobre como a classe trabalhadora enfrentou a questão do não acesso à terra, enfrentou as violentas e precárias condições de trabalho e exigiu um tratamento humano e igualitário à população negra em todos esses contextos. Da nossa parte, fica a certeza de que há muito a se adensar nessa retrospectiva dando visibilidade a outras tantas opressões e enfrentamentos que marcaram a história do povo brasileiro e que trazem mais camadas de complexidade à formação da classe trabalhadora desse país e às demandas que as organizações coletivas dessa classe apresentam ao Serviço Social.

Reconhecemos que faltou fôlego para articular melhor estas lutas (de forma que o concreto pensado esteja mais alinhado à realidade concreta ao expressar o imbricamento destas lutas) e tratar de outras determinações que, no mínimo, dariam mais nuances a esta retrospectiva e que, inclusive, apareceram nos relatos feitos pelas entrevistadas. No caso, referimo-nos às menções feitas a outras lutas sociais com as quais as assistentes sociais lidam em seu trabalho, como a questão indígena que, para além da denúncia do genocídio sofrido há cinco séculos, tem apresentado na atualidade os principais atores responsáveis por denunciar a destruição ambiental provocada pelo capitalismo. A questão ambiental aparece também associada aos impactos dos grandes empreendimentos (agronegócio, mineração, produção energética e outros que não apareceram nas falas, mas causam igual dano, como a construção civil, a indústria, a urbanização etc.) e não deve ser relegada como um problema apenas do campo ou da floresta. É também o caso da questão de gênero, considerando a especificidade da exploração do trabalho e do corpo da mulher trabalhadora e o seu papel no histórico de lutas sociais desse país.

Há poucos meses foi noticiado em rede nacional o resultado de um mapeamento genético feito por pesquisadores/as da Universidade de São Paulo e que analisou o genoma de 2,7 mil pessoas de todas as regiões do país. A diversidade cultural, linguística e fenotípica já sabida no país foi reafirmada com a constatação da ascendência indígena, africana, europeia e de outras nacionalidades. E como nossa história está aí para provar, em uma dada época, a miscigenação foi (não apenas, mas também) fruto de processos de discriminação, segregação e violência.

Mais uma vez, presente e passado se confrontam e a crítica que já vinha sendo feita por alguns/algumas historiadores/as, sociólogos/as e movimentos sociais a respeito do mito da democracia racial também se reafirma com dados da biociência.

Uma das conclusões mais surpreendentes do trabalho é que no DNA mitocondrial (que só é herdado da mãe) há uma prevalência de ancestralidade indígena e africana; enquanto que no DNA do cromossomo Y (que só é passado de pai para filho) predomina a ancestralidade europeia. Segundo os pesquisadores, isso seria reflexo do “acasalamento assimétrico” de homens europeus com mulheres indígenas e africanas, impulsionado pelo caráter violento do processo de colonização, “que provavelmente resultou em uma maior mortalidade de homens indígenas e africanos, além da violência sexual contra mulheres desses grupos”. Em outras palavras: **é uma evidência genética de que homens europeus tiveram mais acesso reprodutivo a mulheres indígenas e africanas do que os homens das suas próprias etnias.**

“Havia muitas camadas de violência. Mulheres eram dadas de presente, havia escravas reprodutoras, casamentos forçados; e claro, havia violência sexual também”, diz a geneticista Tábita Hünemeier, professora do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do IB-USP e pesquisadora do Instituto de Biologia Evolutiva (CSIC/UPF) da Espanha, que também é uma das coordenadoras da pesquisa (Escobar, 2025. Grifos meus).

Os estudos indicam que o auge da miscigenação ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, com a intensificação do tráfico de pessoas oriundas da África e a chegada da corte portuguesa no Brasil. E precisa ser considerado como se buscou embranquecer a população décadas mais tarde com o incentivo à imigração de trabalhadores/as europeus/europeias. Fato é que a miscigenação também envolveu processos que se deram às custas da violação do território brasileiro, genocídio e escravização de povos e a violação dos corpos das mulheres negras e indígenas pelos colonizadores europeus.

Ao resgataremos as lutas sociais, reafirmamos que tão longa quanto a exploração e a violenta dominação colonial e imperialista é a tradição de enfrentamentos e resistências do nosso povo. E ainda que nem tudo tenha se explicitado nesse resgate, acreditamos ter sido

importante reforçar como a emergência e generalização do trabalho livre e do contrato salarial no Brasil custou a pilhagem do nosso país e a cruel exploração de povos indígenas e africanos. Racializar pessoas não brancas foi muito funcional para que o capitalismo obtivesse e ainda siga obtendo mais lucratividade no processo de exploração do trabalho, pagando menos ou não pagando pelo trabalho de mulheres e homens afro-indígenas. A divisão social do trabalho é também a divisão racial e sexual do trabalho.

Ao lado da retrospectiva das lutas sociais e do entendimento do movimento social como um dos arranjos organizativos possíveis da classe trabalhadora, a retrospectiva da relação do Serviço Social com as lutas sociais e os movimentos sociais também foi uma premissa necessária para analisar como o acirramento da luta de classe e ascensão das lutas sociais mediam a crítica social e profissional do Serviço Social, na segunda metade do século XX, evidenciando a dimensão ético-política da sua intervenção e a possibilidade de vinculação do projeto profissional a um projeto societário anticapitalista.

Antes que pudéssemos nos questionar sobre como nossa intervenção profissional poderia contribuir com as lutas sociais e a organização coletiva da classe trabalhadora, foi essa classe trabalhadora organizada em luta que nos inspirou a refletir sobre o significado do Serviço Social e sobre as dimensões e os desdobramentos do nosso trabalho. Antes que pudéssemos considerar a possibilidade de fortalecer um projeto societário anticapitalista, foi a relação com esses atores sociais que viabilizou o auto reconhecimento enquanto classe e a construção de um projeto profissional crítico.

Portanto, ainda que sob um contexto de refluxo das lutas sociais de massa e de pouca adesão por parte da classe trabalhadora aos movimentos sociais e demais organizações políticas de horizonte emancipatório, na atualidade, podemos admitir em nosso horizonte profissional a possibilidade de contribuir com os processos de mobilização, organização e participação da classe trabalhadora. E ao fazer isso, fortalecer e garantir a hegemonia do atual projeto ético-político.

Apreender o processo de luta da classe trabalhadora é imprescindível, pois, com certeza isso terá impactos na profissão. Nossa trajetória não se desenvolve alheia a esse processo, ao contrário, a materialidade da nossa intervenção é o movimento de produção e reprodução das relações sociais, que incorpora a insubordinação da classe trabalhadora. E no bojo dos processos de hegemonia, a mudança na correlação de força ideo-política pode ampliar ou restringir nossos espaços de autonomia profissional.

No que tange nosso objetivo geral de analisar como a ação profissional junto aos movimentos sociais pode estrategicamente contribuir com o atual projeto ético-político,

entendemos que as experiências concretas desse diálogo nos oferecem pistas de como tal relação se materializa, permeada de possibilidade e de desafios.

Quando fomos à campo entrevistar profissionais do Serviço Social, tínhamos em mente sistematizar e analisar o trabalho no âmbito das organizações políticas e a interlocução com movimento sociais a partir de outros espaços ocupacional. Foi bastante comum que as entrevistadas também nos trouxessem exemplos de como abordaram em seu trabalho o conteúdo de várias lutas sociais e não só o conteúdo mais específico da pauta do movimento social com o qual trabalhava.

Com isso, primeiro, parece-nos mais adequado dizer que a interlocução profissional pode se dar com as lutas sociais e com os movimentos sociais. Além disso, também nos parece plausível defender que ainda que não se trabalhe diretamente com um movimento social, o mesmo pode ser incorporado ao repertório cultural do/a assistente social, se tornando fonte de referências teóricas, interventivas e políticas. Isso porque podemos admitir que nem sempre, no território onde a/o profissional desenvolve seu trabalho, existirá um coletivo organizado e atuante, empenhado na politização e mobilização popular. O que não impede que a/o profissional contribua para dar visibilidade a um determinado assunto que corresponda ao conteúdo de uma luta social⁶⁷ e apresente para o público alvo de seus serviços os atores coletivos – movimento social e demais organizações políticas – que pautam, criticamente, discussões sensíveis e importantes para o conjunto da sociedade.

Outro aspecto apreendido nas entrevistas é que ter um histórico prévio de interlocução ou mesmo de vinculação mais orgânica com movimentos sociais parece tornar mais favorável a existência de interlocuções pelo trabalho. Percebemos isso quando todas as entrevistadas demonstraram que a legitimação, defesa e disposição para trabalhar junto aos movimentos sociais tinha lastro numa relação ou interação pontual que antecedeu a experiência de trabalho relatada na entrevista (foi militante, foi estudante extensionista, foi estagiária, teve alguma vivência pontual em que um movimento social foi apresentado durante o curso).

Com isso, podemos admitir que tem grande validade os esforços das entidades representativas da categoria (ENESSO, ABEPSS e conjunto CFESS-CRESS) e das unidades acadêmicas para apresentar as lutas sociais e as formas organizativas da classe trabalhadora e

⁶⁷ A título de exemplo, não existir uma organização do movimento feminista ou do movimento pela reforma agrária ou do movimento ambientalista no seu território de atuação profissional não é impeditivo para a/o assistente social promover o debate sobre igualdade salarial, combate à violência doméstica, direitos reprodutivos, segurança e soberania alimentar, impactos do consumo de agrotóxicos no meio ambiente e na saúde humana, dentre outros.

para promover a relação entre as partes, de maneira que os/as profissionais em formação se atentem e sejam expostos/as a tais assuntos tão logo seja possível.

Como dito anteriormente, defendemos que uma aproximação precedente ao exercício profissional tem o potencial de já inserir no repertório de futuras/os assistentes sociais o reconhecimento das organizações da classe trabalhadora como legítimas interlocutoras nos mais variados espaços ocupacionais. No caso de assistentes sociais que exercem a docência, essa defesa enfatiza o compromisso a ser assumido e expresso nos processos de aprendizagem que realizamos, o compromisso de fazer com que o debate das lutas e movimentos sociais seja incorporado organicamente no ensino, pesquisa, extensão e estágio, o compromisso de estabelecer uma relação consistente do curso com as organizações da classe trabalhadora que atuam no território.

Sobre o que mencionamos a respeito da ampliação do horizonte interventivo da profissão, ainda que a análise abarque as experiências de trabalho das entrevistadas com os movimentos sindicais e populares, entendemos que tal análise coloca em perspectiva para o conjunto de assistentes sociais a possibilidade de: contribuir em processos de mobilização e organização junto à população. Contribuir com a formação política, evidenciando ainda mais o caráter educativo da ação profissional. Aproximar-se da educação popular como um recurso de atuação com grupos e coletivos que contribui para elevar o nível de consciência política.

A ampliação desse horizonte interventivo que compreende as possibilidades acima não significa uma descaracterização do trabalho profissional. Isso leva em consideração as demandas mais comuns dos movimentos sociais – a formação política; o apoio à organização e mobilização; a interlocução com políticas públicas e acesso aos direitos – e alguns desafios – dificuldades de articulação e divergências políticas entre as organizações políticas; insegurança no desempenho das atividades profissionais e limitações burocráticas e constitutivas das políticas públicas.

Sobre o atendimento das demandas e o enfrentamento dos desafios, talvez caiba sempre a reflexão para ambos: respeitar o limite e o potencial do nosso papel de apoio. Colocar nosso saber à disposição, contribuindo sem tutelar e sem confiscar a voz e o protagonismo desses atores sociais. Fundamentar-se com um referencial teórico-metodológico que viabilize a leitura crítica das contradições sociais e da correlação de forças políticas. Reconhecer que o limite da atuação profissional não é o mesmo limite da atuação do próprio movimento social, por isso, fortalecê-lo e referenciá-lo é entender que a intervenção social da população mediada pela inserção numa organização política de classe é capaz de fazê-la chegar onde a nossa intervenção profissional não chegaria.

O Serviço Social alcançou nas últimas décadas o reconhecimento de área de conhecimento que elabora teoricamente sobre si; sobre a realidade capitalista e sua especificidade na formação histórico brasileira; sobre as políticas sociais e o conjunto de seus espaços ocupacionais; sobre o mundo do trabalho, os enfrentamentos entre as classes sociais e os desdobramentos disso na profissão; dentre outros assuntos. Isso confere à profissão uma bagagem boa o suficiente para que seus membros e membras possam atender com qualidade e criticidade as demandas listadas acima. Mas, para além disso, nos valem do reconhecimento dessa dimensão investigativa e das possibilidades existentes em nossos espaços ocupacionais para defender que temos muito mais a contribuir com a análise da realidade.

Há muitas outras expressões da questão social que não apareceram na nossa pesquisa e nas quais podemos apurar melhor nossa compreensão a respeito das demandas que a classe trabalhadora, especificamente a classe trabalhadora organizada, apresenta para o Serviço Social. Considerando o que foi exposto no item 3.5 a respeito da teoria marxista dos movimentos sociais, nos parece que os/as assistentes sociais teriam muito a contribuir para dar materialidade ao debate de classe no âmbito dos movimentos sociais.

O levantamento do CFESS (2022) apontou que o “vínculo contratual no setor público municipal” ainda é predominante no mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil. Segundo o Conselho Federal, este cenário tem forte relação com a descentralização das políticas sociais e dos serviços públicos promovida pela Constituição Federal de 1988. Falamos de profissionais distribuídos/as em boa parte do território brasileiro, em contato direto com a população, contribuindo com o Estado no processo de levantamento de dados sobre o perfil populacional.

O acesso às informações (principalmente na área da assistência social, por meio do Cadastro Único) sobre renda, condições de trabalho e vida, marcadores sociais de etnia, raça e gênero, dentre outros aspectos, abre uma possibilidade para os/as profissionais contribuírem com os estudos a respeito das mudanças no perfil da classe trabalhadora no Brasil partindo de dados primários, incorporando esses dados aos estudos sobre os movimentos sociais.

Por fim, existia nesta pesquisa o interesse de identificar e analisar os vínculos empregatícios que vêm sendo firmados nas experiências de trabalho de assistentes sociais em interlocução ou inseridos/as no interior dos movimentos sociais. Em termos teóricos, entendemos que seria uma informação que, em alguma medida, contribuiria para as análises sobre a dimensão do trabalho abstrato do trabalho profissional e, em termos práticos, para identificarmos se há uma tendência ou prevalência de alguma natureza de vínculo nesse tipo de relação. Contudo, ao apresentarmos os aspectos captados sobre o perfil das entrevistadas,

percebemos lacunas tanto referentes à natureza do vínculo quanto à própria origem étnico-racial das profissionais. Algo que poderá ser refinado, ao seguirmos com estas investigações, com um formulário que trate desses pontos diretamente, complementando o levantamento feito com as questões abertas sobre o conteúdo do trabalho desenvolvido, como apresentamos aqui.

Segundo o que analisamos a partir da entrevista das sete profissionais, não se registrou nenhuma tensão entre a direção social do trabalho realizado e o atual projeto ético-político do Serviço Social. A maneira como as profissionais compreendem seu trabalho e o aspecto do trabalho concreto foram apresentados demonstrando uma compatibilidade entre o objetivo do trabalho (orientado pelo projeto profissional crítico) e o objetivo do movimento social (orientado por projeto societário contra hegemônico e/ou emancipatório).

Tendo em vista que nosso projeto profissional se materializa no cotidiano do trabalho profissional, necessariamente, ele estará relacionado com todas as potencialidades, limitações e disputas colocados na realidade social em que este trabalho se desenvolve. A partir da análise aqui apresentada, o entendimento sobre como e em que medida o trabalho junto aos movimentos fortalece a direção social do atual projeto ético político passou pela sistematização e análise do trabalho de assistentes sociais cuja as entrevistas revelaram ações profissionais exitosas do ponto de vista de uma atuação orientada pelo projeto ético-político crítico.

Nenhuma profissional apresentou uma intervenção ideal ou um modelo a ser seguido – até porque o debate proposto aqui não é sobre isso – mas, demonstraram que mesmo atuando no interior de relações contraditórias e conflituosas, os mesmos objetivos profissionais que estão circunscritos dentro de limites de um determinado trabalho também estão circunscritos dentro de possibilidades.

Segundo a realidade investigada, em resumo, as possibilidades estão no apoio oferecido aos processos de organização e mobilização – que os movimentos sociais nomeiam de trabalho de base e que na linguagem profissional reconheço como o exercício da dimensão política e do caráter educativo – e na forma como articulamos as respostas referentes as demandas por acesso aos direitos por meio das políticas públicas sociais.

O caráter educativo próprio da ação profissional se realiza concomitantemente a implementação dos serviços sociais. Contudo, é interessante observar que as experiências registradas aqui compreendem tanto o trabalho em espaços ocupacionais que dispõem de serviços que, por sua vez, funcionam como suporte material para ações informativas e formativas, como também compreendem o trabalho dentro dos próprios movimentos sociais

que, via de regra, não dispõem desse suporte. Logo, podemos inferir que por essa ausência torna-se mais evidente o caráter educativo do exercício profissional, pois as profissionais são sempre convidadas a promover momentos formativos junto a base do movimento e as suas lideranças políticas.

Nesses contextos, inferimos que o apoio a mobilização e organização social evidencia ainda mais a dimensão política do Serviço Social – cujo o posicionamento defende a ampliação de direitos e a emancipação humana – e seu caráter educativo – de um trabalho que incide sobre compreensões de mundo e contribui com processos politização crítica. E o atendimento dessa demanda – reconhecendo-se os limites e possibilidades – longe de descaracterizar o trabalho de assistentes sociais, é uma forma de ampliá-lo.

Sobre a articulação das políticas sociais, percebe-se sua correlação com o ponto anterior visto que os movimentos sociais são sujeitos de políticas públicas – protagonistas nas lutas por direitos antes mesmo de ser público alvo dos serviços e políticas que materializam os direitos conquistados – e se valem dessa pauta com muita frequência para mobilizar e politizar sua base social.⁶⁸

E estendendo esta reflexão para aqueles e aquelas profissionais que ainda não consideraram o trabalho no âmbito e em diálogo com os movimentos sociais, talvez a maior possibilidade que circunscreva o trabalho seja trazer os processos de organização e mobilização social para o horizonte da população que atendemos, pois, como sujeitos de políticas públicas e sujeitos da transformação social, os movimentos sociais progressistas são capazes de mediar o processo de elevação do nível de consciência do senso comum para o senso crítico; são capazes de propiciar a vivência de novas relações humanas; são capazes de mediar o processo de auto reconhecimento da classe trabalhadora como protagonista na conquista de direitos, na ampliação de serviços e nas mudanças situacionais e estruturais.

Destacamos, mais uma vez, o levantamento do CFESS (2022) em que 146 profissionais (em torno de 0,33% do total) das 44.212 entrevistadas registraram como principal vínculo de trabalho "Sindicato Associação Movimento social e o popular". É um número inegavelmente pequeno se comparado com o número total, mas é também um

⁶⁸ Para aprofundar esse assunto, sugerimos a leitura de Elias (2022; 2023) sobre a atuação e o potencial dos movimentos populares progressistas no Brasil, principalmente no contexto da hegemonia neoliberal e durante os governos do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2016. Um dos aspectos que a autora examina diz respeito a como os movimentos populares funcionam como sujeitos de políticas públicas e na luta por direitos de cidadania, apesar das limitações estruturais do capitalismo dependente brasileiro. Conferir: ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. "Movimentos populares, políticas públicas e direitos de cidadania no Brasil". **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 319-334, jul./dez. 2022. E _____. "Potencial de atuação dos movimentos populares frente à ofensiva da extrema direita no Brasil". **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 2, p. 679-697, 2023.

universo quase desconhecido e que pode ser mais explorado em processos investigativos da nossa área. O que tais experiências nos apresentariam de novidade? De que forma adensariam o repertório profissional em termos interventivos, teóricos, políticos etc.? O que nos dizem sobre outras tantas demandas que os movimentos sociais apresentam, sobre as maneiras que lançam mão para dialogar com a sociedade e enfrentar o Estado e a classe dominante? Como os movimentos sociais enxergam o trabalho desenvolvido por assistentes sociais? Quais outros aprofundamentos e recomeços investigativos seriam propiciados com estas outras experiências?

Correlacionar as lutas sociais com a emergência, consolidação e hegemonia do atual projeto profissional implicou na ênfase dada à dimensão ético-política nesse resgate da relação da profissão com as lutas e movimentos sociais. Todavia, a tese não desconsidera que as dimensões do trabalho guardam suas especificidades ao mesmo tempo que se articulam e mantêm uma unidade entre si. Acredita-se também que os registros e sistematizações da intervenção acadêmico-profissional junto às organizações políticas no contexto de emergência do projeto profissional crítico serão interessantes para contribuir com a análise das interlocuções mais recentes (colocando em perspectiva as semelhanças, diferenças, o amadurecimento profissional etc.). A análise do lastro sócio-histórico que fundamentou o projeto ético-político crítico também reconhece a incorporação do pensamento social crítico de tradição marxista, importantíssimo, inclusive, para refinar a compreensão e a intervenção profissional junto aos movimentos sociais. O que abre precedente para se questionar sobre quais perspectivas teóricas têm ganhado espaço no Serviço Social na contemporaneidade e como as mesmas influenciam na interpretação e intervenção nas lutas e movimentos sociais.

A realidade social é complexa, dinâmica e mutável, novas questões e perspectivas surgirão. Logo, concluímos este trabalho entendendo que há um campo ainda fértil para pesquisa, aprofundamento e debate.

REFERÊNCIAS

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). **Relatório de gestão GTP Movimentos sociais e Serviço Social**. 2014. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/movimentos-sociais_relatorio-gtp-201808221659073949230.pdf>. Acesso em: 30/08/2025.

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). **Relatório de gestão GTP Movimentos sociais e Serviço Social: colóquio do XV ENPESS 2016**. 2016. Disponível em: <<https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/relatorio-mov-sociais-coloquio-do-xv-enpess-2016-201810081142335331990.pdf>>. Acesso em: 30/08/2025.

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). **Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social**. Relatório do colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, XVII ENPESS. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre-as-lutas-e-os-movimentos-sociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-202303221328505426170.pdf>. Acesso: 22/03/2023.

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). **Relatório de gestão GTP Movimentos sociais e Serviço Social: 2017-2018**. 2018. Disponível em: <<https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/relatorio-gestao-20172018-movimentos-sociais-e-servico-social-201912021622508947260.pdf>>. Acesso em: 30/08/2025.

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). **Relatório de gestão GTP Movimentos sociais e Serviço Social**. 2024. Disponível em: <<https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2025/08/4-Movimentos-Sociais-e-Servico-Social.pdf>>. Acesso em: 30/08/2025.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. Tese, PPGSS/PUCSP, 2006.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.127, p. 456-475, 2016.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ARAGÃO, Jorge. “Identidade”. Intérprete: Jorge Aragão. In.: ARAGÃO, Jorge. **A voz do Samba**. [S.I.]: RCA, 1983. 1 CD. Faixa 1.

BARBOSA, Elizabeth Carla Vasconcelos; ALVES, Hayda; MONTEIRO, Jéssica Oliveira; MARRO, Katia Iris; DULCICH, Ramiro. Conhecer para afirmar direitos: uma proposta metodológica para estudos socioeconômicos de territórios que lutam pela terra. **Caminhos**

metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência, Uberlândia, p. 47, 2021.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8ed. São Paulo, Cortez, 2010.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. [1950] 2 ed. São Paulo. Boitempo, 2010.

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. 1ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

BOITO JR., Armando. "Neoliberalismo e relações de classe no Brasil". In.: Dossiê Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil". **Revista Ideias**, ano 9, Editora Unicamp, São Paulo, 2002 (13-48).

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. "Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000". In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Ano X, Nº 26, outubro, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CASTELO, Rodrigo. "A violência como potência econômica na gênese da 'questão social' no Brasil". In.: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021. Disponível: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372/24507>>. Acesso em: 22/08/2025.

CHAUÍ, Marilena. "Uma nova classe trabalhadora: indagações". In. Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org.). **Classes? Que Classes?** Ciclo de Debates sobre Classes Sociais. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013 (87-104).

CFESS [CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL]. Site do CFESS. 2025. Disponível: <<https://cfess.org.br>>. Acesso: 01/06/2025.

CFESS [CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL]. Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso: 27/08/2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Histórico – 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso: 25/10/23.

DIAS, Edmundo Fernandes et al. Hegemonia: racionalidade que se faz história. **O outro Gramsci**. São Paulo, v. 2, p. 10-80, 1996.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt>. Acesso: 05/05/2024.

DOMINGUES, Petrônio. O caminho da verdadeira emancipação: a Federação dos negros do Brasil. **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Katálisis**. Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael Dutra. Movimentos sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Produção do conhecimento dos cursos de pós-graduação em Serviço Social sobre lutas, organizações, movimentos sociais e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017a.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 104-122, 2017b.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, v. 9, n. 2, 2017c.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; ALAGOANO, Verônica Medeiros. O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 132, 2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; REZENDE, Juliano Zancanelo. Movimentos sociais e Serviço Social: a virada de 1979. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, 2019.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Isabela Fadul de. “O Debate Conceitual Sobre Terceirização: uma abordagem interdisciplinar”. In: Caderno CRH, Salvador, v. 34, p. 1-13, 2021.

DRUCK, Graça. “TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios?”. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 35-55, 2011.

ENESSO. **Quem somos?** Disponível: <<https://enessooficial.wordpress.com/quem-somos/>>. Acesso em: 30/08/2025.

ESCOBAR, Herton. “Estudo mapeia impactos da miscigenação no DNA e na saúde da população brasileira”. Jornal da USP. São Paulo. 26 de maio de 2025 [Atualizado]. Disponível: <<https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-mapeia-impactos-da-miscigenacao-no-dna-e-na-saude-da-populacao-brasileira/>>. Acesso: 27/08/2025.

FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine; MORAES, Camila Barros; SOUZA, Maria Caroline da Silva. Extensão universitária como espaço de construção de instrumentos de

educação popular em acampamentos urbanos. **Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência**. Uberlândia, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/brasil-500-anos-de-luta-pela-terra.pdf/view>. Acesso: 31/07/2023.

FERNANDES, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil. **Ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Ed O Globo, 2006.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, p. 91-120, 2018.

GALVÃO, Andreia. “Marxismo e movimentos sociais” In. GALVÃO, A. Et all (orgs). **Capitalismo: crises e resistências**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012 (231-260).

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabricio (orgs.). **Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)**. 2. ed. São Leopoldo: OIKOS. 2021.

GONÇALVES, Taciane Couto. **O caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais**. 2017. Dissertação de Mestrado – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GOMES, Flávio. No meio das águas turvas: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro (1888-1889). **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo, 2011.

GOENDER, Jacob. Introdução. In: Marx, Engels. **A ideologia Alemã**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 2007

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas – II**. São Paulo: Editora Estampa, 1974.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982. (pdf).

GRAMSCI, Antônio. O princípio educativo. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, v. 2, 2001. (pdf)

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima S. Grave. **Os caminhos e os frutos da “virada”**: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Revista PRAIA VERMELHA. Rio de Janeiro. v. 19 nº 2, 2009 (p. 123-136).

GUERRA, Yolanda; Alfredo, Batista. “A expressão ‘questão social’ em questão: um debate necessário ao Serviço Social”. In.: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 6-15, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>>. Acesso em 30/08/2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. “A questão social no capitalismo”. In.: **Temporalis**, Brasília, n.3, 2001 (p.9-32). Disponível: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 30/08/2025.

JARA, Oscar. Ressignifiquemos as Propostas e Práticas de Educação Popular perante os Desafios Históricos Contemporâneos. In: **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**/Pedro Pontual, Timothy Ireland (orgs.). Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

KOSSLING, Karin Sant’Anna. Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983) . **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. Selo Negro, 2011.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOUREIRO, Isabel. **A teoria da revolução em Rosa Luxemburgo**. Curso online organizado por TV Boitempo. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wp1tIa3o3jk&list=WL&index=82&t=5689s>. Acesso: 10/01/2023.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARCONSIN, Cleier; ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Serviço Social e movimentos sociais: debatendo distanciamentos e aproximações na trajetória sócio histórica brasileira. **Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias**. Minas Gerais, p. 183-202, 2020.

MARRO, Katia Iris. Caminhos profissionais e resistências que brotam das expressões da questão social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 177-190, jan./jun. 2020.

MARRO, Katia Iris. A questão social pela lente das rebeliões e insurgências subalternas contra o extrativismo: quando as desigualdades sociais não são silenciosas. **Revista Goitacá**, v. 1, n. 2, 2022.

MARRO, Katia Iris. Serviço Social e movimentos sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, 2011.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels)

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1 ed., São Paulo, Boitempo, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MITCHELL, Michael. Os movimentos sociais negros na Era Vargas. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo, 2011.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, Clóvis. **O Negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Conquista, 1977. (cópia digital).

NETTO, José Paulo. “A construção do projeto ético-político do serviço social”. In.: Mota, Ana Elizabete *et al* (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, José Paulo. “Cinco notas a propósito da ‘questão social’”. In.: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011c (p.151-162).

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. Tradução de Fernando Correia Prado - 2. ed. rev. e ampl. - São Paulo, Expressão Popular, 2019.

PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social**. Celats. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Estratégias e táticas – reflexões no campo do Serviço Social**. 2. ed. Curitiba: Ed CRV, 2021.

PÉREZ, Esther. “A promessa da Pedagogia do oprimido”. In.: **Cem anos de Paulo Freire: um projeto de esperança**. v. 1 n. 2 (2021): Disponível: <<https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/51/58>>. Acesso: 01/06/2025.

PINTO, A. P.; MARRO, K.; DURIGUETTO, M. L.; MOLINA, P. V.; NEVES, V.; BRAVO, V. O. Desalabrando histórias: o Serviço Social e as lutas. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, 2017.

RAICHELIS, Raquel. “O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos” In.: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ªed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SIMIONATO. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálisis**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/cBXgDXkt7dJsx4Chbd6SpTD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 16/06/22.

SINGER, André. "Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo". In.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org.). **Classes? Que Classes?** Ciclo de Debates sobre Classes Sociais. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013 (21-38).

SILVA, Joselina da. Debates e reflexões de uma rede: a construção da União dos Homens de Cor. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo, 2011.

SILVA, M. Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Maria Raymunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 46, v.18, 2020.

SOUZA, Samuel Fernando de. **Sindicato e Democracia: a história do movimento sindical no Brasil**. Youtube. Canal Dieese. 9 de dez. de 2020. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=hDqoCgN0ILk>>. Acesso em 04/09/2025.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2012.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG/FAE, Belo Horizonte, 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 25/07/2023.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome / Número

- Quando se formou como assistente social? Cursou Serviço Social na modalidade presencial ou EAD? Ensino público ou privado?
- Há quanto tempo exerce a profissão de assistente social?
- Quais são as referências (teórica, ética, política) utilizadas para o seu trabalho?
- Qual a área/tema de atuação do movimento social com o qual desenvolveu seu trabalho?
- Na ocasião em que estabeleceu a interlocução com referido movimento social, qual foi o tipo de vínculo firmado? Foi empregatício? Foi a partir do trabalho no próprio movimento social, em uma instituição privada, pública ou outra?
- Pode me contar um pouco sobre quando e como começou a interlocução profissional com o movimento social em questão?
- Quais eram/são as demandas apresentadas ao Serviço Social pelo movimento social?
- Quais foram/são as respostas profissionais a tais demandas?
- Pode me contar um pouco sobre como se processaram/processam as atividades (instrumentos usados, metodologia aplicada, alcance, articulações etc.)?
- Tais respostas foram/são comumente construídas em conjunto? Com quem, como e por quê?
- De quais recursos dispunha para desenvolver as atividades junto ao movimento social?
- Olhando para esta interlocução que estabeleceu/estabelece com o movimento social, quais são as percepções profissionais que pôde extrair da experiência? (Objetivo profissional/ institucional/ do MS; Dificuldades, possibilidades, questões éticas ...)
- Como você avalia a sua autonomia profissional no trabalho junto ao movimento social?
- Como você percebe a relação profissional e militante na relação com o movimento social? Isso chegou a se revelar como uma questão conflituosa para você?
- Como você percebe e entende a dimensão política de seu trabalho?
- Como você percebe e entende o aspecto educativo de seu trabalho?
- A educação popular foi/é incorporada no desenvolvimento deste trabalho?
- Conseguiu perceber, no decorrer dessa interlocução, mudanças no nível de consciência tanto próprio quanto da base do movimento social?
- Do seu ponto de vista, através de que atividades, competências e perspectivas de trabalho o/a assistente social podem contribuir e reforçar as lutas das classes subalternas?
- Que relação você estabelece entre este trabalho desenvolvido e o atual projeto ético político do Serviço Social?
- Conhece mais alguma experiência profissional de interlocução com movimentos sociais que poderia indicar para essa pesquisa?

APÊNDICE B – REGISTRO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário(a) da pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e o fortalecimento do Projeto Profissional Crítico”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é contribuir com a discussão sobre os atuais desafios, limites e potencialidades do trabalho profissional, em especial, quando realizado com os diferentes sujeitos coletivos. Nesta pesquisa pretendemos analisar como a ação profissional com os movimentos sociais pode fortalecer o atual Projeto Ético Político do Serviço Social.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades: em data previamente agendada e acordada para a entrevista, a pesquisadora realizará algumas perguntas referentes ao trabalho profissional desenvolvido junto aos movimentos sociais. Desde já, solicitamos a autorização de gravação da conversa (apenas em áudio e de acesso exclusivo da pesquisadora) e informamos que terá liberdade para interromper a entrevista em qualquer fase de sua realização. Na transcrição e análise do conteúdo da entrevista, serão garantidos a confidencialidade e o anonimato do/a participante entrevistado/a. É seu direito ter uma versão deste documento de consentimento livre e esclarecido, devidamente assinado por nós (participante e pesquisadora) e, caso manifeste interesse, lhe será enviada uma cópia da tese contendo as análises conclusivas da presente pesquisa. Esta pesquisa tem risco de grau mínimo que envolve: a possibilidade do/a participante de entrevista sentir-se constrangido/a com alguma questão; a perda de confidencialidade e a exposição de dados. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, reforçamos que a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Caso você sinta-se constrangido(a) com alguma questão, poderá não responder ou interromper a entrevista quando quiser. Sua identidade será preservada e os dados que puderem identificá-lo(a) serão codificados e/ou ocultados. O material relacionado à entrevista será armazenado em um dispositivo eletrônico local (não virtual e não compartilhado). Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme resoluções: 1) nº 196/96; 2) nº 466/12 (para metodologias próprias da área de saúde); 3) nº 510/16 (metodologias da área de ciências humanas e sociais) e 4) Norma Operacional 001/13 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Portanto, nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

A pesquisa pode ajudar no estudo sobre o trabalho profissional, trazendo informações importantes sobre os desafios, contradições e potencialidades do trabalho desenvolvido por assistentes sociais no Brasil, em especial, no que diz respeito a interlocução com os movimentos sociais. Espera-se que o conhecimento construído a partir desta pesquisa possa contribuir com os debates e estudos futuros, uma vez compartilhado com o conjunto da categoria profissional a partir do momento que a pesquisadora divulgar os resultados obtidos em tese, arquivada no banco digital de dissertação e tese da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102-3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.br

Site: <https://www2.ufjf.br/comitedeetica/>



voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendida. A pesquisadora não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora Responsável: Taciane Couto Gonçalves

Fone: (32) 98447-5774

E-mail: goncalves.taciane@gmail.com

Campus Universitário da UFJF

Faculdade/Departamento/Instituto: Programa de Pós graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social

CEP: 36036-900

Rubrica do Participante de pesquisa ou responsável: _____

Rubrica da pesquisadora: _____

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

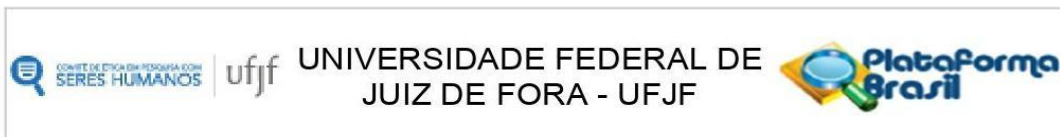
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.prop@ufjf.br

Site: <https://www2.ufjf.br/comitedeetica/>

ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e o fortalecimento do Projeto Profissional Crítico

Pesquisador: TACIANE COUTO GONCALVES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 72496923.1.0000.5147

Instituição Proponente: Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.481.195

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

Desenho: “O projeto abará a pesquisa de campo para a coleta de dados junto a alguns/algumas profissionais do Serviço Social. O levantamento e entrevista desses/as profissionais se dará mediante busca ativa e por indicações das próprias pessoas entrevistadas, seguindo a técnica de amostragem de “bola de neve”. As questões da entrevista referem-se ao trabalho que tais assistentes sociais desenvolveram junto com movimentos sociais no decorrer de sua trajetória profissional. A entrevista será de caráter semiestruturado e se orientará por questões abertas que buscam obter informações sobre alguns aspectos do trabalho profissional (tipos de vínculos empregatícios, condições de trabalho, demandas apresentadas e respostas construídas, dificuldades enfrentadas nos processos de interlocução estabelecidos e outros) de forma a possibilitar a análise posterior da relação entre a profissão de assistente social, os movimentos sociais e o projeto profissional do Serviço Social.”

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar como a ação profissional com os movimentos sociais pode fortalecer o atual projeto ético político do Serviço Social.

Objetivo Secundário: Compreender como a rotinização e burocratização do trabalho têm

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

Continuação do Parecer: 6.481.195

dificultado a interlocução com os movimentos sociais e; Compreender se os/as assistentes sociais reconhecem o trabalho com os movimentos sociais como uma de suas atribuições profissionais."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: "Esta pesquisa tem risco de grau mínimo que envolve: a possibilidade do/a participante de entrevista sentir-se constrangido/a com alguma questão; a perda de confidencialidade e a exposição de dados. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, reforçamos que a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Caso você sinta-se constrangido(a) com alguma questão, poderá não responder ou interromper a entrevista quando quiser. Sua identidade será preservada e os dados que puderem identificá-lo(a) serão codificados e/ou ocultados. O material relacionado à entrevista será armazenado em um dispositivo eletrônico local (não virtual e não compartilhado)."

Benefícios: "Contribuir para o debate e para o exercício profissional no Serviço Social, jogando luz sobre as contradições do trabalho, apontando os desafios enfrentados e as possibilidades de intervenção junto a esse tipo de organização da sociedade civil. Os/As participantes de pesquisa poderão receber, caso desejarem, os resultados e análises da pesquisa."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N**Bairro:** SAO PEDRO**CEP:** 36.036-900**UF:** MG**Município:** JUIZ DE FORA**Telefone:** (32)2102-3788**E-mail:** cep.prop@ufjf.br

Continuação do Parecer: 6.481.195

do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, segundo este relator, aguardando a análise do Colegiado. Data prevista para o término da pesquisa: 01/09/2025

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2169980.pdf	30/10/2023 10:51:29		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_alteracoes_com_destakes_amarelos.docx	30/10/2023 10:49:06	TACIANE COUTO GONCALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_28_alteracoes_com_destakes_amarelos.docx	30/10/2023 10:47:49	TACIANE COUTO GONCALVES	Aceito

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N**Bairro:** SAO PEDRO**CEP:** 36.036-900**UF:** MG**Município:** JUIZ DE FORA**Telefone:** (32)2102-3788**E-mail:** cep.propp@ufjf.br

Continuação do Parecer: 6.481.195

Ausência	TCLE_28_alteracoes_com_destaque_a_marelos.docx	30/10/2023 10:47:49	TACIANE COUTO GONCALVES	Aceito
Outros	anexo.pdf	02/10/2023 12:54:39	TACIANE COUTO GONCALVES	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_TCG_ujf.pdf	26/07/2023 20:34:58	TACIANE COUTO GONCALVES	Aceito
Outros	Termo_de_sigilo_ujf.docx	26/07/2023 20:33:07	TACIANE COUTO GONCALVES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_ujf.pdf	26/07/2023 20:28:52	TACIANE COUTO GONCALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 01 de Novembro de 2023

Assinado por:**Iluska Maria da Silva Coutinho**
(Coordenador(a))**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N**Bairro:** SAO PEDRO**CEP:** 36.036-900**UF:** MG**Município:** JUIZ DE FORA**Telefone:** (32)2102-3788**E-mail:** cep.propp@ufjf.br